



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**Rede de Povoamento Romano a Oeste da
Serra d'Ossa**

Ruben Miguel Correia Barbosa

Orientação: André Miguel Serra Pedreira Carneiro

Mestrado em Arqueologia e Ambiente

Área de especialização: Avaliação de Impacte Ambiental

Dissertação

Évora, 2016

ESCOLA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Rede de Povoamento Romano a Oeste da Serra d'Ossa

Ruben Miguel Correia Barbosa

Orientação: André Miguel Serra Pedreira Carneiro

Mestrado em Arqueologia e Ambiente

Área de especialização: Avaliação de Impacte Ambiental

Dissertação

Évora, 2016

Rede de Povoamento Romano a Oeste da Serra d'Ossa

Resumo

Palavras-chave: Povoamento rural romano; Serra d'Ossa; *Villae*; Romanização; Rede viária

O presente estudo centra-se na análise da rede de povoamento rural romano num terreno que se estende a Oeste da Serra d'Ossa. Num território que peca por escassez de dados, pretende-se analisar o padrão de organização do povoamento e as comunidades que nele habitavam, através da informação, até então, publicada, em conjunto com os dados recolhidos durante as prospeções efetuadas na região em causa. Dentro deste prisma, serão abordadas as estratégias de povoamento, desde a *romanização* até aos momentos iniciais da Antiguidade Tardia, com um olhar geral sobre os indicadores que fundamentaram a estabilização povo romano nesta área.

Roman settlement network West from Serra d'Ossa

Abstract

Keywords: Roman rural settlement; Serra d'Ossa; *Villae*; Romanization; Roman roads

This study focuses on the analysis of roman rural settlement network in an area that extends west from Serra d'Ossa. In a territory characterized by lack of data, this study intends to analyze the pattern of settlement organization and the communities that inhabited it, through published literature and data collected during surveys conducted in the concerned region. Within this perspective, it will address settlement strategies from *romanization* until the early stages of Late Antiquity, with a general look at the indicators that supported the stabilization of roman people in this area.

*Uma mata cerrada, de troncos que geração alguma cortara, começava na planura e
via os campos que desciam a encosta*

Ovídio, *Metamorfoses*, Paulo Farmhouse Alberto [trad.], Livros Cotovia, Lisboa, 2007, p.205

Aos meus avós

Índice

Agradecimentos.....	13
Preâmbulo.....	15
1. Caracterização do quadro geográfico de referência	17
1.1. Definição e limites da área proposta.....	17
1.2. Atributos territoriais.....	19
1.2.1. Geomorfologia.....	19
1.2.2. Geologia e recursos minerais.....	20
1.2.3. Rede hidrográfica.....	21
1.2.4. Clima.....	23
1.2.5. Recursos ecológicos.....	23
2. Leitura geral da investigação no território.....	24
3. Metodologia investigacional e problemática associada.....	28
3.1. Trabalhos de prospeção arqueológica.....	28
3.2. Terminologias definidas	32
4. Da conquista à romanização do território: Estratégias de povoamento rural	34
4.1. <i>Villae</i>	39
4.1.1. Lista de sítios	43
4.2. Granjas	47
4.2.1. Lista de sítios	51
4.3. Casais.....	54
4.3.1. Lista de sítios	59
4.4. Pequenos sítios.....	62
4.4.1. Lista de sítios	63
4.5. <i>Mansiones e mutationes</i>	66
4.5.1. Lista de sítios	70
4.6. <i>Vici</i>	72
4.6.1. Lista de sítios	77
4.7. Necrópoles e sepulturas	79
4.7.1. Lista de sítios	80
4.8. Outros sítios	81
4.8.1. Fortificações	81

4.8.2. Povoados fortificados	82
4.8.3. Pontes.....	83
4.8.4. Pedreiras ou zonas de extração de cantaria.....	83
4.8.5. Sítios indeterminados.....	84
4.9. Sítios publicados	85
4.10. Sítios não identificados	86
5. Deuses e pessoas: a vivência na <i>rure</i> romana.....	88
5.1. A religião no <i>modus vivendi</i> rural.....	88
5.2. Processos de romanização: a transição temporal e a relação com o povoamento indígena.....	93
5.3. A exploração do terreno: fatores estruturantes da economia rural romana na região	98
5.4. A importância da rede viária.....	105
Considerações finais	110
Bibliografia.....	114
Anexos	139
1. Fichas de Inventário.....	139
1.1. Fichas de Sítio (FS).....	139
1.2. Fichas de Achado(s) Isolado(s) (FAI)	170
1.3. Fichas Epigráficas (FE)	174
2. Mapas	178
3. Imagens.....	185

Agradecimentos

Ao meu orientador, Professor André Carneiro, que me guiou ao longo deste estudo. Pela sua compreensão, exigência, apoio, incentivo e leitura crítica que me tornam no único responsável por interpretações menos corretas ao longo da presente dissertação.

À Professora Leonor Rocha e ao Professor Jorge de Oliveira, pela ajuda e pelos dados que me forneceram, ao longo dos últimos dois anos, sobre a região.

Ao Professor José Mirão, pela ajuda na análise geológica do território.

À Professora Teresa Baptista, pelos conselhos e pela ajuda no trabalho com os SIG.

Ao Professor Carlos Pinto Gomes, pela informação facultada sobre os recursos ecológicos da região.

Ao Professor José d’Encarnação, pelas informações cedidas acerca da lápide funerária da Machoqueira. Aproveito, igualmente, para lhe agradecer a ajuda prestada durante o estudo da lápide funerária da Comenda Grande.

Aos funcionários da DRCA, da Biblioteca Geral da Universidade de Évora, da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, nas quais consultei grande parte da bibliografia.

Aos meus colegas de mestrado, mas especialmente ao Rui e ao Fred que sempre me acompanharam pelos campos sem que as difíceis condições afetassem o seu humor.

À Irene, à Catarina e à Marta, pela ajuda prestada durante as prospeções.

À Vanessa, pelas explicações relacionadas com as cerâmicas.

Ao Daniel, ao Nelson e ao André, pela disponibilidade e pela companhia em diversas saídas de campo.

A António Luís Rebocho, por ter aberto os portões do Cortiçal e por me ter levado às ruínas do Castelo do Mau Vizinho.

A Joaquim José Correia, pelas informações prestadas acerca da herdade dos Botaréis.

A António Coelho, pela visita aos confins das Hortas de Evoramonte.

A todos os proprietários que aceitaram a visita de um estranho à sua herdade, por vezes com um entusiasmo que me faz acreditar que há sempre espaço, independentemente das condições, para apostar no estudo do nosso património. Um especial agradecimento aos proprietários da herdade da Comenda Grande pela autorização em percorrer *de uma ponta a outra* o terreno e pelo incentivo.

Ao Marco, amigo de longa data, que sempre se disponibilizou, sobretudo, no que concerne à parte informática.

À Diana, por tudo.

Aos meus avós, pelo exemplo.

Aos meus pais e ao meu irmão, pela dedicação e pelo sacrifício ao longo destes últimos anos.

Preâmbulo

O estudo do povoamento rural romano relaciona-se, em grande medida, com várias problemáticas que a ele se associam. Seja pela análise do desconhecido, de comunidades passadas e de um território explorado sob um ordenamento específico, que jamais poderemos recuperar ou experienciar, ou pela ausência de dados caracterizadores, que não permitem estabelecer uma *imagem generalizada* da rede de povoamento nesta região alentejana. Assim, este estudo resulta dessa constatação, da necessidade de evidenciar e de dar mais alguma luz sobre a realidade rural de época clássica, desde os primórdios da *romanização* até aos inícios da Antiguidade Tardia. Num território onde faltam investigações mais aprofundadas dentro do tema, pegando nas palavras de Carlos Fabião, “*tem faltado, contudo, diria, a paralela e convergente investigação sobre os modos como se materializou a ocupação e utilização dos campos, domínio onde a investigação arqueológica tem evidentemente uma palavra a dizer*” (Fabião, 1999-2000: 7). Porém, grande parte dos estudos, embora pouco rigorosos¹, estão vocacionados para zonas específicas, muito em função da bibliografia publicada durante as primeiras décadas do século passado, por meio de José Leite de Vasconcelos (Vasconcelos, 1913; Vasconcelos, 1918; Vasconcelos, 1921-1922). Assistimos, ainda dentro deste prisma, a uma assimetria entre os planos Ocidental e Oriental, possivelmente relacionada com a grande carga simbólica que os arredores de Évora detêm. Isto deve-se, sobretudo, ao efetivo levantamento arqueológico que visou o complemento do Plano Diretor Municipal². Tal como acontece nas imediações de Arraiolos, em que novos estudos têm sido trazidos à luz (Silva e Perdigão, 1998; Rocha, Santos e Branco, 2013), ao contrário do que se sucede nas imediações da Serra d’Ossa. Nesta última região Evoramonte desempenha um papel central dentro de uma discussão que parece não ter fim, pelo menos, até serem identificados quaisquer vestígios que fundamentem a presença da antiga cidade romana de *Dipo*, quer seja nesta vila ou em outro sítio.

Passa então, pelos principais objetivos desta dissertação, reunir toda a informação possível com o fim de organizar e construir uma linha que caracterize a rede de povoamento rural romano entre Serra d’Ossa e Évora, conjugando os dados existentes

¹ Os levantamentos efetuados não nos tecem muitas informações relativas às características de cada sítio. Normalmente, a referência é feita, apenas, aos vestígios superficiais não existindo qualquer enquadramento paisagístico ou relação com outros indicadores.

² Disponível no sítio: http://www2.cm-evora.pt/PDME/01_ANEXO_IV/Anexo_IV.pdf.

com a informação recolhida durante as prospeções efetuadas na área em causa. Todavia, a linha de orientação será mantida, sempre com a noção de que *uma resposta origina novas perguntas* e que por vezes, o caminho pode ser desviado, subtilmente, pelas escolhas efetuadas ao longo do percurso, transformando a *zona de conforto* numa teia de temas mais vastos e indefinidos, que necessitam de novas investigações. Não obstante, a organização interna iniciará com uma caracterização geral do território em estudo, definindo a área de incidência e os atributos territoriais – geomorfologia, geologia, hidrografia, clima e recursos ecológicos – aludindo às referências e à realidade arqueológica dentro do estudo da *rure* romana, que se interligam e definem algumas das bases desta investigação.

Seguidamente, serão apresentados os objetivos dos trabalhos de prospeção e as terminologias utilizadas, sendo que a problemática a elas associada, patenteada nos capítulos posteriores, reverte à caracterização das estratégias de povoamento rural em época romana, sempre acompanhados, *a posteriori*, pelos dados recolhidos durante os trabalhos de campo, definindo a categoria dos sítios que ocupam esta região. Neste caso, poderão ser indicados outros sítios, de cronologia imediatamente anterior/posterior, que se revelem importantes elementos para a organização do povoamento desta área e que permitam estabelecer relações entre os demais.

Por fim, serão abordados os indicadores fundamentais na linha de estabelecimento rural – a questão religiosa e a adaptação a uma nova realidade já existente, durante o processo de *romanização*; a relação com o povoamento indígena e os processos que a ela dizem respeito; as bases económicas, com investigação maioritariamente centrada na exploração da *tríade mediterrânica*; a importância da rede viária, com maior atenção nos eixos que se desenvolviam nesta área.

Como referi, estamos perante uma área com escassos recursos investigacionais, mas que de certa forma, constituem um importante passo neste ponto de partida que pretende organizar e caracterizar os sítios já identificados em trabalhos anteriores, sobretudo aqueles que apresentem grandes lacunas, e se possível, acrescentar algo de novo, informação que possa ser a base de estudos mais aprofundados, num terreno cuja potencialidade se torna num aliciente à investigação sobre o *modus vivendi* clássico. Nada disso parecerá estranho se tivermos em conta que o estudo do povoamento rural em época romana é um tema que viveu à margem das investigações até à década de 70 do século passado – durante a qual terá sido publicada a primeira grande monografia de Jorge de Alarcão (*Portugal Romano*, 1974). Apesar das primeiras notas sobre a temática

demonstrarem o papel pioneiro da revista *O Arqueólogo Português* (desde 1895), assiste-se a uma progressão do tema nos anos 80 com a publicação de vários artigos (Encarnação, Cardoso e Nolen, 1982; Nolen, 1985; Mantas, 1986) e de duas monografias de extrema importância para a síntese de caso: *Roman Portugal* (Alarcão, 1988) e *O Domínio Romano em Portugal* (Alarcão, 1988). Na década seguinte a aposta prática na investigação de diversos sítios de época romana fundamenta, em grande medida, a publicação de novos dados que em muito contribuem para a perceção da realidade (Alarcão, Étienne e Mayet, 1990; Alarcão, 1998a; Bugalhão, 1998). A partir de 2000 há que salientar os estudos de Maria da Conceição Lopes na região de Beja (Lopes, 2000), de Maria José de Almeida no concelho de Elvas (Almeida, 2000), de Pedro Carvalho na Cova da Beira (Carvalho, 2006), de João Pedro Bernardes nas imediações de Leiria (Bernardes, 2007) e de, recentemente, André Carneiro no Alto Alentejo (Carneiro, 2014a). Além disso há que referenciar a ligação com outras realidades: o conceito de *romanização* e a relação com o povoamento indígena, desenvolvido por Carlos Fabião na sua tese de doutoramento intitulada *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área céltica do território hoje português* (1998); o registo epigráfico, devidamente estudado por José d’Encarnação em *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis* (1984); ou a correlação com a rede viária delineada por Mario Saa (1956-1967) e posteriormente analisada por André Carneiro (2008), para além dos contributos e da monografia de Vasco Gil Mantas (2012; 2014). Todavia, a investigação não se cinge apenas a estes estudos – nos respetivos capítulos serão abordados outros complementos bibliográficos, que enquadrarão a realidade observada.

1. Caracterização do quadro geográfico de referência

1.1. Definição e limites da área proposta

A escolha territorial é um passo bastante importante para quem estuda o povoamento rural romano, sendo o principal revelador das várias problemáticas associadas que impõem uma série de condicionalismos no trabalho a desenvolver. Afinal, “*naturalmente que na escolha do cenário físico da acção interagem sempre múltiplos factores, nem sempre concordantes ou facilmente justificáveis, nem sequer objectivos ou racionais: mas a escolha deve ser pragmática*” (Carneiro, 2014a: 19).

Apesar da problemática associada à circunscrição da área proposta, em que outras realidades seriam mais fiáveis³, pelo facto da *mente* romana não se prender a qualquer tipo de apriorismos, com capacidade de modelar a paisagem à sua imagem, o terreno foi delimitado, tendo em conta uma faceta institucional, por uma fronteira arbitrária. Seria legítimo trabalhar sobre fronteiras administrativas da época, mas tratar-se-ia de uma tarefa complexa, desde logo por causa da sua indefinição, pelo que a escolha deste *micro espaço* se relaciona com essa realidade. Assim, a linha limítrofe corresponderá, então, aos limites administrativos das atuais freguesias de Santa Justa⁴ e Igrejinha, no concelho de Arraiolos, S. Bento do Mato, no concelho de Évora e de Santa Maria (Evoramonte), no concelho de Estremoz, com a Serra d’Ossa a Este, a encerrar o território de referência, apresentado uma enorme variedade natural que culmina na harmonização paisagística implícita na *paisagem ideal romana*. Um espaço cuja potencialidade nos lança vários desafios: o facto de permanecer em grande parte intocado em termos de investigação, pelo menos dentro do estudo do povoamento rural romano, torna o projeto mais aliciante.

Todavia, o conceito *território* prende-se a vários pressupostos que é necessário ter em conta: os limites administrativos são meras marcações artificiais para a época em estudo, não existindo durante a *romanidade* qualquer semelhança à realidade atual, determinando assim uma *relativização* da fronteira com possibilidade de transpor os limites utilizados, se for necessário. Assim, poderá ser incluído qualquer sítio que se encontre numa posição limítrofe que permita entender a realidade em estudo.

Além desta realidade, é necessário refletir no *tempo* da História: o conceito *romanidade* entende-se, neste caso, num sentido lato, com atenção aos períodos imediatamente anterior – finais da Idade do Ferro – e posterior – Antiguidade Tardia – até porque muitas vezes, esta realidade estará patenteada em diversos sítios com continuidade ocupacional. A flexibilidade apresentada vai ao encontro do principal objetivo: analisar as estratégias de povoamento em época clássica, tentando correlacionar os sítios e dando mais alguma luz à realidade arqueológica do terreno proposto.

3 A ausência de uma *homogeneidade territorial* dificultou a delimitação da área.

4 Apesar de se ter unido à freguesia de S. Gregório, em 2013, devido à reorganização administrativa, apenas será abordado o território correspondente à antiga freguesia de Santa Justa.

1.2. Atributos territoriais

1.2.1. Geomorfologia

Existem fatores imprescindíveis para o levantamento dos núcleos de povoamento rural romano. Em primeiro lugar há que estudar a morfologia territorial. Esta característica é das mais relevantes, visto que as redes de povoamento se alteram ao longo dos períodos históricos – durante a proto-história os povoados situar-se-iam a grandes altitudes, durante a *romanização* dos campos passaram para a planície envolvente⁵ – que culmina na importância dos pequenos outeiros ou das suaves encostas (Lopes, Carvalho e Gomes, 1997: 138) para a sedentarização romana. Neste prisma, Catão referencia a proximidade a zonas montanhosas, sempre com o estabelecimento direcionado a Sul (Catão, I, I, III), ao passo que Varrão define a existência de três tipos de relevo: a planície, a colina e a montanha, nomeando um quarto tipo que acaba na fusão dos últimos descritos (Varrão, *Rust.*, I, VI, II). Dadas as assimetrias territoriais assistidas, este fator implica um conjunto de medidas a tomar, dado que é completamente diferente, percorrer as longas colinas de Evoramonte e analisar os vastos vales de Santa Justa ou as planícies de Igrejinha.

A área delimitada é caracterizada, geomorfologicamente, pela sua posição na Zona da Ossa-Morena, uma das grandes unidades paleogeográficas e geotectónicas em que se divide o Maciço Hespérico e na qual a paisagem varia consoante a posição territorial. Evoramonte, por exemplo, localiza-se no extremo Ocidental da cordilheira d’Ossa, a uma altitude que ronda os 474 metros (Costa e Liberato, 2007: 633). Esta área, denominada Pia de Lobo (Carvalhosa *et al*, 1987: 13; Feio, 1983: 7-17), é caracterizada pela Formação de Ossa, constituída por rochas metamórficas, que leva a área a divergir das características do território a Poente, direcionado a Santa Justa e S. Bento do Mato. Caminhando para Oeste, começamos a entrar numa zona paisagística caracterizada pelos vales embutidos que exploram a arenização de dioritos, granodioritos e quartzodioritos com a formação metamórfica circundante, dando origem a desníveis superiores a 70 metros entre o fundo dos vales e o alinhamento de alguns relevos residuais⁶ que antecedem as vastas planícies de Igrejinha. Abaixo destes relevos desenvolveram-se

⁵ Há exceções: a *romanização* de determinados *oppida* não promoveu o seu abandono, permanecendo, por vezes, como povoados de altitude.

⁶ Entre os relevos salientar o alto da Carrasqueira (346m), a Carvoaria (379m) e a Penha (356m).

superfícies de erosão limitadas por rebordos, que são caracterizados pelo contato entre os dioritos e os granodioritos com as rochas metamórficas enquadrantes, como é o exemplo dos anfibolitos, dos micaxistos ou dos gnaisses migmatíticos.

Assistimos, então, a uma mudança radical na fisionomia morfológica do território à medida que nos deslocamos para Oeste, saindo de uma área acidentada, com ponto central na Serra d’Ossa, com repercussões nos vales de Santa Justa, e entrando numa área de planície, caracterizada pela razoável qualidade dos solos, um dos fatores preferenciais e essenciais para a estabilização romana na zona.

1.2.2. Geologia e recursos minerais

Os recursos geológicos desempenharam um importante papel durante a fase de romanização do território. Tendo como principal intuito a construção de habitações, ou dos anexos a si ligados, o tipo geológico varia de lugar para lugar, cuja qualidade diverge, como Vitruvius já havia constatado (Vitruvius, II, VI). Dentro desta realidade, a imagem geológica da área em análise é constituída por terrenos correspondentes ao Proterozóico Superior até ao Silúrico, com as unidades litostratigráficas da Formação dos “Xistos de Moura” e da Formação da Ossa. Estas formações são compostas por uma grande variedade de rochas metamórficas acompanhadas de processos de fusão parcial, ou seja, da instalação de corpos intrusivos. A primeira formação é composta por micaxistos ricos em quartzo, xistos bandados, anfibolitos e raras rochas carbonatadas. A segunda caracteriza-se pela presença de micaxistos com abundante quartzo de exsudação e algumas intercalações de anfibolitos e níveis de paragnaisses (Moita e Mirão, 2013: 10).

A zona de Azaruja, sede de freguesia de S. Bento do Mato, apresenta uma realidade traduzida na presença de rochas metamórficas de carácter regional, corroboradas pela presença de gnaisses separados por largas faixas de xistos anfibólicos, subordinadas, por vezes, por algumas camadas de calcários cristalinos, a Sudoeste da vila em questão. Os maciços de Igreja e Santa Justa caracterizam-se pela presença de rochas magmáticas, tonalíticas, como é o caso do granito, uma rocha granular constituída por quartzo, plagioclase e pobre em feldspato potássico. O trabalho do granito está bem patente em diversos sítios arqueológicos de índole romana, como se poderá verificar a seu tempo, chegando mesmo a existir zonas de extração, ou *lapicidinae*, de onde a pedra era extraída esquadriada como fornecimento de alvenaria para os edifícios (Vitruvius, II, VII).

Entre a Camaroeira, Igrejinha e Boa Vista, os granitos de grão médio têm moscovite e biotite e ocorrem de modo contínuo, e aparecem, apesar de ser com fraca representatividade, rochas associadas a estruturas filoneanas, como os microgranitos. No maciço de Santa Justa algumas rochas apresentam uma certa gnaissósidade acompanhada de catáclase mais ou menos acentuada. A Noroeste de Evoramonte encontram-se micaxistos e xistos luzentes alternados com grauvaques e a Sudoeste existe uma rocha granular fina que passa a granoblástica, constituída por andesina ácida-oligóclase, ortóclase, quartzo e hornblenda, associada a biotite (Gonçalves, 1974: 22). No extremo Noroeste da área em estudo há que referenciar os afloramentos anfibólicos, da Formação dos “Xistos de Moura”, bem representados na zona da vila de Arraiolos. Caracterizam-se pelo grão grosseiro de cor escura com uma estrutura tipicamente bandada, compostos, mineralogicamente, pela associação de anfíbolos (hornblenda), piroxenas e plagióclase (Moita e Mirão, 2013: 10). A dureza destas rochas, resistentes à modelação pelos agentes erosivos, resulta em zonas de maiores altitudes, tal como exemplifica a elevação de Arraiolos.

Em termos mineralógicos há que indicar a exploração de minerais associados a estruturas filoneanas, como o ferro e molibdénio na Comenda, o cobre na Salvação do Índio/Monte Branco e o cobre e a pirite no Paço de Camões. De acordo com os estudos efetuados podemos afirmar que a exploração de cobre mereceu destaque durante o período romano, não existindo, porém, qualquer documento, ou meio, que nos permita datar a abertura das minas dispersas pelo território em análise⁷.

1.2.3. Rede hidrográfica

A importância da água corrente é-nos evidenciada ao longo das obras dos escritores da Antiguidade. Por exemplo, Paládio dá a conhecer um método de reconhecimento da boa qualidade da água, afirmando que tal só é potável se não estiver parada em qualquer tipo de tanque, ou charca, se a linha não nascer em qualquer tipo de mina, e que só é bebível se for transparente sem qualquer tipo de sabor, odor ou depósito de lodo (Paládio, I, IV). Já Varrão exprime a importância como grande impulsionador de trocas comerciais, afirmando que as fazendas serão mais rentáveis com relativa

⁷ Segundo a *vox populi*, as minas de Paço de Camões são de origem medieval-muçulmana, corroborado pela presença da “Casa da Moura”, na aldeia de Vale do Pereiro, e pelos materiais recolhidos durante a primeira reabertura do complexo, durante o séc. XVII. Atualmente as minas encontram-se encerradas.

proximidade de uma via ou de um rio navegável (Varrão, *Rust.*, I, XVI, VI). Catão indica que a exploração agrária deve recair em terrenos bem regados não muito distante de uma cidade em crescimento⁸ (Catão, I, I, III). Já Columela afirma que deve existir, por perto, uma fonte que providencie água de qualidade, chegando mesmo a escrever sobre a construção de cisternas e charcas para a criação de gado se, porventura, não existisse qualquer linha de água nas imediações (Columela, I, III). Vitruvius, por seu turno, dá-nos conhecimento dos processos utilizados na condução da água, nomeando a utilização dos *riui* (canais), dos *canales structiles* (condutas feitas com *opus caementicium*), dos *fistulae plumbeae* (canalizações de chumbo) e dos *tubuli fictiles* (condutas de cerâmica), referindo, também, a importância da abertura de poços e da construção de cisternas (Vitruvius, VIII, VI).

Esta importância torna-se num fator de relevado interesse, sobretudo, durante os trabalhos de campo. Apesar de não ser tão densa, a rede hidrográfica do território proposto apresenta algumas linhas de água de importante menção. A área compreendida entre as freguesias de Igrejinha, Santa Justa e Graça do Divor é marcada pelas nascentes mais importantes da região, que se traduzem na Ribeira do Divor que desagua no Sorraia, na Ribeira de Mendo Marques ou em alguns afluentes da Ribeira de Tera. Todavia, a freguesia de Igrejinha é determinante no fluxo hidrográfico da região, já documentado desde 1758 na Memória Paroquial: “*Como se chama o Rio em que sitio onde nasce respondo desta freguezia princepiaõ dois rios, o primejro he hum chamado Digebe (...). E a segunda ribejra se chama a Ribejra de Pontega aqual nasce da parte do Sul (...)*”, referindo, ainda, a importância da ribeira do Divor⁹. Em S. Bento do Mato destaque para a ribeira da Fonte Boa ou da Pardiela, ambas patentes na Memória Paroquial da freguesia¹⁰, e da proximidade à ribeira de Machede. Apesar desta grande quantidade de linhas aquíferas há que referenciar o facto de as mesmas persistirem secas durante maior parte do ano, sobretudo durante a época de estio, chegando só a ter água corrente durante os períodos de maior precipitação. De destacar a Barragem do Divor, na freguesia de Igrejinha, que eleva a sua importância à distribuição de água aos concelhos de Arraiolos

⁸ No caso em estudo, Évora (*Ebora Liberalitas Iulia*).

⁹ Memória paroquial disponível em: <http://portugal1758.di.uevora.pt/lista-memorias/47-arraiolos/5168-arraiolos-igrejinha>.

¹⁰ Memória paroquial disponível em: <http://portugal1758.di.uevora.pt/lista-memorias/52-evora/1304-evora-sao-bento-do-mato>.

e de Évora (Carvalhosa, 1999: 37), cujo terreno em volta apresenta indícios de presença romana.

1.2.4. Clima

O clima é um dos fatores de sedentarização que os romanos levavam sempre em conta. Não é por acaso que os antigos escritores elencaram argumentos a levar em mente durante a aquisição de algum terreno. Catão, por exemplo, defende que o terreno devia situar-se numa área com bom clima, não sujeito a tempestades (Catão, I, I, II). Já Columela alerta para o cuidado a ter no conhecimento dos ventos e das condições climáticas (Columela, I, II). Não nos podemos esquecer que a produção de vinho, azeite ou, até, cereais variava consoante a época climatológica. Paládio chega mesmo a distinguir as diferentes assoalhadas da *pars rustica*, indicando o ponto para o qual deviam estar viradas. Por exemplo, o *agrónomo* afirma que a adega deve ser orientada a Norte, num local frio e escuro, longe de qualquer fonte de mau odor (Paládio, I, XVIII).

Dentro dos parâmetros enumerados pode dizer-se que o território proposto é indicado para a produção de vinho, azeite e cereais, culturas que ainda hoje fazem da paisagem um meio de sustentação económica. A zona caracteriza-se por um clima mediterrânico, sub-húmido seco – com uma paisagem seca-amarelada, durante a época de estio, e verdejante, no Inverno – com grandes assimetrias sazonais, de Verões bastante quentes e Invernos moderados em zonas topograficamente menos acidentadas e frescos nas áreas deprimidas do interior (Rocha e Santos, 2013: 143).

1.2.5. Recursos ecológicos

Em termos ecológicos a área é caracterizada pelos grandes montados de sobreiro (*Quercus suber*) e azinho (*Quercus ilex rotundifolia*), aliados ao mato rasteiro composto, essencialmente, por estevas (*Cytisus ladanifer*) (Rocha e Santos, 2013: 143). A vegetação edafo-xerófila, patente nos afloramentos, aponta para antigos azinhais e sobreirais, corroborados pela presença de zimbros (*Juniperus communis*) e de azinheiras nas zonas rochosas, principalmente nos arredores de Evoramonte, caracterizados por terrenos em que “(...) só a vegetação muito resistente consegue brotar” (Costa e Liberato, 2007: 633). Junto às linhas de água a vegetação edafo-hidrófila é caracterizada pela presença de choupos (*Populus*) e freixos (*Fraxinus excelsior*), misturados a consideráveis quantidades de silvas (*Rubus*).

A utilização pedológica da área proposta passa muito pela exploração económica, com terrenos ocupados, essencialmente, por montados, desempenhando estes, um dos principais alicerces da economia, sustentada, sobretudo, com base na indústria corticeira¹¹. Esta realidade não é apenas atual: em 1758 o pároco de Santa Justa especificou os “(...) *frutos de mattos, de azinhos e sobre*”¹² como uns dos principais indicadores económicos da localidade. Além destes, também, as explorações cerealíferas desempenham um importante papel, ocupando, grande parte, dos latifúndios, de tal forma que já no séc. XVIII em S. Bento do Mato as culturas de sequeiro exploradas passariam por “(...) *os frutos que na freguezia se colhem em mayor abundancia são trigo e cevada e centeyo menos, porque [...] de todos os géneros se semeam*”¹³. Em Igrejinha a realidade é um pouco diferente, possivelmente, pela riqueza hidrográfica da região, passando a exploração, não só, pela cultura de sequeiro, mas, também, pela cultura de regadio, encabeçada pelo milho. A ribeira do Divor era um centro com solos de grande aptidão agrícola, permitindo cultivar, nas suas margens, “(...) *maloais, milho, feijois*”¹⁴. Além disso, há que referenciar a utilização dos solos, de perfil agro-florestal (Rocha e Santos, 2013: 143) para a exploração olivícola e vinícola, maioritariamente, compreendidos entre as freguesias de Santa Justa, Igrejinha e S. Bento do Mato, com menos visibilidade em Santa Maria (Evoramonte), mas que, de certa forma, perpetuaram uma imagem “*romanizada*” patenteada, ainda, pela exploração da *tríade mediterrânica*.

2. Leitura geral da investigação no território

“*Escolhera Sertório em especial a cidade de Évora para passar o Inverno, escolha acertada, porque se situa no meio da Lusitânia e tem solo fértil, podendo em caso de necessidade, partir dela e rapidamente para todo o lado*” (Resende; Fernandes [trad.], 1996: 161). A frase de André de Resende caracteriza da melhor maneira o território que tinha como centro a *civitas* de *Ebora Liberalitas Iulia*, povoação de direito latino, tal

¹¹ Podemos aludir ao pólo corticeiro de Azaruja (S. Bento do Mato) que fundamenta a aposta na exploração deste recurso.

¹² Memória paroquial disponível em: <http://portugal1758.di.uevora.pt/lista-memorias/47-arraiolos/5179-arraiolos-santa-justa>.

¹³ Memória paroquial disponível em: <http://portugal1758.di.uevora.pt/lista-memorias/52-evora/1304-evora-sao-bento-do-mato>.

¹⁴ Memória paroquial disponível em: <http://portugal1758.di.uevora.pt/lista-memorias/47-arraiolos/5168-arraiolos-igrejinha>.

como Plínio-o-Velho refere (Plínio-o-Velho, IV, XXI), caracterizada pela sua situação geográfica, sobranceira à planície envolvente, que lhe valia o domínio sobre a *imensidão da planura* (Ribeiro, 1986: 96), num terreno bem irrigado pelas bacias hidrográficas do Tejo, Sado e Guadiana (Saa, 1956: 70). Estes fatores garantiram a centralidade concedida durante o período romano, beneficiando da sua posição, em relação à ligação entre *Emerita Augusta* e os portos atlânticos, na circulação comercial que fundamentou, em grande medida, o seu progresso. Apesar desta realidade, o território que se estende para Nascente peca por escassez de informação, quando se trata do estudo da *romanização*.

Os estudos pioneiros terão sido efetuados por Leite de Vasconcelos, nos inícios do século XX, o qual afirma ter recuperado, no aro de Evoramonte, alguns fundos de ânfora e várias moedas de cobre (Vasconcelos, 1918: 80), entre as quais um *denarius* de prata (Vasconcelos, 1921-1922: 190). Posteriormente, já em pleno século XXI, são, então, publicados vários artigos cujo tema se centra na interpretação de dados para a identificação da cidade de *Dipo*, aglomerado que é enfatizado por Tito Lívio, durante as primeiras campanhas romanas em oposição aos carpetanos (Tito Lívio, XXXIX, XXX). Também Salústio deixa uma pequena referência a este centro, durante a guerra civil sertoriana, afirmando tratar-se de uma cidade bastante forte, que resistiu durante vários dias¹⁵ (Salústio, I, 113). Não obstante da geomorfologia territorial nesta região tão íngreme do distrito de Évora, Rui Mataloto, Joey Williams e Conceição Roque afirmaram mesmo crer que “(...) existe uma forte possibilidade de a ocupação sidérica e tardo-republicana de Evoramonte corresponder à *Dipo* das fontes clássicas (...)” (Mataloto, Williams e Roque, 2014: 6), apesar de, ainda, não existirem dados concretos que corroborem essa realidade¹⁶. A possibilidade da antiga *urbs* se situar perto da atual vila alentejana não só é questionada pelos autores anteriores como, também, por Martín Almagro-Gorbea, Pere Pau Ripollés e F. Germán Rodríguez, através da síntese sobre o estudo de caso (Almagro-Gorbea, Pau Ripollés e Germán Rodríguez, 2009). Porém, é certo que passaria uma via, de possível ligação entre *Ebora Liberalitas Iulia* e *Emerita*

¹⁵ “*Et Diponem ualidam urbem multos dies restantem pugnando uicit*”.

¹⁶ Existem bastantes dúvidas sobre a cidade romana de *Dipo* ou *Dipone* e André Carneiro refere que esta se pode situar perto de Talavera la Real, em Espanha, ou, caso contrário, perto de Evoramonte, apesar de ainda não existirem indícios da sua localização do terreno (Carneiro, 2008: 54). Maria José de Almeida, André Carneiro, F. Germán Rodríguez Martín e Paula Morgado admitem, mesmo, a possibilidade do troço *Ad Atrum Flumen – Emerita Augusta* ser lido “ao contrário”, ou seja, a partir de *Emerita Augusta* (Mérida) em direção a *Olisipo* (Lisboa), situando, assim, a *urbs* de *Dipo* em território espanhol (Almeida *et al*, 2011: 194). Em todo o caso, este tema será objeto de estudo atempadamente.

Augusta, nas imediações de Evoramonte, atestada pelo marco miliário epigráfico presente na Igreja da Nossa Senhora da Conceição, o que, segundo André Carneiro, não torna nada fácil conciliar “(...) com a rarefacção de informação arqueológica a Norte de Évora e com o relevo mais acidentado” (Carneiro, 2008: 54).

Um outro ponto a ter em consideração, nesta freguesia do concelho de Estremoz, é o facto de terem sido realizadas algumas intervenções arqueológicas no castelo de Evoramonte, cuja síntese de resultados ficou a cargo de Teresa Costa e Marco Liberato (2007). O objetivo destes trabalhos passou pela salvaguarda dos vestígios arqueológicos numa área afetada pela obra de “Requalificação Paisagística e Envolvente da Torre de Evoramonte”, tendo com especial atenção as sequências estratigráficas e a informação que corrobora a presença humana neste local. A abertura de quatro sondagens e o espólio exumado terão permitido concluir que o local foi ocupado desde a “(...) *Pré-História Recente até à Época Moderna, com hiatos nos períodos cronológicos correspondentes à Alta Idade Média e ao domínio islâmico*” (Costa, Liberato, 2007: 640). Contudo, o inventário de sítios apresentado pelo Portal do Arqueólogo (DGPC) deixa em aberto a possibilidade de uma estrutura de habitação pertencer a uma cronologia romana¹⁷ e certifica a identificação de uma moeda, do mesmo período, na torre do castelo¹⁸. Para além disso, M. Justino Maciel identificou quatro sítios nas imediações de Evoramonte, apesar de não especificar os materiais identificados ou o tipo de estabelecimento, sendo bastante vago (Maciel, 1998: 358).

Os levantamentos efetuados por Manuel Calado na freguesia de S. Bento do Mato resultaram na identificação de vários sítios de cronologia romana. Porém, a tipologia utilizada, tanto no Plano Diretor Municipal de Évora, como nos sítios inventariados no Portal do Arqueólogo, não é a mais esclarecedora. A utilização de *habitat*, que acontece constantemente, não é uma linguagem comum para quem estuda o povoamento romano (Carneiro, 2014: 86). Dentro desta realidade, a maior parte dos sítios identificados correspondem a materiais de construção dispersos (*tegulae*, *imbrices* ou tijolos), alguns deles misturados com fragmentos cerâmicos de outras épocas¹⁹.

¹⁷ Segundo consta no Portal do Arqueólogo (DGPC) – CNS: 21137.

¹⁸ Atestada pela informação patente no Portal do Arqueólogo (DGPC) – CNS: 5838.

¹⁹ Como é o exemplo de Cabidinha (CNS: 26023) ou Almo, o primeiro patente no Portal do Arqueólogo (DGPC) e o segundo no PDM de Évora.

Contudo, existem dois sítios de importante menção, pelo papel centralizador no estudo de caso na região e pelas interpretações a que se sujeitam: Monte da Venda e a Herdade da Machoqueira. A possível passagem da via XII é um elemento prometedora no que toca ao povoamento romano, e tal facto é corroborado pela existência de uma grande mancha de dispersão de materiais nos arredores do Monte da Venda. André Carneiro refere mesmo que na zona “(...) encontra-se um troço de via, em direcção ao Monte da Venda, já a Norte de Azaruja, onde se encontra uma villa²⁰, após a qual alcançaria o *sopé de Evoramonte* (...)” (Carneiro, 2008: 54). Neste local foram, também, identificados vários fragmentos de miliários anepígrafos (Bilou, 2005: 53), assim como uma lápide funerária, em mármore, atualmente presente no Museu de Évora (Encarnação, 1984: 485). Este sítio desempenharia, durante o séc. XVII, o papel de estalagem, a verificar pelos desenhos de Pier María Baldi, aquando da sua deslocação ao reino português com o Grão-Duque da Toscana, Cosme III de Médici (Magalotti, 1933: XLVII). Já na Herdade da Machoqueira a identificação, e recolha, de um *dolium* (Nolen, 1985), é um tema que se presta a várias interpretações. José d’Encarnação, após o estudo da lápide funerária (IRCP nº 387a; Encarnação, 1984: 464), situou o sítio na freguesia de Nossa Senhora de Machede, onde existe uma herdade homónima. Todavia, outras informações levam-nos a crer que a epígrafe e o *dolium* provém do *monte* da Machoqueira, em S. Bento do Mato (Alarcão, 1988b: 185), levantando uma série de dúvidas quanto à sua proveniência. Em 1984, no decorrer do estudo sobre a epigrafia do *Conventus Pacensis*, José d’Encarnação identificou, ainda, uma ara votiva nos arredores de S. Bento do Mato.

Em Igreja e Santa Justa o mais antigo testemunho está relacionado com a escavação de uma necrópole romana na Herdade do Cortiçal, documentada por José Leite de Vasconcelos (Vasconcelos, 1913: 377-378), da qual foi recuperado algum espólio de relevante interesse para a caracterização do sítio: um prato de barro com a inscrição “CALANTANI” e vários materiais vítreos, devidamente estudados (Alarcão, 1978). Todavia, a escassez de informação, maioritariamente, remissiva às fortificações da zona – Santa Justa e Castelo do Mau Vizinho – bastante comuns na região²¹, não permite

²⁰ Francisco Bilou afirma que o terreno adjacente ao *monte* da Venda “(...) está repleto de materiais de construção romanos, facto que nos leva a supor a existência de uma exploração agrícola do tipo *villa*” (Bilou, 2005: 53).

²¹ Neste caso remeto para outros três exemplos, não muito distantes: Sempre Noiva (Arraiolos) (Calado, 1994: 276), Castelo dos Mouros (Graça do Divor) (Mataloto, 2008) e Soeiros (Vimieiro) (Calado, Deus e Mataloto, 1999). Apesar de existirem dúvidas quanto à sua funcionalidade, como veremos atempadamente, estes recintos são bastante frequentes no Sul do concelho de Arraiolos.

estabelecer uma caracterização fiável no que toca ao povoamento romano, embora Leonor Rocha, Ivo Santos e Gertrudes Branco tenham começado a dar alguma luz sobre essa realidade com a identificação de diversos sítios (Rocha, Santos e Branco, 2013), assim como José d’Encarnação no que concerne aos monumentos epigráficos (Encarnação, 1984). Porém, estaremos perante um terreno de elevado potencial, corroborado, não só pela presença de uma variedade de sítios, embora necessitem de estudos mais aprofundados, mas, também, de um possível *vicus* que poderá ter desempenhado um importante papel durante a época em estudo.

3. Metodologia investigacional e problemática associada

3.1. Trabalhos de prospeção arqueológica

“*Aonde, ó infeliz, vais por esses montes sem conheceres o lugar?*”²². A pergunta feita por Hermes a Ulisses adequa-se, perfeitamente, à situação de quem trabalha envolto nas inúmeras dúvidas que o povoamento rural romano levanta. Estamos perante uma sociedade complexa, cujos modelos de ocupação são funcionalmente específicos, sectoriais e estratificados (Carneiro, 2014a: 43), num território vasto, de grandes contrastes paisagísticos, que tem vivido à margem da investigação (alguns dos estudos efetuados não permitem sequer atribuir o modelo característico da rede de povoamento romano, pela falta de indicadores que fundamentam essa análise: como o uso de coordenadas ou descrições mais precisas). Dentro desta realidade, o objetivo primordial passa pela realocação destes sítios, com o intuito de os visitar, procurando sempre a sua confirmação e recolha de informação relativa às suas características de superfície, georreferenciando-os. Todavia, as saídas de campo não adotarão um carácter intensivo e sistemático, até porque alguns fatores não o permitem: a falta de recursos humanos e o escasso tempo de estudo, por vezes dificultado pelas condições climatéricas, pela privatização de propriedades, pela exploração de culturas cerealíferas ou pela criação de gado bravo. Antes de avançar nos trabalhos de prospeção, há que ter em consideração que a recolha de informação sobre a área em estudo “*(...) constitui também uma etapa essencial do processo preparatório dos trabalhos de campo*” (Carvalho, 2006: 60). A informação produzida, embora escassa, é, assim, compilada sistematicamente, não seguindo um carácter exaustivo até porque “*(...) outros sítios existirão, unicamente*

²² Homero; Frederico Lourenço [trad.], *Odisseia*, Livros Cotovia, Lisboa, 2003, p.170

registados em documentos não publicados, obras de difícil acesso, páginas ignoradas da imprensa regional ou manuscritos guardados em arquivos locais e que, por isso, escaparam ao olhar” (Carneiro, 2014a: 45). Assim, tornam-se em importantes alicerces a esta investigação os seguintes meios de informação:

Bibliografia – Imprescindível, apesar de escassa, para determinar a presença de sítios identificados ao longo de outros trabalhos efetuados na região. Torna-se fundamental para a relocalização dos mesmos e para a sua georreferenciação (Renfrew e Bahn, 2004: 76).

Bases de dados – O Portal do Arqueólogo (Endovélico – DGPC) torna-se, assim, num importante instrumento que nos dá conhecimento dos sítios já identificados na zona a investigar.

Cartografia – Importante elemento que permite dividir o terreno em prospeção tendo como base importantes aspetos naturais, como a topografia ou a hidrografia dos espaços em estudo. É baseada, sobretudo, nas Cartas Geológicas 1:50000 n.º36A, 36B, 36C e 36D e nas Cartas Militares de Portugal 1:25000 n.º424 (Vimieiro, Arraiolos), 438 (Igrejinha, Arraiolos) e 439 (Evoramonte, Estremoz).

Fotografia aérea – Método de teledeteção mais comum, baseado na utilização de dois processos, um em que a câmara se encontra na vertical e outro em que as fotografias são oblíquas (Bicho, 2012: 110). As últimas permitem identificar conjuntos de vestígios, de monumentos, ou, até, de estações arqueológicas, enquanto que a fotografia vertical é indispensável nos casos de levantamentos de plantas arquitetónicas, de investigação intensiva e no registo de vestígios de pequenas dimensões (Frédéric, 1980: 70). Este modelo permite identificar os sítios arqueológicos através das marcas de vegetação, de solo e de sombra (Renfrew e Bahn, 2004: 84). A fotografia aérea pode ajudar a delimitar depósitos de aluviões, zonas de cultura, cortes expostos e situar no seu contexto vestígios arqueológicos. Assim torna-se clara a sua utilidade a fim de efetuar levantamentos exatos que permitem o estabelecimento de traçados cartográficos precisos e a coordenação de secções avistadas sobre o terreno (Frédéric, 1980: 69). Neste prisma, a utilização do *Google Earth*²³ revelar-se-á de grande préstimo.

Fontes orais – Em permanente atualização. Com anotação de antigos achados, lendas ou tradições.

²³ Disponível no sítio: <https://www.google.com/earth/>.

Toponímia – Denominações com interesse arqueológico presente em antigas fontes documentais.

Porém, é de admitir a possível, e desejável, identificação de conteúdos inéditos, cujas informações são, por vezes, recolhidas junto da *vox populi*, em que as descrições os tornam em locais imprescindíveis de visitar. Estas memórias orais, que por vezes definem a linha de orientação de um arqueólogo quanto à presença de vestígios, assim como a própria toponímia dos *montes* alentejanos, tornam-se em elementos de relevado valor, tal como tem vindo a ser corroborado em trabalhos anteriores²⁴. A favor da corrente dos trabalhos, através da análise das condições de implantação e dos recursos disponíveis, uma nova direção poderá ser tomada, com a prospeção de locais específicos, sobretudo durante aquelas de carácter individual, tornando as saídas de campo numa vertente mais localizada e, em alguns casos, levando a procura a um nível extremo de *intuição*, quando o conhecimento e a análise do território começam a esboçar uma *imagem* geral das principais implantações. Assim, o terreno será dividido, de certa forma, em pequenas parcelas, com enfoque para o território com maior potencial dentro do que é visto, pelos investigadores e idealizado pelos próprios *agrónomos* latinos, como a *paisagem ideal romana*. Esta tendência é utilizada em alguns casos, como por exemplo no território de *Pax Iulia*, em que “*face à inviabilidade de abarcar todo o território, partimos do princípio de que a estratégia de prospeção deveria abarcar áreas do território que apresentassem características distintas, as quais poderiam fornecer-nos uma amostra do povoamento romano e admitir uma síntese sobre os tipos de estabelecimentos (...)*” (Lopes, 2000: 34-35).

Como tem acontecido em estudos anteriores para outras áreas (Carneiro, 2004: 45), o conceito de *fóssil diretor* será adotado, considerando a *tegula* como principal indicador que depreende a existência de um estabelecimento de época romana, sempre com a noção de uma possível reutilização, não ignorando a presença de *imbrices* e do seu papel em determinados sítios. Assim, todos os elementos superficiais serão registados – com as necessárias medidas e descrições, quando as condições do terreno assim o permitirem – e todos os sítios fotografados. A georreferenciação dos sítios assentará num só código de coordenadas, presumivelmente obtidas no ponto central, mas o cálculo do suposto perímetro fundamentará a recolha de outras diretrizes, para que se possa

²⁴ As informações orais permitiram a Pedro Carvalho identificar 19 sítios arqueológicos no decorrer dos trabalhos de campo (Carvalho, 2006: 472).

caraterizar a mancha de dispersão e inclui-la na tipologia correspondente, através do programa *ArcGis*. Os dados recolhidos serão anotados no caderno de campo informático, em formato *Word*, e numa base de dados em *Access*, facilitando o tratamento e a gestão da informação, convertida, depois, em fichas individuais com os seguintes campos:

Nº de identificação – Numeração consoante a deteção de sítios arqueológicos limitados à rede de povoamento romano.

Designação do sítio/Toponímia – Os sítios relocizados manterão a sua atribuição toponímica. Os restantes, identificados no decorrer da prospeção, serão denominados consoante o topónimo mais próximo, patente na Carta Militar de Portugal.

CNS – Sempre que a base de dados da DGPC – Portal do Arqueólogo – referir o sítio, será apresentado o Código Nacional de Sítio atribuído.

Localização – Informações fundamentais para localização exata do sítio. Será registado dentro dos seus quadros administrativos (lugar, freguesia, concelho e distrito), e a que Carta Militar de Portugal corresponde, já com coordenadas UTM incluídas, assim como a altitude a que se dispõe.

Caraterísticas – Serão registadas quaisquer informações acerca da cronologia, se os achados assim o permitirem, sempre que os materiais transmitam alguma segurança, relativamente à tipologia a que corresponde cada mancha de dispersão, de acordo com os materiais identificados e da área de dispersão, calculada através do programa *ArcGis*.

Geomorfologia – Situação topográfica do sítio e visibilidade do terreno envolvente.

Hidrografia – Serão registadas quaisquer proximidades com linhas de água ou outro complexo hídrico.

Ocupação dos solos – Utilização atual dos solos que nos pode indicar os níveis de destruição dos sítios prospetados.

Aptidão dos solos – Utilização da Carta de Capacidade de Uso dos Solos 1:50000²⁵ para a interpretação da implantação dos sítios romanos.

²⁵ As Cartas de Capacidade de Uso dos Solos, correspondentes ao distrito de Évora, encontram-se no sítio: <http://ide.cimac.pt/smigaweb/>.

Descrição – Alguma informação importante que ajude a complementar a posição do sítio no terreno, ou alguma modificação no termo toponímico. Descrição dos materiais detetados superficialmente.

Referências bibliográficas – Será enumerada toda a bibliografia que nos informa sobre um determinado sítio arqueológico em estudo.

Os sítios caracterizados por achados isolados ou epígrafes serão inventariados em fichas individuais diferenciadas, com exceção dos espaços dedicados à caracterização territorial (geomorfologia, hidrografia, ocupação dos solos e aptidão dos solos) e à área de dispersão. O achado isolado, tendo em conta que se trata de um trabalho sobre a rede de povoamento em época romana, torna-se tão importante como qualquer outro sítio arqueológico com mancha de dispersão, sendo que quando se trata de material de construção (*tegulae* ou *imbrices*) será efetuada uma batida fortemente localizada em torno do achado até se definir a sua área de localização estimada. No caso epigráfico será dedicado um espaço à transcrição e à tradução, e, neste espetro, as saídas de campo tornar-se-ão mais detalhadas, com redobrada atenção, no sentido de identificar qualquer indício de necrópole.

3.2. Terminologias definidas

Sem querer aprofundar a reflexão acerca das nomenclaturas que têm vindo a ser utilizadas em trabalhos que revertem em prol do levantamento de estabelecimentos rurais romanos, discutida em capítulos posteriores, parece-me mais eficiente e seguro recorrer a uma linha que englobe vários tipos de exploração: grande, média e pequena propriedade. Assim o uso terminológico passará pelos edifícios caracterizados por Jorge de Alarcão (1998a): *villa*, granja e casal, depreendendo a necessidade das grandes propriedades em explorar o terreno através de sítios de menor dimensão, digamos anexos para trabalho, identificados, neste estudo, como pequenos sítios. Um outro caso prende-se à utilização da nomenclatura “*vicus*”, assente em diferentes reflexões que têm vindo a identificar, através deste termo, os aglomerados populacionais secundários, como veremos *a posteriori*.

Seguindo o raciocínio de Jorge de Alarcão, a dispersão material, dependendo do perímetro, corresponde a um determinado tipo de sítio (Alarcão, 1998a: 95-96). Todavia, a realidade definida pelo investigador não parece adequar-se ao território em análise: o progresso da mecanização agrícola que rompeu com os traços de ocupação antiga,

removendo uma série de monumentos e eliminando vestígios de ocupação, e os recentes impactos paisagísticos, consequência das ações produzidas pelo Homem durante a construção de barragens ou o plantio de eucaliptais, ampliaram, ainda mais, as áreas de dispersão dos vestígios, sobretudo no Alentejo, em locais propensos a explorações extensivas dentro de grandes propriedades. Neste caso, os sítios serão identificados de acordo com o perímetro identificado no quadro abaixo:

<i>Tipo de sítio</i>	<i>Proposta de Jorge de Alarcão (Alarcão, 1998a)</i>	<i>Áreas de dispersão utilizadas</i>
<i>Villa</i>	5 000 m ² – 25 000 m ²	6 500 m ² – 30 000 m ²
Granja	1 000 m ² – 5 000 m ²	1 500 m ² – 6 500 m ²
Casal	100 m ² – 1 000 m ²	300 m ² – 1 500 m ²
Pequeno sítio	Até 100 m ²	Até 350 m ²
<i>Vicus</i>	> 10 000 / 15 000 m ²	> 30 000 m ²
<i>Mansio</i>	-	2 000 m ² – 15 000 m ²

Tabela I – Área de dispersão utilizada.

Assim, estamos perante uma área latifundiária gerida a partir de várias *villae*? Ou, somente, uma área com pequenos casais e granjas dispersos pela grande planície? A realidade torna-se, assim, mais difícil de analisar, havendo necessidade, não só de recorrer à análise um pouco mais pormenorizada dos materiais superficiais, como de os relacionar com a mancha de dispersão. Mas será que a dispersão material chega para caracterizar um sítio? Caso não suceda, o sítio será apenas referenciado como materiais dispersos ou achado isolado. Qualquer sítio identificado, pela presença de elementos arquitetónicos (colunas, estatuária ou *tesselae*), estuque, vidro, *terra sigillata*, *opus signinum*, restos de ânfora, escória ou de elementos rústicos (pesos de lagar, *molae* ou *dollia*) será inventariado como *villa*, não esquecendo que a presença de *opus signinum* poderá indicar um outro tipo de estabelecimento, uma *mansio*, isto se se situar nas imediações de um eixo viário (Alarcão, 1998a: 96), e dependendo da dispersão material, dado que a cultura material dos *vici* pode ser semelhante.

Os locais cuja dispersão de materiais englobe a presença de colunas ou capitéis toscos, de tijolo de coluna e de *opus signinum*, a par de alguma cerâmica comum ou até de *terra sigillata* serão identificados como granjas, tendo sempre em conta o facto de existirem granjas bastante desenvolvidas, que podem ser confundidas com *villae*, ou vice-versa (Alarcão, 1998a: 94), não excluindo a possibilidade de serem identificados elementos ligados à exploração auto-suficiente do estabelecimento como pesos de lagar ou *dollia*.

Quanto aos casais, serão categorizados de acordo com a presença de silhares, cerâmica comum e, possivelmente, algum elemento de lagar, ou mesmo *dollia*, deixando os pequenos sítios destinados a vestígios relacionados com cerâmica de construção, em alguns casos apenas *imbrices*, em que, todavia, podem aparecer outros indicadores económicos, como *dollia* ou cerâmica comum, embora raramente, demonstrando a vertente a que o estabelecimento estava vocacionado, dentro da exploração do território. Assim, o estudo terá como base o seguinte quadro:

<i>Tipo de sítio</i>	<i>Mancha de dispersão</i>	<i>Materiais</i>	<i>Implantação dos sítios</i>
<i>Villa</i>	6 500 m ² – 30 000 m ²	Elementos arquitetónicos, <i>terra sigillata</i> , cerâmica importada, <i>opus signinum</i> , <i>tesselae</i> , estuque, vidro, ânfora, <i>dollia</i> , escória e elementos rústicos (pesos de lagar, <i>molae</i> ou mós).	Situadas em suaves encostas viradas a Sul em terrenos de boa aptidão agrícola.
Granja	1 500 m ² – 6 500 m ²	Elementos arquitetónicos toscos, tijolos de coluna, <i>opus signinum</i> , <i>terra sigillata</i> , cerâmica importada, cerâmica comum e elementos rústicos.	Situadas, normalmente, numa cota mais elevada em relação às <i>villae</i> .
Casal	300 m ² – 1 500 m ²	Silhares, cerâmica comum e, possivelmente, elementos rústicos.	Situados em terrenos ondulados com solos de fraca aptidão agrícola.
Pequeno sítio	Até 350 m ²	Cerâmica de construção (por vezes só <i>imbrices</i>) e, possivelmente, elementos relacionados com o seu papel na exploração dos campos.	Localizam-se nas imediações de uma <i>villa</i> ou, mesmo, de uma granja.
<i>Vicus</i>	> 30 000 m ²	Elementos arquitetónicos, <i>terra sigillata</i> , cerâmica importada, <i>opus signinum</i> , <i>tesselae</i> , estuque, vidro, ânfora, <i>dollia</i> , escória, elementos rústicos.	Situam-se em zonas planas e pouco romanizadas.
<i>Mansio</i>	2 000 m ² – 15 000 m ²	Silhares, <i>opus signinum</i> , <i>terra sigillata</i> , cerâmica importada, cerâmica comum, ânfora, <i>dollia</i> e elementos rústicos. Situada, sempre, nas imediações de uma via.	Nas imediações da rede viária.

Tabela II – Fatores de categorização.

4. Da conquista à romanização do território: Estratégias de povoamento rural

“La extensión de Iberia – a la que algunos ahora llaman Hispania, en vez de Iberia – es enorme e increíble como para tratarse de un solo país, puesto que su anchura se evalúa en diez mil estádios y su longitud es igual a su anchura. La habitan pueblos numerosos y de nombres variados y fluyen, a través de ella, muchos ríos navegables” (Apiano, VI, I). Caracterizada por Apiano, a Península Ibérica foi o palco da guerra que

antecedeu a introdução dos costumes e hábitos romanos nos povos que nela habitavam. Tomemos em conta que o desembarque das tropas de Cneu Cipião ocorreu em 218 a.C., em Ampúrias, e que os cartagineses foram expulsos em 202 a.C., após a cedência de Cádiz, que abriu caminho para a expansão romana na, então denominada, *Hispania*. Os constantes conflitos com os povos ibéricos, nos quais se enumeram os Lusitanos de Viriato (Apiano, VI, LX), antecederam uma fase de paz e estabilidade, ainda que com alguns episódios antagónicos, como a guerra civil sertoriana²⁶, durante a qual se construíram as bases de exploração económica dos campos, sobretudo, através de processos agrícolas e pecuários, no Alentejo, outrora ocupado pelos *Celtici* e pelos *Turduli* (Alarcão, 1976: 4). Este processo de *romanização* ficou marcado pela sua dimensão e rutura com o modo de vida indígena: comunidades inteiras foram deslocadas e estabelecidas em novos núcleos e novas formas de exploração do terreno foram criadas. Digamos que foi implementada uma *nova paisagem* com contornos rurais verdadeiramente singulares (Fabião, 1998a, vol. II: 484) que atingiu uma “(...) *dimensão absolutamente transcendente, materializando o “novo mapa cognitivo” na percepção da paisagem lusitana*” (Carneiro, 2014a: 73).

Esta realidade ficou bem patenteada na conceptualização das *villae*²⁷ ou de outras formas de exploração agrária que se começam a estender pelo território peninsular, por vezes relacionadas com áreas cultivadas em terrenos arroteados. A exploração da terra seria feita sob um regime de propriedade individual, muito provavelmente, com servidões, ou mesmo sob regime coletivo (Alarcão, 1976: 19), cuja ambiguidade é prensada pela impossibilidade de criar um elo de ligação entre as evidências arqueológicas e o perfil de investimento dos *domini* – uma *villa* monumental não corresponde, necessariamente, a um proprietário de grande poderio económico, tal como uma *villa* de carácter rústico não tem de pertencer a um investidor dependente da exploração agro-pecuária do seu *fundus* (Carneiro, 2014a: 122). Um facto interessante

²⁶ Plutarco denomina Sertório como “(...) *conquistador de Hispania (...)*”, tendo este ocupado o território entre 78 e 73 a.C. (Plutarco, IV, *Mario*, I). A primeira fase de *romanização* terá, mesmo, ficado marcada pelas lutas civis entre Sertório e Metelo e Pompeu, entre 80 e 72 a.C. (Mantas, 1998: 38). Os conflitos sertorianos levaram à introdução de estruturas militares, ou fortificações, como o Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira) ou *Penya del Àguila* (Segària, Levante) (Morillo; Adroher Aurox, 2014: 38), existindo grande possibilidade das fortificações (ou fortins) alentejanas se circunscreverem a esta cronologia (Maia, 1978: 280), como meio de controlo territorial durante esta fase de instabilidade.

²⁷ Foi durante o séc. II d.C. que estas casas de campo atingiram o pleno das suas capacidades produtivas, em resultado da concretização de modelos fundiários de ocupação do território (Carneiro, 2014a: 80).

reside na ara votiva de Ervedal, em mármore²⁸, consagrada a *Fontanus*, oferecida por *Threptus*, um *villicus*, de condição servil, pela nascente que encontrou suscetível de lhe abastecer a propriedade (Encarnação, 2015: 130). Para além deste *nomen*, a epígrafe contém, também, por *trianomina* latino²⁹, o nome do proprietário, *Caius Appuleius Silonis* (Ribeiro, 2015: 14). Será fiável defender a ideia de que a propriedade seria gerida com recorrência a servidões, como nos deixa a crer a epígrafe, mas que papel desempenhava este *servus*? Qual o seu poderio económico e até que ponto lhe proporcionava a possibilidade de oferecer uma ara votiva em mármore? Qual o papel do proprietário neste assunto? O facto de existirem *domini* com diversas propriedades, gerindo-as em simultâneo, deixa em aberto a possibilidade da exploração de alguns terrenos ficar ao encargo de *villici*, ainda mais neste caso em que a relação, entre os intervenientes, poderá ser bastante estreita³⁰. Já o povoado do Monte da Nora, no concelho de Elvas, impõe a possibilidade de a exploração ser aplicada coletivamente, como meio de proveito próprio, pelo campesinato livre, existindo, porém, a hipótese da comunidade prestar serviço às propriedades dos *domini* (Carneiro, 2014a: 211).

Quando tratamos de tipos de exploração agro-pecuária, em termos de povoamento rural disperso, a ideia recai automaticamente no conceito de *villa*. Tem existido um grande debate sobre a definição deste tipo de sítio, sabendo-se, porém, que uma *villa* não era, necessariamente, dedicada à exploração agro-pecuária do seu *fundus*, como meio de sustentação e de exportação de produtos, existindo exemplos de como poderia ser um local de *otium*³¹ e *contemplatio*, onde eram frequentes as atividades de lazer (Carneiro, 2014a: 97). Além do mais este conceito atravessou uma fase de grande discussão chegando a ser utilizado como única unidade de exploração, ideia errónea já que, hoje em dia, inúmeros estudos permitem estabelecer a existência de outros tipos de sítios que tinham como base a exploração do terreno, embora com perímetros mais pequenos. Nesse campo a historiografia espanhola adotou nomenclaturas próprias para a identificação de

²⁸ Epígrafe: FONTAN[O] [?]/ SACRVM / THREPTVS C(aii) APPVLEI(i) / SILONIS SER(vus)/ V(otum) S(olvit) A(nimo) L(ibens) A(nimo) / OB AQVAS INVENTAS (IRCP n.º 437; Encarnação, 1984: 519)

²⁹ Vasco Mantas alerta para o facto de os núcleos indígenas romanizados terem usado o sistema onomástico legal romano, com maior incidência nos *Caii Iulii* (Mantas, 1998:42).

³⁰ André Carneiro afirma tratar-se de um nome, também, registado no monumento funerário da Herdade de Mateus e questiona a possibilidade da relação ser mesmo familiar, entre pai e filho (Carneiro, 2014a: 124-125).

³¹ Plínio-o-Jovem refere-se à *vita otiosa* como um meio de libertação da pressão material (Plínio-o-Jovem, IX, 3) do mundo que o rodeia e de mostrar, ao mesmo tempo, as suas virtudes: a *severitas*, a *frugalitas*, a *liberalitas* e principalmente a *humanitas* (Plínio-o-Jovem, IX, 21; VIII, 16).

novos modelos, tais como *complejos de grandes dimensiones, edificios de menores dimensiones y complejidad, edificios aislados e centros artesanales* (Fernández Ochoa *et al*, 2014: 113), tal como a francesa que denominou algumas formas de ocupação rural como *fermes, villages* ou *bourgs* (Rayer, 2014: 35), ou a inglesa que, nos mesmo casos, as distinguiu como *farms* ou *farmsted* (Almeida, 2001: 41). No caso de Portugal, Jacinta Bugalhão admite três denominações para os casos, *villa*, *casal* e *quinta* (Bugalhão, 1998: 126). Jorge de Alarcão utiliza uma terminologia para outro tipo de estabelecimento, a *granja* (Alarcão, 1998a: 94), enquanto André Carneiro aplica, também, os conceitos *cabana* (Carneiro, 2004: 87) e *tugurium*, “(...) onde um trabalhador permanecia durante uma semana inteira, coabitando com o gado que vigiava, ambos dormindo sob o mesmo tecto, mas em divisões separadas (...)” (Carneiro, 2014a: 135). Outras definições têm sido utilizadas na caracterização de estabelecimentos de diferentes funcionalidades, como é o caso das *mansiones* ou *mutationes*, estruturas de apoio, ligadas e situadas à beira da rede viária, e, posteriormente a uma perda de autonomia das *civitates*, já durante o século III, das *villulae*³² ou *villare*, adaptadas a um conceito fiscal (Fernández Ochoa, 2014: 112), mas, também, referenciadas como, provável, meio de substituição³³ das *villae*, na transição da época romana para a época visigótica (Isla Frez, 2001: 19).

Esta realidade não é só afeta ao povoamento rural disperso, existindo, ainda, algumas debilidades na utilização de nomenclaturas na definição dos diversos tipos de aglomerados populacionais³⁴. Para além das *civitates*, os grandes centros político-administrativos, há referência a aglomerados de menor dimensão: *vici*, *castella*, *oppida*, *pagi* ou *aldeia*. A utilização, uniforme, de étimos latinos, em Portugal, já que a historiografia francesa adotou a nomenclatura *agglomérations secondaires* (Rayer, 2014), influenciando a espanhola (Fernández Ochoa, Salido Domínguez e Zarzalejos Prieto, 2014: 112), e a inglesa *small towns* (Rust, 2006), parece ser uma constante no estudo destes centros públicos, mas a falta de coerência assistida, quer na atualidade, quer

³² Este termo é um pouco complexo. Segundo Saúl Martín González o termo *villula* ainda era utilizado no século V como uma espécie de pequena *villa* socio-económica. No século XV o termo *villula* ainda definia uma propriedade centrada por um edifício (Martín González, 2011: 177-178). Salientar o facto de Virgílio adotar o conceito *villula* nos seus poemas (Virgílio, *Catalepton*, VIII).

³³ Amancio Isla Frez apenas alega uma hipótese. A evolução das fazendas, num conceito restrito, pode estar ligada à emancipação das *villulae* face às *villae*.

³⁴ Jorge de Alarcão divide estes aglomerados em três níveis (Alarcão, 1998b)

nas fontes clássicas³⁵, não permite interpretar da melhor forma os indicadores que caracterizam estes núcleos populacionais. Além disso há que ter em conta a existência de duas linhas distintas em relação a estes casos: a *romanização* do território promoveu a fundação *ex nihilo* de uma série de aglomerados, que obedeciam às normas da sociedade, mas, também, integrou grande parte dos povoados indígenas, incrementando os seus cânones repercutidos na assimilação, não só, dos ideais romanos, como, também, da onomástica latina, sobretudo, a partir dos finais do século I d.C.

Assim será sensato definir uma linha *civitas-vici*, tendo em conta que o termo *castellum* é bastante utilizado no Norte de Portugal (Alarcão, 1988a: 77), equivalendo, até certo ponto, aos *vici* do Alentejo, aglomerados de perímetro mais alargado, o que poderá estar, iminentemente, ligado à geomorfologia territorial, menos acidentada no Sul, propensa à exploração de extensas áreas, e a nomenclatura “aldeia”³⁶ parece ter uma conotação mais indicada para outras zonas do país (Alarcão, 1998a: 92). Todavia, será aceitável utilizar o termo *oppidum* para os povoados amuralhados, deduzindo, porém, que se tratariam de núcleos urbanos indígenas requalificados durante a *romanização* territorial, chegando por vezes à categoria de *municipia* (Berrocal Rangel, 1989-90: 114), como sucedeu com *Aritium Vetus*, que, provavelmente, terá chegado a *civitas* (Alarcão, 2004: 194), ou *Salacia* (Almagro-Gorbea e Dávila, 1995: 220; Faria, 2001: 76).

Dentro deste espectro terminológico há que refletir na utilização da nomenclatura *pagus*³⁷. A complexidade dentro do termo está bem patenteada em diversos estudos, com especial atenção para o caso da Bética (Cortijo Cerezo, 1991) ou de África, em que têm sido depreendidos vários significados (Picard, Mahjoubi e Beschaouch, 1963: 126-127; Prieto, 2002: 143). Tratar-se-ia de um modelo de exploração, e conseqüente estruturação, em volta de um determinado recurso económico, como se depreende, por exemplo, a

³⁵ André Carneiro exemplifica esta realidade da seguinte forma: “*Júlio Cesar descreve alguns dos sítios desta classe, mas a sua caracterização é contrastante: se alguns apresentam sistemas de fortificação e muralhas, em alguns casos muito complexos (como Bibracte), outros parecem ser povoados sem sistemas defensivos, que o próprio César manda amuralhar. Portanto, a sua aceção de oppidum não é a de “povoado fortificado”, como geralmente considerado pela investigação, mas antes um centro populacional de alguma dimensão que controla um território e onde as legiões podem estacionar e abastecer-se*” (Carneiro, 2014a: 126).

³⁶ Embora com uma conotação medieval, que levanta problemáticas quanto à sua coerência em época romana, Jorge de Alarcão caracteriza estes espaços como propriedades privadas de um senhor a quem os habitantes pagariam renda (Alarcão, 2012: 116).

³⁷ André Carneiro afirma que o termo *paganus* é, também, utilizado para caracterizar um indivíduo que está excluído dos modelos vivências latinos, habitando a grande distância dos núcleos urbanos e civilizacionais (Carneiro, 2014a: 137).

partir do *pagus marmorarius* da anticlinal de Estremoz, ligado à exploração de mármore (Carneiro, 2014a: 138). Alguns autores focam a sua relação com os *vici*: “(...) *los vici serían entidades administrativas de rango secundario, jerarquizados a nível humano dentro de una organización tanto social como territorial (pagus)*” (Moreno Martín, 1997: 296), recebendo, os *pagi*, de certa forma, um papel de distrito rural, ligado a um território organizado e auto-identificativo, um espaço que poderia “(...) *estar contido dentro de fronteiras naturais ou artificialmente criadas e delimitada (...)*” (Carneiro, 2014a: 137). Todavia, outras características têm sido abordadas: o caso dos *pagi* se remeterem a uma estruturação do povoamento disperso, ao contrário do que se sucede com os *vici* (Isla Frez, 2001: 11).

4.1. *Villae*

Apesar de ser constantemente caracterizado pela diversa bibliografia arqueológica, a atribuição deste conceito – *villa* – tem sido base de frequentes reflexões. Vocacionadas para a exploração agrária do terreno envolvente ou, apenas, centros de “refúgio”, *otium* e *convivium*, a multiplicidade qualificativa a que este conceito tem sido submetido, demonstra o desenvolvimento a que se tem assistido no estudo de caso. No entanto este progresso assenta em diversas dúvidas e constantes confusões que o termo levanta: devido, sobretudo, ao facto da nomenclatura ser utilizada na definição de qualquer testemunho material identificado à superfície e dos próprios *agrónomos* latinos não exercerem qualquer grau de distinção entre estas unidades e os restantes edifícios secundários (Bernardes, 2007: 20). A variabilidade da definição, dentro da bibliografia arqueológica, contrasta no que diz respeito ao papel desempenhado destas unidades – alguns autores destacam a riqueza material destas grandes estruturas (Lemos, 1993), ligando-as a sítios de grande rigor arquitetónico, requintados e luxuosos³⁸ “(...) *que enfatizam os ambientes cenográficos que o dominus pretende criar para os seus convivas, seja para impressionar quem o visita, seja para propiciar atmosferas privadas de otium ou de reflexão, criação literária, cultural ou de outro âmbito*” (Carneiro, 2014b: 218), ao passo que outros destacam a vertente mercantil, de *negotium*, que estes edifícios por vezes tinham, possuindo um *fundus* (Lopes, 2000: 227), concebido para a plantação de vinhas,

³⁸ No entanto, há que ter em consideração o grau de desenvolvimento destas estruturas – uma *villa* do séc. II não terá a mesma riqueza de uma *villa* do séc. IV. Apesar disso Maria da Conceição Lopes afirma que, apesar da “(...) *modéstia destas instalações, comparadas com aquelas que encontramos no século IV, do ponto de vista económico devem, desde sempre, ter funcionando como villae*” (Lopes, 2000: 225).

olivais e cereais – *agri* –, com uma zona de pastagem – *saltus* – e outra destinada à prática de *venatio* e à recolha de lenha e frutos silvestres – *silva* –, e locais dotados de equipamentos necessários para a produção de excedentes, dividindo a habitação em três partes distintas, tal como Columela havia recomendado (Columela, VI, V), a *pars urbana*, a *pars rustica* e a *pars fructuaria*.

Todavia, o facto de a documentação apresentar, ainda, desequilíbrios sistemáticos de qualidade e distribuição entre a linha *pars urbana* – *pars rustica*, devido, sobretudo, à falta de escavações na segunda área assinalada, que por vezes se caracteriza por um valor explicativo desigual, torna a informação bastante limitativa. Segundo Victor Revilla Calvo os estudos “(...) *aprecian fuertes desequilibrios geográficos en la cantidad, la calidad y la distribución de la información. Algunos espacios muy definidos, que parecen corresponder al área controlada por una ciudad romana, se conocen de un modo satisfactorio y se ha podido reconstruir el patrón de poblamiento y su evolución*”. (Revilla Calvo, 2010: 26). Alguns levantamentos efetuados demonstram que muitos dos sítios rurais identificados situam-se a uma distância, normalmente, curta de um centro com relevada importância, se tomarmos em conta a localização das *civitates*, fossem elas pré-existentes ou fundadas de raiz. Este facto pode estar relacionado com a forte aposta na centurição do terreno, numa redistribuição das melhores terras, em termos de potencial agrícola, que fomentava a produção de culturas hortícolas, olivícolas, vinícolas ou, até, de pomares. Um exemplo, embora modificado, está bem patente na antiga *civitas* de *Pax Iulia* (Beja), cujo módulo parece corresponder à *centuria quadrata* de 200 *iugerae*, cerca de 50 hectares (Lopes, 2000: 275).

O conceito de *villa suburbana* tem sido matéria de estudo de diversos investigadores. De facto, existia uma indissociabilidade entre o mundo urbano e o mundo rústico, corroborada pelas recomendações das fontes clássicas, em termos de proximidade ou, até, de acesso (Catão, I, I, III), desempenhando, o campo, não só um papel de abastecimento das *civitates* como, também, de centro de tranquilidade, cujos requintes se fundiam na *rusticitas* do campo e na *voluptas* da decoração que caracterizavam estes grandes núcleos de povoamento. Em Espanha, por exemplo³⁹, na área administrativa que cabia à jurisdição da *civitas* de Los Bañales foram identificadas cinco *villae* de cariz

³⁹ Os exemplos utilizados, tanto neste capítulo como posteriormente, resultam de um olhar geral sobre a investigação. Neste sentido serão abordados, apenas, alguns sítios que tem sido base de estudos, não pretendendo ser exaustivo na sua enumeração.

agrário (Andreu Pintado *et al*, 2009), nos terrenos envolventes de Córdoba, ou *Corduba*, capital da antiga *Baetica*, foi detetada a *villa* de Encinarejo, soterrada pela urbanização *in situ* (Palomino Guerrero, 2000: 53), no território que envolve a *civitas* de *Sabora*, citada por Plínio-o-Velho em *Naturalis Historia* (Plínio-o-Velho, III, III), foram detetados vários indícios de *villae* (Berlanga Palomo *et al*, 2009: 386), nos arredores da *civitas* de *Iliberri* destaca-se a *villa* de El Laurel (Fornell Muñoz, 2012a: 42), no *ager* de *Tarraco* os arqueólogos espanhóis identificaram vários indícios de presença romana em meio rural corroborada pelos vestígios da *villa* de La Llosa, de carácter agro-pecuário, já submetida a escavações (Prevosti, 2013: 15), e na província de Málaga, nos subúrbios das antigas cidades romanas de *Singilia Barba* e *Antikaria* foram descobertas várias *villae*, já alvo de intervenção arqueológica (Hidalgo Prieto *et al*, 2013-14: 17). No caso português podemos aludir à *villa* da Quinta da Bolacha (Miranda *et al*, 1999: 46) nos arredores da antiga *civitas olisiponensis* (Lisboa), o caso da *villa* do Rabaçal, nos arredores da antiga cidade de *Conimbriga* (Condeixa-a-Velha) (Pessoa, 2011: 75), a *villa* do Torrejão Velho, perto de *Ossonoba* (Faro) (Bernardes, 2011: 22), perto de *Collippo* destaque para o sítio da Torre (Bernardes, 2007: 82) e não muito distante de *Ebora Liberalitas Iulia* a *villa* senatorial da Tourega, cujas termas foram base de sucessivos estudos (Vaz Pinto, Viegas e Dias, 1997).

Não obstante a importância dos sítios definidos, ainda podemos mencionar outros núcleos, embora mais distantes, que foram alvo de investigação, ainda que de um modo sintético, e têm fornecido aos arqueólogos alguma informação de elevado interesse. Primeiro há que salientar o facto dessas *villae*, dirigidas pelos grandes proprietários, se situarem a uma distância relativamente curta de uma via de comunicação, seja ela viária ou marítima. Os antigos *agrónomos*⁴⁰ dão-nos conhecimento desse facto, elencando um conjunto de características próprias de implantação sobre a paisagem envolvente. Carlos Fabião alega esse ponto citando que “*en algunas áreas da Lusitania se aprecian los testigos de antiguos catastros rurales fosilizados en los paisajes actuales, tanto en los límites de las modernas explotaciones, como en la persistencia de antiguos caminos vecinales*” (Fabião, 2014: 34). A investigação tem-se centrado, sobretudo, no estudo da *pars urbana* que tem, como alguns exemplos as *villae* de El Santiscal e Las Canteras em Cádiz, de Torre Blanca del Sol em Málaga, Daragoleja em Granada (Fornell Muñoz,

⁴⁰ Tanto Catão como Varrão, Columela ou Paládio enumeram as condições ideais para a implantação de uma habitação referindo a importância da proximidade de uma via, seja terrestre ou marítima.

2008: 143), Rio Maior no concelho homónimo (Oliveira, 2003: 17), de *Cardilium* em Torres Novas (Alarcão, 1974: 115-116), e de *Centum Cellae* em Belmonte (Alarcão, 1988a: 118). No entanto o a progressiva investigação dentro do conhecimento da *pars rustica* está bem patente nas *villae* de Manguarra y San José, El Gallumbar, Las Viñas e Huerta del Ciprès em Málaga, Loma Ceres, Cortijo del Canal e Paulenca em Granada, Veja Elvira em Cádiz (Fornell Muñoz, 2008: 143), Torre Águila, em Badajoz (Rodríguez Martín, 2011-2012: 455-457), Abicada em Lagos (Teichner, 2007: 100), Monte da Chaminé em Ferreira do Alentejo⁴¹ e de Casais Velhos e do Alto do Cidreira, em Cascais (Encarnação *et al*, 1982: 9).

No Alentejo, a exploração das grandes propriedades estaria relacionada, sobretudo, com o cultivo da famosa *tríade mediterrânica*. Porém, esta realidade não se submete, apenas, a este território, existindo *villae* em outros pontos do país com atenção direcionada a esse tipo de produção, tal como acontece com a *villa* de Milreu, perto da antiga *Ossonoba* (Faro), cuja identificação do lagar, datado do período flaviano, e da adega é uma realidade a ter em conta (Peña Cervantes, 2013: 9), e da *villa* de Freiria, perto de Lisboa, cujos trabalhos reverteram à identificação de um celeiro⁴² e de um lagar (Cardoso e Encarnação, 1999). O grande número de *villae* identificadas nas últimas décadas não nos permite, contudo, concluir a sua funcionalidade. Apenas os exemplares que foram submetidos a intervenções arqueológicas nos tecem alguma informação, sobre a exploração dos campos. Perto de Elvas, a área que envolve a *villa* da Quinta das Longas foi submetida a vários trabalhos de prospeção, com vista à delimitação do seu *fundus* e de possíveis anexos ligados à exploração agro-pecuária, que se traduziram na identificação de, pelo menos cinco sítios, num raio de dois quilómetros em torno da *villa* em questão (Almeida, 2000: 7). Já o terreno onde se instala a *villa* de Torre de Palma, em Monforte, foi caracterizado por uma “(...) *ampla variedade de classes de solos, desde uma mancha tipo A que propicia culturas hortícolas de elevado rendimento, até extensas áreas mais apropriadas para olivais, ou mesmo o saltus que servia para actividades de venatio, pastoreio ou recolha de lenha*” (Carneiro, 2014a: 210). Em S. Cucufate, perto da vila de Vidigueira, foram organizadas prospeções nos terrenos adjacentes à *villa*. Durante esses trabalhos de campo foram identificados sessenta sítios com vestígios romanos, dos

⁴¹ Informação recolhida do *site*:

<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios.resultados&subsid=56201>

⁴² Informação recolhida do *site*:

<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios.resultados&subsid=50307>

quais cinco são *villae* (Mantas, 1986: 202). Os estudos pioneiros⁴³, dentro do tema da ruralidade romana, demonstram o papel central que esta *villa*, do século I d.C., desempenhou durante a fase de *romanização* do território (Alarcão, Étienne e Mayet, 1990: 9).

Ainda que não existam indícios da *pars rustica*, algumas *villae* foram alvo de intervenção arqueológica. Há que salientar, perto de *Pax Iulia* (Beja), a *villa* de Pisões, conhecida pelos mosaicos das estações, cuja iconografia imprime uma verdadeira aposta na produção de excedentes. Também em Vila Viçosa foi identificado um sítio da mesma classe⁴⁴, a *villa* da Torre do Cabedal, com estruturas monumentais em bom estado de conservação, inclusive na zona termal onde é visível uma *natatio* com duas escadarias laterais (Carneiro, 2013: 218-219). Um outro caso prende-se à *villa* de Santa Vitória do Ameixial, perto de Estremoz, com uma estrutura habitacional e agrícola que se destaca pela qualidade dos testemunhos materiais, sobretudo dos mosaicos e das esculturas em mármore, fruto da proximidade do anticlinal de Estremoz, zona de grande exploração marmórea com uma qualidade bastante afamada em todo o Império Romano. Em Fronteira, a *villa* da Horta da Torre tem sido base de sucessivas intervenções, desde a sua identificação através de uma abside visível à superfície (Carneiro, 2014a: 113).

4.1.1. Lista de sítios

Dentro dos parâmetros definidos foram identificados, apenas, quatro sítios que podem corresponder a *villae*, embora a constante dificuldade em relacionar esta nomenclatura com a realidade arqueológica, muitas vezes abalada pela exploração agrícola dos campos, não permitisse uma interpretação mais consistente dos vestígios. **Santa Justa 1 (FS 1)** será o sítio mais emblemático nesta esfera. Foi identificado durante o levantamento efetuado por Manuel Calado dos recintos ciclópicos do Alentejo Central (1994), sendo posteriormente referido em outros estudos de Rui Mataloto (2002) e Leonor Rocha (2013), mas sempre à margem da análise da fortificação (FS 2) implantada no local. Situada numa pequena elevação, bem conhecida pela população como “Três Castelos”, beneficiaria de uma excelente visibilidade sobre o território envolvente, com destaque para a vertente Sul, e da proximidade da ribeira de Mendo Marques, numa área

⁴³ D. Fernando de Almeida atribui-lhe o nome de antiguidade romana durante a escavação de 1970, da qual, apenas, resta um pequeno relatório (Alarcão, 1979-80: 273).

⁴⁴ André Carneiro inventaria, também, a necrópole da *villa* descrita, com o topónimo Pomar d’El Rei.

de bons solos agrícolas. As visitas ao local fundamentaram a identificação de alguns elementos arquitetónicos – vários silhares e um fuste de coluna, com 0,80 metros de altura, 0,35 metros de diâmetro de base e 0,31 metros de diâmetro de topo, que apesar da fraca qualidade da pedra afastam a hipótese de estarmos perante um estabelecimento de outra categoria. Adicionalmente, foram encontradas grandes placas de *opus signinum*, agrupadas em moroiços, cuja qualidade permite supor a existência de um aparelho construtivo bastante desenvolvido⁴⁵ – e de vários indicadores económicos – um contra-peso (?) com 0,60 metros de espessura, 1,40 metros de comprimentos e 0,48 metros de largura e um peso de lagar, fraturado no sentido longitudinal, com 0,92 metros de altura, 0,66 metros de diâmetro de base e 0,45 metros de diâmetro de topo, assim como inúmeros fragmentos de *dollia*⁴⁶ e escória de cerâmica.

Todavia, a ripagem da terra para a plantação de um eucaliptal, na década de 90, afetou, em grande medida, o sítio, trazendo à superfície inúmeros fragmentos de *tegulae*, *imbrices*, cerâmica comum clara e de pasta alaranjada, alguma de importação, e outros elementos pétreos. Apesar desta realidade, da densa vegetação que cobre o local e das ramagens de eucalipto que impossibilitam uma melhor análise dos vestígios, a área apresenta pequenos socalcos que permitem supor a existência de estruturas. Nas zonas menos afetadas por estes trabalhos agrícolas e de vegetação rasteira, foram observados restos de mármore e cerâmica comum, sem qualquer vestígio de *terra sigillata*⁴⁷ identificada em estudos anteriores (Mataloto, 2002: 203), para além de cerâmica de construção, que apesar de ser em menor escala, se estende até a uma, possível, área de extração de cantaria – **Monte Novo (FS 7)** – marcada por grandes zonas de afloramento granítico. A Sul, entre o recente montado de sobro, continua a aparecer restos de *tegulae* e *imbrices*, sobretudo em moroiços onde foram identificados, à mistura, alguns percutores de quartzo.

O **Monte do Paço (FS 27)** levanta algumas problemáticas quanto à sua categorização. Apesar dos vestígios não apresentarem grande monumentalidade – apenas foram identificados alguns silhares – a dispersão material, a rondar os 12.600m², e a implantação, no topo aplanado de uma pequena encosta, nas proximidades da ribeira da Fargelinha com solos de boa aptidão agrícola, permitem caracterizar, embora com algumas

⁴⁵ Argamassa com elementos cerâmicos triturados de grandes dimensões que se destacam.

⁴⁶ Grande parte dos fragmentos correspondem a bordos.

⁴⁷ No seu estudo, Rui Mataloto afirma ter identificado fragmentos de *terra sigillata* gálica e hispânica (Mataloto, 2002: 203).

dúvidas, o sítio como *villa*. Contudo, o sítio apresenta grandes debilidades na sua preservação, quer pelos movimentos de remoção de terras, de cultivo ou pela construção de novas estruturas sobre os alicerces romanos: como deixa antever a quantidade de *tegulae* que emerge sob as bases do *monte* e do celeiro. Nessas áreas são visíveis inúmeros fragmentos de cerâmica comum, de pasta alaranjada e de produção local, embora misturados com vestígios de épocas posteriores, de cerâmica de construção e da reutilização de cantaria. As irregularidades do terreno, estendido a Oeste, até às imediações da malhada, visíveis apesar da densidade do coberto vegetal, permitem supor a existência de estruturas, corroboradas por fileiras de rochas e vários moroiços dispersos na área, acumulando grandes quantidades de cerâmica de construção, restos de *opus signinum* e elementos pétreos talhados. Todavia, a relativa proximidade à ponte da Fargelinha (FS 26) e a, possível, passagem de uma via secundária nas imediações (Carneiro, 2008: 116) levantam algumas dúvidas quanto à função do sítio. Poderia, eventualmente, tratar-se de uma *villa* adaptada à exploração agrícola do terreno, beneficiando da proximidade viária, não excluindo a possibilidade de poder exercer, igualmente, funções nesses domínios⁴⁸.

Em **Vale de Melão (FS 41)** a realidade não é muito distinta. Este sítio já havia sido referido por Leonor Rocha⁴⁹ (Rocha, Santos, Branco, 2013: 210-211), nas imediações da malhada da herdade, apesar da descrição não categorizar a dispersão material, catalogando diversos pontos. As características do sítio levantam algumas dúvidas quanto à sua tipologia, apesar da dispersão material fundamentar a categoria: situa-se numa suave encosta virada a Sul, nas proximidades da barragem do Divor, beneficiando, em determinados locais, de terrenos bem irrigados, embora os vestígios identificados não correspondam, totalmente, ao definido. Em primeiro lugar, de notar a ausência de elementos arquitetónicos, resumindo-se a mancha de material, a fragmentos de cerâmica de construção, sobretudo nas estradas de terra batida, um silhar, em grande parte soterrado, de cerâmica comum, de pedra local, e de um fragmento de estuque com revestimento parietal vermelho. Todavia, é possível que os blocos de cantaria e as *molae* identificados no *monte* de Vale de Melão (FAI 8), tenham sido transferidos deste local, não muito distante, demonstrando a vertente económica baseada, maioritariamente, na

⁴⁸ Neste caso remeto para o capítulo 4.5, onde descrevo as funcionalidades das estruturas de apoio à rede viária.

⁴⁹ Leonor Rocha define o sítio como Malhada, mas a identificação, neste estudo, de um outro topónimo idêntico, na mesma freguesia, fundamentou a utilização de uma outra aceção: a toponímia da herdade em que se insere.

exploração olivícola. Apesar de não terem sido identificados quaisquer socalcos territoriais ou indícios de edificações, em grande medida devido à vegetação, há referência à concentração de pedra miúda associada a cerâmica de construção que sugere a existência de uma estrutura (Rocha, Santos, Branco, 2013: 210).

Em **Santo Estevão (FS 53)** a mancha material identificada aponta para a presença de uma *villa* – 9.985m². Identificado por M. Justino Maciel (1998: 358), este sítio apresenta uma grande quantidade de indicadores construtivos à superfície, nomeadamente *tegulae* e *imbrices*, assim como elementos de cantaria reutilizados na construção da atual ermida. Os silhares graníticos apresentam grandes dimensões e constituem, igualmente, a base de um pequeno muro situado a Norte do santuário rural. Nas imediações foram identificados alguns fragmentos de cerâmica comum de produção local e restos de *opus signinum* muito gasto, sobretudo nas zonas afetadas pela lavra dos campos. Caminhando para Norte, entramos numa área com grande concentração material delimitada por um talude. Na zona sobranceira à atual estrada foram identificados alguns fragmentos de cerâmica comum de época tardia, a avaliar pelos componentes – elementos não plásticos bem definidos, alguns com marcas de combustão. Este sítio não se situa a grande distância da ermida de S. Marcos, onde foi identificada uma suposta *mansio* (FS 43), como veremos atempadamente, de Santa Rita (FS 54)⁵⁰ e de Chafariz (FS 52) pelo que é de levantar a hipótese de ter existido relação entre estes estabelecimentos. A mancha de dispersão cobre o topo e a suave encosta, virada a Este, sem grande visibilidade sobre o quadrante, devido às colinas de Evoramonte, beneficiando, em contrapartida, de bom domínio visual sobre o território a Oeste e a Norte, com proximidade a pequenos afluentes da ribeira de Têra.7

⁵⁰ Embora não tenha sido localizado no terreno, este sítio aparece referenciado por M. Justino Maciel (1998: 358). Nas imediações da ermida de Santa Rita foram identificados alguns materiais de época romana, como veremos posteriormente.

	<i>Santa Justa I</i>	<i>Monte do Paço</i>	<i>Vale de Melão</i>	<i>Santo Estevão</i>
<i>Terra Sigillata</i>	X			
Cerâmica importada	X	X		
Cerâmica comum	X	X	X	X
Vidro				
Silhares	X	X	X	X
Colunas	X			
<i>Opus Signinum</i>	X	X		X
<i>Tesselae</i>				
Estuque			X	
Escória	X			
Pesos de lagar	X			
<i>Molae</i>			X	
<i>Dollia</i>	X			
Mós				
Epígrafes				
<i>Dispersão material</i>	13 595 m ²	12 522 m ²	11 278 m ²	9 985 m ²

Tabela III – Materiais identificados nas *villae*.

4.2. Granjas

A identificação de núcleos rurais secundários tem refutado a ideia de que a paisagem rural romana se organizava, exclusivamente, em torno das *villae*. Apesar dos *agrónomos* latinos utilizarem, apenas, uma terminologia, a *villa*, alguns investigadores têm concebido várias definições para caracterizar os sítios, através da sua cultura e dispersão material. A historiografia portuguesa adotou nomenclaturas próprias para esses casos – quintas e casais (Bugalhão, 1998: 126) –, mas a referência a outras tipologias não deixa de ser uma realidade a ter em conta. Jorge de Alarcão definiu outro tipo de habitação para a exploração da média propriedade – a granja (Alarcão, 1998a: 94) – que parece corresponder aos termos anglo-saxónicos *farm* e *farmstead* (Carneiro, 2014: 133) e ao francês *ferme*. Todavia esta *escala hierárquica*, assente na linha *villa*-granja-casal, não é aceite por toda a comunidade arqueológica, tanto que há quem afirme que não existe qualquer diferença substancial entre este tipo de sítio e um casal (Lopes, 2000: 232). No entanto, apesar das constantes dúvidas e difíceis interpretações que as terminologias levantam, parece-me mais seguro recorrer às definições propostas por Jorge de Alarcão – granja e casal – atendendo ao facto de que quinta e casal parecem corresponder ao mesmo

tipo de estabelecimento⁵¹, ligado à exploração de propriedades de pequena dimensão, resguardando o termo granja para a exploração da média propriedade (Almeida, 2000: 42).

Não obstante esta conclusão, podemos admitir que a referência à existência de granjas não é muito comum, visto tratar-se de uma habitação destinada à exploração agropecuária do campo, como unidade unifamiliar, de cariz auto-subsistente, apresentando uma menor pujança económica e uma arquitetura mais modesta em relação às *villae*. Poderiam, eventualmente, possuir um *fundus*, com núcleos rurais dependentes (Alarcão, 1998a: 97), os *aedificiae in agris*, nos quais podemos integrar os *tuguria* ou as *capannae*, e de ser gerida por um proprietário de “classe média”. A própria situação destes locais diverge das paisagens por onde se estendem as *villae*, dado que se implantam, normalmente, numa cota mais elevada, o que pode estar relacionado com a “(...) *necessidade de suprir outras necessidades económicas, designadamente, a recolha de todo o material necessário à vida rural, como forragens para animais, a lenha para o aquecimento e construção de todo o mundo rural*” (Pinho, 2009: 116). A sua subsistência estaria dependente da posse de uma zona de produção, ou rústica, que poderá estar ligada às definições utilizadas, por outros autores, tal como acontece com as terminologias *villa rustica* (Mantas, 1986: 202) ou *villa* de segunda categoria (Carneiro, 2004: 76-77)⁵². Este último termo parece ser bastante coerente se tivermos em conta que as granjas se assemelham às *villae* em determinados aspetos, sobretudo arquitetónicos⁵³. Seria, até, plausível levantar a hipótese deste tipo de habitação corresponder a uma *villa* primordial que não obteve qualquer grau de desenvolvimento marcando “(...) *o primeiro patamar a partir do qual evoluirão as grandes villae do século III/IV*” (Carneiro, 2004: 78).

Porém, o carácter unifamiliar de exploração independente, que estas habitações teriam não é generalizada. Fermín Pérez Losada defende a possibilidade de as granjas galaico-romanas corresponderem a unidades bifamiliares ou, até, polifamiliares, corroborando a ideia através da interpretação de “(...) *duas casas rurais bastante*

⁵¹ Jacinta Bugalhão propõe identificar como quinta uma área, cuja dispersão material, seja inferior a 500m² (Bugalhão, 1998: 135), ao passo que Jorge de Alarcão define um estabelecimento, com uma dispersão de materiais entre os 100 e os 1000m², como casal (Alarcão, 1998a: 95).

⁵² Ambos autores não utilizam a terminologia “granja” pelo que a sua referência é feita aos casais.

⁵³ Jorge de Alarcão afirma que é possível encontrar nos sítios que correspondem a granjas romanas restos de materiais arquitetónicos, como fustes ou capitéis, apesar de serem um pouco mais toscos, *opus signinum*, que pode estar ligado à presença de uma zona termal, ou de *terra sigillata* (Alarcão, 1998a: 96).

igualitárias, neste caso de implantação adjacente, apenas separadas por um reduzido espaço que as individualiza e lhes serve de acesso” (Pérez Losada, 1998: 171). Esta realidade estaria, certamente, condicionada pelos fatores naturais com que a vivência rural e a exploração agrária se deparam, tal como aconteceria na região do Alto Côa, caracterizada por um isolamento económico, muito em função do relevo acidentado e da fraca produtividade da terra, que terá condicionado a ocupação humana no território (Osório, 2006: 102-103). Assim não será de estranhar a existência de núcleos de pequena ou média dimensão, numa área em que o latifúndio é uma palavra à margem da realidade, divididos entre famílias cujos laços comunitários funcionavam em paralelo no desenvolvimento do melhor processo económico possível.

Apesar de nenhuma fonte clássica parecer indiciar a existência de habitações com um papel secundário, evocando, consecutivamente, o termo *villa*, em *Rerum Rusticarum*, de *Marcus Varro*, existe uma passagem que deixa a imagem de uma *villa* mais simples. Durante o discurso entre *Quintus Axius* e *Appius Claudius* é feita a comparação entre duas *villae*, a qual termina na pergunta de *Appius*: “*Sed non haec, inquit, villa, quam aedificarunt maiores nostri, frugalior ac melior est quam tua villa perpolita in Reatino?*”⁵⁴ (Varrão, *Rust.*, III, II, III). Pelo que se depreende a *villa* de *Appius Claudius* era mais simples que a *villa* de *Axius*... Assim sendo, será que a habitação de *Appius* corresponderia ao que, hoje, definimos como granja? Seria uma granja bastante desenvolvida perto da dimensão das *villae*? Servirão as ténues diferenças entre as *villae* e as granjas para se estabelecer uma tipologia diferente? Podemos interpretar as granjas monumentais como *villae* de segunda categoria, como André Carneiro havia proposto? Ou será que por ser mais antiquada a habitação é traduzida num lugar mais simples sem ornamentação que, hoje, contraria o que entendemos por *villa*? Para este caso, Jorge de Alarcão afirma que existem granjas bastante desenvolvidas, comparadas a diversas *villae*, mas alude, também, ao facto de suceder o contrário, ou seja algumas granjas mais pobres que nos podem levar a uma indução errónea, desta comparando aos casais de alto calibre (Alarcão, 1998a: 94).

Toda esta diversidade de terminologias é uma realidade bem patente tanto em Portugal como em Espanha. Em estudos espanhóis a nomenclatura “granja” existe, mas o facto destes estabelecimentos serem considerados centros rurais de pequena e média

⁵⁴ “Não será esta *villa*, que os nossos ancestrais construíram, mais simples e melhor que aquela tua elaborada *villa* em *Reatino*?” [tradução livre].

dimensão, tal como acontece em alguns casos portugueses, torna a interpretação dos dados mais complexa. Por exemplo, no *ager* de Tarraco, através dos estudos de Marta Prevosti, foram levantados vários sítios deste tipo – em La Garriga, Can Berengueret parece corresponder a uma granja de pequenas dimensões, da qual resta *in situ*, um muro com *opus signinum*, e em Can Grau foi identificado um estabelecimento rural, alto-imperial, que parece indicar a presença de uma granja mais complexa, tanto que impõe algumas dúvidas à arqueóloga quanto à sua tipologia⁵⁵ (Prevosti, 2013: 190-191). Porém, a divergência tipológica, deste termo em comparação à nomenclatura portuguesa, está bem patente nos exemplos de M. Camacho Moreno, que identificou, em Loma Alta, pequenos sítios ligados à exploração agro-pecuária do território, entre os quais se contam algumas granjas, existindo dois exemplares com características semelhantes às *villae rusticae* (Camacho Moreno *et al*, 2005: 284) e, nas margens do Rio Guadalquivir, o *Baetis* da Antiguidade, foram identificadas várias granjas de pequena dimensão, situadas nas proximidades dos cursos de água, misturadas com estabelecimentos mais desenvolvidos (Camacho Moreno *et al*, 2005: 291). Já em Portugal, com uma realidade bem distinta, Pedro Carvalho admite que ao longo da Ribeira da Meimoa, no Fundão, foram identificadas várias granjas que parecem assumir o papel que as *villae* têm em outras regiões (Carvalho, 2002: 134). Na zona de *Aqua Flavia* (Chaves) foram identificados vários castros romanizados, aldeias, algumas *villae*, no vale do Tâmega, e, dispersas pelo terreno, um conjunto de granjas (Alarcão, 1998b: 185). No Alto Côa foram, também, contadas 12 *villae*, 10 granjas e 8 casais, apesar do autor ter definido um critério de dispersão que difere do que Jorge de Alarcão propõe⁵⁶ (Osório, 2006: 103).

Todavia parece existir um paradigma na situação destes núcleos rurais em relação às *civitas* (ou mesmo aos *vici*). Se na envolvente da antiga cidade de *Egitania* observamos uma realidade composta por diversos estabelecimentos secundários, sejam granjas ou casais (Alarcão, 1999: 34), no Alentejo, mais concretamente nos arredores de *Pax Iulia* ou *Ebora Liberalitas Iulia*, territórios centuriados, a realidade é bem distinta: obedece a um espaço bem organizado e cadastrado em que a *villa* se torna no principal estabelecimento de exploração agrária, gerida pelos grandes e abastados *domini*, tendo grande parte da população livre integrado os *fundi* destas grandes estruturas (Alarcão,

⁵⁵ Marta Prevosti afirma existir um estabelecimento, interrogando a possibilidade de se tratar de uma *villa* (Prevosti, 2013: 191).

⁵⁶ Marcos Osório propõe uma dispersão material entre os 5000 e os 12000m² para a identificação de granjas.

1999: 37). Assim, parece fiável admitir que existam granjas, fora dos domínios de *villae*, que desempenhem um papel semelhante ao das grandes casas de campo, acarretando importantes funções na produção de excedentes num determinado lote de terreno, embora mais distante das *civitates*, como parece ter acontecido nas imediações da Ribeira da Meimoa (Fundão) (Carvalho, 2002: 134).

4.2.1. Lista de sítios

Apesar de se tratar de uma categoria que levanta algumas dúvidas durante a análise dos indicadores, poderemos enumerar seis sítios que parecem corresponder a granjas. Em **Santa Justa 3 (FS 3)** encontraremos o sítio que mais informação nos dá, apesar de ter sido mantido à margem dos estudos efetuados nos últimos anos⁵⁷. Bem conhecido pela população, que outrora residiu em Santa Justa, o sítio implanta-se na extensa planície que caracteriza esta área, nas imediações da ribeira de Mendo Marques. Os trabalhos que reverteram à transformação da antiga escola numa atual residência fundamentaram a aparição de grandes quantidades de cerâmica de construção, com a *tegula* a predominar. Na área, apesar da densidade da vegetação, foram identificadas várias manchas, espalhadas em cerca de 2.548m², cujos indicadores corroboram a proposta de categoria: restos de tijolo de coluna, *opus signinum* e vários fragmentos de cerâmica comum, de produção regional e de importação, algumas das quais de pastas claras e alaranjadas. Apesar de existir referência a silhares⁵⁸, durante as visitas ao sítio não foram identificados quaisquer vestígios. Todavia, o indicador de maior relevância terá sido transferido, segundo as informações prestadas pelo proprietário, durante a década de 90, para o *monte* da Comenda Grande: trata-se de um peso de lagar em mármore (FAI 1), do tipo Estremoz/Vila Viçosa, com 1,31 metros de altura e 1,04 metros de diâmetro, levantando uma série de dúvidas que se prendem, igualmente, com a proximidade à *villa* de Santa Justa 1 (FS 1). Este peso de lagar revela um grande poderio económico por parte do proprietário deste estabelecimento, corroborado, pela presença de um outro sítio, de menores dimensões, situado na sua envolvência, que poderá corresponder a um anexo de exploração. Nas imediações deste local terá sido recuperada uma lápide votiva em

⁵⁷ Leonor Rocha identificou um sítio com esta toponímia, embora com escassa informação (Rocha, Santos, Branco, 2013: 220).

⁵⁸ De acordo com a informação patente no Portal do Arqueólogo (DGPC) – CNS: 18959.

mármore (FE 4), dedicada, supostamente, a *Carneus Calanticensis*⁵⁹, cuja informação será debatida num capítulo posterior⁶⁰.

No sítio de **Borrazeiro de S. Bento (FS 9)**⁶¹ observamos uma realidade que deixa algumas dúvidas quanto à sua categoria: apesar da mancha de dispersão – 7.075m² – atestar a presença de uma *villa*, os indicadores superficiais apontam para a presença de outro estabelecimento, talvez uma granja. Foram identificados inúmeros fragmentos de cerâmica de construção, nomeadamente *tegulae* e *imbrices*, assim como alguma cerâmica comum, embora escassa, de produção regional. À entrada do *monte* do Borrazeiro, junto ao portão, situam-se dois silhares de granito (FAI 10) que poderão ter sido transferidos deste local, não muito distante. O sítio, identificado em estudos anteriores, mas com a atribuição de uma categoria neutra⁶², implanta-se numa suave encosta virada a Sul, com boa visibilidade sobre a envolvência, não muito distante da ribeira da Fonte Boa, em solos de boa aptidão agrícola. Porém, a necessidade de análises mais aprofundadas faz com que o local se mantenha no limiar da incerteza, levantando alguma problemática, quanto à sua categorização.

Em **Almo 3 (FS 12)** a realidade é idêntica: estamos perante um sítio cuja mancha de dispersão e os indicadores superficiais o permitem categorizar como granja. Situa-se no topo de um pequeno cerro, caracterizado pelo afloramento granítico que se desenvolve na área, nas imediações de um afluente da ribeira do Castelinho, em zonas de grande variação pedológica. Na envolvência do *monte* do Almo, o revolvimento de terras fundamentou a aparição de inúmeros materiais de cronologia romana: entre a grande quantidade de cerâmica de construção foi possível evidenciar a presença de cerâmica comum de produção local e de *opus signinum*. Junto à atual habitação encontram-se dois silhares de granito e um peso de lagar da mesma matéria, com 0,55 metros de altura e 0,56 metros de diâmetro. Há, no entanto, que referenciar a identificação de cerâmica comum de épocas posteriores – pasta grosseira com elementos não plásticos bem definidos e alguma vidrada – o que pressupõe uma continuação funcional entre a Antiguidade Tardia e, mesmo, a Idade Média. A proximidade deste local a dois sítios de

⁵⁹ Embora José d'Encarnação levante esta possibilidade, a epígrafe encontra-se abreviada (Encarnação, 1984: 491).

⁶⁰ Remeto para o capítulo 5.1, para as informações acerca da religião.

⁶¹ Este sítio careceu de visitas que visassem uma análise mais aprofundada devido ao facto de estarmos perante uma propriedade privada em que o proprietário se encontrava, constantemente, ausente.

⁶² Este sítio aparece referenciado no Plano Diretor Municipal de Évora e no Portal do Arqueólogo – CNS: 25715 – com a categorização de *habitat*.

menor dimensão, define um papel central na exploração do terreno, exercendo a função através de, possíveis, anexos.

Em **Alpendres 2 (FS 14)** estaremos perante o caso que mais dúvidas levanta, quer pelo seu enquadramento, em relação ao, possível, povoado fortificado do Zambujal (FS 35), quer pela ausência de indicadores mais persistentes para a sua categorização. Situa-se numa encosta, entre o *monte* do Zambujal e o *monte* dos Alpendres, nas imediações de afluentes da ribeira de Machede, com solos de fraca qualidade. A tipologia definida prende-se à mancha de dispersão – 1.960m² – na qual, apenas, foram identificados alguns restos de cerâmica de construção (*tegulae* e *imbrices*) e fragmentos de cerâmica comum, de produção local, sobretudo em zonas de revolvimento de terras. Esta realidade e a proximidade do sítio ao hipotético povoado poderá, eventualmente, ter ditado o seu abandono, corroborado pela ausência de cerâmica comum de época posterior numa área, claramente, sob domínio de população de um período mais tardio⁶³.

A identificação de materiais de época tardia em sítios que correspondem a granjas parece ser uma realidade bem patente neste território. Em **Farragela (FS 17)**, a exploração agrícola do terreno afetou, em grande medida, a dispersão dos materiais, expondo à superfície inúmeros fragmentos de cerâmica de construção e de *dollia*, alguns deles atirados para moroiços. Este sítio, inédito, situa-se numa zona, um pouco irregular, junto à ribeira da Farragela, beneficiando de solos de boa aptidão agrícola. Todavia, a avaliar pela cerâmica comum identificada poderemos afirmar que o sítio teve ocupação numa fase mais tardia – cerâmica de pasta grosseira, por vezes com marcas de combustão. Para além disso, no local, foi identificado um silhar granítico, com 0,58 metros de comprimento, 0,30 metros de altura e 0,32 metros de largura, e várias rochas talhadas em moroiços que atestam a presença de estruturas.

O sítio do **Almo (FS 40)** situa-se no topo de um pequeno outeiro, com relativa proximidade a afluentes da ribeira da Cruz com solos de boa aptidão agrícola. Identificado por Leonor Rocha (Rocha, Santos, Branco, 2013: 213), este sítio levanta algumas dúvidas quanto à sua tipologia. Apenas foram identificados alguns materiais de construção, nomeadamente *tegulae*, *imbrices* e tijolos, e fragmentos de cerâmica de construção de época romana e posterior: talvez de época medieval, pelas suas características vítreas, tal como já havia sido testemunhado (Rocha, Santos, Branco, 2013: 213). Apesar de não existirem quaisquer indícios de monumentalidade neste sítio, apenas as grandes

⁶³ Neste caso remeto para o capítulo 4.5.1, onde descrevo o povoado fortificado do Zambujal.

quantidades de rochas atiradas para moroiços fazem supor a existência de estruturas. A sua mancha de dispersão – 4.580m² – permite catalogá-lo na categoria das granjas, apesar de necessitar estudos mais aprofundados. Todavia, é possível que este estabelecimento estivesse relacionado com um outro, de menores dimensões, nas imediações do *monte* da Malhada, dedicado, eventualmente, à exploração de cantaria bem patente no afloramento granítico com marcas de escalonamento e nos materiais de época romana que o cercam.

	<i>Santa Justa 3</i>	<i>Borrazeiro de S. Bento</i>	<i>Almo 3</i>	<i>Alpendres 2</i>	<i>Farragela</i>	<i>Almo</i>
<i>Terra Sigillata</i>						
Cerâmica importada	X					
Cerâmica comum	X	X	X	X	X	X
Colunas						
Silhares	X	X	X		X	
Tijolos de coluna	X					
<i>Opus Signinum</i>	X		X			
Pesos de lagar	X		X			
<i>Molae</i>						
<i>Dollia</i>					X	
Mós						
Epígrafes	X					
<i>Dispersão material</i>	2 548 m ²	7 075 m ²	3 249 m ²	1 960 m ²	3 854 m ²	4 580 m ²

Tabela IV – Materiais identificados nas granjas.

4.3. Casais

Tal como já foi aludido, o casal seria o tipo de habitação destinado à exploração da pequena propriedade, existindo a possibilidade de estar, por vezes, vinculado ao *fundus* de uma *villa*, em regime de arrendamento. Tal como aconteceria com as granjas, estas habitações, mais modestas, tratar-se-iam de estruturas unifamiliares independentes que viviam da exploração do campo, podendo fazê-la através de mão-de-obra assalariada (Almeida, 2000: 44). Seriam habitações mais pobres que os estabelecimentos destinados à exploração da média propriedade, podendo atingir, por vezes, a dimensão de uma granja menos abastada (Alarcão, 1998: 94), empurradas para terrenos ondulados de solos com fraca aptidão agrícola⁶⁴. A dificuldade de identificação deste tipo de sítios é uma realidade imposta, dado que se trata de “(...) *uma categoria híbrida, entre a de topo (a villa) e a de*

⁶⁴ Ocupariam, por vezes, o topo de cabeços (Lopes, Carvalho e Gomes, 1997: 139).

base (os pequenos sítios), apresenta fronteiras dúbias, confundindo-se com locais que afinal poderiam ser outra coisa, como os santuários ou pontos de funções viárias” (Carneiro, 2014: 133), e que não apresentam quaisquer sinais de *urbana ornamenta*, pelo que a sua identificação se cinge, sobretudo, à cerâmica comum aliada a elementos construtivos como silhares.

Existem autores que defendem a possibilidade de existirem casais com um grau de desenvolvimento distinto – em primeiro lugar, dentro de uma circunscrição, cuja dispersão material se enquadra entre 5.000 e os 10.000m², encontram-se as habitações mais “desenvolvidas”, embora sem ocorrência de elementos de prestígio, como mosaicos, esculturas ou revestimentos parietais, onde por vezes se detetam indícios de mármore, capitéis, colunas ou cerâmica de importação (dentro desta realidade, tal como já fiz referência, parece-me mais adequado definir a tipologia como “granja”, estabelecimentos mais desenvolvidos do ponto de vista arquitetónico), e, em segundo plano, as dependências rústicas menos rigorosas, mais humildes, com os traços básicos e necessários voltados unicamente, para a exploração do terreno, cujos indicadores materializam o seu perfil rústico baseado em diferentes atividades produtivas, como nos deixa a crer algum do espólio exumado nesses locais (mós, pesos de tear, *dollia* ou, em caso siderúrgico, escória) (Carneiro, 2014: 135). Além disso, a utilização de um termo que nos remete, unicamente, para os estabelecimentos secundários, cuja diferenciação é feita “por patamares”, deixa em aberto esta mesma hipótese. Todavia, a separação efetuada por Victor Revilla Calvo demonstra a disparidade que existe entre estes complexos – num primeiro plano o autor circunscreve os edifícios mais desenvolvidos dedicados a uma especialidade – seja a produção de vinho, azeite, atividades artesanais ou metalúrgicas – bem organizados na paisagem, exemplificando com El Moré, perto da *civitas* de *Iluro*, com uma área de dispersão a rondar os 1.200m², com diversos compartimentos destinadas a funções específicas⁶⁵. Num segundo patamar encontramos os edifícios mais simples e de menores dimensões dedicados a processos de trabalho intensivo e autónomo que podemos, tal como o autor, exemplificar com Ses Alzines e

⁶⁵ Apesar da reduzida área de dispersão dos vestígios, que nos remete para a existência de um casal, parece-me mais viável indicar uma tipologia diferente para este sítio – uma granja. Isto devido ao papel produtivo que o estabelecimento desempenhava, incorporando uma zona rústica, destinada à produção de vinho e às manobras artesanais, e uma zona de armazéns, à existência de uma zona de habitação dos trabalhadores e a anexos dedicados ao fabrico de ânforas (Revilla Calvo, 2010: 36-37) – um local bastante desenvolvido, para o termo, que, provavelmente, se dedicava à produção de excedentes como os exemplos nos deixam a crer.

Mas Carbotí, na Catalunha, ou Can Blanc perto de *Iluro* (Revilla Calvo, 2010: 36-37). Todavia, podem existir estabelecimentos deste tipo com distintos graus de especialização⁶⁶ e com uma capacidade económica superior aos restantes. No entanto o estudo destes sítios complica-se na medida em que a pobreza material os fragiliza tornando-os num alvo fácil de modificação ou destruição, quer por fatores naturais ou antrópicos (Bugalhão, 1998: 134), não ajudando o facto de se tratarem de edifícios únicos com diversas finalidades: residência, zona de produção e de armazenamento.

Contudo, a proliferação de levantamentos arqueológicos no âmbito do povoamento rural romano tem dado alguma matéria interpretativa dos estabelecimentos que podem ter correspondido a este tipo de sítios. Em Espanha, para além dos já mencionados, podemos referenciar os sítios de Torrebonica, perto de Terrassa, ou de Les Guardies, Les Teixoneres, Ca l’Estrada e Olivet d’en Pujol, este último com uma cabana associada (Revilla Calvo, 2010: 49-50). Nos arredores de Sevilha foram, também, identificados alguns estabelecimentos circulares, ovais e quadrangulares de pequena dimensão, caracterizados por uma forma pouco definida de pedra irregular e por uma mancha de cerâmica de construção e comum (Camacho Moreno *et al*, 2005: 283). Perto de Medellín, na província de Badajoz, estes estabelecimentos caracterizam-se pelos achados superficiais de telhas, tijolos, cerâmica comum ou, em raras ocasiões, elementos metálicos: num total de 112 sítios, 57 parecem corresponder a este tipo (Haba Quirós, 1998: 349-350). No entanto, a indefinição assistida, no que concerne a estabelecimentos secundários, em território espanhol, dificulta a interpretação da rede de povoamento romano: persistem dúvidas na classificação tipológica de determinados sítios, ao ponto que a nomenclatura “granja” funde, por vezes, os locais de média e baixa dispersão material.

No caso português o cenário é idêntico visto que o termo “casal” tem sido, frequentemente, utilizado para definir os sítios secundários identificados, tornando a análise dos indicadores à superfície mais facilitada, mas, em contrapartida, com necessidade de recorrer a uma subdivisão dentro do termo (Carneiro, 2014a: 134). Um exemplo paradigmático, que tem levantado imensas questões, situa-se no concelho de Monforte e já foi submetido a escavação, embora de modo parcelar e em contexto de

⁶⁶ Alguns estabelecimentos deste tipo poderiam, eventualmente, estar virados, unicamente, para a produção de vinho, de cerâmica ou para a metalurgia (Revilla Calvo, 2010: 36).

emergência⁶⁷ – o núcleo de povoamento rural de Sardos (Bugalhão, 2004a). A faceta agrária deste estabelecimento está bem patente no peso de lagar, tipo *praelum*, identificado, mas o estudo não permitiu definir uma tipologia concreta para o sítio, pelo que a autora apenas se limita a supor tratar-se de uma quinta⁶⁸ com lagar ou de uma estrutura vinculada ao *fundus* da *villa* de Torre de Palma (Bugalhão, 2004a: 148). A identificação destes estabelecimentos tem sido uma constante nesta região do Alto Alentejo – no caso fronteirense, André Carneiro identificou treze casais (Carneiro, 2004: 86) e no concelho de Avis, Ana Ribeiro inventariou doze estabelecimentos deste género (Ribeiro, 2015: 11-19).

Outros têm sido sujeitos a investigações mais aprofundadas, em distintas zonas do país, que têm revelado resultados interessantes: Terlamonte I, em Teixoso, na Covilhã, foi submetido a várias escavações, prospeções superficiais e prospeções geomagnéticas que permitiram calcular uma área superior ao que se supunha através da mancha de dispersão (Carvalho, 2007: 209). Foram identificados diversos compartimentos e elementos relacionados com o sustento da unidade familiar, como a existência de um contrapeso, possivelmente ligado à produção de vinho ou azeite, numa estrutura que, em primeiro plano, data do séc. I d.C. sendo abandonada posteriormente, durante os séc. II-III, em inícios de tempos bastante conturbados (Carvalho, 2007: 217-220). Nas imediações de Montemor-o-Novo, na herdade da Comenda da Igreja, o sítio de Cural dos Cães, levanta algumas problemáticas quanto à sua categorização. Poderemos eventualmente estar perante um casal – a avaliar pelas estruturas analisadas – mas o espólio exumado do sítio – fragmentos de *dollia*, restos de recipientes de vidro e de barro, escória de ferro, pregos, duas armelas de bronze, um cossoiro, várias moedas, algumas das quais envoltas num tecido à base de linho, e cerâmica de importação (Paço e Lemos, 1962: 321-326) – atestam a presença de uma *villa*, utilizada até à Antiguidade Tardia, a avaliar pela *terra sigillata* identificada (Paço e Lemos, 1962: 323).

Devido às intervenções efetuadas no cumprimento dos Planos de Minimização dos Impactes sobre o Património Arqueológico na barragem do Alqueva foram identificados vários sítios, alguns devidamente estudados (Gomes, 2013; Lopes, 2013; Lampa, 2013), em que um sobressai à análise: Juliôa 24. Este estabelecimento, sujeito a escavações arqueológicas entre 1997 e 2000, foi identificado através de uma mancha de

⁶⁷ Esta realidade pode explicar as dúvidas existentes.

⁶⁸ Aqui, importa sublinhar, tratar-se-á de um casal pelos motivos que evidenciei num capítulo anterior.

dispersão material a rondar os 250m² (Canhão, 2013: 111). Pelos indicadores poderíamos, eventualmente, depreender a presença de um pequeno sítio, mas durante as intervenções foram identificadas três áreas distintas: uma área doméstica, uma área de armazenagem e uma área de transformação. Na minha opinião e a avaliar pelas informações é possível que estejamos perante um casal romano, em que os compartimentos funcionavam em paralelo no sustento do núcleo familiar, já com algum poderio financeiro, talvez ao nível das granjas menos desenvolvidas, tendo em conta os fragmentos de *terra sigillata* hispânica e os numismas de Tibério, Trajano e Adriano identificados (Canhão, 2013: 127). Mais uma vez, observamos as dificuldades patentes na definição de determinados estabelecimentos em que a categorização se mantém no centro das discussões. Esta realidade relaciona-se com o facto de estarmos a tratar de uma sociedade sofisticada e desenvolvida, onde mesmo a “classe média” tinha uma capacidade de aquisição de elementos de cultura material que, todavia, não lhe permitiam viver em casas de grande aparato.

Todavia, a historiografia recente tem abordado as semelhanças entre o povoamento rural em época romana e atual distribuição dos *montes* alentejanos. Apesar de me parecer um pouco perigoso entrar na área da etno-arqueologia⁶⁹, começa-se a esboçar uma comparação entre as herdades alentejanas, geridas a partir de um *monte*, e os *fundi* romanos. No entanto apesar de ainda existirem terminologias que caracterizam esses centros – granjas, casais e quintas (Picão, 1947: 11) – a verdade é que a maioria das grandes propriedades parecem corresponder ao que outrora fora gerido pelas grandes *villae*, cujos anexos incluídos ainda desempenham um papel relevante na exploração da *tríade mediterrânica*. Aliás, a representação máxima do latifúndio romano parece ser refletida nas herdades alentejanas com uma vasta capacidade de organização de lavoura (Ribeiro, 1986: 57). Dentro deste espectro, alguns dos *montes* isolados parecem corresponder aos pequenos casais, destinados, sobretudo, à exploração pecuária em que o lavrador vive à base de uma pequena herdade ou mesmo quintal – normalmente habitação de guardas, pastores ou caseiros (Picão, 1947: 12) – que, a meu ver, poderia ser, eventualmente, explorada em regime de arrendamento. Apesar das semelhanças existe um patamar de cautela a tomar para estes exemplos. A alteração da paisagem e dos sistemas de exploração podem equivocar a realidade atrás descrita – tanto que o termo

⁶⁹ Trata-se de uma comparação arriscada, ainda mais se tivermos em conta o espaço temporal que separa estas duas realidades. A paisagem mudou, tal como os hábitos e as maneiras de exploração agrária.

granja, por exemplo, foi implementado, durante a Idade Média, para definir explorações agrícolas dependentes de mosteiros (Vieira, 2004: 31) enquanto o casal equivalia a várias parcelas dispersas (Alarcão, 1998a: 94).

4.3.1. Lista de sítios

O sítio da **Cháinha (FS 6)** levanta alguns problemas quanto à sua categorização. Apesar da mancha de dispersão e dos materiais identificados fundamentarem a presença de um casal – inúmeros fragmentos de cerâmica de construção (*tegulae*, *imbrices* e tijolos), cerâmica comum, de produção regional, e vários silhares, um deles com marca de encaixe –, a localização do sítio e a identificação de uma placa funerária em calcário, dos séc. I-II, possivelmente, ligada à presença de um jazigo (Encarnação, 1984: 471), nas imediações fazem-nos refletir um pouco sobre o papel deste estabelecimento no território em que se insere. Situado num topo aplanado de um pequeno cerro, com grande concentração material na encosta virada a Sul, nas imediações de pequenas linhas de água, a pouca distância da barragem do Divor, situada a Norte, e com terrenos de transição, em termos de potencial agrícola, beneficiando, em diversas zonas, de campos bem irrigados. Todavia, poderemos, eventualmente, estar perante um sítio de outra categoria, tudo mais se tivermos em conta a possibilidade de ter sido gerido por uma pequena família de colonos itálicos (Encarnação, 1984: 471-472) com poder financeiro para mandar edificar um monumento funerário de grande dimensão. Todavia, não será descabido levantar a hipótese deste sítio fazer parte do *fundus* de outro estabelecimento, em forma de arrendamento, explorando o terreno envolvente como meio de auto-sustentação.

Em **Botaréus (FS 16)** observamos uma pequena mancha de dispersão material a rondar os 1190m². Os materiais identificados, em zonas de mato rasteiro destinado à pastorícia e a à criação de gado bovino, deixa em aberto a possibilidade de estarmos perante um casal: fragmentos de cerâmica de construção (*tegulae* e *imbrices*), cerâmica comum, de produção regional, restos de *dollia*, um silhar (FAI 12), transferido para o *monte* dos Botaréus, servindo hoje de bebedouro para gado, e um peso de lagar com 0,44 metros de altura visível e 0,50 metros de diâmetro. Identificado através de informações fornecidas pela população, este sítio situa-se numa zona aplanada, com excelente visibilidade sobre o terreno a Sul, à beira de um pequeno afluente da ribeira da Fonte Boa, com solos de boa aptidão agrícola. Os moroiços de pedras e cerâmica de construção, onde se encontram vários bordos de *dollia*, corroboram a presença de estruturas, vocacionadas,

hipoteticamente, para a exploração vinícola, ou olivícola, avaliando a abundante presença de materiais relacionados.

Dentro deste prisma, o sítio da **Cabidinha 3 (FS 22)** será aquele que mais dificuldades levanta em relação à sua função. Poderemos, eventualmente, estar perante um casal, a avaliar pela mancha de dispersão, dedicado à extração de cantaria, como deixa a crer a pedreira (FS 21) identificada nas suas imediações, mas a fraca qualidade do material – cerâmica de construção, composta essencialmente por tijolo e algumas *tegulae*, muito roladas, e alguma cerâmica comum, de época romana e posterior – levanta a hipótese de o sítio ter correspondido a um pequeno anexo dedicado à exploração daquela matéria-prima, permanecendo em função até uma fase mais tardia. Além disso é necessário refletir na ligação entre este local e a, possível, presença de uma necrópole (FS 20), provavelmente, relativa à Antiguidade Tardia, reaproveitando os grandes blocos graníticos para formação de sepulturas. Não obstante, o sítio situa-se em um topo aplanado com boa visibilidade sobre a envolvência, um pouco afastado da fonte hídrica mais próxima, um afluente da ribeira da Fonte Boa, com solos de transição, em termos de potencial agrícola. A densidade arbustiva e as marcas de exploração agrícola patentes em algumas áreas dificultam, em grande medida, a análise do sítio, que poderia, hipoteticamente, estar relacionado com o estabelecimento do Borrazeiro de S. Bento (FS 9).

Em **Cabidinha 4 (FS 23)** observamos um sítio de pequenas dimensões – 507m² – sem elementos de grande relevância. Identificado em estudo anteriores⁷⁰, a constante atividade agrícola a que o sítio foi submetido, em determinadas zonas, fundamentou o aparecimento de alguns fragmentos de cerâmica de construção (*tegulae* e *imbrices*) e restos de cerâmica comum, de produção regional, alguns destes com extensas marcas de combustão, assim como algumas rochas, por vezes agrupadas em moroiços, que podem corroborar a existência de estruturas. Situa-se no topo de um cerro com boa visibilidade sobre a envolvência, sobretudo para Norte, mas a relativa distância à linha de água mais próxima, um afluente da ribeira da Fonte Boa, com solos de fraca aptidão agrícola.

No sítio do **Passinho (FS 39)** as dúvidas prendem-se quanto à época da sua funcionalidade. Estamos perante um sítio ocupado em diversos períodos, a avaliar pelos materiais identificados. No local foram reconhecidos alguns materiais de construção, nomeadamente tijolos e *imbrices*, apresentando, estes últimos, um grau de destruição

⁷⁰ Este sítio está patenteado no Portal do Arqueólogo (DGPC) – CNS: 26023 – e no PDM de Évora.

muito elevado que põe em causa a sua análise. Além disso foi identificado um silhar de granito junto à parede Este do *monte* do Passinho, que poderá, eventualmente, ter sido transferido deste local, uma mó, do mesmo tipo geológico, com 0,36 metros de diâmetro e um percutor de quartzo. A presença de cerâmica de pasta grosseira com desgordurantes bem definidos, à base de quartzo, fundamenta a utilização deste pequeno estabelecimento em época tardia. Situa-se no topo aplanado de um pequeno outeiro, com maior concentração material na encosta virada a Sudoeste, nas imediações de um afluente da ribeira da Fonte Boa, com solos de boa aptidão agrícola utilizados, atualmente, para a exploração cerealífera e olivícola, que afetou, de certa forma, o estado do sítio. Não muito distante, junto ao *monte* do Paço de Camões (FAI 7), foram identificados alguns silhares graníticos, numa zona de difícil análise devido à exploração cerealífera.

Em **Carrascal (FS 42)** observamos uma realidade distinta. Identificado durante o levantamento para a Carta Arqueológica do concelho de Redondo (Calado e Mataloto, 2001), este sítio situa-se numa zona plana, perto da ribeira do Zambujo, com terrenos revolvidos pela exploração agrícola. Na zona foram identificados inúmeros fragmentos de cerâmica de construção (*tegulae*, *imbrices* e tijolos) e alguma cerâmica comum, de produção regional e de pasta clara, com marcas de incisão. Apesar de existirem referências a estruturas⁷¹ não foram identificados quaisquer vestígios.

O sítio da **Pedregosa 2 (FS 45)** aparece referenciado no Plano Direto Municipal de Évora, mas a ausência de coordenadas dificultou a sua identificação. Numa zona caracterizada por pequenas linhas de água, afluentes da ribeira da Grosseira, que transportam grande parte dos materiais, o sítio estende-se por uma suave encosta virada a Sul, com boa visibilidade sobre o quadrante. Em solos de boa aptidão agrícola, e com escasso índice arbustivo, foram identificados vários fragmentos de cerâmica de construção (*tegulae*, *imbrices* e tijolos), assim como restos de *dollia*, em que grande parte são bordos. É possível que este sítio estivesse relacionado com Pedregosa 1 (FS 44), que se situa a pouca distância, ou com o estabelecimento do Monte da Venda (FS 24).

⁷¹ Segundo a informação patente no Portal do Arqueólogo (DGPC) – CNS: 29775 – foram identificados vestígios de estruturas.

	<i>Cháinha</i>	<i>Botaréus</i>	<i>Cabidinha</i> 3	<i>Cabidinha</i> 4	<i>Passinho</i>	<i>Carrascal</i>	<i>Pedregosa</i> 2
Cerâmica comum	X	X	X	X	X	X	X
<i>Tegulae</i>	X	X	X	X		X	X
<i>Imbrices</i>	X	X		X	X	X	X
Silhares	X	X			X		
Pesos de lagar		X					
<i>Dollia</i>		X					X
<i>Molae</i>							
Mós					X		
Epígrafes	X						
<i>Dispersão material</i>	1 321 m ²	1 159 m ²	1 282 m ²	507 m ²	542 m ²	1 413 m ²	430 m ²

Tabela V – Materiais identificados nos casais.

4.4. Pequenos sítios

Numa hierarquia bem definida, os pequenos sítios surgem no extremo oposto às *villae*, tratando-se, provavelmente, de estabelecimentos que levantam a maior parte das problemáticas durante os trabalhos de campo: quer na sua identificação – tratam-se de pequenas manchas de dispersão que não ultrapassam os 500m², por vezes escondidas na paisagem passando despercebidas entre o coberto arbustivo, para além de, muitas das vezes, serem mal interpretadas, devido à sua pobreza material, sujeita a reutilização em épocas posteriores. Tratar-se-á de uma categoria neutra dependente de uma *villa*, ou mesmo de uma granja de maior poderio, que passaria pelo apoio nas atividades agrárias do dia-a-dia – *aedificiae in agris*. A historiografia tem adotado nomenclaturas para estes casos: as terminologias *tugurium* e *cappana* parecem ser as mais utilizadas, apesar de alguns autores interpretarem estes sítios como abrigo (Mantas, 1986: 207), pequeno sítio (Lopes, 2000: 221), *sites à tegula* (Mantas e Sillières, 1990: 159) ou mesmo “anexo de *villa*”, se se situar numa área à volta dos 200 hectares na envolvência das *villae* (Alarcão, 1998a: 96). Os primeiros termos aparecem referenciados, tanto por Plínio-o-Velho (XIV, III) como por Isidoro de Sevilha (XV, XII), pelo que parecem estar adaptados à realidade como suportes habitacionais durante as atividades de pastorícia, correspondendo ao que, atualmente, denominamos por malhadas ou arribanas (Carneiro, 2014a: 135). No entanto, parece-me que estas terminologias poderiam corresponder a casos singulares: cada edifício corresponderá, efetivamente, a uma função específica, pelo que a utilização de nomenclaturas distintas parece correta. Contudo, a identificação destes locais passará pelo

uso de um só termo que permita estipular uma tipologia, independentemente da função de cada sítio: pequenos sítios.

Situados, predominantemente, no topo de cabeços, podemos encontrar em alguns casos aglomerados de rochas, seguramente, empregues na alvenaria, apesar da matéria-prima primordial utilizada passar, sobretudo, pela taipa ou pelos tijolos em adobe (Carneiro, 2014: 136). Tal facto é corroborado por Victor Revilla Calvo, exemplificando com Els Vidals, nas imediações de *Iluro*: tratar-se-ia de um pequeno edifício, de duas divisões abertas, com muros de pedra, material reutilizado e chão de terra batida (Revilla Calvo, 2010: 37). Um outro caso passará por La Peirrota, datado de finais do séc. I a.C. – séc. I d.C., que corresponderia a uma dependência dedicada à produção de vinho ou azeite (Revilla Calvo, 2010: 38). Perto de Elvas, o sítio da Vinagreira apresentava uma diminuta mancha de dispersão material – cerca de 10m² – pelo que a definição parece adequada⁷². Apesar de ter sido exumada uma fivela que nos remete para os finais do séc. VI, inícios do séc. VII, a quantidade de material identificado (cerâmica de construção, comum e *dollia*) podem corresponder a um estabelecimento de época romana, utilizado até uma fase mais tardia, destinado “(...) *determinados trabalhos agrícolas ou de pastoreio e/ou local de armazenamento de produções agrícolas ou florestais*”, não sendo de excluir a possibilidade de se tratar de um pequeno casal (Bugalhão, 2004b: 107). Além disso é de referenciar o achado de um elemento de cantaria em calcário, possivelmente relacionado com a presença de uma fonte, que levanta algumas questões. Assim não estaremos na presença de um anexo de trabalho, a não ser que fosse destinado ao tratamento dessa matéria-prima, mas sim de um estabelecimento de maiores dimensões com um jardim incluído. Todavia, este é um exemplo da dificuldade em detetar estes locais, consoante a dispersão material, tanto mais que a densidade só aumenta conforme o investimento da investigação, tal como acontece nos concelhos mais prospetados, isto quando a qualidade ecológica e pedológica assim o permite (Carneiro, 2014a: 136).

4.4.1. Lista de sítios

Em relação à **Comenda Grande 1 (FS 4)** poderemos deduzir tratar-se, possivelmente, de um pequeno sítio relacionado com a *villa* de Santa Justa (FS 1). Situa-se a cerca de 500 metros deste estabelecimento numa suave elevação, sobranceira à

⁷² Apesar da autora definir o local como “abrigo” (Bugalhão, 2004b: 107), parece-me mais correto utilizar outro termo, como enfatizei anteriormente.

estrada regional que liga a vila de Vimieiro a Igrejinha, com boa visibilidade sobre a planície envolvente, nas imediações de pequenos cursos de água que desaguam na ribeira de Mendo Marques, com solos de boa aptidão agrícola, utilizados para pastoreio e exploração de culturas cerealíferas, grande parte, atualmente, em pousio. Os indicadores superficiais parecem corroborar a presença de um pequeno sítio, neste caso, anexo de *villa*, atestado pela presença de alguma cerâmica de construção, por vezes agrupada em grandes moroiços, com enfoque para os *imbrices*, de um percutor em quartzo e de um peso de rede fraturado.

Em **Almo 1 (FS 10)** a realidade não será muito distinta. A avaliar pela proximidade à possível granja do Almo 3 (FS 12), estaremos na presença de um pequeno sítio de apoio à exploração do terreno. Este situa-se no topo de um cerro, com grande predominância material na encosta direcionada a Sul, mas com má visibilidade sobre o quadrante Norte, perto de duas pequenas linhas de água afluentes da ribeira do Castelinho, em solos de boa aptidão agrícola, mas com grande densidade de vegetação que impossibilitou uma melhor análise ao local. Em zonas de terra lavrada foi possível identificar alguma cerâmica de construção (*tegulae* e tijolos) e fragmentos de cerâmica comum, de época posterior. Estaremos, eventualmente, na presença de um sítio reaproveitado durante a Antiguidade Tardia e/ou, mesmo, durante a Idade Média, facto bem patenteado em alguma cerâmica vidrada e melada identificada.

O sítio de **Almo 2 (FS 11)** levanta algumas problemáticas. Situado no topo de um pequeno outeiro, junto a um afluente da ribeira do Castelinho, em solos de fraca aptidão, este sítio apresenta uma pequena mancha de dispersão - 242m² – que nos permite identificá-lo, hipoteticamente, como pequeno sítio, possivelmente relacionado, tal como Almo 1 (FS 10), com a granja do Almo 3 (FS 12). Todavia, apesar de terem sido identificados alguns fragmentos de cerâmica de construção de época romana, nomeadamente *tegulae* e tijolos, presumivelmente reutilizados em épocas posteriores, corroborado pela cerâmica comum identificada – alguma de pasta grosseira com grande domínio de elementos não plásticos e outra melada – a proximidade de uma possível sepultura levanta algumas dúvidas quanto à função do sítio. Primeiro há que salientar a passagem da via XII, do Itinerário de Antonino, nas imediações deste sítio, pelo que não seria, de todo, descabido estarmos perante uma sepultura de época mais tardia, caracterizada por três blocos de granito⁷³. Assim, poderemos, eventualmente, levantar a

⁷³ Esta realidade prende-se ao facto das necrópoles se situarem nas imediações da rede viária.

hipótese de o sítio ter desempenhado, em época romana, um papel de apoio à exploração dos campos, transformando-se, em época posterior, num lugar de enterramentos, cuja sepultura nos faz supor.

Em **Alpendres 1 (FS 13)** assistimos a uma realidade com escassos indicadores superficiais. Ainda assim, foram identificados, em zonas de mato rasteiro, alguns elementos de construção como *imbrices* ou tijolos, e um bordo de *dollium*. Este sítio situa-se numa área aplanada, protegido a Norte por um cerro, beneficiando, em contrapartida, de uma excelente visibilidade sobre a restante envolvente, nas imediações de um afluente da ribeira de Machede, com solos bastante precários. Todavia, poderemos supor uma, possível, ligação deste pequeno sítio à granja de Alpendres 2 (FS 14) e, posteriormente, ao povoado fortificado do Zambujal (FS 35).

O sítio do **Montinho da Farragela (FS 28)** situa-se numa pequena encosta virada a Sul com excelente visibilidade sobre o mesmo quadrante, nos arredores da ribeira da Farragela com solos de fraca aptidão agrícola. Todavia, este sítio poderá estar relacionado com a suposta granja da Farragela (FS 17), situada nas imediações, como apoio à exploração do terreno, a avaliar pelo fraco espólio identificado: alguns fragmentos de cerâmica de construção (*tegulae* e *imbrices*), grande parte concentrados em moroiços, entre alguns elementos pétreos que podem ter feito parte da hipotética estrutura. A cobertura vegetal não permitiu analisar da melhor forma o sítio.

Esta realidade está bem patenteada, de igual forma, em **Comenda do Meio (FS 29)** cujos materiais nos tecem pouca informação: restos de cerâmica de construção (*tegulae*, *imbrices* e tijolos) sem outros indícios de destaque. Este sítio situa-se a poucos metros da granja de Santa Justa 3 (FS 3), pelo que poderemos, eventualmente, estabelecer a ligação entre ambos, no sopé de uma pequena encosta virada a Sul, com boa visibilidade sobre o mesmo quadrante, nas imediações de pequenos afluentes da ribeira de Mendo Marques. No entanto, há que referenciar a densa cobertura vegetal, que impediu uma melhor interpretação dos vestígios e do local ser, fortemente, afetado pela prática agrícola.

Em **Pedregosa 1 (FS 44)** observamos o sítio com menor riqueza material dentro desta tipologia, a par do Almo 1 (FS 10): pequena mancha de dispersão - 103m² – com identificação de poucos fragmentos de *tegulae* e alguma cerâmica comum bastante rolada, possivelmente, devido à atividade agrícola a que o sítio foi submetido. O sítio localiza-se em terreno plano, nas imediações de um pequeno afluente da ribeira da Grosseira, sem grande visibilidade sobre a envolvente, com relativa proximidade ao casal da Pedregosa

2 (FS 45), pelo que poderia, eventualmente, fazer parte da exploração de uma pequena herdade.

	<i>Comenda Grande I</i>	<i>Almo 1</i>	<i>Almo 2</i>	<i>Alpendres I</i>	<i>Montinho da Farragela</i>	<i>Comenda do Meio</i>	<i>Pedregosa I</i>
Cerâmica comum		X	X				X
<i>Tegulae</i>		X	X		X	X	X
<i>Imbrices</i>	X			X	X	X	
Tijolos	X	X	X	X		X	
<i>Dollia</i>				X			
Peso de rede	X						
<i>Dispersão material</i>	130 m ²	85 m ²	242 m ²	147 m ²	460 m ²	431 m ²	103 m ²

Tabela VI – Materiais identificados nos pequenos sítios.

4.5. *Mansiones e mutationes*

O estudo da rede viária tem fundamentado, em grande medida, a identificação de estabelecimentos ordenados cuja função passaria pelo apoio aos viajantes na transição do *cursus publicus*, entre *civitates*. Apesar dos recentes estudos se circunscreverem, sobretudo, a dois tipos estações viárias, as *mansiones* e as *mutationes*, não é de ignorar a existência de sítios de pequena envergadura, relacionados a vias secundárias dedicadas a ligações locais, de cariz privado, como as *couponae*, *tabernae*, *hospitia* ou *deversoria* (Ramos e Simão, 2012: 70), ou as *stationes* com carácter policial, destinadas ao controlo das estradas (Mantas, 2014: 244). No entanto, as *mansiones* seriam o topo desta hierarquia, bem patentes, tal como as *civitates*, nos diversos itinerários clássicos que nos chegaram: *Itinerário de Antonino*, *Itinerário de Barro de Astorga*⁷⁴, *Vasos de Vicarello*⁷⁵ ou, já numa fase mais avançada, o caso da *Cosmografia de Anónimo de Ravena* (Mantas 2014: 232). Apesar destas fontes substanciarem a localização de cada sítio, considerando os valores métricos da milha romana, a informação é de difícil análise, seja pela

⁷⁴ O Itinerário de Barro de Astorga é composto por quatro tábuas de argila em que aparecem nomeadas uma série de vias do Noroeste ibérico, com detalhes sobre as diversas *mansiones* e a distância a que se situariam umas das outras (Roldán Hervás, 1975: 163).

⁷⁵ Os *Vasos de Vicarello* indicam a localização das *mansiones* entre Cádiz e Roma, e as respetivas distâncias (Mantas, 2012: 142).

dificuldade em relacionar a tipologia com a realidade arqueológica, marcada pela ausência de provas epigráficas⁷⁶, como aconteceu em alguns casos em que os “(...) *researchers have suggested that those buildings were villae rusticae, and subsequent studies have placed them in the mansio category (...)*” (Panaite, 2004: 188), seja pelo facto da principal fonte, o *Itinerário de Antonino*, omitir alguns pontos de passagem, além de ter sido a base de um excesso de “cópias”, acumulando erros que confundem os investigadores (Carneiro, 2008: 32). Um caso peculiar prende-se com a via XII, cujo itinerário terá, aparentemente, omitido algumas estações entre *Ebora Liberalitas Iulia* e *Emerita Augusta*, depreendendo várias interpretações relacionadas com a localização das *mansiones*⁷⁷ (Almeida *et al*, 2011: 194). Também no *territorium collipponensis* não existem quaisquer referências, no *Itinerário Antonino*, a vias que fizessem ligação de *Collippo* a outras *civitates*, embora na zona tivesse passagem uma das *viae publicae* mais importantes da região, que ligava *Olisipo* a *Conimbriga* (Bernardes, 2007: 93). Por fim, o equívoco de Mário Saa, localizando as estações algarvias em locais que não correspondem à realidade, é um outro exemplo de como a informação pode, por vezes, dificultar a análise dos sítios e a sua identificação⁷⁸ (Carneiro, 2008: 83).

Estas estações viárias caracterizavam-se pelo seu carácter público, dotado de um certo nível de centralidade, cujo afastamento de funções urbanísticas fomentava a especialização em diversos sentidos – viários, comerciais e sagrados (Carneiro, 2014a: 143). Seriam espaços multifacetados com estúbulos, ou cavalariças, alpendres, armazéns, oficinas e cozinhas com grande preparação alimentar (Ramos e Simão, 2012: 70), marcados pela sofisticação das instalações e por zonas termais, cujo papel poderia, porventura, ser desempenhado pelas *villae*, em casos específicos (Carneiro, 2014a: 151), onde se alojavam, gratuitamente, os funcionários e os soldados que viajavam por conta

⁷⁶ Para este caso Vasco Mantas afirma que a identificação destes locais, de cariz não urbano, pode ser feita através do nome, antecedido de *ad*, que inclui substantivos paisagísticos identificáveis (Mantas, 2014: 239) – tal como se sucede com *Ad Septem Aras* ou *Ad Atrum Flumen*.

⁷⁷ Apesar da possibilidade de o traçado *Ebora Liberalitas Iulia – Emerita Augusta* ter de ser lido “ao contrário” (Almeida *et al*, 2011: 194), existem autores que defendem a organização miliar patente. Além de Vasco Mantas situar *Ad Atrum Flumen* na Herdade da Morgada, nas imediações de S. Miguel de Machede (Mantas, 2014: 246), Rui Mataloto levanta a hipótese de *Dipo* se situar sob a atual vila de Evoramonte (Mataloto *et al*, 2014: 6), apesar de, até agora, se infundada. André Carneiro, por outro lado, afirma que o *oppidum* romanizado localizar-se-á nas imediações de Talavera la Real (Carneiro, 2008: 54), tal como já havia feito D. Juan Agustin Cean-Bermudez (Cean-Bermudez, 1832: 289).

⁷⁸ Segundo Mário Saa, *Baesuris* (Castro Marim) situar-se-ia em Salir, no concelho de Loulé, *Balsa* (Torre d’Aires, Luz de Tavira) em Silves e *Ossonoba* (Faro) a 14km de Lagos, onde se situa a *villa* de Boca do Rio (Carneiro, 2008: 83).

do Estado (Fornell Muñoz, 2012b: 402): podemos incluir aqui os *courriers*, que Heródoto menciona (VIII, 98), os *speculatores*, durante o período imperial, que equivalem aos *tabellarii* republicanos (Smith *et al*, 1891: 121). Dentro desta realidade, a identificação destes estabelecimentos viários está muito aquém das expectativas – apenas foram identificadas cerca de 27 estações num total de 56 na Lusitânia (Mantas, 2014: 233) –, apesar do grande progresso assistido, sobretudo, desde a publicação da obra de Roldán Hervás (1975) e da, conseqüente, descrição de cada sítio. O facto de exercerem funções em meio rural não implica que com o desenvolvimento adquiram, com o passar do tempo, uma outra dimensão, tornando-se, conseqüentemente, em aglomerados populacionais, como terá acontecido com *Abelterium*⁷⁹ (Carneiro, 2014a: 174), podendo, em contrapartida, desempenhar funções em meio urbano, como se sucedeu em *Scallabis*, *Cale* ou *Metellinum* (Mantas, 2014: 239), como Alejandro Fornell Muñoz nos leva a crer, afirmando que “(...) *las propias ciudades actuaban de estaciones, ya que contaban con las instalaciones necesarias para ofrecer descanso a los viajeros y aparejos para las caballerías y vehículos*” (Fornell Muñoz, 2012b: 402). Situadas “(...) *a uma distância passível de ser percorrida ao longo de um dia de viagem*” (Carneiro, 2014a: 131) as *mansiones* distinguem-se das *mutationes* pela sua arquitetura e função – além das *mutationes* serem mais modestas, do ponto de vista arquitetónico, que dificulta, em grande medida, a sua identificação no terreno, estas seriam utilizadas para paragens momentâneas e troca de animais, situando-se a uma distância coerente entre *mansiones*⁸⁰, que estariam preparadas para estadias mais longas, nomeadamente para pernoita dos viajantes.

Todavia, todas as situações apresentadas emergem das constantes e diferentes interpretações a que estes estabelecimentos têm sido submetidos, o que, por vezes, gera uma certa confusão no estudo de caso. Tendo em conta esta realidade, não me parece de todo descabido, diferenciar por categorias os casos atrás assinalados, como aliás, Adriana Panaite já havia proposto (Panaite, 2004: 186). Assim, num primeiro patamar teríamos as *mansiones* de carácter urbano, sejam elas parte do equipamento das *civitates*, que prestava apoio aos viajantes, ou base de desenvolvimento de aglomerados populacionais, como já foi referenciado anteriormente, sucedidas por um segundo patamar onde constam as

⁷⁹ Apesar de existirem dúvidas na elevação de *Abelterium* a *civitas*, Maria Pilar Reis admite que as termas poderiam, certamente, fazer parte de um *vicus* fundamental no eixo viário que ligaria *Olisipo* a *Emerita Augusta* (Reis, 2014: 28).

⁸⁰ Entre duas *mansiones* situar-se-iam quatro ou cinco *mutationes* (Smith *et al*, 1891: 121).

mansiones rurais, estalagens desenvolvidas, dispersas ao longo da rede viária, que não assistiram a qualquer grau de evolução urbanística. Num terceiro plano poderemos, eventualmente, introduzir as *mutationes*, mais modestas e com um carácter de *breve passagem*, seguidas, num quarto, e último, patamar pelas estruturas de apoio às vias regionais, de menor envergadura.

Apesar da problemática associada à identificação destes espaços, podemos enumerar uma série de exemplares que muito tem dado ao desenvolvimento conceptual: em Espanha os estudos desenvolvidos por Isaac Moreno Gallo sobre a rede viária⁸¹ tem proporcionado alguma informação sobre estas estações - a *Via de la Plata* foi base de sucessivos estudos que permitiram interpretar alguns locais, supostamente, correspondentes às *mansiones* de *Caelionicco*, relacionada com *Caecilius Metellus*, inimigo de Sertório (Roldán Hervás, 1975: 83), em *Recueros de Peñacaballera* e *Ad Lipos* em Valverde de Valdelacasa (Moreno Gallo, 2010-11: 4). Com o estudo da *Via Nova*, Antonio Rodríguez Colmenero enfatizou o conhecimento sobre as *mansiones*, catalogando, *Aquis Originis*, levantando a hipótese de se tratar de uma *mutatio*, *Aquis Querquennis*, onde se situou um acampamento do período flaviano, *Geminis*, *Salientibus*, *Praesidium*, *Nemetobriga*, *Foro*, *Gemestario* e *Bergido* (Rodríguez Colmenero, 1995-96: 94-100). A *mansio* de *Ildum*, nas imediações da *Via Augusta*, já foi submetida a escavações em 1986-87, com as quais foi possível concluir a funcionalidade do edifício através de “(...) *un pati per a l'accés i la distribució interna amb un rafal, un edifici de murs gruixuts reforçats amb contraforts que pot identificar-se amb un graner i un segon edifici de planta rectangular amb subdivisions internes que podia fer de magatzem*” (Arasa i Gil, 2013: 198). Nos arredores de Madrid, em Collado Mediano, foi identificada e escavada uma estação viária, da via XXIV do *Itinerário de Antonino*, que corresponderá à *mansio* de *Miaccum* (Roldán Hervás, 1975: 84), que terá funcionado em três fases distintas: entre o séc. I e o séc. II, entre o séc. IV e o séc. V tendo sido, posteriormente, reutilizada em época tardia (Rodríguez Morales, 2009: 97). Na comarca de Valduerna, na província de León, tem sido levantada a hipótese de identificação da *mansio* de *Argentiolum* na extensão da via 319 mencionada na *Cosmografia de Anónimo de Ravena* (Argüelles Álvarez e García Sarmiento, 2015). Também nos territórios que envolvem o Rio Guadalquivir, Alejandro Fornell Muñoz situa as *mansiones* de *Ad Duo Solaria* entre

⁸¹ Para uma melhor compreensão do estudo de caso sugiro a seguinte página *web*:

<http://www.viasromanas.net/>

Montizón e Aldeahermosa, *Ad Morum*, em Cjo. de Rubializa e *Ad Aras*, patente nos *Vasos de Vicarello*, a Norte de Linares (Fornell Muñoz 2012b: 402).

Em Portugal ainda subsistem algumas dúvidas na definição destes espaços: muitos deles não foram identificados ou, apenas, levantam várias incertezas quanto à sua localização. Para além de *Abelterium*, situada em Alter do Chão e identificada através de um grafito inciso num *imbrex* (António e Encarnação, 2009), há que referenciar o sítio da Eira Velha, em Miranda do Corvo, intervencionado e datado de entre meados do séc. I e finais do séc. IV d.C., apresentando três fases construtivas (Ramos e Simão, 2012: 65). Quanto às *mansiones*, situadas nas imediações das vias de ligação entre *Olisipo* e *Emerita Augusta*, as dúvidas persistem na sua identificação. *Ad Septem Aras*, por exemplo, tem sido situada nas imediações de Campo Maior (Alarcão, 2006: 229; Carneiro *et al*, 2008: 170; Carneiro, 2008: 66), ao passo que *Malaceca*, tem sido situada na zona de Marateca, nas proximidades de Landeira (Carneiro, 2008: 50), apesar de ser submetida a diversas propostas (Alarcão, 2006: 216). Em contrapartida, a via XII tem sido sujeita a diferentes interpretações, como veremos atempadamente, derivadas da omissão de determinadas estações entre *Ebora* e *Emerita Augusta*. Todavia, a síntese de Vasco Gil Mantas demonstra que os estabelecimentos localizados são, maioritariamente, urbanos (Mantas, 2014: 252-254), tendo em conta que a utilização do acusativo precedido de *ad* (como *Ad Atrum Flumen*, *Ad Septem Aras* ou *Ad Lipos*) corresponde a *mansiones* isoladas no terreno “(...) *cuya ubicación se encuentra al lado del objeto señalado en acusativo*” (Roldán Hervás, 1975: 32), tornando-as em estabelecimentos de difícil identificação. Assim, poderemos eventualmente afirmar que o estudo das *mansiones* no território português tem-se resumido a análises documentais, padecendo, em grande medida, de investigações mais aprofundadas que permitam caracterizar estas estações de apoio.

4.5.1. Lista de sítios

Quanto às *mansiones* ou *mutationes* poderemos, eventualmente, considerar dois objetos de estudo, apesar da dificuldade em analisar a dispersão material e categorizar estes sítios, muitas vezes, confundidos com outras tipologias. Em **Monte da Venda (FS 24)** observamos essa realidade: Francisco Bilou afirma que “(...) *toda a área adjacente ao monte da Venda está repleto de materiais de construção romanos, facto que nos leva a supor a existência de uma exploração agrícola do tipo villa*” (Bilou, 2005: 53), tal como André Carneiro, posteriormente (Carneiro, 2008: 54). Todavia, o facto deste *monte* ter estado, consecutivamente, ligado à rede viária, como estalagem – Pier María Baldi

desenhou a, então, denominada *Venta de Busseiras* (Magalotti, 1933: XLVII), durante a visita de Cosme III de Médici à Península Ibérica, e, posteriormente, na Memória Paroquial de S. Bento do Mato aparece referenciado um núcleo populacional que “(...) *se chama Venda das Brosserans em que há estalagem, e consta de dezouto vizinhos*”⁸² – faz-me crer na existência de uma *mansio*, pela sua dispersão material – 8.905m² – e pelos indicadores identificados, constituídos, essencialmente, por cerâmica de construção (*tegulae*, *imbrices* e tijolos), cerâmica comum, de produção local, restos de *dollia* e *opus signinum*. Além destes, junto ao *monte* foram identificadas várias mós, possivelmente, provenientes do local, demonstrando, tal como os *dollia*, um certo carácter auto-subsistente do estabelecimento. A passagem da via XII do Itinerário de Antonino, nas imediações (Carneiro, 2008: 54), comprovada pelos miliários anepígrafos (FAI 4) presentes no *monte* (Bilou, 2005: 53), pode corroborar a identificação da lápide, devidamente estudada (FE 6; Encarnação, 1984: 486) e o papel desempenhado por este estabelecimento. Situa-se no topo de um pequeno outeiro com grande extensão de material disperso pela encosta virada a Sul, entre duas linhas de água, afluentes da ribeira da Grosseira, com terrenos de boa aptidão agrícola, numa área bastante afetada pela exploração cerealífera. Os moroiços presentes no local e os socalcos bem patentes no terreno fazem-nos supor a existência de estruturas.

Nas imediações de Evoramonte, o sítio de **S. Marcos (FS 43)** levanta, igualmente, algumas dúvidas quanto à sua especialização. Poderemos, eventualmente, estar perante uma *mansio*, a avaliar pelos materiais identificados – fragmentos de cerâmica de construção, nomeadamente *tegulae*, *imbrices*, tijolos e tijoleiras intatas, restos de *opus signinum*, cerâmica comum, de produção local, *terra sigillata* hispânica e restos de grandes contentores. Segundo consta, estamos perante uma “*bifurcação viária sinalizada por uma pequena ermida onde existia a tradição de, no adro, se proceder a uma bênção de gado*” (Carneiro, vol. II, 2014: 242). É possível que este local esteja correlacionado com a via XII do Itinerário de Antonino, que passaria nas imediações de Evoramonte, onde se encontra um marco miliário (FE 5; Bilou, 2005: 53), evitando os locais de relevo mais acidentado, em direção ao Monte da Venda (FS 24). Todavia, de acordo com a bibliografia, o terreno envolvente conta com presença de outros sítios (Maciel, 1998: 358), pelo que não será de ignorar a possibilidade de estarmos perante uma *villa* com os

⁸² Memória paroquial disponível em: <http://portugal1758.di.uevora.pt/lista-memorias/52-evora/1304-evora-sao-bento-do-mato>.

respetivos anexos de exploração, um deles a poucos metros de distância, a avaliar pelo topónimo – Santa Rita (FS 54) –, onde, apenas, foram identificados uma mó e um peso de lagar (FAI 13). Contudo, a análise dos indicadores ficou aquém das expectativas, muito em função da divisão de propriedades que invalidou, em grande medida, o processo. O sítio situa-se no sopé da colina de Evoramonte, a Oeste, em terrenos ondulados, nas imediações de afluentes da ribeira de Têra e do ribeiro do Lagar das Belas.

	<i>Monte da Venda</i>	<i>S. Marcos</i>
<i>Terra Sigillata</i>		X
Cerâmica importada		
Cerâmica comum	X	X
Silhares	X	
<i>Opus Signinum</i>	X	X
Pesos de lagar		
<i>Molae</i>	X	
<i>Dollia</i>	X	
Mós	X	
Miliários	X	
Epígrafes	X	
<i>Dispersão material</i>	8 905 m ²	3 962 m ²

Tabela VII – Materiais identificados nas *mansiones*.

4.6. *Vici*

O estudo de aglomerados populacionais tem sintetizado diversas definições em que o étimo latino predomina. Grande parte delas patentes nas diversas fontes clássicas, como se pode atestar através da *Lex Rubria – oppidum, municipium, colonia, praefectura, forum, vicus, conciliabulum, castellum* ou *territorium* (Le Roux, 1994: 155) – não ignorando outros conceitos – *castrum, pagus, turres* (Carneiro, 2014a: 125) ou aldeia (Alarcão, 1998a: 91). Todavia, as debilidades que subsistem na análise e identificação destes espaços deixam em aberto uma série de possibilidades e, conseqüentemente, constantes incertezas. A acepção conceptual é, por vezes, bastante complexa, existindo alguns desequilíbrios entre a bibliografia atual e as fontes clássicas (Carneiro, 2014a: 126), traduzido em diversas interpretações que caracterizam os *vici* como “aglomerados de segunda categoria”. O processo de *romanização* adaptou a, então, vivência indígena ao *modus vivendi* romano, com a assimilação dos seus ideais, a criação de novos espaços

urbanizados e com a integração dos *oppida* mais desenvolvidos, do ponto de vista político, administrativo e económico, mantendo, em diversos casos, a sua definição toponímica (Curchin, 1996; Curchin, 1997). Não obstante, com efeito, alguns *oppida* foram promovidos à categoria de *civitas*, *municipium* ou *respublica*: *Olisipo*, que seria *oppidum civium romanorum* antes de chegar a *municipium* (Faria, 1999: 36), *Conimbriga* (Alarcão, 1988a: 64), *Mirobriga* (Barata, 1999: 51) ou *Ossonoba*, possivelmente *oppidum stipendiarium* que recebeu o título de *municipium iuris latini*, com Vespasiano (Faria, 1999: 38). Todavia, o termo *oppidum* manteve uma continuidade bem patenteada nas cidades romanas criadas de raiz, como aconteceu com a antiga cidade de Braga, descrita por Plínio-o-Velho como *Bracarum Oppidum Augusta* (Plínio-o-Velho, IV, 112), fundada *ex nihilo* apesar da proximidade de vários povoados pré-romanos (Morais, 2010: 444) ou com *Ammaia*⁸³, como deixa a crer a expressão *oppidum constitutum* (Mantas, 2000: 297).

Será, então, por estas razões que alguns autores afirmam que “(...) *l’oppidum constitue le point de depart et que chacune de ces catégories avait une definition officielle fondee sur la combinaison de données physiques et topographiques et de statuts politico-administratifs*” (Le Roux, 1992: 155), enviando os *vici* para um segundo patamar dentro dos aglomerados populacionais. Porém, Jorge de Alarcão indica que este termo pode ter continuado em uso para definir uma cidade com estatuto municipal (Alarcão, 1988a: 76), caindo em desuso depois da municipalização. Dentro desta realidade, os *vici* são equiparados, frequentemente, com outros tipos de aglomerados – *castella* ou aldeias – e definidos pelo seu carácter rural, apresentando uma, possível, cronologia de ocupação contínua, desde a Idade do Ferro a época tardo-romana (Almeida, 2000: 146). Embora menos importantes, em termos jurídico-administrativos, que as *civitates*, possivelmente, mais desenvolvidos industrialmente que certas capitais (Alarcão, 1988a: 77), possuíam uma acepção, vincadamente, rural em que os estabelecimentos possuem uma identidade exclusiva, com alguma autonomia, funcionando, por vezes, como centros mercantis (Carneiro, 2014a: 127), dedicados a uma determinada exploração económica, como

⁸³ Este caso é um pouco complexo. *Ammaia* é uma cidade criada *ex novo* pelo que a utilização do termo *oppidum* poderia estar relacionada com as portas amuralhadas, de cariz honorífico como era costume nestes casos (Carneiro, 2014c: 155).

deixam a crer alguns indicativos toponímicos⁸⁴, dotados de uma estrutura administrativa própria, com *magistri*, *praefecti* e cargos municipais e com serviços económicos e religiosos relacionados com as vias de comunicação (Fernández Ochoa, Salido Domínguez e Zarzalejos Prieto, 2014: 114). Aliás, a produção agro-pecuária seria mesmo a principal ocupação da população destes aglomerados, como deixa a crer o exemplo do Monte da Nora (Carneiro, 2014a: 199-200), visto que a sociedade hispano-romana dependia desta exploração auto-subsistente, sobretudo em territórios como o Alentejo, em que o latifúndio caracteriza os campos, sem denegrir a importância de outras funções, fossem elas artesanais, mineiras ou relacionadas com a pastorícia (Moreno Martín, 1997: 303). Obviamente que esta realidade está condicionada a uma determinada região, tal como podemos atestar pelos *vici* da costa atlântica, claramente, vocacionados para a exploração dos recursos marinhos.

Com maior frequência em território alentejano (Alarcão, 1988a: 77-78), devido às características geomorfológicas da região, com algumas exceções, estes aglomerados, substituídos no Norte pelos *castella*⁸⁵, estariam inseridos “(...) *dans un contexte qui privilegie la ville ou oppidum comme centre de l’organisation territoriale (...)*” (Le Roux, 1994: 155). Remetendo as aldeias para um plano inferior, em outras zonas do país (Alarcão, 1998a: 92), seriam povoados abertos, sem muralhas, com alguns edifícios de relevada importância (Leveau, 2002: 9), habitados por diversas famílias em espaços contíguos ou dispersos, com relativa proximidade, em zonas pouco *romanizadas*⁸⁶ (Carneiro, 2014a: 126-127), embora o conceito tenha sido utilizado para outras realidades (Smith, 1891: 955). *Sextus Pompeius Festus* distinguiu três tipos de *vici*: um povoado rural que funciona através de atividades mercantis e que elege, anualmente, os seus próprios magistrados, um grupo de casas, numa cidade, diferenciado pela sua localização

⁸⁴ A adaptação destes núcleos a uma determinada exploração económica confere, por vezes, ao termo, uma conecção indicativa – tal como podemos corroborar pelo topónimo de *Vipasca* ou *vicus Metallii Vipascensis* cuja população se dedicava à exploração de minério, tema bem patenteado na bibliografia.

⁸⁵ Este termo é definido por Michel Tarpin: “Castellum, *littéralement* “*petit fort*”, *est un terme spécifique du lexique de la conquête lorsque l’on doit désigner une petite agglomération qu’on ne peut déceimment pas faire entrer dans la catégorie des oppida*” (Tarpin, 2009: 137-138). Em Portugal alguns autores vão de encontro a esta definição, visto que o termo é utilizado para caraterizar as “fortificações” do Sudeste (Maia, 1986: 46), apesar de não existirem dados que corroborem essa realidade e de, caso contrário, existirem outras nomenclaturas mais apropriadas (Fabião, vol. II, 1998a: 245): o sítio do Castelo da Lousa é uma exceção dentre deste prisma, com uma finalidade claramente militar (Fabião, 2002: 179).

⁸⁶ Podemos enumerar, todavia, algumas exceções: o Monte da Nora (Elvas) situa-se num terreno plenamente *romanizado* (Carneiro, 2014a: 128).

topográfica, e uma espécie de condomínio urbano (Curchin, 1985: 328). Para além disso há que referenciar o uso conceitual de Varrão e Suetónio: o primeiro utiliza a definição para caracterizar um “bairro africano” (*vicus africanus*) (Varrão, *L.L.*, V, 262), a passo que o segundo afez a divisão efetuada por Augusto nos bairros (*vici*) de Roma (Suetónio, II, 30), tal como Virgílio Correia havia interpretado no caso de *Conimbriga*, com a, suposta, criação de um *vicus novus* (Correia, 2009: 399). Além disso, existe possibilidade dos *vici* terem sido adaptados a uma faceta de apoio militar “(...) *became an indispensable part of the garrisons during the Late Empire, providing the soldiers with food and other goods and services*” (Morillo e Salido Domínguez, 2012: 519).

Estes conceitos têm sido atribuídos a aglomerados como Tróia ou *Vipasca*⁸⁷, nas imediações de Aljustrel, em Portugal, e Las Madrigueras II ou Aberturas, em Espanha. O primeiro *vicus*, situado por Avieno na ilha de *Acale* (Avieno, *O.M.*, 183-194), está, claramente, vocacionado para a pesca, produção e exportação de produtos piscícolas, tal como o complexo de *cetariae* e as diversas tipologias anfóricas (Dias Diogo e Cavaleiro Paixão, 2001) atestam. Estes tanques de salga “*alinhados à volta de um pátio, formavam “oficinas de salga”, que por sua vez se integravam em “fábricas de salga”, conjuntos de diferentes espaços que asseguravam o ciclo da produção*” (Vaz Pinto *et al*, 2014: 30). Este sítio, fundado durante a primeira centúria da nossa Era, funcionando até ao séc. V, quando as perturbações comerciais ditaram o abandono do núcleo (Mantas, 2010: 217), apresentam índices de alguma monumentalidade, com residência de rés-de-chão e primeiro andar, com mosaicos e pinturas parietais, um fórum (Alarcão, 1988a: 77) e umas termas situadas na envolvência do maior complexo de salga do aglomerado, pertencentes, possivelmente, ao dono da fábrica visto que, durante o séc. III, a ampliação incorporou um dos tanques, convertido em vestiário (Vaz Pinto *et al*, 2014: 31). Este *vicus* estaria, provavelmente, relacionado com outros dois portos de grande importância na exploração destes preparados, *Salacia* e *Caetobriga*, dos quais é possível denotar a importância do papel ativo das populações indígenas desta região, durante a fase de *romanização*, tendo em conta a estabilização de vastas feitorias orientais (Mantas, 2010: 202). Apesar de alguns investigadores terem proposto a hipótese deste local se tratar de um aglomerado de *villae*, a identificação de arruamentos e a característica das ruínas, assim como a

⁸⁷ A terminologia utilizada é um pouco controversa: o facto de existirem espaços públicos tanto em Tróia como em *Vipasca* podem fundamentar a existência de pequenas *urbs* sem função administrativa.

variedade gentílica assente na epigrafia⁸⁸, apontam para a presença de um *vicus* industrial de extrema importância, talvez um dos maiores centros produtivos piscícolas do Império Romano (Mantas, 2010: 216).

Por outro lado, o *vicus* de *Vipasca*, em Aljustrel, estaria vocacionado para a exploração mineira. Este núcleo terá crescido como consequência das políticas de César e de Augusto, que fundamentaram a colonização agrícola e a exploração mineira com provável tutela da organização militar de Agripa (Pérez Macías e Martins, 2008: 16). Todavia, a particularidade deste complexo industrial prende-se com as Tábuas de Bronze de Aljustrel, conhecidas por *Vipasca I* e *Vipasca II*, datadas do final do séc. I e inícios do séc. II, onde consta um regulamento mineiro, porventura, geral em todo o Império (Encarnação, 2013: 33). Apesar destas tábuas nos tecerem informação de relevado interesse para a perceção da organização deste aglomerado, o facto de se apresentar num elevado índice de destruição não permite a recolha de outros elementos que fundamentem a sua interpretação: para além da necrópole, não existem quaisquer referências a termas, a lojas e oficinas ou a meras habitações (Alarcão, 1988a: 80), apesar dos constantes trabalhos de campo que consentiram a possível delimitação do traçado deste *vicus*, que terá funcionado entre o séc. I e o séc. V d.C., enquanto durou a administração imperial (Martins *et al*, 2010: 400-403).

Tal como em *Vipasca*, também o *vicus* de Las Madrigueras estaria vocacionado para a exploração mineira, atestado pelos restos de *lapis specularis*, identificados durante a escavação do sítio e pela proximidade das minas de Torrejoncillo, Palomares del Campo, Olmedilla e Valdejudios (Urbina Martínez *et al*, 2011: 76). Trata-se de um sítio romanizado cuja “(...) la eleccion por los romanos de los enclaves seleccionados previamente por las comunidades de la Edad do Hierro como los optimos para sociedad agrícolas” (Urbina Martínez e Morín de Pablos, 2011: 167), ocupado até meados do séc. IV, onde subsistem alicerces, para além das habitações, de um *horreum*, demonstrando, também, a vertente auto-subsistente deste aglomerado populacional. Todavia, esta realidade está bem patente tanto em Las Madrigueras como no *vicus* de Aberturas, que terá sido habitado durante as épocas romana e islâmica (Lugo Enrich *et al*, 2013: 216). Apesar das dúvidas que subsistem na limitação cronológica de alguns alicerces, provavelmente tratar-se-ia de um aglomerado de cariz auto-subsistente, cujas unidades

⁸⁸ Tem existido uma grande discussão sobre as epígrafes familiares dos *Bocchi*. Para este tema remeto para o artigo de José d’Encarnação (2011).

familiares trabalhavam na produção de vinho, possivelmente armazenado, *a posteriori*, nos silos identificados, que serviriam, então, nas *cellae vinariae*, metodologicamente corroborado pelo facto de existirem “(...) *yacimientos en los que las dollia se han encontrado enterradas en una especie de patio posiblemente cubierto com una tela*” (Lugo Enrich *et al*, 2013: 213). Nas imediações de Alicante foram interpretadas três casas do *vicus* de Baños de la Reina, com especial atenção para as termas da primeira reutilizadas em época tardia (Manuel Abascal, Cebrián e Sala, 2008: 12).

4.6.1. Lista de sítios

Quanto aos *vici* poderemos, eventualmente, aludir a um exemplo, ainda que com inúmeras incógnitas. O sítio do **Cortiçal 3** (FS 33) tratar-se-á do exemplo mais antigo em relação à investigação da região, que muito deve aos estudos pioneiros de José Leite de Vasconcelos, que documentou a escavação de uma necrópole (FS 31) situada nas imediações (Vasconcelos, 1913: 377-378). Situado nos arredores do Castelo do Mau Vizinho (FS 34), este sítio apresenta alguns traços singulares que o distingue dos restantes estabelecimentos da região: grande mancha de dispersão – 39.168m² – com zonas de extensas camadas de cerâmica de construção, por vezes, atiradas para moroiços, cerâmica comum, de produção regional, e de importação, de pasta clara e alaranjada, *terra sigillata* hispânica, restos de *dollia*, restos de colunas, em granito – uma com 0,41 metros de diâmetro, com base quadrangular semi-enterrada⁸⁹, e outra, muito idêntica, com 0,58 metros de diâmetro – e uma estrutura que parece corresponder a um *podium*, em grande parte soterrado, possivelmente relacionado com a existência de um santuário rural. Todavia, as zonas com grande densidade de vegetação não permitiram analisar vestígios com grande rigor, tal como na circundação, em terreno utilizados para exploração de culturas cerealíferas.

Caminhando para Norte, não muito distante ao curso de água mais próximo, os vestígios de superfície continuam a aparecer, apesar de ser em menor escala, comprovando, a par dos socalcos bem patentes em determinados locais, a existência de estruturas, notando-se, porém, uma clara destruição dos indícios devido à mecanização agrícola. No extremo Sul, as zonas de mato rasteiro, normalmente utilizado para a criação de gado bravo, permitiram observar uma zona ondulada com aumento exponencial dos vestígios materiais: à medida que nos aproximamos da fortificação, a mancha de

⁸⁹ Devido a este estado não foi possível retirar outras medidas do monumento.

dispersão torna-se mais concentrada com uma notável melhoria na condição de determinados vestígios. Essa área apresenta menores índices de destruição, mas em alguns locais, sobretudo nas imediações da plataforma da fortificação, e mesmo no interior desta, são observáveis algumas crateras fruto do uso de detetores de metais. Porém, apesar de não terem sido identificados quaisquer vestígios que apontem para ocupação posterior, é de levantar a hipótese de nas imediações deste sítio se ter desenvolvido, durante a Antiguidade Tardia, um outro tipo de estabelecimento, a avaliar pelas seis sepulturas escavadas na rocha junto à parede Norte do *monte* do Codeçal de Baixo, orientadas Noroeste-Sudeste (FS 32).

A categorização não só está correlacionada com os factos atrás descritos, como muito se deve, também, ao material recolhido durante a escavação da necrópole – um prato de cerâmica comum, com um grafito, e algum espólio vítreo⁹⁰ – que, no meu entender, apontam para um núcleo populacional, hipótese que já havia sido levantada por André Carneiro, afirmando que se trata de “*um sítio com características singulares e que bem pode ser a sede de um aglomerado de cariz urbano*” (Carneiro, *no prelo*). Este sítio situa-se numa zona plana com uma suave encosta virada a Norte, com boa visibilidade sobre a envolvência, com relativa proximidade à ribeira da Anta e à ribeira de Vale de Brejo, em solos de transição de potencial agrícola, necessitando de estudos mais aprofundados que desenvolvam o conhecimento sobre esta área de grande potencial arqueológico.

⁹⁰ Remeto para o capítulo 5.1. onde defendo algumas possibilidades sobre o caso.

	<i>Cortiçal 3</i>
<i>Terra Sigillata</i>	X
Cerâmica importada	X
Cerâmica comum	X
Vidro	
Silhares	
Colunas	X
<i>Opus Signinum</i>	
<i>Tesselae</i>	
Escória	
Pesos de lagar	
<i>Dollia</i>	X
Mós	
Epígrafes	
<i>Dispersão material</i>	39 168 m ²

Tabela VIII – Materiais identificados no *vicus*.

4.7. Necrópoles e sepulturas

A identificação de necrópoles ou sepulturas constitui, possivelmente, a tarefa mais arriscada dentro dos dados recolhidos no campo. Por se tratarem de elementos que passam, por vezes, despercebidos na paisagem, quer pela densidade da vegetação, pelo facto dos terrenos se encontrarem agricultados ou por estarmos a analisar uma realidade que, por definição, se encontra enterrada, estes locais caracterizam-se, sobretudo, pela presença de elementos pétreos, estranhos ao manto geológico local, como acontece, frequentemente, com as placas de xisto, com possível surgimento de restos de *tegulae*, utilizadas no invólucro sepulcral, espólio votivo, como vidro, ou osteológico (Carneiro, 2004: 98). Situar-se-iam nas imediações da rede viária, com relativa proximidade a núcleos de povoamento, mas sempre fora do perímetro habitacional, por precaução sanitária (Rolo, 2010: 20), sob a prática de rituais funerários: inumação e incineração. Pelos fatores abordados, a categorização destes locais funerários pode entrar em choque com outras tipologias, a avaliar pelos materiais identificados, tornando-se, assim, na classe mais complexa em análise.

4.7.1. Lista de sítios

Durante os trabalhos de campo foram identificados três, possíveis, zonas de enterramento: uma sepultura e duas necrópoles, às quais se junta uma terceira escavada pelos colaboradores de Leite de Vasconcelos, coordenados por Maximiliano Apolinário (Heleno, 1956: 224). Em **Cabidinha 1 (FS 20)**, apesar das dúvidas que o sítio levanta, observa-se numa zona caracterizada pela predominância de grandes blocos graníticos, lajes que parecem formar uma série de sepulturas, orientadas Noroeste-Sudeste, possivelmente, de cronologia tardia. A proximidade a um, provável, anexo de exploração de cantaria (FS 22) e à hipotética zona de extração (FS 21), corroborados pela presença de cerâmica de construção, deixa em aberto várias possibilidades de interpretação ao local. Este situa-se no topo aplanado de um pequeno cerro a alguma distância da ribeira da Fonte Boa, numa zona de difícil análise, devido à grande concentração de vegetação que cobre o local.

O sítio de **Cortiçal 1 (FS 31)** será aquele que mais informação nos dá por já ter sido submetido a escavação, em 1901, como havia adiantado anteriormente. Documentado por José Leite de Vasconcelos, a necrópole caracterizava-se por sepulturas de inumação, através da deposição em simples covachos, em covas forradas com pedra e tijolo e em caixas de pedra, tijolos e *tegulae* nas quais “(...) se encontraram alguns ossos, dentes, vasilhas, lanças de ferro, e pregos, certamente de caixões” (Vasconcelos, 1913: 378). O fundo era de chão natural ou ladrilhado e as tampas eram compostas por lajes, *tegulae* ou, num caso específico, por uma camada de tijolos sustentada por quatro barras de ferro. Todavia, não foi possível localizar as sepulturas descritas, apesar de se encontrarem, junto ao *monte* do Cortiçal⁹¹, seis exemplares de uma fase posterior.

Esta necrópole, **Cortiçal 2 (FS 32)**, caracteriza-se pela sua situação geográfica: no topo aplanado de um outeiro, com excelente visibilidade sobre a envolvência e, sobretudo, em direção ao Castelo do Mau Vizinho (FS 34), nas imediações da ribeira da Anta e da ribeira de Vala do Brejo. Apesar da densa vegetação que cobre o local, foram identificadas seis sepulturas, orientadas Noroeste-Sudeste, escavadas na rocha, cuja tipologia nos remete para período tardio ou alto-medieval.

Em **Parroxa 2 (FS 38)** foi identificada uma possível sepultura ladeada por lajes de granito, direcionada Noroeste-Sudeste, em terrenos remexidos pelos trabalhos

⁹¹ Atualmente Codeçal de Baixo.

agrícolas, com certas zonas de mato denso, junto a um pequeno afluente da ribeira do Pinheiro. Situada no sopé de um pequeno cerro, característico da paisagem ondulada, sem visibilidade para qualquer quadrante, nas suas imediações foram identificados restos de cerâmica comum de pasta grosseira, com elementos não-plásticos bem definidos, que poderão, eventualmente, pertencer a um, suposto, núcleo funerário. Todavia, o registo de um sítio denominado Parroxa 1 (FS 37), não identificado durante os trabalhos de prospeção, levanta a hipótese de ambos se correlacionarem.

4.8. Outros sítios

Durante os trabalhos de prospeção foram identificados outros sítios que se traduzem em elementos fundamentais para a análise da rede de povoamento romano na região, como é o caso das pontes, das fortificações ou dos locais de extração de cantaria. Assim, estes locais serão caracterizados de acordo com as informações recolhidas, assim como aqueles cujos materiais ou a mancha de dispersão não permitiram categorizar. Ainda que a sua cronologia não permita uma inserção na época romana, a sua menção no presente estudo torna-se necessária porque são elementos relevantes para a organização do povoamento desta região durante alguns períodos em diacronia.

4.8.1. Fortificações

O recinto de **Santa Justa 2 (FS 2)** foi identificado por Manuel Calado (1994), durante o estudo dos recintos ciclópicos do Alentejo Central, sendo posteriormente referido em outras investigações (Mataloto, 2002; Rocha, Santos e Branco, 2013). Esta estrutura situa-se no topo aplanado de um pequeno outeiro, centralizado na mancha de dispersão que poderá corresponder à *villa* de Santa Justa 1 (FS 1), nas imediações da ribeira de Mendo Marques e da barragem do Álamo. A sua situação confere-lhe uma ampla visibilidade sobre a planície envolvente, num terreno de difícil interpretação devido à densidade da vegetação. Caracteriza-se pelo seu formato quadrangular, com cerca de 13 metros de lado, construído por grandes blocos graníticos, esquadriados e bem aparelhados, alguns, com marca de encaixe que fortaleceria a construção.

Em **Castelo do Mau Vizinho (FS 34)** a realidade é um pouco distinta. Este sítio visitado por Manuel Heleno, durante a década de 60, e referenciado por Jorge de Alarcão (1988b: 158), situa-se numa plataforma que lhe confere uma ampla visibilidade sobre o terreno ondulado, com grande domínio na paisagem, nas imediações de duas linhas de

água, a ribeira da Anta e a ribeira da Vala do Brejo, em terrenos com bom potencial agrícola. A estrutura retangular “(...) *deveria ter 16,50 m x 14 m, dos quais são hoje visíveis 15,90 m x 13,83 m; os muros apresentam mais de 1,60 m de espessura e nalguns pontos mais de 1 m de altura visível*” (Mataloto, 2002: 202). Grande parte dos muros Norte e Oeste continuam *in situ*, demonstrando uma grande qualidade e cuidado no aparelhamento dos grandes blocos graníticos que compõem a estrutura. Nas suas imediações, mais concretamente nas encostas da plataforma, são visíveis restos de pedra aparelhada, possivelmente restos da rede amuralhada do recinto. Todavia, é interessante observar a grande quantidade de cerâmica de construção que aparece no interior da fortificação, assim como fragmentos de cerâmica comum, de produção regional e importada, e *terra sigillata* hispânica que escorrem nas encostas da plataforma, fundamentando, hipoteticamente, o uso da estrutura durante o séc. I e II d.C., sendo de levantar a hipótese de ter sido implementada na rede urbanística do suposto *vicus*.

4.8.2. Povoados fortificados

O sítio do **Zambujal (FS 35)** possui características singulares dentro do espectro até agora analisado. Através da fotografia aérea é possível observar um recinto ovoide, situado no topo de um cerro, com excelente visibilidade sobre a envolvência, a alguma distância da linha de água mais próxima, um afluente da ribeira de Machede. Na encosta, virada a Sul, foram identificados inúmeros fragmentos de cerâmica comum, de pasta grosseira, e restos de escória de ferro, fundamentando a existência de uma estrutura de fundição, num local ladeado por uma, possível, muralha, tal como alguns investigadores haviam diagnosticado em outras regiões da península (Sastre Blanco *et al*, 2014: 355-356). Nas imediações da estrutura observam-se grandes quantidades de cerâmica de construção de época romana, nomeadamente *tegulae*, *imbrices* e tijolos, assim como dois silhares reutilizados na construção do *monte*. Os diversos moroiços de pedras, assim como alguns socalcos patentes no terreno, fazem-nos supor a existência de estruturas que, todavia, não poderá ser corroborada sem análises mais aprofundadas. Porém, não parece existir uma ocupação simultânea entre este povoado fortificado e os núcleos romanos identificados nas suas imediações (FS 13; FS 14) – ausência de indicadores tardios nas manchas de dispersão dos estabelecimentos romanos atestam esta possível realidade – pelo que poderemos, eventualmente, estar perante um núcleo tardio que cresceu em função do abandono de outros sítios pré-existentes.

4.8.3. Pontes

Durante as saídas de campo foram localizadas duas pontes que podem, eventualmente, ter alicerces de cronologia romana. A ponte da **Fargelinha (FS 26)** já havia sido identificada em trabalhos anteriores (Carneiro, 2008: 116), mas as dúvidas quanto à época construtiva permanecem: apesar de possuir dois arcos de volta perfeita, e de ter sido construída com rochas bem esquadriadas em formato de silhares, a alvenaria aleatória, que se destaca na parte superior, e a ausência de cimentos hidráulicos, usados em enchimento de fundações e como ligante, fazem-nos levantar outras hipóteses quanto à sua fundação. Poderemos, eventualmente, estar perante uma estrutura de época romana alterada durante períodos posteriores. Porém, os fatores naturais a que a estrutura está exposta não permitem a analisar da melhor maneira, em grande parte *engolida* pelas águas do pego da ribeira da Fargelinha.

O exemplar de **Santa Luzia (FS 30)** parece apontar para uma cronologia moderna, tal como as suas características corroboram: utilização de alvenaria ligada aleatoriamente, sem qualquer vestígio de ligantes, e um eixo com duas inclinações simétricas e contíguas, marcando o ponto mais alto no meio da via, tal como tem sido atestado em outros locais (Pinto e Quesada, 1998: 42). Todavia, é possível que outrora tenha existido um meio de passagem sobre a ribeira de Santa Luzia, talvez um passadiço de madeira, alterado, posteriormente, já durante a idade moderna, para uma ponte mais forte e consistente, utilizada, inúmeras vezes, pelos almocreves que percorriam a zona. Existe a possibilidade de ambas as pontes estarem relacionadas, como veremos atempadamente, passando a via nas imediações do *monte* do Paço, onde foi identificada uma mancha material provavelmente pertencente a uma *villa* (FS 27).

4.8.4. Pedreiras ou zonas de extração de cantaria

Durante as saídas de campo foram identificados três possíveis sítios de extração de cantaria. Em **Monte Novo (FS 7)**, nas imediações da *villa* de Santa Justa 1 (FS 1), foi identificada uma zona caracterizada por afloramentos graníticos, aparentemente, esquadriados. Em volta, foram encontradas várias *tegulae* e tijolos, possivelmente, relacionados com alguma oficina de cantaria. Situa-se numa suave encosta, virada a Norte, com boa visibilidade sobre a envolvência, sobretudo para Oeste, com relativa proximidade à ribeira de Mendo Marques e à barragem do Álamo, em terrenos com vegetação média que não afeta a visibilidade dos vestígios.

Em **Cabidinha 2 (FS 21)** observam-se grandes rochas com marcas de escalonamento, com proximidade a uma mancha de material de construção, e com possível relação à granja do Borrazeiro de S. Bento (FS 9). Todavia, é provável que este sítio tenha sido reaproveitado durante a Antiguidade Tardia, como necrópole, como já havia feito referência, devido à disposição de alguns exemplares e à orientação definida. Situa-se numa zona de declive a alguma distância de um afluente da ribeira da Fonte Boa, numa zona de transição pedológica, caracterizada pela abundante vegetação.

O sítio da **Malhada (FS 36)** apresenta características semelhantes, expressas em rochas graníticas com marcas de escalonamento. Em volta encontram-se inúmeros fragmentos de tijolos e *imbrices*, num sítio com possível correlação com a granja do Almo (FS 40). Situa-se nas imediações do *monte* da Malhada, em terrenos de paisagem ondulada com boa visibilidade sobre a envolvência, nas imediações da ribeira das Fontainhas e da ribeira da Cruz, numa zona de vegetação rasteira que permitiu analisar o sítio.

4.8.5. Sítios indeterminados

Em **Comenda Grande 2 (FS 5)** foram identificados vários moroiços com restos de materiais de construção de época romana (*tegulae*, *imbrices* e tijolos). Situam-se numa zona plana com boa visibilidade sobre a envolvência, exceto para Sudeste, junto a dois pequenos afluentes da ribeira de Mendo Marques, em terrenos de bom potencial, mas afetados pela atividade agrícola. Atualmente esta área encontra-se em pousio, mas a grande densidade da vegetação, destinada à exploração pecuária, dificulta a interpretação do local e a identificação de outros vestígios.

O sítio da **Amendoeira (FS 8)** apresenta características muito idênticas. Apesar de existir um sítio com o mesmo topónimo no Plano Diretor Municipal de Évora, não foi possível relocalizá-lo devido à ausência de coordenadas que, aliás, dificultou, em grande medida, a re-identificação de outros locais. Este sítio situa-se numa suave encosta direcionada a Sudeste com boa visibilidade sobre a envolvência e com proximidade a um afluente da ribeira da Fonte Boa. Foram identificados vários materiais de construção de época romana em moroiços, nomeadamente *tegulae* e tijolos, numa área de vegetação muito densa, em zonas dedicadas à apicultura, o que impossibilitou a identificação de outros vestígios.

Em **Machoqueira (FS 15)** a realidade é um pouco complexa. A visita ao local surgira com o intuito de localizar algum sítio relacionado com a epígrafe funerária ou o

dollium, anteriormente, identificados e, devidamente, estudados. Todavia, a existência de uma herdade homónima em Nossa Senhora de Machede levantou uma série de dúvidas e problemáticas: José d’Encarnação refere o achado nesse mesmo local e a ausência de informações mais descritivas funcionou em paralelo com esta realidade, tornando-se num assunto de difícil análise. Porém, a informação, gentilmente, transmitida pelo professor José d’Encarnação, demonstra que na altura do estudo, tanto da lápide como do *dollium*, os proprietários da herdade eram holandeses, tal como se sucede hoje em dia, segundo a *vox populi*. Assim sendo, a referência a estes achados na herdade da Machoqueira, na freguesia de S. Bento do Mato, encontra-se descabida, apesar de, durante as prospeções arqueológicas, ter sido identificado um sítio caracterizado pela presença de cerâmica de construção (*tegulae* e *imbrices*) em moroiços. Situa-se numa pequena encosta com boa visibilidade sobre o terreno envolvente, nas imediações da ribeira do Castelinho, em terrenos de fraco potencial agrícola.

Em **Guisada 1 (FS 18)** observamos alguns fragmentos de cerâmica de construção e cerâmica comum, muito rolados, de possível cronologia romana. Este sítio situa-se no sopé de um pequeno cerro característico da região, com boa visibilidade sobre o vale situado a Este e Sudeste, nas imediações da ribeira de Vale do Pereiro, perto do charco da Guisada, em terrenos de boa aptidão, bastante revolvidos pela atividade agrícola que afeta, consecutivamente, o local e pela plantação de um olival.

Não muito distante, o sítio de **Guisada 2 (FS 19)** é muito semelhante. Digo até que é possível que ambos sítios estivessem relacionados em outra altura, dada a sua proximidade geográfica. Apresenta uma mancha de dispersão a rondar os 1610m², caracterizada por inúmeros fragmentos de cerâmica de construção, muito rolada, por vezes misturada com cerâmica moderna, que dificultou a análise do sítio. Situa-se numa planície, sobranceira à ribeira de Vale do Pereiro, com boa visibilidade para Sudeste, com terrenos de bom potencial agrícola, atualmente, utilizados para o plantio de um olival que afetou, em grande medida, o sítio descrito.

4.9. Sítios publicados

O **Castelo de Evoramonte (FS 25)** é, porventura, o sítio que mais informação nos dá, devido às investigações a que tem sido submetido. O facto de achar redundante voltar a caracterizar o sítio, tal como já havia feito em capítulos anteriores, sem acrescentar algo de novo, faz-me citar alguma da informação que acho mais relevante para a análise do local. Para além da referência de Leite de Vasconcelos a fundos de ânfora (Vasconcelos,

1918: 80) e a diversas moedas (Vasconcelos, 1921-1922), as escavações no castelo fundamentaram, ao que parece, a identificação de uma estrutura pétreia, encostada e assente sobre o afloramento, de cronologia romana, atestada pelo material exumado (Costa e Liberato, 2007: 640). Resta saber o papel desta construção durante a época, podendo exercer funções relacionadas com o controlo territorial, numa área de passagem de uma das principais vias de comunicação terrestres, com ligação entre a capital da província e a *civitas* de *Olisipo*.

4.10. Sítios não identificados

O sítio de **Parroxa 1 (FS 37)** foi identificado durante os trabalhos de prospeção para o Plano Diretor Municipal de Évora. Infelizmente, todos os sítios identificados neste documento padecem de informações mais explícitas, assim como de coordenadas que permitam relocalizar os locais. Segundo consta, foi identificado um sítio de cronologia romana ou posterior, com uma extensa mancha de cerâmica de construção e comum⁹².

Em **Juncal (FS 46)** a realidade é semelhante: não foi identificado qualquer vestígio durante as visitas ao local, devido à ausência de coordenadas ou à vegetação arbustiva que cobre diversas zonas da propriedade. Pelo que parece, foi identificada uma mancha de cerâmica de construção e comum, de época romana, tal como está referenciado no Portal do Arqueólogo (CNS: 31682). O mesmo acontece em **Sobral (FS 47)**, cuja caracterização passou pela recolha de materiais cerâmicos superficiais.

Chafariz (FS 52) aparece referenciado por M. Justino Maciel, podendo tratar-se de uma *villa* ou de outro estabelecimento destinado à exploração dos campos (Maciel, 1998: 358). A visita ao local fundamentou a identificação de uma ara (FAI 9), à primeira vista, anepígrafa, com 0,74 metros de altura, situada no topo do chafariz de Santo Estevão. Quanto ao sítio, anteriormente, descrito não foi encontrado qualquer indício no terreno, tal como aconteceu com o sítio das **Hortas (FS 56)**.

Estudos anteriores corroboraram a presença de um sítio nas imediações do *monte* do **Paço da Quinta (FS 48)**. Apesar das visitas ao local o sítio não foi identificado. Consta no Portal do Arqueólogo (CNS: 33423) que foi reconhecida uma mancha de materiais de construção, nomeadamente *tegulae*, e alguma cerâmica comum, não tendo sido possível, porém, aferir qualquer tipologia ou funcionalidade. Todavia, junto ao *monte* foram identificados alguns silhares graníticos e no jardim um sarcófago de possível cronologia

⁹² PDM de Évora, Estudos de Caracterização do Território, Anexo IV, 2005: 116.

romana. Infelizmente a ausência do proprietário não permitiu analisar da melhor forma esses materiais.

Em **Carrascal 1 (FS 49)** a potencialidade é aliciante. A concentração de sítios romanos em volta do atual *monte* demonstra a importância deste local durante o estabelecimento clássico no território. Porém, este sítio aparece referenciado no Plano Diretor Municipal de Évora e no Portal do Arqueólogo (CNS: 26050), como possível *habitat* situando-se nas imediações da antiga linha férrea, hoje desativada. As saídas de campo não fundamentaram o registo de qualquer achado, devido à ausência do proprietário em dias de visita.

Carrascal 2 (FS 50) aparece referenciado no Plano Diretor Municipal de Évora e inventariado no Portal do Arqueólogo (CNS: 26056). A informação acerca do sítio é escassa, passando apenas pela identificação de cerâmica de construção e comum, sem qualquer registo durante a visita ao local, dificultada pela vasta cobertura arbustiva.

O sítio de **Algraveos (FS 51)** aparece inventariado no Portal do Arqueólogo (CNS: 17696), caracterizado pela dispersão de cerâmica de construção (*tegulae* e *imbrices*), cerâmica comum, de uso doméstico e de elementos pétreos, possivelmente, arrastados por lavoura, de cronologia romana e, hipoteticamente, medieval. A deslocação ao local não fundamentou a identificação de qualquer indício material, devido, sobretudo, à falta de coordenadas que não permitiu relocalizar os vestígios.

Em **Santa Rita (FS 54)**, igualmente referenciada por M. Justino Maciel, foi identificada uma *mola*, nas imediações do *monte* e da ermida, com 0,86 metros de diâmetro, e um peso de lagar, com 0,71 metros de diâmetro, situado sob uma oliveira, semi-enterrado e reutilizado como bebedouro de animais. A prospeção no terreno envolvente não surtiu qualquer tipo de informação sobre o sítio que havia sido aludido.

Nas imediações do **Castelo Ventoso (FS 55)** foi identificado um troço de via em estudos anteriores (Carneiro, 2008: 54). Todavia, as visitas efetuadas ao local não fundamentaram essa realidade. O grande coberto vegetal que ocupava os solos dificultou, em grande medida, a procura e a relocalização deste sítio.

5. Deuses e pessoas: a vivência na *rure romana*

5.1. A religião no *modus vivendi rural*

A complexidade do estudo de qualquer religião implica a abordagem a diferentes elementos caracterizadores que definem as linhas de culto de um determinado território, sobretudo, se atendermos à época em análise: a multiplicidade divina e a coexistência de diferentes cultos envolvem diversos fatores a ter em atenção. Afinal, “(...) as crenças religiosas ocuparam, obviamente, neste processo [durante a fase de romanização] papel preponderante, mais não seja por corresponderem ao que há de mais íntimo na natureza humana, tanto no plano estritamente individual como comunitário” (Encarnação, 1988: 262). Não sendo este o momento ideal para aprofundar muito esta questão, há que considerar as características mitológicas de cada povo: os indígenas, com um ponto de vista mais naturalista e ingénuo, e os romanos, mais organizados, sistemáticos e vistosos (Encarnação, 1988: 262). Dentro desta realidade, o impacto da *romanização*, repercutido na assimilação cultural, não só afetou o povoamento indígena, adaptando o culto romano a outras divindades⁹³ até aí desconhecidas, o fenómeno de *interpretatio* baseado numa hierarquia que envolve, desde os grandes ritos oficiais aos mais pequenos votos individuais (Carneiro, *no prelo*), sejam de influência divina ou imperial. Todavia, há quem levante a hipótese de nos encontrarmos, em determinadas ocasiões, perante cultos ou deuses criados *ex novo*, como parte do processo de *romanização* e da construção de novas identidades, que fariam parte dos procedimentos de sincretismo, assimilação e *interpretatio* (Alfayé, 2012: 314).

Contudo, em alguns casos, foram erguidas pequenas estruturas de culto, locais onde seriam entregues as libações, dos quais não restam quaisquer dados que os possam caracterizar, do ponto de vista arqueológico (Carneiro, *no prelo*), além das epígrafes votivas, de agradecimento, num contexto meramente individual, que, de certa forma, permitem trazer alguma luz sobre a divindade cultuada⁹⁴ (Encarnação, 2002: 12): podemos aqui exemplificar com a ara votiva de Ervedal, já citada, dedicada a *Fontanus* pela descoberta de uma nascente (Mantas, 1999: 67), cujo local é marcado pela ausência

⁹³ Para este caso remeto para: Blázquez Martínez (1962) – uma análise aprofundada acerca das religiões primitivas da *Hispania*.

⁹⁴ Sem querer entrar muito na área da onomástica religiosa, há que referenciar as problemáticas, por vezes, associadas à análise das epígrafes: vejamos o caso de *Endovellicus*, por exemplo (Encarnação, 1988: 263).

de outro qualquer tipo de indício, com a ara votiva de Santa Justa (FE 4) que, apesar de abreviada, parece ser dedicada a *Carneus Calanticensis*, ou com a ara votiva de S. Bento do Mato (FE 3), dedicada a *Salus*. Observamos, assim, a sacralização de determinados pontos paisagísticos, seja por meio de instalação de pequenos altares, pela marcação de recintos ou pela colocação de mesas para banquetes festivos (Carneiro, 2010a: 266), estruturas *momentâneas* que se perdem no decorrer do tempo. A perpetuação da escrita, que hoje nos permite caracterizar, substancialmente, esta realidade, foi algo inovador introduzido durante a *romanização* territorial, algo de rápida adaptação por parte do povo indígena, um modo de patentear o cumprimento do ato religioso para a eternidade (Encarnação, 2002: 16).

Geralmente, a análise da religião prende-se com as monumentais estruturas arquitetónicas – os templos. Estas estruturas não estariam, somente, situadas em aglomerados populacionais, existindo exemplos de como serviam de centros culturais dispersos pela paisagem, por vezes a funcionarem como delimitadores administrativos, nas imediações de locais de passagem. Dotados, por vezes, de um carácter privado, tal como Plínio-o-Jovem nos descreve (Plínio-o-Jovem, IX, 39), isto é associados a determinadas propriedades, ou edifícios de grande expressão, como as *villae*, observando pelos exemplos de São Cucufate (Alarcão, Étienne e Mayet, 1990: 127-130) ou Milreu (Bernardes, 2010: 21), marcando, por vezes, o término através de rituais de *lustratio* ou rituais circumambulatorios (Carneiro, 2010a: 266), tal como Catão (Catão, CXLI) ou Ovídio (Ovídio, *Fast.*, I, 669-670) confirmam. Todavia, há que considerar o impacto do povo *invasor* em terrenos com veneração divina completamente díspar. O sincretismo ao panteão latino, tal como terá acontecido com *Endovellicus* ou, no caso em estudo, *Carneus Calanticensis*, fundamentou a coexistência religiosa patenteada em diversos casos, cujos santuários obedecem a linhas distintas. Esta realidade não se submete, apenas, ao caso a *Lusitania*, na qual poderemos abordar o caso de La Encarnación, em Murcia (Ramallo Asensio e Brotons Yagüe, 1997), como é óbvio: na Gália, por exemplo, o *fanum* de Baron-sur-Odon apresenta uma planta poligonal de cariz indígena, ao passo que, a uma curta distância, se situa um outro edifício de planta ortogonal de protótipo romano (Carneiro, *no prelo*), demonstrando a adaptação a novos espaços e a estruturas religiosas pré-existentes.

As divindades indígenas têm sido atestadas pelas numerosas inscrições analisadas, com grande predominância no Norte do país. A assimetria assistida no Sul, sobretudo no Algarve e no Alentejo, em meio rural, pode ter a sua raiz, ainda, durante a pré-

romanidade, através dos contatos com outras sociedades, como os Fenícios, os Gregos ou os Cartagineses (Alarcão, 1988a: 153-154), suprimindo, por vezes, os deuses indígenas com a introdução de divindades sucedâneas. Estes deuses seriam cultuados, acima de tudo, em meio rural, supondo que era nas grandes *urbs* que a população entrava em contato com as divindades romanas, durante as suas deslocações, quer por meio religioso ou comercial (Alarcão, 1988a: 165), tal como terá sucedido em *Ammaia* com o culto a Júpiter ou em *Egitania* onde se cultuaria Marte, Juno, Vénus ou Vitória. Para esta realidade Jorge de Alarcão propõe a divisão cultural em quatro grupos distintos: as divindades indígenas do território, hoje, português, em geral, as divindades de culto regional, os deuses específicos de uma determinada população e as divindades protetoras de *loci*, *castella* e *vici* (Alarcão, 1988a: 155-159). Assim, é possível que na identificação desses locais de culto sejam observados vários indicadores materiais que fundamentem a aplicação: esculturas em pedra, cerâmica, terracota ou metal, elementos arquitetónicos, revestimentos parietais pictóricos ou em relevo, materiais específicos como lucernas, queimadores de incenso ou pratos largos, de bordo divergente, ou *ex votos*, normalmente em suporte idêntico ao definido para as esculturas (Carneiro, 2010a: 266). Quanto à situação geográfica situar-se-ão, predominantemente, em elevadas altitudes, ocupando o topo de cerros com grande visibilidade sobre a envolvência, nas imediações de recursos hídricos e da rede viária, no hipotético local de contato ou manifestação da divindade.

Vejamos o caso do santuário de *Endovellicus*, datado entre o séc. I d.C. e o séc. V/VI (Guerra, Schattner, Fabião, 2013: 74), no concelho de Alandroal, situado num outeiro cujas prospeções efetuadas no local (Guerra, Schattner, Fabião, 2013: 66) fundamentaram a identificação de diversas manchas de dispersão material. As características topográficas rapidamente chamaram as atenções dos arqueólogos, pois “(...) *as discontinuidades topográficas observadas, constituídas por socalcos longos de orientação norte-sul, definindo plataformas, permitiam o estabelecimento de distintas zonas, merecedoras de prospeções com um carácter mais sistemático*” (Guerra et al, 2003: 425), observando-se, porém, uma plataforma quadrangular, no topo, onde deveria assentar o santuário (Calado, 2003: 61). Os trabalhos efetuados, posteriormente, reverteram à identificação de uma coletânea de evidências que tem contribuído para a caracterização do local: vários elementos pétreos reutilizados, inúmeros fragmentos de cerâmica nas discontinuidades territoriais e algum espólio votivo do santuário (Carneiro, 2010a: 267). As prospeções geofísicas permitiram estabelecer uma correlação com os indicadores relacionados com os socalcos da vertente Oriental, confirmando a existência

de diversas anomalias, possivelmente, estruturas, em zonas onde se esperaria encontrar as paredes delimitadoras das plataformas (Guerra *et al*, 2003: 477). Todavia, apesar dos avanços assistidos, os pressupostos investigacionais lançados “(...) *sobre o sítio foram re-equacionados e mesmo revertidos por um novo olhar trazido pelas prospecções geofísicas, percebendo-se afinal que o provável santuário estará ainda oculto, e os elementos móveis que foram sendo lentamente incorporados em contextos secundários dispersaram os olhares dos investigadores para outras zonas que, afinal, não terão correspondência com a localização original do recinto*” (Carneiro, 2010a: 268). Porém, a ausência de materiais proto-históricos demonstra que o sítio não teria ocupação indígena⁹⁵ (Guerra, Schattner, Fabião, 2013: 74), levantando a hipótese de o sítio ter sido criado *ex novo* tal como Silvia Alfayé havia proposto (Alfayé, 2012: 314), podendo, porém, existir relação com o antigo santuário da Rocha da Mina, esse sim de cronologia pré-romana (Fabião, 1998a: 404).

Um outro caso, que necessita de análises mais aprofundadas, e que, de certo modo, está relacionado com este estudo, está patenteado nos alicerces de um templo romano, de grande monumentalidade preservados, substancialmente, pela Igreja Matriz de Santana do Campo, no concelho de Arraiolos. As epígrafes, em tempos, expostas nas paredes da igreja, descritas pelo padre Afonso da Madre de Deus Guerreiro e, posteriormente, pelo padre Luís Cardoso (Encarnação, vol. II, 1984: 489), hoje em local incógnito, talvez omitidas pelo reboco de cal (Schattner, 1995-97: 488), fundamentam o culto a *Carneus Calanticensis*, divindade ligada à criação de gado, numa estrutura de características pouco comuns no âmbito da arquitetura romana e hispânica, com paralelismos em relação a santuários do Norte de África (Guerra, 2010: 112). Todavia, este centro religioso tem sido base de sucessivas análises – José Leite de Vasconcelos (1905), Gabriel Pereira (1948), Virgílio Correia (1972), Cunha Rivara (1979), Thomas Schattner (1995-97) ou André Carneiro (*no prelo*) – que tem evidenciado os traços gerais da estrutura. Porém, a ligação desta divindade e do *vicus* (?) de *Calantica* à atual aldeia de Santana do Campo terá fundamento na informação do padre Luís Cardoso ao afirmar que, segundo Diogo Mendes de Vasconcelos, “(...) *foi esta vila fundação dos Galos Celtas quando senhorearam estas comarcas, os quais lhe deram o nome de Calantia ou Calantria*” (Encarnação, 2010: 31).

⁹⁵ Foram identificados materiais pré-históricos, tratando-se, o local, de um povoado fortificado do Calcolítico (Guerra, Schattner, Fabião, 2013: 74).

No entanto, de acordo com as epígrafes poderemos deduzir que *Carneus* estaria, claramente, relacionado com o povo dos *Calantici*, mas este facto não implica que o aglomerado secundário se situe, exatamente, junto à atual aldeia alentejana, nas imediações do santuário, levantando, ainda, outra questão quanto à raiz indígena da divindade, enfatizando a problemática da relação entre a teonímia e a toponímia dos locais de culto autóctones, tal como José María Blázquez apurou (Blázquez, 2007: 6). A proposta de Jorge de Alarcão vai ao encontro à primeira linha de raciocínio: o arqueólogo afirma que a divisão cultural pode ser efetuada a nível regional ou mesmo populacional (Alarcão, 1988a: 157-158), podendo, então, este centro situar-se em outro local, num território caracterizado pela predominância dos grandes latifúndios, em que, não seria de estranhar, que as populações venerassem os deuses regionalmente. Se esta realidade fosse corroborada, o templo de Santana do Campo poderia estar isolado no terreno, numa zona de um, possível, nó viário regional (Carneiro, 2008: 113), perto da via de ligação entre *Ebora* e *Sellium* (Bilou, 2005: 63), ou, mesmo, entre *Ebora* e *Scallabis*, passando por *Tubucci*, não sendo de excluir a hipótese de término nas imediações deste santuário, onde Jorge de Alarcão situa *Calantica* (Alarcão, 1988a: 100). Dentro desta realidade, parece-me coerente ter em atenção a zona de transição territorial entre Igrejinha e Santa Justa, onde foi identificado um hipotético *vicus* (FS 33), na Herdade do Cortiçal⁹⁶, nas imediações do Castelo do Mau Vizinho (FS 34), caracterizado, pelos socalcos patentes no terreno e, sobretudo, pela presença de um *podium* e de bases de coluna, em granito, para além do prato com o grafito “CALANTANI”⁹⁷, com nexos nas letras TA, e do espólio vítreo (Alarcão, 1978), recuperado durante a escavação da necrópole (FS 31). Apesar de não existir qualquer indício onomástico no sítio que permita clarificar a ligação do local à divindade cultuada, não muito distante do sítio, em Santa Justa foi identificada uma ara votiva em mármore, datada do século II d.C., que parece ser dedicada a *Carneus*, embora, detalhadamente, a epígrafe seja abreviada (Encarnação, 1984: 491), que demonstra a grande influência que esta divindade (Encarnação, vol. II, 1984: 800), detinha na região. Aliás, se atendermos à proximidade, num sentido lato, de Santana do Campo, em que nenhum indício nos permite situar com clareza a imposição de um *vicus*, a este sítio periférico, beneficiando de eventuais influências e partilha de elementos culturais

⁹⁶ A herdade aparece, atualmente, denominada por Codeçal de Baixo.

⁹⁷ Jorge de Alarcão levanta a hipótese de se tratar de um genitivo de um nome pessoal *Calantanus* (Alarcão, 2012: 133). Todavia poderá, de igual forma, tratar-se de um etnónimo, ou seja, do nome dos habitantes de uma povoação.

(Guerra, 2010: 112), será de levantar a hipótese desta divindade ser cultuada regionalmente, necessitando, porém, a área, de estudos mais aprofundados que permitam corroborar a localização do aglomerado populacional de *Calantica* a que *Carneus* ficou ligado.

5.2. Processos de romanização: a transição temporal e a relação com o povoamento indígena

Sem querer aprofundar muito o tema relativo à aculturação durante o processo de *romanização* e à relação do povo *invasor* com os autóctones, parece-me fundamental sintetizar, em traços largos, esta fase de transição fundamentando com dados conferidos durante os trabalhos de campo efetuados, complementando com estudos que têm vindo a ser desenvolvidos. Porém, a investigação da área em causa peca por escassez, não permitindo traçar uma linha geral, que caracterize da melhor forma a transição da Idade do Ferro para a *romanidade* ou do tradicional pensamento de abandono de povoados fortificados de altitude e das, conseqüentes, descontinuidades nas redes de povoamento, para uma pós-organização sob o modelo civilizacional romano que, em todo o caso, tem sido debatido em algumas investigações (Fabião, 2001a: 233) e que tem trazido à luz novos dados no Sudoeste português – o caso das Mesas do Castelinho, em Almodôvar, caracterizado como *povoado de ribeiro* (Fabião, 2008: 93).

O processo de *romanização* passou por diferentes etapas que culminaram com o combate à fragmentação e às fragilidades dos poderes pela promoção, integração e fundação de novos aglomerados, afirmando a valorização de alguns pré-existentes, como fiz referência em capítulos anteriores, e a depreciação de outros, com a criação de uma nova *geografia política* ou um novo padrão de instalação (Fabião, 2001b: 110). Esta fase de transição é, no entanto, um tema obscuro na área em estudo que, em todo o caso, tem alguns sítios a ter em atenção⁹⁸ que, embora não apresentem qualquer indício, segundo consta, relativo à presença pré-romana⁹⁹, podem ter desempenhado um importante papel na distribuição populacional da área, antes da organização administrativa levada a cabo por Augusto: o cerro de **Vale do Pereiro**, **Carvoaria** e **Carrasqueira**, situados em lugares, de grande altitude, com destaque sobre a paisagem envolvente e com grande

⁹⁸ A meu ver, a precaridade da informação relativa a este período merece novos contributos que permitam definir, de certa forma, a realidade pré-clássica na região.

⁹⁹ Os sítios localizados por Leonor Rocha (2013) correspondem ao Calcolítico.

controlo territorial, numa área marcada por um forte impacto do processo de *romanização*¹⁰⁰. Num espectro oposto encontramos a situação de Evoramonte, situado a grande altitude com um enorme domínio visual sobre as terras envolventes: as sondagens arqueológicas realizadas no castelo permitiram a identificação de materiais que nos remetem para a ocupação, sobretudo, durante a II Idade do Ferro, cujos dados se reportam a influências, certamente indiretas, com os centros produtores de cerâmica ática (Costa e Liberato, 2007: 640). No entanto, os momentos sucedâneos estão bem patentes numa estrutura pétreia, embora arrasada, onde foram identificados inúmeros fragmentos de *tegulae* e *imbrices*, cerâmica campaniense, *terra sigillata*, restos de uma ânfora republicana e um projétil de funda (Costa e Liberato, 2007: 640).

Além disso acho necessário referenciar os achados numismáticos que podem trazer alguma luz à investigação: José Leite de Vasconcelos noticia a oferenda de alguns numismas, entre os quais uma moeda, de bronze, cunhada em *Salacia* com representação de Hipocampo, datada entre o séc. II e o séc. I a.C. (Museu Nacional de Arqueologia: 2006.102.1), um *asse*, também de bronze, cunhado em *Ilipense* (Alcalá del Rio), com a mesma datação (Museu Nacional de Arqueologia: 2006.102.2). Junto à capela de Santa Margarida, não muito distante do centro histórico de Evoramonte, nas imediações do castelo, foi recuperado um *denarius* de prata, que aponta para o séc. I a.C. (Museu de Évora: ME 14603)¹⁰¹. É possível que este sítio correspondesse a um estacionamento cujo papel passaria pelo controlo de uma das vias principais que atravessava o território, ligando *Ebora Liberalitas Iulia* e *Emerita Augusta*. É de notar, contudo, a semelhança entre este exemplo, o cerro de Arraiolos¹⁰² e o caso da Cabeça de Vaiamonte. Todos dispõem de um impressionante domínio visual sobre a envolvência, notando-se, em simultâneo, a sua presença na paisagem. Todavia explica Carlos Fabião que “(...) a eminência eleita para a instalação do aglomerado [Cabeça de Vaiamonte] afigura-se a mais adequada para poder ver, mas também, seguramente, para poder ser visto” (Fabião, 1998a: 147).

¹⁰⁰ À exceção da Carrasqueira, estes povoados de altitude situam-se numa área plenamente *romanizada* com proximidade a importantes estabelecimentos rurais (remeto para Santa Justa 1 (FS 1) e Santa Justa 3 (FS 3) ou, ainda, apesar de menor dimensão, mas com possível relação com os atrás mencionados, para Comenda Grande 1 (FS 4) e Comenda do Meio (FS 29)).

¹⁰¹ Informações recolhidas na base de dados da DGPC: <http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/home.aspx>. O número de inventário, patente no sítio, encontra-se entre parênteses.

¹⁰² Embora hipotético este sítio poderá ter desempenhado um papel importante durante esta fase de transição.

Todavia, é interessante, no entanto, testemunhar o facto de os sítios Santa Justa 1 (FS 1) e Cortiçal 3 (FS 33) se situarem nas imediações de fortificações (FS 2; FS 40). A sua localização poderá, eventualmente, estar ligada ao ordenamento territorial augustano (Teichner, 2010: 90), dinamizando os sítios republicanos, ou mesmo pré-clássicos, e reocupando esses mesmos locais com o fim de explorar o seu terreno envolvente, através de estabelecimentos ou aglomerados populacionais que desempenhariam, não só, um papel de centros de produção, mas, também, de exportação, ou seja de carácter produtivo e mercantil – as *villae* e os *vici*. As fortificações, constantemente denominadas por fortins, recintos-torre (Mataloto, 2002), recintos ciclópicos (Calado, 1994) ou, num caso remissivo ao Sudoeste do país, *castella*¹⁰³ (Maia, 1986), com referências na bibliografia francesa a casas rurais fortificadas (Moret, 1990: 5), tem sido um dos principais temas de estudo nesta área geográfica. Apesar das circunstâncias a que têm sido submetidos – normalmente com carácter militar – os *castella* são estabelecimentos pouco conhecidos, não existindo quaisquer dados que os permitam interpretar dessa forma. Uma exceção passa pelo Castelo da Lousa, em Mourão (Alarcão, Carvalho e Gonçalves, 2010), um pouco desviado da área de influência destas estruturas: uma construção claramente mais antiga, maior e com uma finalidade distinta dos restantes do Baixo Alentejo, o que não impede que tenham coexistido no tempo (Fabião, 1998a, vol. II: 248). Contudo, as investigações que se têm centrado nas características e no papel destas estruturas, no Sudoeste português, demonstram uma verdadeira semelhança às fortificações do Alentejo Central, mais propriamente, daquelas identificadas durante o presente estudo: Carlos Fabião afirma que os *castella* são caracterizados por “(...) construções de planta quadrangular, com pouco mais de uma dezena de metros de lado, instaladas no topo de uma elevação e rodeadas de plataformas edificadas” (Fabião, 2002: 178), tal como acontece com o recinto de Santa Justa 2 (FS 2), cuja planta quadrangular tem, aproximadamente, 12 metros de lado, situado no topo aplanado de um pequeno outeiro com excelente visibilidade sobre a envolvente, ou com o Castelo do Mau Vizinho (FS 33), situado numa plataforma com grande domínio visual e territorial, com uma planta que deveria ter cerca de 16,50 metros por 14 metros (Mataloto, 2002: 202).

No entanto, o progresso assistido, no estudo de caso, tem permitido clarificar as características destas supostas fortificações – a que Carlos Fabião propõe outra designação, em caso de contexto militar, as *turris* (Fabião, 1998a, vol. II: 245) – em outras áreas

¹⁰³ Esta terminologia, como já referido, parece-me mais indicada para outras situações.

regionais, com propostas de categorização (Maia, 1978: 281), através de estudos mais aprofundados, tendo como grandes exemplos o sítio de Mesas do Castelinho, em Almodôvar (Fabião e Guerra, 2008), com posterior ocupação (Guerra e Fabião, 2001) ou o Monte de Manuel Galo, em Mértola (Alves, 2014). Contudo, as cronologias destes estabelecimentos têm gerado algumas dúvidas, tendo sido apontada uma datação para o período das guerras sertorianas, apesar de não existirem quaisquer notícias de combates na zona, persistindo, em paralelo, o motivo indefinido destas construções e a sua manutenção até inícios, ou mesmo finais, do séc. II d.C. (Maia, 1978: 281). Porém, a área proposta dista desta realidade, embora os recintos possam espelhar “(...) *a chegada de contingentes romanos a esta área geográfica (...)*” (Carneiro e Morgado, 2011: 141), com grande controlo estratégico sobre o espaço envolvente com grande imposição visual, sobretudo, o Castelo do Mau Vizinho (FS 33). É possível que a sua construção anteceda a integração administrativa romana, sobretudo com a fundação do centro urbano de *Ebora Liberalitas Iulia*, mas a sua funcionalidade continua por apurar, existindo, porém, distinção, em diversos casos, entre os recintos-torre e os fortins (Mataloto, 2002: 211), sem que, no entanto, seja possível entender a expansão e o impacto que estas estruturas vieram causar no mundo indígena, apesar do seu aparato e da rutura com o modelo de construção autóctone (Carneiro e Morgado, 2011: 142). Parece-me que a instalação destes recintos estaria relacionada com o conhecimento territorial e, conseqüentemente, com o controlo numa área em que, infelizmente, a presença republicana, ou mesmo indígena, está mal documentada, tal como Carlos Fabião havia concluído, constituindo, estas estruturas, “(...) *formas efêmeras de ocupar/controlar territórios, que decorrem de um processo de conquista, que conduziu ao forjar de uma nova sociedade: a sociedade romana provincial*” (Fabião, 2001a: 235).

Por outro lado, os indicadores epigráficos¹⁰⁴ reforçam a integração e a aculturação, neste caso, da onomástica latina no território. A perceção dos movimentos culturais é dificultada por uma, clara, ausência de amostras epigráficas que permitam definir e caracterizar o modelo populacional da região, embora os dados atuais fundamentem, a meu ver, duas realidades distintas. S. Bento do Mato e a zona Ocidental da freguesia de Igreja parecem ter desempenhado um papel relevante na distribuição de importantes estabelecimentos, geridos por famílias colonizadoras, a atestar pelo conteúdo das

¹⁰⁴ A epigrafia encontra-se devidamente estudada (Encarnação, 1984), pelo que me parece redundante desenvolver, detalhadamente, cada exemplo.

epígrafes: na Herdade da Cháinha foi identificada uma lápide funerária de calcário (IRCP nº 393) dedicada a *Cornelia Maxuma*, datada do séc. I-II d.C., cuja estruturação textual sugere um meio bastante *romanizado* e conhecedor dos moldes artísticos e epigráficos itálicos (Encarnação, 1984: 472). A avaliar pela restante antroponímia – *Cornelius Valens* e *Valeria Amoena* – poderemos estar perante uma família, marcadamente, colonizadora. No caso de S. Bento do Mato, a ara votiva em granito (IRCP nº 375) dedicada a *Salus*, deusa que unifica a saúde física, o bem-estar e a serenidade (Encarnação, 2016: 7), apresenta um gentílico comum em Évora – *Canidius* – e um outro, embora incomum na região, documentado no *Conventus Pacensis* – *Acilius* –, como acontece com o *cognomen* – *Rufinus*. Esta inscrição, datada de entre os finais do séc. II e os inícios do séc. III d.C., momento em que a latinização da antroponímia já era corrente, pode estar relacionada a cidadãos pertencentes a uma ordem senatorial (Encarnação, 1984: 449). No Monte da Venda, não muito distante do local atrás assinalado, foi analisada uma lápide funerária em mármore branco (IRCP nº 407), dedicada a *Quintus Tullius Modestus*, *Tullia Tusca* e *Quintus Alfius Modestus*, filhos de *Habitus*. A utilização da *trianomina* latina, relacionada com o prestígio social (Vallejo Ruiz, 2005: 107) corrobora a presença de possíveis colonos que ao empregarem o modelo indígena, na perpetuação do *cognomen* paterno, demonstram a sua recente chegada à região (Encarnação, 1984: 486), durante o séc. I d.C., data em que se enquadra esta epígrafe.

Se por um lado temos uma zona caracterizada por uma colonização, afinadamente, perpetuada pelas epígrafes, durante o séc. I e os inícios do séc. II, correntemente marcada pela continuidade durante o séc. III, por outro observamos uma realidade distinta, marcada pela assimilação da onomástica latina e pela manutenção de antropónimos indígenas, de um povo, maioritariamente, autóctone, como deixa antever, desde logo, a lápide funerária, em granito, da Herdade da Calada (IRCP nº 416), remissiva aos inícios do Império, dedicada a *Apano*, filho de *Cileus*, ambos identificados à maneira indígena, durante uma primeira fase de aculturação (Ferreira, 2004: 21). Um outro caso prende-se com a lápide funerária da Comenda Grande (Barbosa e Encarnação, 2014), recentemente identificada, que demonstra o efetivo movimento de aculturação da onomástica latina do séc. I d.C. Neste caso observamos nomes, tipicamente, latinos, à exceção de *Terencia Aunia*, cujo *cognomen* é indígena. Todavia, o facto de *Amoena* ter sido rapidamente adotado pela população autóctone, devido ao seu significado e *Iulia* ser, frequentemente, a ele ligado, levanta a hipótese de estarmos em território, marcadamente, indígena já com um processo de assimilação onomástica bastante avançado. Aliás, a presença autóctone

pode ser corroborada pela ara votiva de granito recuperada nas imediações de Santa Justa (IRCP nº 412) – a apresentação do gentílico patronímico *Tolonti* é feita à maneira indígena com a omissão de *filius* (Encarnação, 1984: 491)

É interessante observar o meio de distribuição destes indicadores populacionais: a predominância de colonos ou gentes de raízes itálicas situadas em imediações de rotas de passagem, sobretudo, dos itinerários principais. As epígrafes identificadas nos arredores de Azaruja aproximam-se, de certa forma, a uma das principais ligações entre *Emerita* e *Olisipo*, a via XII do Itinerário de Antonino (Carneiro, 2008: 54), e a Herdade da Chaínha situar-se-ia na envolvência da via que ligava *Ebora* a *Selium* (Bilou, 2005: 63), numa zona em que o topónimo Divor, proveniente de *Divorum*, atesta uma realidade de elevado grau de civilização e de cultura (Encarnação, 1978: 82-83). O contingente indígena dispersa-se, assim, pelo interior da região, em locais com grande impacto da *romanização*, distanciados de qualquer rota de passagem, sobretudo a zona de Santa Justa¹⁰⁵, levantando, a epígrafe da Herdade da Calada, algumas dúvidas em relação ao seu enquadramento¹⁰⁶. Todavia, os dados recolhidos não permitem caracterizar adequadamente o processo de aculturação efetuado, sobretudo, durante a *pax romana* de Augusto, tal como tenho vindo a referir. A realidade é equilibrada em termos comparativos: os indicadores epigráficos estudados demonstram uma simetria entre a presença de gentes autóctones e de população colonizadora.

5.3. A exploração do terreno: fatores estruturantes da economia rural romana na região

O estudo das atividades económicas varia consoante os indicadores e a região em que os estabelecimentos se situam: neste caso, a agricultura, vista pela população como uma atividade sofisticada, da qual resultaram cinco tratados¹⁰⁷, desempenharia um papel centralizador. Apesar dos contornos imprecisos e do desconhecimento de diversas realidades – por exemplo, o caso da delimitação dos *fundi* das *villae* ou das granjas, a

¹⁰⁵ Apesar da proximidade do marco miliário identificado por Leonor Rocha (2014: 218), que levanta algumas dúvidas e motiva algumas considerações apresentadas a seu tempo.

¹⁰⁶ A falta de estudos aprofundados sobre esta zona não permite relacionar o seu conteúdo com as realidades assistidas em outras regiões. Nas suas imediações, apenas foram identificados dois sítios – Carrascal 1 (FS 49) e Carrascal 2 (FS 50).

¹⁰⁷ Os tratados de Catão (*De Agricultura*), Columela (*De Re Rustica*), Varrão (*De Re Rustica*), Paládio (*Opus Agriculturae*) e Plínio-o-Velho (*Naturalis Historia*, XII-XIX)

situação geográfica dos casais ou indeterminação das zonas exploradas – é possível correlacionar alguns elementos identificados com o, suposto, funcionamento a que estavam destinados. Todavia, “*trata-se, no entanto, de uma imagem provisória e que sob certos ângulos deve ser perspectivada com as necessárias reservas*” (Carvalho, 2006: 913). A economia rural centrar-se-ia, sobretudo, na exploração do solo e no comércio de produtos agrícolas (Gorges, 1992: 95), numa área caracterizada pelo *latifundium*, mas, igualmente, com pequenas propriedades dedicadas à produção auto-subsistente, com possível aposta em diversos cultivos, caracterizados pela coexistência de hortas, cereais de sequeiro e árvores de fruto (Carvalho, 2006: 914). Porém, importa constatar que a produção agrícola, descrita nas fontes latinas, se baseava na exploração da *tríade mediterrânica* – vinho, azeite e cereais (Gorges, 1992: 100) – e tem sido motivo de profundos estudos, quer do modelo de especialização dos núcleos de produção – lagares ou adegas – quer dos indicadores funcionais que se vão identificando – pesos de lagar, *dollia* ou ânforas – ou da própria confeção do produto (Carneiro, 2010b).

Sem querer pormenorizar muito este tema, as numerosas evidências arqueológicas, que têm fundamentado o estudo dos processos vinícolas ou olivícolas, apresentam por vezes problemas que condicionam o estudo de caso, como o desaparecimento de grande parte dos utensílios ou a similaridade da elaboração e das ferramentas utilizadas, indefinindo, conseqüentemente, o papel de uma determinada instalação ou do produto concebido (Peña Cervantes, 2012-2013: 152). A importância e o pioneirismo dos romanos na difusão do vinho e vinicultura a partir do Mediterrâneo é uma realidade que tornou o produto num dos principais meios económicos, sobretudo na *Hispania*, com a *Baetica* a ser a principal impulsionadora desta atividade, a par da costa da *Tarraconensis*, devido à proximidade marítima, ao clima e à aptidão pedológica (Sousa, Nunes e Gonçalves, 2006: 72). O incremento de novas técnicas de plantio e da seleção de terras com grande potencial agrícola, associadas a outras técnicas de regadio¹⁰⁸, determinaram a qualidade e a quantidade de vinho produzido na antiga *Hispania*, apesar desta atividade requerer um avultado poderio económico, uma vez que a obtenção de lucros surgiria, apenas, a médio ou longo prazo, associando-se-lhe, por

¹⁰⁸ A questão da agricultura de regadio é um pouco complexa, sendo necessário, em grande parte dos casos, recorrer a construções de tanques, barragens ou aquedutos, como aconteceu no sítio do Correio-Mor, em Elvas (Almeida, 2000: 92). A água é um elemento fundamental no mundo romano, implicando o domínio de diversas técnicas e, por vezes, de maquinaria para o seu tratamento. Para outras informações sobre barragens no Sul de Portugal remeto para: Quintela, Cardoso e Mascarenhas, 1989.

vezes, um conjunto de virtudes ou valores, fundamentando a dedicação a esta exploração sem tirar proveito económico. Esta componente alia-se à grande simbologia religiosa e cultural, ou mesmo festiva, que o vinho detém – poderemos, eventualmente, exemplificar com *Baco*, o deus do vinho – ligado à ressurreição e com estreita relação ao mundo funerário “(...) *como demostración de la existencia de otra vida tras la muerte*”, cuja dimensão aparece, na mentalidade romana, como uma inestimável fonte de saúde traduzindo a contemplação do produto como medicamento (Peña Cervantes, 2012-2013: 153). A importância deste elemento na vida quotidiana ficou bem patenteada em representações iconográficas de diversos mosaicos: por exemplo em *Caesarea Mauretaniae*, Cherchell (Argélia) foram identificados mosaicos relacionados com a poda (Bérard, 1935: 119), ou em Mérida, na Casa del Anfiteatro, com o reflexo da vindima (Blázquez Martínez, 1996: 49).

Todavia, a descrição das estruturas destinadas ao tratamento do produto aparece, em muitos casos, correlacionada com a presença de um *calcatorium* ou de pesos de lagar, estes últimos elementos que figuram, frequentemente, à superfície, de fácil identificação durante as saídas de campo. No caso em estudo foram identificados quatro pesos de lagar, ou prensas de viga, tipo *praelum*, como Yolanda Peña Cervantes os denomina (Peña Cervantes, 2015: 115) – foi inventariado um peso de lagar em mármore, do tipo Estremoz/Vila Viçosa, no *monte* da Comenda Grande (FAI 1), e três em granito nos sítios de Santa Justa 1 (FS 1), Almo 3 (FS 12) e Santa Rita (FAI 13), este último reaproveitado como bebedouro para animais – e um peso de lagar, em granito, de características indeterminadas, por estar, em grande parte, soterrado em Botaréus (FS 16). No entanto existem outros indicadores a ter em conta, como acontece com os fragmentos de ânforas, destinadas à exportação de produtos, e concebidas, sobretudo, a partir do séc. I a.C., sob o modelo itálico, em locais já com tradição neste tipo de fabrico (Fabião, 1998b: 178), ou de *dollia*, cujo papel passaria pelo armazenamento de vinho, azeite ou cereais¹⁰⁹. Estes últimos dão-nos, por vezes, úteis informações, tal como Antonio Poveda Navarro demonstra, num caso em concreto, afirmando que “*quizá existiera outro torcularium pero vinícola, pues han hallado parte de dos muelas depiedra com canalis (...) también en la presencia en el lugar de fragmentos de dolios, y especialmente en el reciente hallazgos*

¹⁰⁹ No caso dos alimentos, na *Lusitania*, as estruturas de contenção eram, sobretudo, construídas (Carneiro, 2010b: 239). Na Gália, Jean-Pierre Brun afirma que “*tous le dolia utilisés pour le vin étaient poisées et abités dans le longs hangars analogues à ceux connus en Italie*” (Brun, 1993: 329).

de un fragmento de pared de dollium que presenta una pequeña cartela com sigillum que contiene la leyenda MARIO (...)” (Poveda Navarro, 2011-2012: 284). Na área em estudo, a identificação de fragmentos de *dollia* relaciona-se, em alguns casos, com sítios em que outros indicadores económicos aparecem à superfície, nomeadamente em Santa Justa 1 (FS 1) e Botaréus (FS 16), em relação aos pesos de lagar, e no Monte da Venda (FS 24), onde foram identificadas duas *molae* e quatro mós, para além dos fragmentos observados em Alpendres 1 (FS 13), Farragela (FS 17) ou Cortiçal 3 (FS 33). Porém, há que salientar a especialização de determinadas *villae* na produção destes contentores, possuindo zonas destinadas a esse fabrico, as *figlinae* (Carneiro, 2010b: 245), como poderá, hipoteticamente, ter acontecido no sítio de Santa Justa 1 (FS 1), a julgar pela grande quantidade de escória de cerâmica dispersa pelo local.

O azeite desempenha, tal como o vinho, um papel relevante na economia romana, sendo “(...) *el cultivo más característico del Mediterráneo (...)*” (Fornell Muñoz, 2015: 120) ao mesmo tempo que se utilizava na higiene, mantendo a pele elástica e impermeabilizando os poros contra as impurezas (Fornell Muñoz, 2007: 104), como condimento culinário, medicamento (García Samper, 2001: 168) ou combustível para lucernas. Este produto, a par do vinho e dos cereais, tornou-se numa importante base da dieta mediterrânica, desempenhando a *Baetica* um papel fundamental na sua produção, beneficiando de fatores naturais como o clima ou a aptidão dos solos, assim como a proximidade marítima ou a navegabilidade do Rio Guadalquivir (Vaquerizo Gil, 2011: 41). Alguns autores têm referenciado os centros de produção de azeite, muitas vezes correlacionados com a presença de *villae*, apesar da dificuldade em analisar as funções de cada elemento – o caso das *villae* de Granada (Orfila Pons *et al*, 2011-2012: 423-428) – funcionando em prol das necessidades internas e do abastecimento de mercados regionais (Peña Cervantes, 2010: 192). Os lagares de azeite têm sido identificados consoante os materiais recolhidos, como aconteceu nas imediações de Las Agualejas, onde foi localizado um complexo oleícola, denominada El Melic, cujo *torcularium* se encontrava bastante danificado e onde foram identificados restos de caroços de azeitonas (Poveda Navarro, 2011-2012: 287) ou no Monte da Fareleira, em Beja, que revelou à superfície vinte contrapesos paralelepípedicos (Fabião, 2013: 66). No caso em estudo, para além dos pesos de lagar referidos anteriormente, foram identificadas várias *molae* em Vale de Melão (FS 41), Santa Rita (FAI 13) e Monte da Venda (FS 24), achados que parecem ser frequentes em Espanha, a que Yolanda Peña Cervantes faz referência, afirmando que “(...) *en el caso hispano destaca el alto porcentaje de molinos rotatórios*

cilíndricos documentados en yacimientos com evidencias de instalaciones de prensado, lo que nos permite vincularlos a la molienda de la aceituna” (Peña Cervantes, 2011-2012: 41). Estes componentes incluem-se num sistema de fabrico homónimo, a *mola olearia*, utilizando os mesmos princípios que o *trapetum*, apesar das diferenças estruturais (Peña Cervantes, 2010: 36), que facilitava o ajuste entre os elementos móveis e fixos, regularizando a intensidade de fabrico. Identifica-se por uma base circular, de pedra côncava (*sottomola*), fixa, com uma viga de madeira central (*columella*), colocada verticalmente, capaz de rodar em torno de si mesma, através da tração animal que move um cilindro de pedra (*mola*), através de uma outra viga de madeira, desta feita colocada na horizontal¹¹⁰.

Quanto ao estudo da exploração cerealífera, o tema não se revela de fácil análise, apesar da importância, desta componente, na economia e no simbolismo da sociedade, tanto que não se trataria “(...) *da produção preferencial da Hispania, pois as províncias que tradicionalmente abasteciam Roma estavam situadas no norte de África e na Sicília*” (Carneiro, 2014: 207). As gramíneas seriam preponderantes no dia-a-dia da população rural: além de serem um produto de grande procura e, de consequente exportação, torna-se num importante elemento na alimentação regular, não só no plano humano, mas também animal. Dentro desta realidade seria frequente a produção de espelta, cevada ou trigo, culturas de sequeiro, ou milho, cultura de regadio, desempenhando a aveia e o centeio um papel secundário neste sistema (Bounopane, 2015: 67). Dependente de características pedológicas, hidrográficas e climáticas, a exploração destas culturas foi um tema bastante mencionado nas fontes latinas: Varrão, por exemplo, afincava a importância das planícies para a produção de grão (Varrão, *Rust.*, I, VI, V) ao passo que Catão afirma que estes devem ser semeados num solo de boa aptidão agrícola sem vestígios de arvoredo (Catão, I, VI, I). Em alguns casos podemos referir a identificação de mós, possivelmente, relacionadas com esta produção: em Passinho foi encontrado um pequeno exemplar, apesar das dúvidas cronológicas que o sítio levanta, e no Monte da Venda foram identificadas quatro mós. Todavia, não foi possível identificar qualquer indício de estruturas relacionadas com o tratamento ou armazenagem do produto: não há

¹¹⁰ Informação retirada do sítio: <http://paleopatologia.it/Franto/ciclo.php>.

indicativos de qualquer *horrea – granarium*¹¹¹ ou *ferrarium*¹¹² – ou *pistrinum*¹¹³, o que não implicará a inexistência de anexos que se dedicassem a essa funcionalidade.

Dentro desta realidade, a pastorícia funcionava em paralelo com a agricultura, como uma das principais atividades económicas da região. É possível que a grande quantidade de casais e granjas identificados, assim como alguns pequenos sítios, se relacionassem com esta realidade, visto que as famílias menos abastadas, economicamente, investiriam, igualmente, na pecuária “(...) *pelo facto de não exigir um investimento tão continuado, nem tantos braços de trabalho, como aconteceria com a generalidade das actividades agrícolas*” (Carvalho, 2006: 924). A posse de gado ovicaprino garantia, desde logo, a presença de lã e leite, no dia-a-dia da população, e até, possivelmente, de queijo e manteiga, ao passo que o gado bovino ou equino se destinaria ao trabalho, pela sua força, movendo atrelados ou arados, ou ao transporte. Todavia, a criação de cavalos parece ser dotada de um certo enaltecimento por parte dos proprietários, pelo que é possível que essa realidade se submeta, em grande medida, às grandes explorações agrícolas, as *villae*, geridas *domini* de grande poderio económico¹¹⁴, tal como terá acontecido em Torre de Palma (Carneiro, 2014a: 118), elemento bem patenteado nos mosaicos da *villa* (Almeida, 1970), notando-se, porém, uma mesma tendência para a criação de animais de outra estirpe, como os faisões, pavões ou perdizes (Carneiro, 2010b: 242), neste caso representados, por exemplo, nos mosaicos da *villa* de *Fortunatus*, na *Tarraconensis* (Oliveira, 2010: 475). Neste espetro, a criação de gado suíno corresponderia à necessidade de adquirir alimento, sendo, por vezes, alternada com o consumo de carnes cinegéticas, como veado ou javali.

Porém, há um fator que merece atenção devido à sua correlação à divindade cultuada na área, a transumância e os pastos de utilização comunitária. Estes últimos seriam utilizados, sobretudo, devido ao crescimento dos rebanhos, implicando o seu encaminhamento para esses locais (Carvalho, 2006: 926), mas existiam outros que poderiam, eventualmente, seguir rotas maiores de transumância, através das *callis* (Gómez-Pantoja, 1994: 72), não deixando marcas duradouras na paisagem ou no registo

¹¹¹ Celeiros de grão (Vitrúvio, VI, VI, IV); os *granaria* começam a ser bem conhecidos – remeto para Salido Domínguez, 2011 ou Salido Domínguez, 2015.

¹¹² Celeiros de trigo (Vitrúvio, VI, VI, V)

¹¹³ Fornos de cozer pão (Vitrúvio, VI, VI, V)

¹¹⁴ Na *Lusitania* o gado equino era afamado devido aos cavalos de corrida e à sua importância económica (Carneiro, 2010b: 244).

arqueológico. A pastorícia e a transumância divergiam pela diferença entre o “pastor nómada” e o “pequeno agricultor” que subsiste através da exploração de uma pequena propriedade, horta talvez, e do minúsculo número de animais (Gómez-Pantoja, 2001: 5).

É neste prisma que poderemos, hipoteticamente, lançar um olhar geral sobre o papel do antigo templo de Santana do Campo e sobre a questão de *Calantica*. Se *Carneus* era, de veras, a divindade da pastorícia e da transumância, porque não haveria a área, onde hoje se situa a aldeia alentejana e onde foi erguido o santuário, ser destinada a essa realidade? Não poderia o templo ter sido erguido, isoladamente, com esse intuito? Será que os campos de *Calantica* desempenhariam esse papel? A verdade é que *Carneus Calanticensis* aparece referenciado em diversas zonas propensas à exploração pastoril, facto que liberta diversas dúvidas acerca desse pressuposto, tal como Gómez-Pejota havia constatado, “*desde por lo menos mediados de siglo XV, las frecuentes y numerosas menciones a la presencia de “serranos” en las dehesas del Guadiana y del Alentejo portugués demuestran que estas gentes se contaban entre los más tempranos y asiduos practicantes de la gran trashumancia peninsular (...)*” (Gómez-Pejota e Alfaro Peña, 2000: 171).

Um outro recurso que agora começou a ser analisado, sendo bastante recente na bibliografia, prende-se à exploração corticeira. Alguns *agrónomos* focam a utilização e a funcionalidade da cortiça: Plínio-o-Velho alega a sua capacidade isoladora e a utilização na confeção de calçado, de inverno, feminino (Plínio-o-Velho, XVI, XIII), Columela afirma que se trata do material ideal para a construção de colmeias (Columela, IX, VI), Ovídio, nos seus poemas, foca a sua capacidade de flutuar (Ovídio, *Tr.*, III, IV), e Estrabão reforça a presença de montado de sobro na costa africana (Estrabão, XVII, III). Contudo, este recurso tem sido ligado ao fabrico de tampas anfóricas, destinadas à exportação de preparados de peixe, nomeadamente de *garum* (Bombico e Carneiro, 2016: 24), sobretudo a partir da costa atlântica ou algarvia. Porém, persiste a dúvida no papel do Alentejo na produção destes materiais: possivelmente exportaria a matéria-prima para outras regiões onde era tratada e transformada, isto se não houvesse alguma especialização numa área caracterizada por grandes montados de sobro, não sendo de excetuar a aposta na apicultura e na elaboração de colmeias, atividade que ainda hoje é praticada, apesar da decadência que se tem vindo a assistir, ou na utilização como palmilhas ou solas de *caligae*.

5.4. A importância da rede viária

Não passa pelos objetivos deste estudo elaborar uma caracterização generalizada sobre as vias romanas do Alentejo, mas sim definir os aspetos, até agora evidenciados, da rede viária que, eventualmente, atravessava o território em análise. As vias são vistas como o “veículo” imprescindível na difusão de ideias e na circulação de gentes e produtos (Fornell Muñoz, 1996: 126), apresentando traços que se caracterizam pela utilização, sempre que possível, da linha reta e curvas moderadas, suaves e alongadas, facilmente, transitáveis (Carneiro, 2014a: 160), refletindo os percursos e os centros urbanos existentes antes da conquista e a estrutura de um novo ordenamento territorial evidenciado pela manutenção de várias cidades, e outros núcleos urbanos, em atividade desde a Idade do Ferro (Carneiro, 2008: 46). Segundo Roldán Hervás, as vias de comunicação são tão necessárias “(...) *para el acercamiento del mundo romano al indígena y de éste entre sí*” (Roldán Hervás, 1975: 9), apresentando diversos fabricos com variabilidade nos tipos e formas de construção que indica o distinto investimento em alguns casos. Tendo isto em conta, é possível que os eixos viários tenham sido construídos sobre as bases daqueles já existentes, ou mesmo dos caminhos utilizados durante as viagens transumantes, ao longo dos quais se fundaram novos núcleos de povoamento, sejam dispersos ou aglomerados, interligados pela circulação entre as distintas regiões, determinando a sua prosperidade e a sua densidade.

Apesar não ser frequente a sua alusão na literatura latina, Tito Lívio, Plutarco, Galeno e Tíbulo referenciam alguns casos, dando ênfase ao papel dos políticos – *Gaius Gracus*, por exemplo, terá sido um dos primeiros políticos a dar importância à rede viária (Plutarco, VIII, C.G, VII) – e à estruturação dos eixos – durante o séc. II a.C. as estradas eram construídas por empresas privadas, constituídas por *lancis* (*margines*) e pavimentadas com pedra grande (*sílex*) dentro das cidades e com pedra pequena (*glarea*) fora delas (Tito Lívio, XLI, XXVII; Rodríguez Morales, 2011: 178), na passagem de obstáculos naturais, como pântanos ou zonas encharcadas, de grande índice pluviométrico, eram construídas à base de pedra (Galeno, IX, VIII), e, nos finais do séc. I d.C., a via pavimentada por *Valerius Massala* tinha como principal material a gravilha e, em outros casos, lajes (Tíbulo, I, VII). Nas situações em que o troço atravessava zonas de pequenas elevações, de paisagem ondulada, eram construídas valas de escoamento (*fossae*) para evitar que as águas causassem qualquer dano na estrutura (Rodríguez Martín, 2008-2009: 217).

Dentro desta realidade, a identificação destes troços não se revela de fácil análise, devido à raridade e incerteza quanto à posição dos marcos miliários e às divergências dos diferentes manuscritos, nomeadamente o *Itinerário de Antonino*, que dificultam, em grande medida a reconstituição dos percursos (Alarcão, 2006: 213), implicando uma interdisciplinaridade através dos especialistas que se dedicam ao estudo de fontes clássicas, dos epigrafistas e das suas análises aos diversos marcos miliários e daqueles que se dedicam, em grande medida, à prospeção, levantando várias possibilidades, através dos vestígios superficiais (Abasolo, 1990: 9). No entanto, a diferenciação das vias tem sido feita através de três tipos: as vias de terra (*viae terrenae*), as vias de gravilha (*viae glarea iniectae*) e as vias de pedra ou lajes (*viae lapide stratae*) (Rodríguez Morales, 2011: 178), dispensando, a zona que corresponde ao Alentejo, a construção de grandes troços calcetados, devido à sua morfologia, conhecendo-se alguns limitados em extensão (Carneiro, 2008: 45), cujas características se notabilizaram pela sua robustez e funcionalidade – a pavimentação com lajes e a sinalização de distâncias através de marcos miliários, onde era gravada a *milia passuum* (Bilou, 2005: 17), que tem sido base de sucessivas propostas de atribuição de valores numéricos, que se situaria em cerca de 1481,5 metros, “*autorizando pequenas oscilações por excesso ou defeito (...)*” (Mantas, 2014: 235). O aparato construtivo variava consoante a sua importância funcional ou estratégica, beneficiando, as vias militares, duma melhor qualidade e soluções construtivas, baseadas em pavimentos empedrados, pontes e viadutos, marcação miliária e estruturas de apoio (Bilou, 2005: 17), notando-se, porém, que não houve grande preocupação, por parte das magistraturas municipais, de criar largas extensões calcetadas e enriquecer os traçados com obras de arte, como pontes, que permitissem ultrapassar as dificuldades assistidas no terreno (Carneiro, 2008: 45).

Assim, poderemos, eventualmente, aludir à passagem de três eixos viários pelo território em estudo. A via XII, do *Itinerário de Antonino* corresponderá ao caso mais emblemático, pela ligação entre a capital provincial, *Emerita Augusta*, e os seus portos marítimos, nomeadamente *Salacia* e *Olisipo*. No decurso da ocupação romana, Évora terá desempenhando o papel de *caput viarum*, com crescente importância económica devido ao desenvolvimento comercial assistido, através da exploração dos campos envolventes, dos preparados de peixe, produzidos em zonas costeiras, que percorriam este traçado até Mérida, da atividade extrativa dos mármorees da anticlinal de Estremoz e dos calcários de S. Brissos (Bilou, 2005: 18). Apesar disso, as dúvidas quanto ao troço *Ebora – Emerita* tem sido base de sucessivos estudos que se centram, em grande medida, na dificuldade

de localizar a antiga cidade, ou *mansio* (Fernández Corrales, 1995: 74), de *Dipo*, devido à omissão de estações entre ambas as cidades (Almeida *et al*, 2011: 194). Todavia, o eixo viário passaria a Sul de Castelo Ventoso, onde se encontra um pequeno troço (FS 55; Carneiro, 2008: 54), seguindo, segundo consta no itinerário, em direção à *mansio* de *Ad Atrum Flumen* que tem sido localizada em diferentes áreas: Mário Saa atribuiu a este sítio a Vilares de Paredais (Pardais) ou Bencatel (Saa, 1956: 138), Jean-Gérard Gorges e F. Rodríguez Martín situam-na nas imediações do Rio Xévora (Gorges e Rodríguez Martín, 1999: 257), ao contrário de Vasco Gil Mantas que abre a possibilidade do sítio se ter localizado na Herdade da Morgada, em S. Miguel de Machede (Mantas, 2014: 246). Contudo, há que ter em atenção o sítio do Monte da Venda (FS 24), que pela sua riqueza material – três fragmentos de marcos miliários anepígrafos (FAI 4; Bilou, 2005: 53), uma lápide funerária (Encarnação, 1984: 486) e uma mancha de dispersão material com 8.905 m² - pode ter desempenhado um papel importante como estação de apoio aos viajantes, ainda mais por se situar nas imediações de uma via que funcionou até à época moderna, altura em que foi documentada a estalagem de *Venta de Busseiras*, por Pier María Baldi, neste mesmo local (Magalotti, 1933: XLVII).

A via seguiria, certamente, em direção a Evoramonte, onde foi identificado um miliário, presente na Igreja da Nossa Senhora da Conceição (FE 5), servindo de suporte da pia de água benta, possivelmente, proveniente do sítio de S. Marcos (FS 43), junto a uma capela ligada a festividades de transumância, onde se terá situado uma *mansio* (Carneiro, 2014a, vol. II: 242). As dúvidas quanto à situação de *Dipo* aparecem, diversas vezes, relacionadas com Evoramonte (Alarcão, 2001; Alarcão, 2006: 219; Mataloto, Williams e Roque, 2014), apesar de ainda não ter sido identificado qualquer indício dessa cidade, ou *mansio*, clássica nas imediações: as escavações efetuadas no castelo não atestaram a presença de um núcleo urbano, mas sim de uma, possível, estrutura de habitação que poderá ter correspondido a um local “(...) *privilegiado para controlar uma das principais vias de comunicação entre Ebora e Emerita* (...)” (Costa e Liberato, 2007: 640). Acerca desta realidade, Vasco Gil Mantas refere mesmo que existem “(...) *situações decorrentes do desaparecimento de povoações cujo nome foi conservado por uma estação viária, o caso de Dipo* (...)” (Mantas, 2014: 237). Assim, as constantes discussões em torno do tema têm fundamentado a conexão de *Dipo* com Talavera la Real (Gorges e Rodríguez Martín, 2006: 179) ou Guadajira (Jerez Linde, 2009; Almagro-Gorbea, Pau Ripollés e Germán Rodríguez, 2009: 103) levantando, todavia, a hipótese de o trecho viário ser lido *a contrário*, ou seja, de *Emerita Augusta* em direção a *Ebora Liberalitas*

Iulia. Após a passagem na zona menos acidentada das grandes colinas de Evoramonte, o eixo passaria, possivelmente, na ponte do Pego do Sino, que apesar de se desconhecer a sua localização e cronologia, é uma construção que continua viva na memória da população (Evoramonte, 1906: 278).

Para Norte de *Ebora*, em direção a *Sellium*, sairia uma outra via, com passagem pelo *monte* da Oliveirinha, seguindo pelos *montes* da Parreira e do Divor da Estrada (Bilou, 2005: 64). No segundo terá sido identificado um sítio de época romana e um fragmento de marco miliário anepígrafo, nas imediações da estrada que liga à aldeia de Igrejinha. Curiosamente, junto ao *monte* das 7 Chaminés, que não se situa a grande distância, foram identificados dois marcos miliários, um com 1,62 metros de altura e 0,35 metros de diâmetro, e outro com 1,25 metros de altura e 0,42 metros de diâmetro, à primeira vista, anepígrafos (FAI 3), que levantam uma série de questões relacionadas com o verdadeiro troço viário, que seguiria em direção ao solar da Sempre Noiva, perto de Arraiolos, onde se situa um sítio romano, provavelmente *villa* de grandes dimensões (Silva e Perdigão, 1998: 130-136). É possível que estes dois marcos miliários tenham sido transferidos do seu local original, localizando-se numa área com escassos indicadores materiais que atestem a presença de qualquer tipo de povoamento.

Um outro eixo viário, traçado por Pedro Soutinho, com possível ligação entre *Igaedis* e *Ebora*¹¹⁵, embora necessite, nas palavras de André Carneiro, de um bom *crivo crítico* (Carneiro, 2008: 41), poderia passar junto ao *monte* das Postas, na freguesia de Vimieiro, onde foi identificado um pequeno troço calcetado (Saa, 1964: 94; Carneiro, 2008: 116), na direção da Venda do Duque, passando pela ponte da Fargelinha (FS 26). Este caminho designado por “Estrada do Sorraia” (Carneiro, 2008: 114) torna-se de difícil análise a partir deste ponto: segundo a informação de Pedro Soutinho a estrada percorria a ribeira de Vale do Pereiro, passando pelo *monte* da Chaminé, em direção ao *monte* da Anta, não passando muito longe do sítio do Cortiçal 3 (FS 33), possivelmente ligado a este caminho por um *deverticulum*, em direção ao *monte* da Calada, onde foi identificado o epitáfio dedicado a *Apano* (FE 2; Encarnação, 1984: 495), seguindo para Évora, com possibilidade de entroncar com a via XII. Porém este troço contém algumas passagens que me parecem inusitadas, devido aos vales íngremes de Vale do Pereiro, cuja visibilidade envolvente peca pela presença de grandes cerros, para além de que não foram

¹¹⁵ Informação disponível no sítio: <http://www.viasromanas.pt/>.

identificados grandes vestígios no decorrer do eixo¹¹⁶. Além disso, no momento em que entra nos domínios das atuais herdades da Anta e do Barrocal, o troço seguiria o mesmo eixo da via XII do *Itinerário de Antonino*, situada a curta distância, pelo que poderemos, hipoteticamente, deduzir tratar-se de uma via secundária ou de, em certo ponto, ter-se ligado a um dos principais caminhos de ligação entre *Ebora* e *Emerita*, antes de entrar na antiga *civitas eborensis*, como uma espécie de *deverticulum*, ligando um interior de fracas infraestruturas viárias a um terreno bem desenvolvido para o termo.

Uma outra hipótese, proposta por André Carneiro (Carneiro, 2008: 116), é que a estrada seguisse pelo *monte* do Paço, onde foi identificada uma, possível, *villa*, seguindo a Norte da ermida de Santa Luzia em direção a Sant'Ana, cujo contraforte Norte da ermida assenta num suposto marco miliário (Rocha, Santos e Branco, 2014: 218). Todavia, este indicador levanta algumas dúvidas quanto à sua funcionalidade: para além de não ter qualquer elemento epigráfico, o formato, meio cónico, parece fundamentar a presença de uma coluna de granito¹¹⁷. Porém, a via seguiria para Oeste passando nas imediações da *villa* de Santa Justa 1 (FS 1), possivelmente ligada a este caminho por um *deverticulum*, tal como, eventualmente, aconteceria com a granja de Santa Justa 3 (FS 3), seguindo depois pelo sugestivo topónimo de Oliveira dos Mortos, passando por S. Gregório, para Norte. Uma outra possibilidade prende-se com a passagem pela ponte de Santa Luzia (FS 30), num caminho completamente reto, utilizado durante a Idade Média e Moderna até meados do séc. XX pelos almocreves¹¹⁸, seguindo em direção à Comenda Grande, com, mais uma vez, possível ligação à *villa* de Santa Justa 1 (FS 1) e à granja homónima (FS 3).

As vias foram, sem sombra de dúvida, um dos principais fatores estruturantes do povoamento territorial, permitindo a circulação de ideias e o desenvolvimento do comércio. As estações de apoio foram ganhando alguma dignidade urbana, denunciando, a epigrafia, os intensos movimentos de colonização e circulação de gentes para pontos distantes, propiciados pela dinâmica das infra-estruturas viárias (Carneiro, 2008: 46). As estradas tiveram especial projeção na ideologia do Estado romano, sendo, largamente,

¹¹⁶ Apenas há referência ao sítio do Juncal (FS 46), que não foi relocalizado. Além desse poderemos, eventualmente, ligar a passagem aos pontos situados nas imediações do *monte* da Guisada (FS 18; FS 19). Todavia, o facto de acompanhar a ribeira de Vale do Pereiro faz com que a via passasse nas imediações da granja da Farragela (FS 17).

¹¹⁷ As medidas são as seguintes: 1,15 metros de altura, 0,35 metros de diâmetro de base e 0,28 metros de diâmetro de topo.

¹¹⁸ Informação confirmada pela população.

utilizadas como símbolo de grandeza, desde a época republicana prolongando-se até ao Império (Mantas, 2012: 141). Contudo, é interessante observar que estes eixos foram persistindo ao longo dos anos, mantendo-se em funcionamento até épocas posteriores, em muitos casos utilizadas pelas grandes comitivas régias, cujo traçado é hoje omitido pela construção de outras estradas ou pela grande atividade agrícola que assola, por vezes, estes antigos caminhos, deixando uma mescla de materiais superficiais que passam, inúmeras vezes, despercebidos aos investigadores.

Considerações finais

Ao longo deste estudo poderemos afirmar que estamos perante um território ocupado de diversas maneiras, dependendo, em certos casos, de fatores transversais que fundamentavam a realidade. Apesar de grande parte das propostas se revelarem hipotéticas, em grande medida devido às conjeturas relacionadas com a multiplicidade terminológica, que tem vindo a ser debatida foi possível estabelecer uma linha de ocupação bem marcada na paisagem, composta por diversas unidades possíveis de categorizar, ainda que de uma forma hierárquica. A crescente identificação de novos sítios em muito ficou a dever à análise toponímica que mereceu, em grande medida, um elevado grau de *intuição* durante as saídas de campo. Observamos assim, num quadro geral, uma evolução bem patenteada no número de sítios identificados¹¹⁹ – dos 41 sítios iniciais, da qual informação tirámos partido, poderemos eventualmente juntar mais 28 locais inéditos observados ao longo do trabalho de campo – e uma melhoria, num contexto informativo, da descrição e localização de grande parte daqueles que haviam sido detetados em trabalhos anteriores. Importa salientar, conforme já foi dito, que os trabalhos de prospeção privilegiaram a confirmação de sítios conhecidos analisando-os de uma forma crítica, através do registo de campo e da informação publicada.

¹¹⁹ Neste contexto não foram contadas as epígrafes.

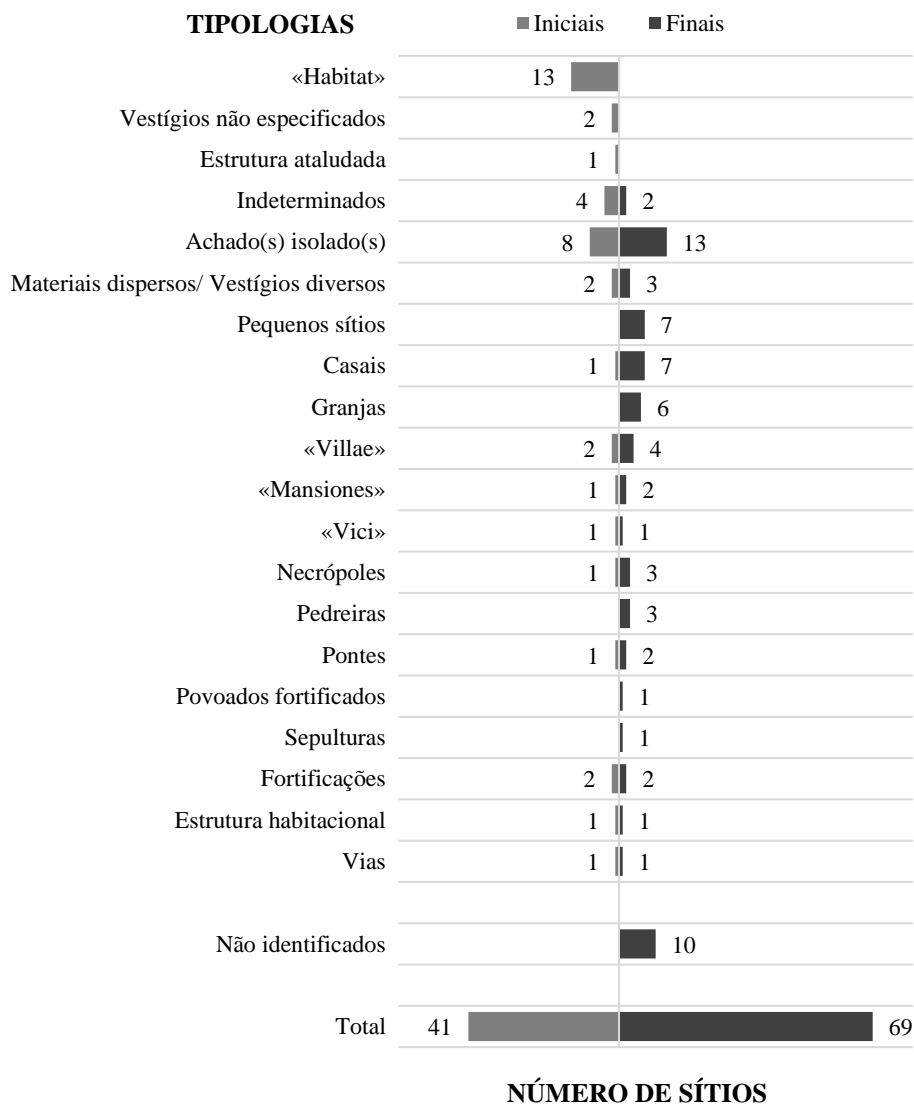


Gráfico I – Sítios identificados antes e depois dos trabalhos de campo e da análise bibliográfica.

Existe, no entanto, um paradigma: o baixo índice numérico de *villae* identificadas leva-nos a crer que o território era explorado à base da média propriedade e pequena propriedade, tal como, aliás, Pedro Carvalho já havia notado para outra região do país (Carvalho *et al.*, 2002: 134). Tal facto poderá estar relacionado com a centuriação do terreno que envolve a *civitas* de *Ebora Liberalitas Iulia*, implantando-se nesses perímetros os estabelecimentos de maior poderio económico, numa área sobranceira à cidade, de fácil transição, em que o comércio afluía normalmente, restando, em grande parte, o restante território, afastado deste grande núcleo, para a exploração e comercialização de produtos, que revertiam, em determinados casos, para a auto-sustentação do lar. As granjas desempenhariam, assim, o papel das *villae* nos terrenos investigados, não só durante a época imperial, como durante a Antiguidade Tardia: na envolvência destes estabelecimentos foram identificados materiais que atestam a uma

continuidade na exploração dos campos, à exceção de Santa Justa 3 (FS 3), tal como acontece em alguns casais, algo que não se assiste em áreas sob ordenamento das *villae* ou do próprio, e suposto, *vicus* do Cortiçal 3 (FS 33), apesar das sepulturas escavadas na rocha identificadas nas imediações do, atual, *monte* do Cortiçal.

	<i>Pequenos sítios</i>	<i>Casais</i>	<i>Granjas</i>	<i>Villae</i>	<i>Vici</i>	<i>Mansiones</i>	<i>Total</i>
<i>S. Gregório e Santa Justa</i>	3	-	2	1	-	-	6
<i>Igrejinha</i>	-	1	1	1	1	-	4
<i>S. Bento do Mato</i>	4	5	3	-	-	1	13
<i>Santa Maria (Evoramonte)</i>	-	-	-	1	-	1	2
<i>Redondo</i>	-	1	-	-	-	-	1
<i>Vimieiro</i>	-	-	-	1	-	-	1
<i>Total</i>	7	7	6	4	1	2	27

Tabela IX – Sítios identificados relacionados com a exploração territorial.

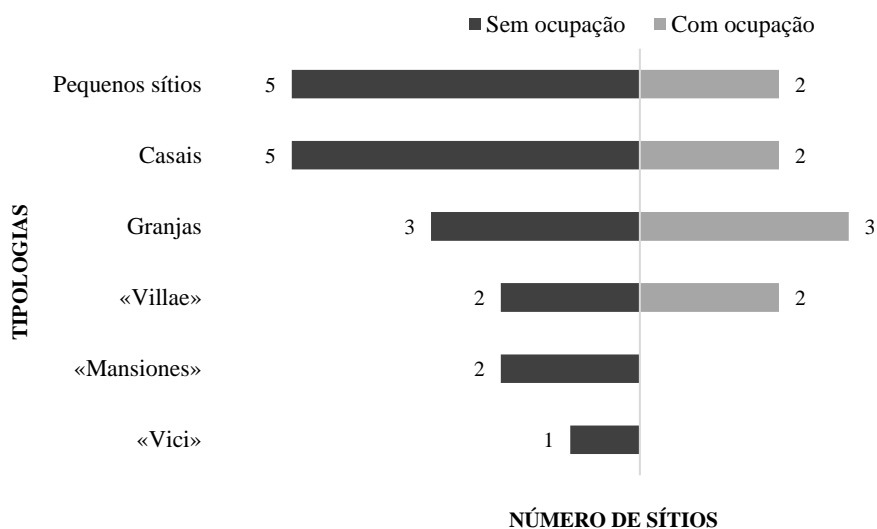


Gráfico II – Relação entre os sítios com e sem ocupação tardia.

Todavia, os escassos estudos sobre a ruralidade romana da área, levantam inúmeras dúvidas quanto à atual investigação. Todos os sítios identificados foram caracterizados de acordo com os seus vestígios superfíce, cuja categoria atribuída é hipotética e, em nenhum caso, totalmente fiável. Em determinados casos não foi fácil conciliar esta realidade com as condições territoriais – devido à grande concentração de

vegetação, às condições pedológicas ou à própria exploração agrícola de determinadas zonas – pelo que estes levantam ainda algumas questões de necessária investigação. Neste espectro, em muito ajudou a epigrafia, embora com poucos exemplares. Nota-se uma clara predominância de populações indígenas em terrenos interiores, com grande concentração de colonos nas imediações de eixos viários – vejamos o caso das lápides da Chaínha (FE 7) ou do Monte da Venda (FE 6).

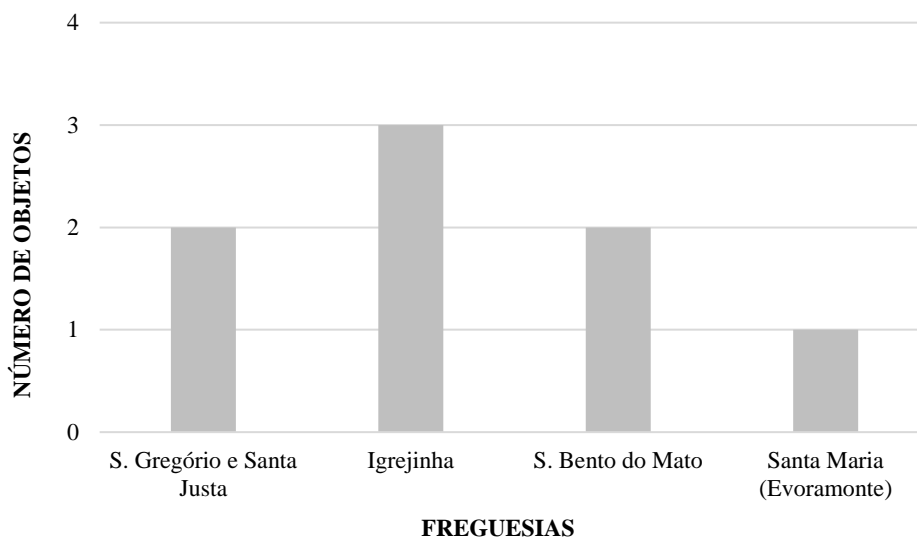


Gráfico III – Distribuição epigráfica por freguesia.

Temos, assim, um universo repleto de evidências, algumas com necessidade de olhares mais aprofundados, de modo a perceber esta rede complexa da paisagem rural romana, bastante diversificada, que, pelo constatado, se manteve, em grande medida, durante épocas posteriores, apesar da criação de novos perfis. Portanto, a análise efetuada fez-nos chegar a novos sítios, a dar mais alguma luz sobre um tema obscuro numa área que necessitava, e ainda necessita, de novos olhares gerais. Sabemos mais alguma coisa, mas ainda pouco, por isso, há que continuar, que esta região ainda tem muito para nos dar.

Bibliografia

Abreviaturas

IRCP – Inscrições Romanas do *Conventus Pacensis*

FS – Ficha de sítio

FAI – Ficha de achado isolado

FE – Ficha epigráfica

Fontes clássicas

APIANO; SANCHO ROYO, Antonio [trad.] (1980), *Historia Romana I*, Editorial Gredos, Madrid

AVIENO; CALDERÓN FELICES, José, MORENO FERRERO, Isabel [trads.] (2001), *Fenómenos-Descripción del Orbe Terrestre-Costas Marinas*, Editorial Gredos, Madrid

CATÃO, *De Agricultura*, Loeb Classical Library [disponível em: http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Cato/De_Agricultura/home.html]

COLUMELA; SOTOMAYOR Y RUBIO, D. Juan Maria Alvarez de [trad.] (1824), *Los Doce Libros de Agricultura que escribio en latin Lucio Junio Moderato Columela*, Imprenta de D. Miguel de Burgos

COLUMELA, *De Re Rustica*, Loeb Classical Library [disponível em: <http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Columella/home.html>]

ESTRABÃO, *Geographia*, Loeb Classical Library [disponível em: <http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Strabo/home.html>]

GALENO; LINACRO, Thomas [trad.] (1526), *Methodus Medendi*, Claudio Chevallon, Paris

HERÓDOTO; SCHRADER, Carlos [trad.] (1989), *Historia VIII-IX*, Editorial Gredos, Madrid

ISIDORO DE SEVILHA, *Etymologies*, Loeb Classical Library [disponível em: <http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Isidore/home.html>]

OVÍDIO; SEGURA RAMOS, Bartolome [trad.] (1988), *Fastos*, Editorial Gredos, Madrid

OVÍDIO; GONZÁLEZ VÁZQUEZ, José [trad.] (1992), *Tristes-Pónticas*, Editorial Gredos, Madrid

PALÁDIO; MOURE CASAS, Ana [trad.] (1990), *Tratado de Agricultura*, Editorial Gredos, Madrid

PLÍNIO-O-JOVEM; GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Julián [trad.] (2005), *Cartas*, Editorial Gredos, Madrid

PLÍNIO-O-VELHO; FONTÁN, Antonio, *et al* [trads.] (1998), *Historia Natural*, III-VI, Editorial Gredos, Madrid

PLÍNIO-O-VELHO; MANZANERO CANO, F. *et al* [trads.] (2010), *Historia Natural*, XII-XVI, Editorial Gredos, Madrid

PLÍNIO-O-VELHO, *Naturalis Historia*, Loeb Classical Library [disponível em: http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Pliny_the_Elder/home.html]

PLUTARCO; GUZMÁN HERMIDA, Juan M., MARTÍNEZ GARCÍA, Óscar [trads.] (2007), *Vidas Paralelas IV*, Editorial Gredos, Madrid

PLUTARCO; ALCALDE MARTÍN, Carlos, GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Marta [trads.] (2010), *Vidas Paralelas VIII*, Editorial Gredos, Madrid

SALÚSTIO; POSADAS, Juan Luis [trad.] (2006), *Fragmentos de las Historias*, Ediciones Classicas, Madrid

SUETÓNIO, *De Vita XII Caesarum*, Loeb Classical Library [disponível em: http://penelope.uchicago.edu/Thayer/L/Roman/Texts/Suetonius/12Caesars/Augustus*.html]

TÍBULO; SOLER RUIZ, Arturo [trad.] (1993), *Elegías*, Editorial Gredos, Madrid

TITO LIVÍO; VILLAR VIDAL, José Antonio [trad.] (1993), *Historia de Roma desde su fundación: Libros XXXVI-XL*, Editorial Gredos, Madrid

TITO LIVÍO; VILLAR VIDAL, José Antonio [trad.] (2008), *Historia de Roma desde su fundación: Libros XLI-XLV*, Editorial Gredos, Madrid

VARRÃO, *De Re Rustica*, Loeb Classical Library [disponível em: http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Varro/de_Re_Rustica/home.html]

VARRÃO; HERNÁNDEZ MIGUEL, Luis Alfonso [trad.] (1998), *La Lengua Latina*, Editorial Gredos, Madrid

VIRGÍLIO; FAIRCLOUGH, H. Rushton [trad.] (1918), *Aeneid VII-XII – The Minor Poems*, The Loeb Classical Library

VITRÚVIO; MACIEL, M. Justino [trad.] (2006), *Tratado de Arquitectura*, Press, Lisboa

Bibliografia

ABASOLO, José António (1990), “El conocimiento de las vias romanas. Un problema arqueológico”, *Simposio sobre la red viária en la Hispania romana*, Institucion Fernando el Católico, Zaragoza, pp.7-20

ALARCÃO, Jorge de (1974), *Portugal Romano*. Editorial Verbo, Lisboa

ALARCÃO, Jorge de (1976), “Sobre a economia rural do Alentejo na época romana”, *Conimbriga XV*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, pp.1-40

ALARCÃO, Jorge de (1978), “Vidros romanos do Alentejo no Museu Nacional de Arqueologia”, *Conimbriga XVII*, Faculdade de Letras/Instituto de Arqueologia, Coimbra, pp.101-112

ALARCÃO, Jorge de (1979-80), “Escavações na *villa* luso-romana de S. Cucufate”, *Humanitas*, 31-32, Universidade de Coimbra, Coimbra, pp.272-274

ALARCÃO, Jorge de (1988a), *O Domínio Romano em Portugal*. Publicações Europa-América, Mem Martins

ALARCÃO, Jorge de (1988b), *Roman Portugal*, 4 vols, Warminster, London

ALARCÃO, Jorge de, ÉTIENNE, Robert, MAYET, Françoise (1990), *Les villas romaines de São Cucufate (Portugal)*, De Boccard, Paris

ALARCÃO, Jorge de (1998a), “Paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal”, *Conimbriga XXXVII*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, pp.89-117

ALARCÃO, Jorge de (1998b), “Três níveis de aglomerados populacionais romanos”, *O Arqueólogo Português*, Série IV, vol. 16, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 177-186

ALARCÃO, Jorge de (1999), “Os arredores das cidades romanas de Portugal”, *AEspA*, 72, pp.31-37

ALARCÃO, Jorge de (2001), “A localização de *Dipo* e *Evandriana*”, *Al-Madan*, IIª Série, nº 10, pp.39-42

ALARCÃO, Jorge de (2004), “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – II”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 7, nº2, pp. 193-216

ALARCÃO, Jorge de (2006), “As vias romanas de *Olisipo* a *Augusta Emerita*”, *Conimbriga XLV*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 211-251

ALARCÃO, Jorge de, CARVALHO, Pedro, GONÇALVES, Ana (2010), “Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 e 2002”, *STVDIA LVSITANA*, Junta de Extremadura, Badajoz

ALARCÃO, Jorge de (2012), “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – VI”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 15, pp.113-137

ALBUQUERQUE, J. de Pina Manique (1954), *Carta Ecológica de Portugal*, Ministério da Economia, Direcção dos Serviços Agrícolas, Lisboa

ALFAYÉ, Silvia (2012), “Religiones indígenas e identidades (étnicas) en la *Hispania* indoeuropea”, SANTOS YANGUAS, Juan, CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo [eds.], *Revisiones de Historia Antigua VII - Romanización, Frontera y Etnias en la Roma Antigua: el caso Hispano*, Departamento de Estudios Clásicos, Vitoria-Gasteiz, pp.307-335

ALMAGRO-GORBEA, Martín, DÁVILA, António, “El área superficial de los *oppida* en la *Hispania* céltica”, *Complutum*, 6, pp.209-233

ALMAGRO-GORBEA, Martín, PAU RIPOLLÉS, Pere, RODRÍGUEZ MARTÍN, F. Germán (2009), “*Dipo*. Ciudad ‘Tartesico-Turdetana’ en el valle del Guadiana”, *Conimbriga XLVIII*, Coimbra, pp. 93-146

ALMEIDA, D. Fernando de (1970), “O mosaico dos cavalos (Torre de Palma)”, *O Arqueólogo Português*, 3ª Série, vol. 4, pp.263-275

ALMEIDA, Maria José de (2000), *Ocupação rural romana no actual concelho de Elvas*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra

ALMEIDA (2011), Maria José *et al*, “De Augusta Emerita a Olisipo: proposta de traçado para o primeiro troço da via XII do Itinerário de Antonino”, *Arqueologia do Norte Alentejano – Comunicações das 3.as Jornadas*, Edições Colibri/C. M. Fronteira, pp. 193-201

ALVES, Catarina (2014), “Os *castella* do Baixo Alentejo. O caso do Monte Manuel Galo”, *CIRA-Arqueologia III – Atas – Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo*, nº3, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 385-403

ANDREU PINTADO, Javier; LAUSÉN ALEGRE, María; JORDÁN LORENZO, Ángel A. (2009), “El Poblamiento rural en el *territorium* de la *ciuitas* vascona de Los Bañales en época romana”, *Trabajos de Arqueologia Navarra*, nº21, Gobierno de Navarra, Pamplona, pp.121-160

ANTÓNIO, Jorge, ENCARNAÇÃO, José (2009), “Grafito identifica Alter do Chão como *Abelterium*”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol.12, nº1, pp. 197-200

ARASA I GIL, Ferran (2013), “L’Hostalot (Vilanova d’Alcolea, el Baix Maestrat). Excavacions a la *mansio Ildum* de la via Augusta. El complex arquitectònic de l’*horreum*”, *Quaderns de Prehistòria i arqueologia de Castelló*, nº31, SIAP, Castelló, pp. 163-202

ARGÜELLES ÁLVAREZ, Patricia, GARCÍA SARMIENTO, Isabel (), “Revisión de la *mansio* de *Argentiolum* en la *Via XVII Item Bracara Asturicam* del *Itenerario de Antonino*”, MARTÍNEZ PEÑÍN, Raquel, CAVERO DOMÍNGUEZ, Gregoria [eds.] *Evolución de los espacios urbanos y sus territorios en el Noroeste de la Península Ibérica*, Ediciones El Forastero, León, pp. 199-212

BARATA (1999), Maria Filomena (1999), “As habitações de *Mirobriga* e os ritos domésticos romanos”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. II, nº2, pp.51-67

BARBOSA, Ruben, ENCARNAÇÃO, José d’ (2014), “Lápide funerária romana da herdade da Comenda Grande”, *Ficheiro Epigráfico*, nº124, Instituto de Arqueologia/Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes, Secção de Arqueologia, Coimbra

BÉRARD, Jean (1935), “Mosaïques inédites de Cherchel”, *Mélanges d'archéologie et d'histoire*, pp.113-142

BERLANGA PALOMO, M^a José; BECERRA MARTÍN, Serafin (2009), “Nuevos datos arqueológicos para el estudio de *Sabora, Mainake*, XXXI, Diputación de Málaga, Málaga, pp.383-394

BERNARDES, João Pedro (2007), *A Ocupação Romana na Região de Leiria*, Promontoria Monográfica 06, Faro

BERNARDES, João Pedro (2011), “A Cidade de *Ossonoba* e o seu Território”, *Anais do Município de Faro*, Faro, pp.11-26

BERROCAL RANGEL, Luis (1989-1990), “Cambio cultural y romanizacion en el Suroeste peninsular”, *Anas 2/3*, Museo Nacional de Arte Romano de Mérida, Mérida, pp.103-122

BICHO, Nuno (2012), *Manual de Arqueologia Pré-Histórica*, Compêndio, Lisboa

BILOU (2005), Francisco, *Sistema Viário Antigo na Região de Évora*. Edições Colibri, Lisboa

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María (1962), *Religiones Primitivas de Hispania. Fuentes literárias y epigráficas*, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, Delegación de Roma

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María (1996), “Las relaciones entre los mosaicos de Mérida y de la Península Ibérica en general”, *El mosaico cosmológico de Mérida. Eugenio García Sandoval in memoriam. Cuadernos Emeritenses*, 12, Mérida, pp.39-92

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María (2007), *Religiones indígenas en la Hispania romana (adenda et corrigenda)*, Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, Alicante

BOMBICO, Sónia, CARNEIRO, André (2016), “Do Mar ao Montado: evidências da utilização e exploração de cortiça na Lusitânia Romana”, RANGEL, José Francisco, FAÍSCA, Carlos Manuel, BOMBICO, Sónia, MOURISCO, Pedro [eds.], *O Montado de sobro e o setor corticeiro: uma perspetiva histórica e transdisciplinar*, Imprensa: Diputación de Badajoz, Badajoz, pp.19-43

BRUN, Jean-Pierre (1993), “L’oléiculture et la viticulture antiques en Gaule: instruments et installations de production”, AMOURETTI, Marie-Claire, BRUN, Jean-Pierre, *La production du vin et de l’huile en Méditerranée*, Ecole Française d’Athènes, Athènes, pp.307-341

BUGALHÃO, Jacinta (1998), “O povoamento rural romano no Alentejo: contribuição da arqueologia preventiva”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 1, nº2, pp.123-136

BUGALHÃO, Jacinta (2004a), “O núcleo de povoamento rural dos Sardos, Monforte”, BUGALHÃO, Jacinta [ed.], *Arqueologia de transporte de gás: 10 anos de investigação* (Trabalhos de Arqueologia 39), IPA, Lisboa, pp.109-150

BUGALHÃO, Jacinta (2004b), “O abrigo tardo-romano da Vinagreira, Elvas”, BUGALHÃO, Jacinta [ed.], *Arqueologia de transporte de gás: 10 anos de investigação* (Trabalhos de Arqueologia 39), IPA, Lisboa, pp.97-108

BUONOPANE, Alfredo (2015), “I cereali nel mondo romano. Le fonti letterarie”, *La Civiltà del Pane: Storia, tecniche e simboli dal Mediterraneo all’Atlantico*, Fondazione Centro italiano di studi sull’alto medioevo, Maggio, pp.67-82

CALADO, Manuel (1993), *Carta Arqueológica do Alandroal*, Câmara Municipal do Alandroal, Alandroal

CALADO, Manuel (1994), “Recintos ciclópicos do Alentejo Central”, *A Cidade de Évora*, 2ª Série, Évora, pp.275-281

CALADO, Manuel, DEUS, Maria Manuela, MATALOTO, Rui (1999), “O sítio dos Soeiros (Arraiolos): uma abordagem preliminar”, *Revista Guimarães*, vol. II, Guimarães, pp.759-774

CAMACHO MORENO, M. *et al* (2005), “La ocupación romana en la Sierra Norte de Sevilla: Castilblanco de los Arroyos”, *SPAL*, 14, pp. 279-298

CANHÃO, Valdemar Luís (2013), “Monte Juliôa 24: um casal de época romana – A organização do espaço doméstico e alguns aspectos sócio-económicos”, LAMPA, Maria João [coord.], *No tempo dos moinhos do Guadiana e outros tempos – Memórias d’Odiana*, *Estudos arqueológicos do Alqueva*, 3, EDIA, Beja, pp.107-167

CARDOSO, Guilherme, ENCARNAÇÃO, José (1999), “Economia agrícola da região de Olisipo: o exemplo do lagar de azeite da villa romana de Freiria”, GORGES, J. G.,

RODRÍGUEZ MARTÍN, F.G., *Economie et territoire en Lusitanie romaine*, Casa Velázquez, Madrid

CARDOSO, Mário (1941), “Monumentos Nacionais – Seu arrolamento, classificação e protecção, especialmente na parte que se refere à Arqueologia”, *Revista Guimarães*, Guimarães, pp.116-137

CARNEIRO, André (2004), *Povoamento Romano no actual concelho de Fronteira*. Edições Colibri, Lisboa

CARNEIRO, André (2008), *Itinerários Romanos do Alentejo: Uma releitura de «As Grandes Vias da Lusitânia – O Itinerário de Antonino Pio» de Mario Saa, cinquenta anos depois*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, Lisboa

CARNEIRO, André, ENCARNAÇÃO, José d’, OLIVEIRA, Jorge, TEIXEIRA, Cláudia (2008), “Uma inscrição votiva em língua lusitana”, *Paleohispanica*, 8, pp.167-178

CARNEIRO, André (2010a), “A Cartografia dos cultos religiosos no Alto Alentejo em Época Romana: uma leitura de conjunto”, *Hispania Antiqua*, XXXIII-XXXIV, Universidad de Valladolid, Valladolid, pp.237-272

CARNEIRO, André (2010b), “Em *pars* incerta. Estruturas e dependências agrícolas nas *villae* da Lusitânia”, *Conimbriga XLIX*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 225-250

CARNEIRO, André (2013), “Um primeiro olhar sobre o povoamento romano no concelho de Vila Viçosa”, *Callipole – Revista de Cultura*, nº21, Câmara Municipal de Vila Viçosa, Vila Viçosa, pp. 211-232

CARNEIRO, André (2014a), *Lugares, tempos e pessoas – Povoamento rural romano no Alto Alentejo*, vols. I e II, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra

CARNEIRO, André (2014b), “*Otium*, materialidade e paisagem nas *villae* do Alto Alentejo português em época romana”, *Espacio, tiempo y forma – Revista de la Facultad de Geografía e Historia*, Serie II, 27, Universidad Nacional de Educación a Distancia, Madrid, pp.207-231

CARNEIRO, André (2014c), “Entre os “*canchos*” e o vale: povoamento e território no concelho de Marvão durante o império romano e a antiguidade tardia”, OLIVEIRA, Jorge

de [ed.], *Marvão – estudos e documentos de apoio à candidatura a Património Mundial*, Edições Colibri/Município de Marvão, Marvão, pp.151-165

CARNEIRO, André (*no prelo*), “As casas dos deuses. A propósito do templo romano de Santana do Campo”, Comunicação apresentada ao congresso *Jornadas do Património – A Arqueologia no Concelho de Arraiolos* e entregue para publicação nas atas

CARVALHO, Pedro *et al* (2002), “Povoamento rural romano ao longo da Ribeira da Meimoa – Fundão (1ª Campanha de prospecção intensiva)”, *Conimbriga*, 41, pp. 127-152

CARVALHO, Pedro (2006), *Cova da Beira: ocupação e exploração do território em época romana*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra

CARVALHO, Pedro (2007), ““Terlamonte I” (Teixoso, Covilhã): uma quinta romana no interior Norte da *Lusitania*”, *Conimbriga XLVI*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, pp.207-250

CARVALHOSA, António *et al* (1987), *Notícia explicativa da folha 36-D – Redondo*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa

CARVALHOSA, António (1999), *Notícia explicativa da folha 36-C – Arraiolos*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa

CEAN-BERMUDEZ, Juan Agustin (1832), *Sumario de las Antigüedades Romanas que hay en España*, Imprenta de D. Miguel de Burgos, Madrid

CORREIA, Virgílio Hipólito (2009), “Os espaços forais de *Conimbriga*”, MATEOS, Pedro *et al* [eds.], *Santuarios, Oppida y Ciudades: Arquitectura Sacra en el origen y desarrollo urbano del Mediterráneo Occidental*, Archivo Español de Arqueología, Mérida, pp.397-405

CORTIJO CEREZO, Mª Luisa (1991), “El *pagus* en la administración territorial romana. Los *pagi* de la Bética”, *Florentia Iliberritana*, nº2, pp.99-116

COSTA, Teresa, LIBERATO, Marco (2007), “Intervenções arqueológicas no Castelo de Evoramonte – Síntese dos resultados”, *Vipasca – Arqueologia e História*, nº2, 2ª Série, pp.632-642

CURCHIN (1985), “*Vici and pagi in Roman Spain*”, *Revue d'Études Anciennes*, Tome 87, nº3-4, pp.327-343

CURCHIN, Leonard (1996), “Five celtic town-names in Central Spain”, *HABIS*, 27, pp.45-47

CURCHIN, Leonard (1997), “Celticization and romanization of toponymy in Central Spain”, *Emerita*, Tomo LXV, pp.257-279

DIOGO, A. M. Dias, CAVALEIRO PAIXÃO, A. (2010), “Ânforas de escavações no povoado industrial romano de Tróia, Setúbal”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 4, nº1, pp.117-140

ENCARNAÇÃO, José d' (1975), *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa

ENCARNAÇÃO, José d' (1978), “Notas sobre epigrafia romana de Évora”, *Humanitas*, vol.29-30, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/Instituto de Estudos Clássicos, Coimbra, pp.75-97

ENCARNAÇÃO, José, CARDOSO, Guilherme, NOLEN, Jeanette U. Smit (1982), “A villa romana do Alto do Cidreira em Cascais”, *Boletim Cultural do Município*, nº4, Cascais

ENCARNAÇÃO, José d' (1988), “Divindades indígenas peninsulares: problemas metodológicos do seu estudo”, GONZALEZ, Julian, ARCE, Javier [eds.], *Estudios sobre la Tabula Siarensis – Anejos de Archivo Español de Arqueologia*, IX, Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Centro de Estudios Históricas, Madrid, pp.261-276

ENCARNAÇÃO, José d' (2002), “Das religiões e das divindades indígenas da Lusitânia”, RIBEIRO, José Cardim [coord.], *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp.11-16

ENCARNAÇÃO, José d' (2010), “Divindades indígenas – os númenes das nossas raízes”, LOPES, Bruno [ed.], *Conversas à volta de Santana do Campo*, Apenas Livros, Lisboa, pp.29-38

ENCARNAÇÃO, José d' (2011), “*Cornelii Bocchi de Olisipo, Scallabis e Salacia*”, CARDOSO, João Luís, ALMAGRO-GORBEA, Martín [eds.], *Lucius Cornelius Bocchus*

– *Escritor Lusitano da Idade de Prata da Literatura Latina*, Academia Portuguesa da História/Real Academia de la Historia, Lisboa/Madrid, pp.189-201

ENCARNAÇÃO, José d’ (2013), “O quotidiano numa aldeia mineira romana: o caso de *Vipasca*”, *Vipasca*, 2ª Série, nº4, pp.33-37

ENCARNAÇÃO, José d’ (2015), “Ecos sugestivos de fórmulas epigráficas romanas”, LÓPEZ QUERO, Salvador, MAESTRE MAESTRE, José María [eds.], *Studia Angelo Urbano Dicata*, Instituto de Estudios Humanísticos, Alcañiz-Madrid, pp.127-139

ENCARNAÇÃO, José d’ (2016), *Religião dos romanos, religião de sempre?*, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa

EVORAMONTE (1906), “Evora-Monte”, *O Archeologo Português*, Série I, vol. XI, pp.271-280 [notícia não assinada]

FABIÃO, Carlos (1998a), *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área céltica do território hoje português*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa

FABIÃO, Carlos (1998b), “O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. I, nº1, pp.169-198

FABIÃO, Carlos (1999-2000), “Estudar o mundo rural na Antiguidade”, *A Cidade – Revista Cultural de Portalegre*, nº13-14, Edições Colibri, Lisboa, pp.7-12

FABIÃO, Carlos (2001a), “O povoamento do Sudoeste peninsular na segunda metade do I milénio a.C.: continuidades e rupturas”, BERROCAL-RANGEL, Luis, GARDES, Philippe, *Entre Celtas e Íberos: las poblaciones protohistóricas de las Galias e Hispania*, Real Academia de la Historia Casa de Velázquez, Madrid, pp.227-246

FABIÃO, Carlos (2001b), “Mundo indígena, romanos e sociedade provincial romana: sobre a percepção arqueológica da mudança”, *(Era) Arqueologia*, 3, pp.108-131

FABIÃO, Carlos (2002), “Os chamados *castella* do Sudoeste: Arquitectura, cronologia e funções”, *AEspA*, pp.177-193

FABIÃO, Carlos, GUERRA, Amílcar (2008), “Mesas do Castelinho (Almodôvar): um projecto com vinte anos”, *Al-Madan*, IIª Série, nº16, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, pp.92-105

- FABIÃO, Carlos (2013), “O azeite no Ocidente da Península Ibérica”, BÖHM, Jorge, *O Grande Livro da Oliveira e do Azeite*, Dinalivro, Lisboa, pp.60-77
- FABIÃO, Carlos (2014), “La creación de la provincia romana de Lusitania”, *Augusto y Emerita*, Museo Nacional de Arte Romano, Mérida, pp.25-39
- FARIA, António Marques de (2001), “*Oppida Veteris Latii Ebora, Qvod Item Liberalitas Ivlia et Myrtilis ac Salacia* (Plin. Nat. 4. 117)”, *Vipasca*, 10, pp.71-82
- FARIA, António Marques de (1999), “Colonização e municipalização nas províncias hispano-romanas: reanálise de alguns casos polémicos”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 2, nº2, pp.29-50
- FEIO, Mariano (1983), “O relevo da Serra de Ossa: uma interpretação tectónica”, *Finisterra*, XVIII, 35, Lisboa, pp.5-26
- FERNÁNDEZ CORRALES, J.M. (1995), *Tabula Imperii Romani*, Hoja J-29: Lisboa, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid
- FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen, SALIDO DOMINGUEZ, Javier, ZARZALEJOS PRIETO, Mar (2014), “Las formas de ocupación rural en Hispania. Entre la terminología y la praxis arqueológica”, *CuPAUAM 40*, Universidad Autónoma de Madrid, Madrid, pp.111-136
- FERREIRA, Ana Paula Ramos (2004), “Epigrafia funerária romana da Beira Interior: inovação ou continuidade?”, *Trabalhos de Arqueologia 34*, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa
- FORNELL MUÑOZ, Alejandro (1996), “Las vías romanas entre *Castulo* y *Acci*”, *Florentia Iliberritana: Revista de estudios de antigüedad clásica*, nº7, pp.125-140
- FORNELL MUÑOZ, Alejandro (2008), “Aportaciones y limitaciones de la Arqueología en el estudio de las *uillae* romanas andaluzas”, *Hispania Romana – Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*, Promontoria Monografias 10, Faro, pp.137-144
- FORNELL MUÑOZ, Alejandro (2012a), “Nuevas Aportaciones al Poblamiento romano de la vega de Granada. Las *uillae* de la Zubia”, SEGADO-UCEDA, Manuel Jesús [ed.] *Iberian – Revista Digital de Historia, Arqueologia e Historia del Arte*, nº4, pp.40-54

FORNELL MUÑOZ, Alejandro (2012b), “Viajar por los territorios del alto Guadalquivir en época romana”, BRAVO, G., GONZÁLEZ SALINERO, R. (eds.), *Ver, viajar y hospedarse en el mundo romano*, Signifer Libros, Madrid/Salamanca, pp.387-406

FORNELL MUÑOZ, Alejandro (2015), “El aceite bético y su difusión po Occidente a través de los autores clásicos y otras fuentes antiguas”, MACÍAS VILLALOBOS, Cristóbal, MAESTRE MAESTRE, José M^a, MARTOS MONTIEL, Juan F. [eds.], *Europa Renascens – La cultura clásica en Andalucía y su proyección europea*, Instituto de Estudios Humanísticos, Zaragoza, pp.119-138

FRÉDÉRIC, Louis (1980), *Manual Prático de Arqueologia*, Livraria Almedina, Coimbra

GARCÍA SAMPER, María (2001), “Fábricas de aceite en el sureste de la provincia de Alicante. Campo del Pilar de la Horadada (Primera aproximación al tema), *Revista Murciana de Antropología*, nº7, pp.167-172

GOMES, Sofia de Melo, *A ocupação romana na bacia de Alqueva da Ponte de Ajuda à ponte velha de Mourão: uma proposta de reconstrução da paisagem – Memórias d’Odiana, Estudos arqueológicos do Alqueva*, 8, EDIA, Évora

GÓMEZ-PANTOJA, Joaquín (1994), “*Occvltvs callis*”, *Mélanges de la Casa de Velázquez*, pp.61-73

GÓMEZ-PANTOJA, Joaquín, ALFARO PEÑA, Eduardo (2000), “Indigenismo y romanización en las tierras altas de Soria”, VILLAR, Francisco, FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, M. Pilar [eds.], *Religión, lengua y cultura prerromanas de Hispania (VIII Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica)*, Salamanca, pp.170-187

GÓMEZ-PANTOJA, Joaquín (2001) “*Pastio Agrestis*. Pastoralismo en Hispania romana”, GÓMEZ-PANTOJA, Joaquín [ed.], *Los rebaños de Gerión. Pastores y trashumancia en Iberia Antigua y Medieval*, Collection de la Casa de Velázquez, Madrid, pp.1-29

GONÇALVES, Francisco (1974), *Notícia explicativa da folha 36-B – Estremoz*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa

GORGES, Jean-Gérard (1992), “Archéologie et économie des campagnes hispano-romaines: vingt cinq ans de bibliographie commentée (1968-1992)”, *Mélanges de la Casa de Velázquez*, pp.93-142

GORGES, Jean-Gérard, RODRÍGUEZ MARTÍN, F. Germán (1999), “Un nouveau miliare de Magnence en Hispanie: la borne de Torre Águila (Montijo, Badajoz): épigraphie et territoire”, *Economie et territoire en Lusitanie Romaine*, Casa de Velázquez, Madrid, pp.241-262

GORGES, Jean-Gérard, RODRÍGUEZ MARTÍN, F. Germán (2006), “La estructuración del paisaje antiguo en el territorio emeritense en el alto Imperio: el ejemplo del valle medio del Guadiana”, *Arqueología Espacial*, 26, Teruel

GUERRA, Amílcar, FABIÃO, Carlos, (2001), “Mesas do Castelinho, Almodôvar: uma fortificação rural islâmica do Baixo Alentejo”, *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, Lisboa, pp.171-176

GUERRA, Amílcar, SCHATTNER, Thomas, FABIÃO, Carlos, ALMEIDA, Rui (2003), “Novas investigações no santuário de Endovélico (S. Miguel da Mota, Alandroal): a campanha de 2002”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol.6, nº2, pp.415-479

GUERRA, Amílcar (2010), “Algumas considerações sobre divindades e espaços sagrados, de período romano, na região eborense”, OLIVEIRA, Francisco de, OLIVEIRA, Jorge de, PATROCÍNIO, Manuel [coords.], *Espaços e Paisagens – Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas*, vol. 3, História, Arqueologia e Arte, APEC/Centros de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, Coimbra, pp.107-120

HABA QUIRÓS, Salvadora (1998), *Medellín Romano: la Colonia Medellinensis y su territorio*, Colección arte/arqueologia, Badajoz

HELENO, Manuel (1956), “Um quarto de século de investigação arqueológica”, *O Archeologo Português*, III, 3ª Série, Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, Lisboa, pp.221-237

HIDALGO PRIETO, Rafael; BUZÓN ALARCÓN, Manuel; CARRILLO DÍAZ-PINÉS, José Ramón (2013-2014), “Las villas romanas de Andalucía: Novedades y últimos hallazgos. Presentation”, *ROMVLA 12*, Seminario de Arqueologia, Sevilla, pp.7-18

ISLA FREZ, Amancio (2001), “*Villa, villula, castellum*. Problemas de terminología rural en época visigoda”, *AyTM* 8, Universidad de Jaén, Jaén, pp.9-19

JEREZ LINDE, J.M. (2009), “¿Dipo en Guadajira?”, *Revista de Férias*, Guadajira, pp.42-43

LAMPA, Maria João (2013), *No tempo dos moinhos do Guadiana e outros tempos – Memórias d’Odiana*, *Estudos arqueológicos do Alqueva*, 3, EDIA, Beja

LE ROUX, Patrick (1994), “*Vicus et castellum* en Lusitanie sous l’empire”, GORGES, J. G., SALINAS DE FRÍAS, M [eds.], *Les Campagnes de Lusitanie Romaine*, Casa Velázquez, Madrid, pp.151-160

LE MOS, Francisco Sande (1993), *Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho, Braga

LEVEAU, Philippe (2002), “Introduction: les incertitudes du terme *villa* et la question du *vicus* en Gaule Narbonnaise”, *Revue Archéologique de Narbonnaise*, pp.5-26

LOPES, Maria da Conceição, CARVALHO, Pedro, GOMES, Sofia (1997), *Arqueologia do Concelho de Serpa*, Câmara Municipal de Serpa, Serpa

LOPES, Maria da Conceição (2000), *A Cidade Romana de Beja*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra

LOPES, Maria da Conceição (2013), *Em tempos de Roma pela margem esquerda do Guadiana: bloco 12 do projecto de salvamento arqueológico do Alqueva – Memórias d’Odiana*, *Monografias arqueológicas do Alqueva*, 9, EDIA, Évora

LUGO ENRICH, Luis Benítez *et al* (2013), “El *vicus* romano de Aberturas: primeras evidencias arqueológicas de viticultura manchega en la ciudad del vino (Valdepeñas, Ciudad Real). Avance de resultados”, *Paisajes y Patrimonio Cultural del Vino y otras bebidas psicotrópicas*, Ayto Requena, Requena, pp.209-219

MACIEL, M. Justino (1998), “Um signo do tetramorfo na Antiguidade Tardia portuguesa”, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, nº12, Edições Colibri, Lisboa, pp. 353-364

MAGALOTTI, Lorenzo (1933); SANCHEZ RIVERO, Angel, SANCHEZ RIVERO, Angela Mariutti [eds.], *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-1669)*, Fototipia Hauser y Menet, Madrid

MAIA, Manuel (1978), “Fortalezas romanas do Sul de Portugal”, *ZEPHYRVS*, XXVIII-XXIX, Facultad de Filosofia y Letras, Universidad de Salamanca, pp.279-285

MAIA, Manuel (1986), “Os *castella* do Sul de Poryugal – sua integração histórica”, *1º Encontro de Arqueologia da Região de Beja*, vol.3, II série, Arquivo de Beja, Beja, pp.43-55

MANTAS, Vasco Gil (1986), “Implantação rural romana em torno da *villa* de S. Cucufate”, *1º Encontro de Arqueologia da região de Beja*, IIª Série. Divisão Sociocultural da Câmara Municipal de Beja, Beja, pp.199-214

MANTAS, Vasco Gil, SALLIÈRES, Pierre (1990), “La vie economique du domain”, ALARCÃO, Jorge de, ÉTIENNE, Robert, MAYET, Françoise (1990), *Les villas romaines de São Cucufate (Portugal)*, De Boccard, Paris

MANTAS, Vasco Gil (1998), “Colonização e aculturação no Alentejo Romano”, *Actas das II Jornadas: O Alentejo e os Outros Mundos*, IIIª Série, vols. VII-VIII, pp.33-61

MANTAS, Vasco Gil (2000), “A sociedade luso-romana do município de *Ammaia*”, GORGES, J. G., NOGALES BASARRATE, T. [coord.], *Sociedad y cultura en Lusitania romana – IV Mesa Redonda Internacional*, Serie Estudios Portugueses, Mérida, pp.391-420

MANTAS, Vasco Gil (2010), “Atlântico e Mediterrâneo nos portos romanos do Sado”, *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, pp.195-221

MANTAS, Vasco Gil (2012), “Os miliários como fontes históricas e arqueológicas”, *Humanitas 64*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 139-169

MANTAS, Vasco Gil (2014), “As estações viárias lusitanas nas fontes itinerárias da Antiguidade”, *Humanitas 66*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 231-256

MANUEL ABASCAL, Juan, CEBRIÁN, Rosario, SALA, Feliciano (2008), “El *vicus* romano de “Baños de la Reina” (Calpe, Alicante)”, *Calp Historia*, nº2, Ayto de Calpe, Calpe, pp.10-17

MARTÍN GONZÁLEZ, Saúl (2011), “From *villae* to *villulae*: Settlement and Social Oragnization in Late Antique Hispanic Countryside”, *New Prespectives on Late Antiquity*. Cambridge Scholars Publishing, Newcastle, pp.173-187

MARTINS, Artur *et al* (2010), “Novos achados em Algares (Aljustrel, Portugal): reflexões sobre o Vicus Vipascense”, *V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, pp.393-412

MATALOTO, Rui (2002), “Fortins e recintos-torre do Alto Alentejo: antecâmara da “romanização” dos campos”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol.5, nº1, pp.161-220

MATALOTO, Rui (2008), “O Castelo dos Mouros (Graça do Divor, Évora): a arquitectura “ciclópica” romana e a romanização dos campos de *Liberalitas Iulia Ebor*”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 11, nº1, pp.123-147

MATALOTO, Rui; WILLIAMS, Joey; ROQUE, Conceição (2014), “... e daí desceo a dar-lhe batalha...: a ocupação pré-romana e a romanização da região da Serra d’Ossa (Alentejo Central, Portugal)”, *La gestación de los paisajes rurales entre la protohistoria y el período romano: formas de asentamiento y procesos de impantación*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Mérida

MIRANDA, Jorge Augusto *et al* (1999), *Carta Arqueológica – Do Paleolítico ao Romano*. Câmara Municipal da Amadora, Amadora

MOITA, Patrícia, MIRÃO, José (2013), “Notas sobre a Geologia da zona de Arraiolos”, *Património(s) de Arraiolos*, Câmara Municipal de Arraiolos, Arraiolos, pp.9-14

MORAIS, Rui (2010), “*Bracarum oppidum Augusta*. Os dados da cultura material”, REVILLA, V., ROCA, M. [eds.], *Contextos cerámicos y cultura material de época augustea en el occidente romano – Actas de la reunión celebrada en la Universitat de Barcelona*, Barcelona, pp.443-461

MORENO GALLO, Isaac (2010-11), *Via romana desde Baños de Montemayor a Salamanca*, nº8, Vías Romanas de Castilla e León [disponível em: <http://www.viasromanas.net/>]

MORENO MARTÍN, Francisco (1997), “Ocupación territorial hispano-romana. Los vici: poblaciones rurales”, *Espacio, Tiempo y Forma*, Série II, Historia Antigua, 10, pp.295-306

MORET, Pierre (1990), “Fortins, “tours d’Hannibal” et fermes fortifiées dans le monde ibérique”, *Mélanges de la Casa de Velázquez*, pp.5-43

MORGADO, Paula, CARNEIRO, André (2011), “Os rostos de Janus: estratégias de povoamento na mudança da Era no concelho de Monforte”, *Arqueologia do Norte Alentejano – Comunicações das 3^{as} Jornadas*, Edições Colibri/Câmara Municipal de Fronteira, Lisboa, pp.137-146

MORILLO, Ángel, SALIDO DOMÍNGUEZ, Javier (2012), “Military *vici* in Roman Spain”, VAGALINSKI, L. [ed.], *XXII International Limes Congress*, Ruse, pp.519-530

MORILLO, Ángel, ADROHER AUROUX, Andrés María (2014), “El patrón arqueológico de carácter material: un criterio imprescindible de indentificación de recintos militares romano-republicanos”, *Cira Arqueologia – Atas do Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo*, nº3, Vila Franca de Xira, pp.25-43

NOLEN, Jeannette U. Smit (1985), “Nota sobre um *dolium* da Herdade da Machoqueira”, *Conimbriga XXIV*, Faculdade de Letras/Instituto de Arqueologia, Coimbra, pp.107-109

OLIVEIRA, Cristina (2003), *A villa romana de Rio Maior: estudo de mosaicos*. Ministério da Cultura, Lisboa

OLIVEIRA, Cristina (2010), *Mosaicos Romanos de Portugal: o Algarve Oriental*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra

ORFILIA PONS, Margarita *et al* (2011-2012), “La ocupación rural de la Vega de Granada, *Villae*, aceite y vino”, *De vino et oleo Hispaniae. AnMurcia*, 27-28, Universidad de Murcia, Murcia, pp.421-429

OSÓRIO, Marcos (2006), “O povoamento romano do Alto Côa”, *Territoria [1]*, Câmara Municipal da Guarda, Guarda

PAÇO, Afonso do, LEMOS, João de (1962), “Reconhecimentos arqueológicos de emergência nas herdades da Comenda da Igreja e Comendinha (Montemor-o-Novo)”, *XXVI Congresso Luso-Espanhol – Secção VII: História e Arqueologia*, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, Porto

PALOMINO GUERRERO, David (2000), “Poblamiento antiguo y medieval en Encinarejo de Córdoba”, *ANTIQUITAS*, nº11-12, Ayto de Priego de Córdoba, Córdoba, pp.47-64

- PANAITE, Adriana (2004), “*Villa rustica or mansio?*”, *Ephemeris Dacoromana – Anuario dell'accademia di Romania*, XII, Accademia di Romania in Roma, pp. 185-201
- PEÑA CERVANTES, Yolanda (2010), Torcularia, *La producción de vino y aceite en Hispania*, Institut Català d'Arqueologia Clàssica, Tarragona
- PEÑA CERVANTES, Yolanda (2012-2013), ““...Intus vini, foris olei...”. Una introducción a la vinicultura y oleicultura romana”, *Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología*, nº47, pp.151-172
- PEÑA CERVANTES, Yolanda (2013), “La production du vin et de l'huile en Hispanie romaine”, *L'Archéologue*, nº126, pp-2-9
- PEÑA CERVANTES, Yolanda (2015), “La producción vinícola en Hispania: procesos de producción y comercialización del vino romano”, *Historia y Arqueología en la cultura del vino*, Instituto de Estudios Riojanos, Logroño, pp.109-122
- PEREIRA, Gabriel (1948), “Antiguidades Romanas em Évora e seus arredores”, *Estudos Eborenses*, vol. II, Edições Nazareth, Évora, pp.326-335
- PÉREZ MACÍAS, Juan Aurelio, MARTINS, Artur, Vipasca – *Projecto de Investigação Arqueológica*, Câmara Municipal de Aljustrel, Aljustrel
- PÉREZ LOSADA, Fermín (1998), “Cidades e aldeias na Galiza romana”, *O Arqueólogo Português*, Série IV, vol. 16, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 159-174
- PESSOA, Miguel (2000), *Villa romana do Rabaçal – Um centro na periferia?*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra
- PICÃO, José da Silva (1947), *Através dos campos – Usos e costumes agrícola-alentejanos (concelho de Elvas)*, Neogravura Limitada, Lisboa
- PICARD, Gilbert, MAHJOUBI, Amar, BESCHAOUCH, Azedine (1963), “Pagus Thuscae et Gunzuzi”, *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, nº2, pp.124-130
- PINHO, Jorge (2009), *O Iº Milénio a.C. e o estabelecimento rural romano na vertente fluvial do Ave – Dinâmicas de estabelecimento sob o ponto de vista geo-espacial*,

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa

PINTO, Paulo Mendes, QUARESMA, José Carlos (1998), *Pontes romanas de Portugal – Inventário de Património*, Associação Juventude e Património, Lisboa

POVEDA NAVARRO, António M. (2011-2012), “Producción de aceite y vino en el interior del valle del Vinalopó (Alicante) en época romana”, *AnMurcia*, 27-28, Universidad de Murcia, Murcia, pp.283-292

PREVOSTI, Marta (2013), “Paisatge, poblament, cultura material i història de l'ager tarraconensis. Resultats i comparacions”, PREVOSTI, Marta; LÓPEZ VILAR, Jordi; GUITART I DURAN, Josep [eds.], *Ager Tarraconensis 5 – Paisatge, poblament, cultura material i història – Actes del Simposi internacional*, Institut d'Estudis Catalans, Institut Català d'Arqueologia Clàssica, Tarragona, pp.13-22

PRIETO, Alberto (2002), “Espacio social y organización territorial de la Hispania romana”, *Historia Antigua*, 20, Ediciones Universidad de Salamanca, pp.139-170

QUINTELA, António de Carvalho, CARDOSO, João Luís, MASCARENHAS, José Manuel (1989), “Barragens antigas em Portugal a Sul do Tejo”, *Encuentros sobre el Tajo: El agua y los asentamientos humanos*, Madrid, pp.78-108

RAMALLO ASENSIO, Sebastián F., BROTONS YAGÜE, Francisco (1997), “El santuario ibérico de La Encarnación (Caravaca de la Cruz, Murcia)”, *Quaderns de Prehistoria i Arqueologia de Castelló*, 18, pp.257-268

RAMOS, Rui, SIMÃO, Inês (2012), “Eira Velha: Uma estação viária romana na periferia de Conimbriga”, *Apontamentos de Arqueologia e Património – 8*, NIA, Lisboa, pp. 63-71

RAYER, Helen (2014), *Les agglomérations secondaires au nord de la province de Britannia (Fin Ier – Début Ve siècle p.C.)*, vol. I, Dissertação de Mestrado apresentada à Unniversité Bordeaux Montaigne, Bordeaux

REIS, Maria Pilar (2014), “As termas de *Abelterium* – Breve análise do que se conhece”, *Abelterium*, vol. I, pp. 22-29

RENFREW, Colin, BAHN, Paul (2004), *Archaeology: theories, methods and practice*, Thames & Hudson, London

RESENDE, André; FERNANDES, R. M. Rosado [trad.] (1996), *As Antiguidades da Lusitânia*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

REVILLA CALVO, Victor (2010), “Hábitat rural y territorio en el Litoral Oriental de Hispania Citerior: Perspectivas de análisis”, NOGUERA CELDRÁN, José Miguel [ed], *Poblamiento rural romano en el Sureste de Hispania – 15 años después*, TABVLARIVM, Murcia, pp.25-70

RIBEIRO, Ana (2015), “O povoamento rural romano no concelho de Avis: Uma primeira abordagem interpretativa dos dados reunidos no decurso da Carta Arqueológica”, *ABELTERIVM*, vol. II, nº1, Município de Alter do Chão, Alter do Chão, pp.8-25

RIBEIRO, Orlando (1986), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa

RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha (1979), *Memorias da Villa de Arrayollos*, parte I, Câmara Municipal de Arraiolos, Arraiolos

ROCHA, Leonor, SANTOS, Ivo (2013), “Contributo para o conhecimento do concelho de Arraiolos: o projecto LAPA”, *Arqueologia em Portugal – 150 Anos*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp.141-150

ROCHA, Leonor, SANTOS, Ivo, BRANCO, Gertrudes (2013), *Património(s) de Arraiolos*. Câmara Municipal de Arraiolos, Arraiolos

RODRÍGUEZ MARTÍN, F. Germán (2008-2009), “Las vías romanas de Lusitania: el trazado en el *Conventus* emeritense y su proyección hacia la fachada atlántica”, *Anas* 21-22, Museu Nacional de Arte Romano, Mérida, pp.415-469

RODRÍGUEZ MARTÍN, F. (2011-2012), “La producción de vino y aceite entre *Augusta Emerita* y el Occidente atlántico”, *De vino et oleo Hispaniae. AnMurcia*, 27-28, pp.451-469

RODRÍGUEZ COLMENERO, Antonio (1995-96), “*Mansiones y mutationes* en la *Via Nova* (XVIII de Itinerario de Antonino)”, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 12-13, pp. 89-112

RODRÍGUEZ MORALES, Jesús (2009), “El yacimiento de El Beneficio, en Collado Mediano, Madrid y la *mansio Miac(c)um*”, *El Nuevo Miliario*, nº8, Fundación Juanelo Turriano, pp. 97-106

RODRÍGUEZ MORALES, Jesús (2011), “Las calzadas romanas ¿propaganda o utilidad?”, BRAVO CASTAÑEDA, G., GONZÁLEZ SALINERO, R. [coords.], *Actas del VIII Coloquio de A.I.E.R. Propaganda y persuasión en el mundo romano*, Signifer, Madrid, pp.177-209

ROLDÁN HERVÁS, José Manuel (1975), *Itineraria Hispana – Fuentes antiguas para el estudio de las vías romanas en la Península Ibérica*, Departamento de Historia Antigua – Universidad de Valladolid/Departamento de Historia Antigua/Universidad de Granada

ROLO, Ana Mónica da Silva (2010), *A necrópole romana da Rouca (Alandroal, Évora)*, Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa

RUST, Thomas C. (2006), *Architecture, economics, and identity in romano-british ‘Small Towns’*, Dissertação de Doutoramento apresentada à University of Leicester, Leicester

SAA, Mario (1956), *As Grandes Vias da Lusitânia – O Itinerário de Antonino Pio*, tomo I, Lisboa

SALIDO DOMÍNGUEZ, Javier (2011), “El almacenamiento de cereal en los establecimientos rurales hispanorromanos”, ARCE, Javier, GOFFAUX, Bertrand [eds.], *Horrea d’Hispanie et de la Méditerranée romaines*, Collection de la Casa de Velázquez, 125, Madrid, pp.127-141

SALIDO DOMÍNGUEZ, Javier (2015), “Los graneros sobreelevados rurales en la Hispania romana: materiales y técnicas constructivas”, *Arqueología de la arquitectura*, nº12, Madrid, pp.1-16

SASTRE BLANCO, José Carlos *et al* (2014), “El poblado fortificado de *El Castellón* en el contexto del siglo V d.C.”, CATALÁN, Raúl, FUENTES, Patricia, SASTRE, José Carlos [eds.], *Las fortificaciones en la Tardoantigüedad – Élités y articulación del territorio (siglos V – VIII d.C.)*, La Ergastula Ediciones, Madrid, pp.353-368

SCHATTNER, Thomas (1995-1997), “A Igreja de Sant’Ana do Campo – observações num templo romano invulgar”, *O Arqueólogo Português*, 4ª Série, vol.13-15, pp.485-558

SCHATTNER, Thomas, FABIÃO, Carlos, GUERRA, Amílcar (2016), “A investigação em torno do santuário de S. Miguel da Mota: o ponto da situação”, *Caderno do Endovélico*, nº1, Edições Colibri/Centros de Estudos do Endovélico, Lisboa, pp.65-98

SMITH, William, WAYTE, William, MERINDIN, G. E. (1891), *A dictionary of greek and roman antiquities*, vol. II, John Murray Albemarle Street, London

SOUSA, Luís, NUNES, Manuel, GONÇALVES, Carlos (2006), “O vinho na antiguidade clássica. Alguns apontamentos sobre Lousada”, *Oppidum*, nº1, Câmara Municipal de Lousada, pp.69-85

TARPIN, Michel (2009), “Organisation politique et administrative des cites d'Europe occidentale sous l'Empire”, *PALLAS – Revue d'Études Antiques*, 80, pp.127-145

TEICHNER, Félix (2007), “Subsídios para a restituição virtual da *villa* romana de Abicada (Mexilhoeira Grande, Algarve)”, *Revista Estudos*, nº8, pp.99-103

TEICHNER, Felix, SCHIERL, Thomas (2010), “Asentamientos rurales en el Sur de la Lusitania entre la fase tardo-republicana y el inicio de la época imperial romana”, *Los paisajes rurales de la romanización: arquitectura y explotación del territorio*, Ediciones de la Ergástula, Madrid, pp.89-114

URBINA MARTÍNEZ, Dionisio, MORÍN DE PABLOS, Jorge, *Madrigueras II: Un vicus en el territorio segobricense*, Departamento de Arqueología, Paleontología y Recursos Culturales, Cuenca

VALLEJO RUIZ, José María (2005), “La composición en la antroponímia antigua de la Península Ibérica”, *Actas del IX Coloquio sobre lenguas y culturas paleohispánicas*, Institución Fernando el Católico, Zaragoza, pp.99-134

VAQUERIZO GIL, Desiderio (2011), “Al sol del Mediterráneo... El aceite de oliva y su papel en el Imperio Romano”, *Andalucía en la Historia*, nº34, pp.40-43

VASCONCELOS, José Leite de (1913), *Religiões da Lusitânia na parte que principalmente se refere a Portugal*, vol. III, Imprensa Nacional, Lisboa

VASCONCELOS, José Leite de (1918), “Antigualhas de Evoramonte”, *O Archeologo Português*, XXIII, Museu Etnológico Português, Lisboa, pp.78-81

VASCONCELOS, José Leite de (1921-1922), “Observações Numismáticas”, *O Archeologo Português*, XXV, Museu Etnológico Português, Lisboa, pp.190-191

VASCONCELOS, José Leite de (1938), “Epigrafia do Museu Etnológico (Belém)”, *O Archeologo Português*, XXX, Museu Etnológico Português, Lisboa, pp.118-125

VAZ PINTO, Inês, VIEGAS, Catarina, DIAS, Luísa Ferrer (1997), “A *villa* romana da Tourega: Um termas em ambiente rural”, *Paisagens Arqueológicas a Oeste de Évora*, Câmara Municipal de Évora, Évora, pp.73-80

VAZ PINTO, Inês, MAGALHÃES, Ana Patrícia, BRUM, Patrícia (2014), “Ruínas Romanas de Tróia: a valorização de um património singular”, *Musa*, 4, Fórum Intermuseus do distrito de Setúbal/Museu de Arqueologia e Etnografia do distrito de Setúbal, Setúbal, pp.29-40

VIEIRA, Marina Afonso (2004), “Alto Paiva. Povoamento nas épocas romana e alto-medieval”, *Trabalhos de Arqueologia*, 36, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa

Anexos

1. Fichas de Inventário

1.1. Fichas de Sítio (FS)

Nº: 1	Santa Justa 1	
Freguesia; Concelho: São Gregório e Santa Justa, Arraiolos	C.M.P: 438	
UTM M: 598142	UTM P: 4291341	Altitude (m): 287
Cronologia: Imperial		
Tipologia: <i>Villa</i>		
Área de dispersão: 13 595 m ²		
Geomorfologia: Pequena elevação de topo aplanado com boa visibilidade sobre a planície envolvente.		
Hidrografia: Situado nas imediações da ribeira de Mendo Marques e da barragem do Álamo.		
Ocupação dos solos: Zona de eucaliptal e mato denso que impossibilita uma melhor interpretação dos vestígios. Na vertente Sul entramos numa zona de montado de sobro recente. A Norte o mato torna-se rasteiro proporcionando uma boa visibilidade dos materiais à superfície.		
Aptidão dos solos: B		
Descrição: Grande concentração de materiais de construção (<i>tegulae, imbrices</i> , tijolos) à superfície e em moroiços, nos quais foram identificados vários fragmentos de <i>dollium</i> , fruto da ripagem do terreno para a plantação de um eucaliptal. Foram, ainda, identificados vários silhares, um fuste de coluna (altura: 80cm; diâmetro da base: 35cm; diâmetro de topo: 31cm), um peso de lagar (altura: 92cm; diâmetro da base: 66cm; diâmetro de topo: 45cm), fraturado no sentido longitudinal, um contrapeso (?) (espessura: 60cm; comprimento: 140cm; largura: 48cm) e alguns blocos de <i>opus signinum</i> . Área de topo aplanada com afloramentos graníticos e evidências de estruturas. Nos locais onde o pasto é rasteiro são visíveis vários fragmentos de cerâmica comum, de mármore e escória de cerâmica. Apesar de existirem referências à existência de <i>terra sigillata</i> (Mataloto, 2002: 203) não foram identificados quaisquer vestígios.		
Bibliografia: Calado, 1994; Mataloto, 2002; Rocha, Santos, Branco, 201; Portal do Arqueólogo (DGPC).		

Nº: 2	Santa Justa 2	CNS: 19665
Freguesia; Concelho: São Gregório e Santa Justa, Arraiolos		C.M.P: 438
UTM M: 598190	UTM P: 4291427	Altitude (m): 291
Cronologia: Republicano (?)		
Tipologia: Fortificação		
Área de dispersão: Não localizado		
Geomorfologia: Situado numa área de topo aplanada de um pequeno outeiro com excelente controlo territorial.		
Hidrografia: Situa-se nas imediações da ribeira de Mendo Marques e da barragem do Álamo.		
Ocupação dos solos: Zona de mato denso que dificulta a interpretação do solo e dos vestígios.		
Aptidão dos solos: B		
Descrição: Estrutura quadrangular, com 12m de lado, construída com grandes blocos de granito, esquadriados e com marcas de encaixe.		
Bibliografia: Calado, 1994; Mataloto, 2002; Rocha, Santos, Branco, 2013; Portal do Arqueólogo (DGPC).		

Nº: 3	Santa Justa 3	CNS: 18959
Freguesia; Concelho: São Gregório e Santa Justa, Arraiolos		C.M.P: 438
UTM M: 599812	UTM P: 4289436	Altitude (m): 288
Cronologia: Imperial		
Tipologia: Granja		
Área de dispersão: 2 548 m ²		
Geomorfologia: Situa-se numa suave encosta com boa visibilidade sobre o terreno envolvente.		
Hidrografia: A poucos metros da ribeira de Mendo Marques e com relativa proximidade à barragem da Quinta Comenda.		
Ocupação dos solos: Zona de mato denso com revolvimento de terras em diversos pontos que impede uma melhor interpretação dos vestígios.		
Aptidão dos solos: B		
Descrição: Foram identificadas várias manchas de material de construção (<i>tegulae</i> , <i>imbrices</i> e tijolo quadrante), <i>opus signinum</i> e alguns fragmentos de cerâmica comum. De acordo com as informações prestadas pelo proprietário, o peso de lagar, hoje, presente no <i>monte</i> da Comenda Grande terá sido transferido deste local.		
Bibliografia: Rocha, Santos, Branco, 2013; Portal do Arqueólogo (DGPC).		

Nº: 4	Comenda Grande 1	
Freguesia; Concelho: São Gregório e Santa Justa, Arraiolos	C.M.P: 438	
UTM M: 597995	UTM P: 4289652	Altitude (m): 295
Cronologia: Romano		
Tipologia: Pequeno sítio		
Área de dispersão: 130 m ²		
Geomorfologia: Situado numa suave elevação com boa visibilidade para todos os quadrantes.		
Hidrografia: Encontra-se nas imediações de algumas linhas de água de pequena dimensão, afluentes da ribeira de Mendo Marques.		
Ocupação dos solos: Zona de mato médio com muito pasto. Terreno remexido pela atividade agrícola e utilizado, periodicamente, para pastoreio. Nos terrenos lavrados são visíveis alguns materiais.		
Aptidão dos solos: B		
Descrição: Pequena mancha de dispersão material, na qual foi possível identificar restos de tijolos e <i>imbrices</i> , um peso de rede e um percutor.		
Bibliografia: Inédito.		

Nº: 5	Comenda Grande 2	
Freguesia; Concelho: São Gregório e Santa Justa, Arraiolos	C.M.P: 438	
UTM M: 598241	UTM P: 4289870	Altitude (m): 285
Cronologia: Romano		
Tipologia: Materiais dispersos		
Área de dispersão: Não localizado		
Geomorfologia: Situa-se em plena planície junto ao <i>monte</i> da Comenda Grande com boa visibilidade sobre o terreno envolvente, exceto para Sudeste.		
Hidrografia: A curta distância de pequenos afluentes da ribeira de Mendo Marques.		
Ocupação dos solos: Zona de muito pasto, destinado à exploração pecuária, que dificulta a interpretação do local e a identificação de outros vestígios. Terreno remexido pela atividade agrícola.		
Aptidão dos solos: B		
Descrição: Foram identificados, em moroiços, vários materiais de construção (<i>tegulae</i> , <i>imbrices</i> e tijolos).		
Bibliografia: Inédito.		

Nº: 6	Cháinha	
Freguesia; Concelho: Igrejinha, Arraiolos	C.M.P: 438	
UTM M: 594612	UTM P: 4282511	Altitude (m): 290
Cronologia: Romano		
Tipologia: Casal (?)		
Área de dispersão: 1 321 m ²		
Geomorfologia: Topo de outeiro e meia encosta com excelente visibilidade sobre a paisagem envolvente.		
Hidrografia: A poucos metros da barragem do Divor, com grande proximidade a um afluente desta.		
Ocupação dos solos: Zona de vegetação rasteira determinante na interpretação do sítio.		
Aptidão dos solos: B e C		
Descrição: Na encosta do outeiro foram identificados vários fragmentos de cerâmica de construção (<i>tegulae</i> , <i>imbrices</i> e tijolos), assim como alguma cerâmica comum e vários silhares, um deles com marca de encaixe.		
Bibliografia: Inédito.		

Nº: 7	Monte Novo	
Freguesia; Concelho: São Gregório e Santa Justa, Arraiolos	C.M.P: 424	
UTM M: 598052	UTM P: 4291642	Altitude (m): 288
Cronologia: Romano		
Tipologia: Pedreira		
Área de dispersão: Não localizado		
Geomorfologia: Suave encosta virada a Norte, com boa visibilidade sobre o terreno a Oeste.		
Hidrografia: Relativamente próximo à ribeira de Mendo Marques e à barragem do Álamo.		
Ocupação dos solos: Vegetação média, com muito pasto que não interfere na visibilidade dos vestígios.		
Aptidão dos solos: B		
Descrição: Situada nas imediações da <i>villa</i> de Santa Justa, foi identificada uma zona de afloramento granítico com marcas de extração. Nos arredores foram identificados vários fragmentos de cerâmica de construção de época romana (<i>tegulae</i> e tijolos).		
Bibliografia: Inédito.		

Nº: 8	Amendoeira	
Freguesia; Concelho: S. Bento do Mato, Évora	C.M.P: 438	
UTM M: 602666	UTM P: 4284903	Altitude (m): 284
Cronologia: Romano		
Tipologia: Materiais dispersos		
Área de dispersão: Não localizado		
Geomorfologia: Suave encosta direcionada a Sudeste com boa visibilidade sobre o terreno envolvente.		
Hidrografia: Situa-se nas imediações de um afluente da ribeira da Fonte Boa.		
Ocupação dos solos: Zona de mato muito denso e pasto muito alto que impossibilita a identificação de outros vestígios.		
Aptidão dos solos: B		
Descrição: Foram identificados, em moroiços, vários materiais de construção (<i>tegulae</i> e tijolos). Apesar de constar um sítio com este topónimo no Plano Diretor Municipal de Évora, a ausência de coordenadas não permitiu a sua verdadeira localização.		
Bibliografia: PDM de Évora.		

Nº: 9	Borrazeiro de S. Bento	CNS: 25715
Freguesia; Concelho: S. Bento do Mato, Évora	C.M.P: 438	
UTM M: 601767	UTM P: 4284206	Altitude (m): 288
Cronologia: Romano		
Tipologia: <i>Villa</i> (?)/Granja (?)		
Área de dispersão: 7 075 m ²		
Geomorfologia: Suave encosta direcionada a Sul com boa visibilidade sobre o terreno envolvente.		
Hidrografia: Próximo da ribeira da Fonte Boa.		
Ocupação dos solos: Zona pouco arbustiva com montado de sobre e azinho à mistura e marcas de lavra em determinados locais. Boa visibilidade dos vestígios.		
Aptidão dos solos: B		
Descrição: Foram identificados materiais de construção (<i>tegulae</i> e <i>imbrices</i>) e alguma cerâmica comum, de produção regional. À entrada do <i>monte</i> do Borrazeiro, foram encontrados dois silhares em granito.		
Bibliografia: PDM de Évora; Portal do Arqueólogo (DGPC).		

Nº: 10	Almo 1	
Freguesia; Concelho: S. Bento do Mato, Évora	C.M.P: 438	
UTM M: 604889	UTM P: 4284217	Altitude (m): 296
Cronologia: Romano/Antiguidade Tardia/Medieval (?)		
Tipologia: Pequeno sítio		
Área de dispersão: 85 m ²		
Geomorfologia: Situa-se no topo e estende-se pela encosta de um pequeno cerro com boa visibilidade sobre o vale envolvente. Má visibilidade sobre o quadrante Norte.		
Hidrografia: Nas imediações correm duas pequenas linhas de água afluentes da ribeira do Castelinho.		
Ocupação dos solos: Mato médio com montado de sobro e azinho à mistura. A terra revolvida pela atividade agrícola permitiu a identificação de uma pequena mancha de dispersão de material de construção.		
Aptidão dos solos: B		
Descrição: Pequena mancha de materiais de construção (<i>tegulae</i> e tijolos) com possível reaproveitamento numa época posterior. Foram identificados alguns fragmentos de cerâmica comum que parecem corresponder, não só, a uma cronologia romana, como também, a época tardia e, mesmo, medieva.		
Bibliografia: PDM de Évora.		

Nº: 11	Almo 2	
Freguesia; Concelho: S. Bento do Mato, Évora	C.M.P: 438	
UTM M: 604743	UTM P: 4283684	Altitude (m): 300
Cronologia: Romano/Antiguidade Tardia/Medieval (?)		
Tipologia: Pequeno sítio/Necrópole (?)		
Área de dispersão: 242 m ²		
Geomorfologia: Situa-se no topo de uma pequena elevação com boa visibilidade para Norte e Oeste.		
Hidrografia: No sopé da encosta encontra-se um afluente da ribeira do Castelinho.		
Ocupação dos solos: Mato médio com montado de sobro e azinho. Zona com terra revolvida que permitiu a identificação de algum material de diferentes cronologias: romano, tardio e medieva.		
Aptidão dos solos: C		
Descrição: Pequena mancha de materiais de construção (<i>tegulae</i> e tijolos). Foram identificados vários fragmentos de cerâmica comum de época romana e posterior. Neste local encontra-se, também, uma sepultura ladeada por lajes de granito.		
Bibliografia: PDM de Évora.		

Nº: 12	Almo 3	
Freguesia; Concelho: S. Bento do Mato, Évora	C.M.P: 438	
UTM M: 604542	UTM P: 4283965	Altitude (m): 307
Cronologia: Romano/Antiguidade Tardia/Idade Média (?)		
Tipologia: Granja		
Área de dispersão: 3 249 m ²		
Geomorfologia: Topo e encosta de um pequeno cerro, junto ao <i>monte</i> do Almo, com boa visibilidade sobre o território envolvente.		
Hidrografia: Junto a um afluente da ribeira do Castelinho.		
Ocupação dos solos: Zona de montado e mato médio, com revolvimento de terras que possibilitou a identificação de vários tipos de espólio.		
Aptidão dos solos: B, C e D		
Descrição: Devido aos trabalhos agrícolas foram identificados vários fragmentos de cerâmica de construção (<i>tegulae</i> , <i>imbrices</i> , tijolos), assim como inúmeros cacos de cerâmica comum e <i>opus signinum</i> . Junto ao <i>monte</i> foram identificados dois silhares e um peso de lagar (diâmetro: 56cm; altura: 55cm), em granito.		
Bibliografia: PDM de Évora.		

Nº: 13	Alpendres 1	
Freguesia; Concelho: S. Bento do Mato, Évora	C.M.P: 438	
UTM M: 605785	UTM P: 4280961	Altitude (m): 274
Cronologia: Romano		
Tipologia: Pequeno sítio		
Área de dispersão: 147 m ²		
Geomorfologia: Situa-se em plena planície, com boa visibilidade sobre o terreno e com proteção a Norte.		
Hidrografia: Nas imediações de afluentes da ribeira de Machede.		
Ocupação dos solos: Solos com mato rasteiro.		
Aptidão dos solos: E		
Descrição: No sopé de uma suave encosta foram identificados vários fragmentos de cerâmica de construção (<i>imbrices</i> e tijolos) e um bordo de <i>dollium</i> .		
Bibliografia: Inédito.		

Nº: 14	Alpendres 2	
Freguesia; Concelho: S. Bento do Mato, Évora	C.M.P: 438	
UTM M: 605509	UTM P: 4281695	Altitude (m): 293
Cronologia: Romano		
Tipologia: Granja		
Área de dispersão: 1 960 m ²		
Geomorfologia: Situa-se numa pequena encosta virada a Este, entre o <i>monte</i> dos Alpendres e o <i>monte</i> do Zambujeiro. Boa visibilidade sobre o vale envolvente.		
Hidrografia: Nas imediações de afluentes da ribeira de Machede. Junto a um pequeno charco.		
Ocupação dos solos: Solos com mato rasteiro e, por vezes, com revolvimento de terra, permitindo uma boa interpretação dos vestígios.		
Aptidão dos solos: D		
Descrição: Nas imediações do <i>monte</i> dos Alpendres, a Oeste, foi identificada uma mancha de dispersão de cerâmica de construção de época romana, com a <i>tegula</i> a predominar. Na área em que a terra foi revolvida encontram-se, por vezes, restos de cerâmica comum de época romana e posterior.		
Bibliografia: PDM de Évora.		

Nº: 15	Machoqueira	CNS: 5156
Freguesia; Concelho: S. Bento do Mato, Évora		C.M.P: 438
UTM M: 605661	UTM P: 4283230	Altitude (m): 320
Cronologia: Romano		
Tipologia: Materiais dispersos		
Área de dispersão: Não localizado		
Geomorfologia: Situa-se numa pequena encosta com boa visibilidade sobre o terreno envolvente.		
Hidrografia: Perto de um afluente da ribeira do Castelinho.		
Ocupação dos solos: Zona de mato rasteiro com montado de sobro e azinho.		
Aptidão dos solos: C		
<p>Descrição: De acordo com a bibliografia, foram identificados, e devidamente estudados, um <i>dolium</i> (Nolen, 1985) e uma lápide funerária (Encarnação, 1984) na herdade da Machoqueira. Todavia, os desequilíbrios da bibliografia não permitem localizar, com precisão, o local do achado: se na herdade em S. Bento do Mato, se na homónima em Nossa Senhora de Machede. Porém, segundo a informação, gentilmente cedida por José d’Encarnação, na altura do estudo, quer do <i>dolium</i> quer da epígrafe, a herdade seria gerida por proprietários holandeses, na freguesia de Nossa Senhora de Machede, que a <i>vox populi</i> aufere. Assim, tendo, desde logo, em conta que a localização do sítio está errada, em alguns casos, nesta herdade, apenas, foram identificados, em vários moriços, alguns fragmentos de cerâmica de construção (<i>tegulae</i> e <i>imbrices</i>).</p>		
<p>Bibliografia: Encarnação, 1984; Nolen, 1985; Alarcão, 1988b; PDM de Évora; Portal do Arqueólogo (DGPC).</p>		

Nº: 16	Botaréus	
Freguesia; Concelho: S. Bento do Mato, Évora	C.M.P: 438	
UTM M: 603116	UTM P: 4287123	Altitude (m): 319
Cronologia: Romano		
Tipologia: Casal		
Área de dispersão: 1 159 m ²		
Geomorfologia: Situado numa encosta suave com boa visibilidade sobre os terrenos em redor, exceto para Sudeste.		
Hidrografia: Junto a um afluente da ribeira da Fonte Boa.		
Ocupação dos solos: Zona de mato rasteiro com alguns sítios de terra revolvida.		
Aptidão dos solos: B		
Descrição: Pequena mancha de material de construção (<i>tegulae</i> , imbrices e tijolos) com a identificação de vários fragmentos de <i>dollia</i> e de um peso de lagar (altura visível: 44cm; diâmetro: 50cm).		
Bibliografia: Inédito. Este sítio foi identificado no seguimento de dados auferidos pela população.		

Nº: 17	Farragela	
Freguesia; Concelho: São Gregório e Santa Justa, Arraiolos	C.M.P: 424	
UTM M: 604465	UTM P: 4292137	Altitude (m): 237
Cronologia: Romano/Antiguidade Tardia (?)		
Tipologia: Granja		
Área de dispersão: 3 854 m ²		
Geomorfologia: Paisagem ondulada com proteção a Norte.		
Hidrografia: Junto à ribeira da Farragela.		
Ocupação dos solos: Solos bastante arbustivos. Zona de cultivo caracterizada pelo revolvimento de terras. Má visibilidade dos vestígios, exceto nos moroiços espalhados pela área.		
Aptidão dos solos: B e D		
Descrição: Num pequeno outeiro foi identificada uma mancha de materiais de construção de época romana (<i>tegulae</i> , <i>imbrices</i> e tijolos) com maior concentração em moroiços onde, por vezes, se encontram fragmentos de <i>dollia</i> e silhares. Devido ao revolvimento das terras foram encontrados vários fragmentos de cerâmica comum, de época romana e posterior, com maior concentração junto à Ribeira da Farragela.		
Bibliografia: Inédito.		

Nº: 18		Guisada 1	
Freguesia; Concelho: São Gregório e Santa Justa, Arraiolos		C.M.P: 438	
UTM M: 602532	UTM P: 4288586	Altitude (m): 313	
Cronologia: Indeterminado			
Tipologia: Indeterminado			
Área de dispersão: 63 m ²			
Geomorfologia: Situa-se no sopé de um pequeno cerro característico da região, com boa visibilidade sobre o vale situado a Este e Sudeste.			
Hidrografia: Muito próximo da ribeira de Vale do Pereiro, nos arredores do charco da Guisada.			
Ocupação dos solos: Zona de revolvimento de terras e de olival, por vezes com uma grande concentração de pasto à mistura.			
Aptidão dos solos: B			
Descrição: No sopé de um cerro foram identificados vários materiais de possível, cronologia romana entre os quais cerâmica de construção e comum. No entanto, a grande concentração de materiais de época moderna nos arredores dificulta a análise do sítio.			
Bibliografia: Inédito.			

Nº: 19		Guisada 2	
Freguesia; Concelho: São Gregório e Santa Justa, Arraiolos		C.M.P: 438	
UTM M: 602689	UTM P: 4288419	Altitude (m): 310	
Cronologia: Indeterminado			
Tipologia: Indeterminado			
Área de dispersão: 1 610 m ²			
Geomorfologia: Situa-se numa planície com boa visibilidade para todos os quadrantes, sobretudo para Sudeste.			
Hidrografia: Junto à ribeira de Vale do Pereiro, nos arredores do charco da Guisada.			
Ocupação dos solos: Zona de olival com revolvimento de terras.			
Aptidão dos solos: B			
Descrição: Foi identificada, a Sul da aldeia de Vale do Pereiro, uma mancha de materiais de construção com, possível, utilidade em época romana. Contudo, a constante presença de materiais de épocas posteriores não permitiu uma melhor interpretação do sítio.			
Bibliografia: Inédito.			

Nº: 20	Cabidinha 1	
Freguesia; Concelho: S. Bento do Mato, Évora	C.M.P: 438	
UTM M: 601158	UTM P: 4285005	Altitude (m): 286
Cronologia: Antiguidade Tardia (?)		
Tipologia: Necrópole (?)		
Área de dispersão: Não localizado		
Geomorfologia: Situa-se num pequeno cerro de topo aplanado, com boa visibilidade sobre o terreno envolvente.		
Hidrografia: A alguma distância de um afluente da ribeira da Fonte Boa.		
Ocupação dos solos: Zona com uma grande densidade de pasto. Montado de sobro e azinho.		
Aptidão dos solos: B e C		
Descrição: Num local que parece ter correspondido a uma zona de cantaria, em época romana, foram identificadas, supostamente, algumas sepulturas orientadas Noroeste-Sudeste.		
Bibliografia: Inédito.		

Nº: 21	Cabidinha 2	
Freguesia; Concelho: S. Bento do Mato, Évora	C.M.P: 438	
UTM M: 601179	UTM P: 4284977	Altitude (m): 310
Cronologia: Romano		
Tipologia: Pedreira		
Área de dispersão: Não localizado		
Geomorfologia: Zona de declive com uma extensa zona de afloramento granítico.		
Hidrografia: A alguma distância de um afluente da ribeira da Fonte Boa.		
Ocupação dos solos: Zona com uma grande densidade de pasto. Montado de sobro e azinho.		
Aptidão dos solos: B e C		
Descrição: Zona de possível exploração geológica. Analisando as rochas podemos observar as marcas de escalonamento, ainda bem patentes. Possivelmente, este sítio foi reaproveitado durante a Antiguidade Tardia como necrópole, a avaliar pela disposição de alguns exemplares e da orientação definida.		
Bibliografia: Inédito.		

Nº: 22	Cabidinha 3	
Freguesia; Concelho: S. Bento do Mato, Évora	C.M.P: 438	
UTM M: 601158	UTM P: 4285005	Altitude (m): 311
Cronologia: Romano/Antiguidade Tardia (?)		
Tipologia: Pequeno sítio (?)/Casal (?)		
Área de dispersão: 1 282 m ²		
Geomorfologia: Situa-se no topo de um cerro de superfície aplanada, com boa visibilidade sobre o terreno envolvente.		
Hidrografia: A alguma distância de um afluente da ribeira da Fonte Boa.		
Ocupação dos solos: Zona com uma grande densidade de pasto. Montado de sobro e azinho.		
Aptidão dos solos: B e C		
Descrição: Foi identificada uma mancha de materiais de construção de época romana (<i>tegulae</i> , <i>imbrices</i> e tijolos), assim como alguns fragmentos de cerâmica comum romana e de uma época posterior. Os dados recolhidos parecem indicar uma, possível, ligação deste estabelecimento e a zona de extração de rocha, podendo corresponder ao sítio de laboração da matéria-prima, reaproveitado numa época posterior.		
Bibliografia: Inédito.		

Nº: 23	Cabidinha 4	CNS: 26023
Freguesia; Concelho: S. Bento do Mato, Évora	C.M.P: 438	
UTM M: 601435	UTM P: 4286038	Altitude (m): 319
Cronologia: Romano		
Tipologia: Casal		
Área de dispersão: 507 m ²		
Geomorfologia: Situado no topo de um pequeno cerro, com boa visibilidade para Norte.		
Hidrografia: Situa-se a alguma distância de um afluente da ribeira da Fonte Boa.		
Ocupação dos solos: Solos com mato rasteiro e montado de sobro e azinho. Algumas zonas apresentam marcas de exploração agrícola, a avaliar pelo revolvimento de terras, que possibilitou a reidentificação deste sítio.		
Aptidão dos solos: C		
Descrição: Foram identificados vários fragmentos de cerâmica de construção de época romana (<i>tegulae</i> , <i>imbrices</i> e tijolos), assim como alguma cerâmica comum.		
Bibliografia: PDM de Évora; Portal do Arqueólogo (DGPC).		

Nº: 24	Monte da Venda	
Freguesia; Concelho: S. Bento do Mato, Évora	C.M.P: 438	
UTM M: 605758	UTM P: 4285488	Altitude (m): 297
Cronologia: Romano		
Tipologia: <i>Mansio</i>		
Área de dispersão: 8 905 m ²		
Geomorfologia: Zona plana com um pequeno outeiro, cuja encosta, virada a Sul, apresenta uma grande quantidade de materiais. Boa visibilidade sobre a envolvente.		
Hidrografia: Entre dois pequenos afluentes da ribeira da Grosseira.		
Ocupação dos solos: Área de exploração cerealífera.		
Aptidão dos solos: B		
Descrição: Sítio de grande extensão material onde é possível identificar vários fragmentos de cerâmica de construção (<i>tegulae</i> , <i>imbrices</i> e tijolos), cerâmica comum, restos de <i>dollia</i> e <i>opus signinum</i> . Estará relacionado com as mós identificadas no monte da Venda. A passagem da via XII do Itinerário Antonino nas imediações deste estabelecimento (Carneiro, 2008), atestada pelos marcos miliários presentes (Bilou, 2005), levanta a hipótese de se tratar de uma <i>mansio</i> , devido à extensa dispersão material e aos elementos identificados, apesar de alguns autores o categorizarem como <i>villa</i> (Bilou, 2005; Carneiro, 2008). Foi, também, deste local, recuperada uma lápide funerária (Encarnação, 1984).		
Bibliografia: Encarnação, 1984; Bilou, 2005; Carneiro, 2008; PDM de Évora.		

Nº: 25	Castelo de Evoramonte	CNS: 21137
Freguesia; Concelho: Santa Maria (Evoramonte), Estremoz	C.M.P: 425	
UTM M: 611554	UTM P: 4292259	Altitude (m): 478
Cronologia: Romano		
Tipologia: Estrutura de habitação		
Área de dispersão: Não localizado		
Geomorfologia: Situado no topo do cerro de Evoramonte, com excelente visibilidade para qualquer quadrante.		
Hidrografia: Nas imediações de afluentes da ribeira de Têra.		
Ocupação dos solos: Zona urbana.		
Aptidão dos solos: B		
Descrição: Segundo as informações patentes no Portal do Arqueólogo (DGPC), durante as escavações efetuadas no castelo de Evoramonte, foi identificada uma estrutura de habitação que poderá corresponder a época romana.		
Bibliografia: Portal do Arqueólogo (DGPC).		

Nº: 26	Fargelinha	
Freguesia; Concelho: Vimieiro, Arraiolos	C.M.P: 424	
UTM M: 604289	UTM P: 4293941	Altitude (m): 227
Cronologia: Romano		
Tipologia: Ponte		
Comprimento: 86m		
Geomorfologia: Área aplanada com boa visibilidade sobre a envolvente.		
Hidrografia: Sobre a Ribeira da Fargelinha.		
Ocupação dos solos: Nos arredores da estrutura a vegetação é rasteira permitindo fundamentar a presença de calçada.		
Aptidão dos solos: B e C		
Descrição: Ponte de possível cronologia romana, a avaliar pela utilização de alguns silhares graníticos. Todavia, a parte superior, caracterizada pela utilização de pedra miúda ligada aleatoriamente, parece indicar um processo de reconstrução em época posterior.		
Bibliografia: Carneiro, 2008.		

Nº: 27	Monte do Paço	
Freguesia; Concelho: Vimieiro, Arraiolos	C.M.P: 424	
UTM M: 602751	UTM P: 4294010	Altitude (m): 260
Cronologia: Romano		
Tipologia: <i>Villa</i> (?)		
Área de dispersão: 12 522 m ²		
Geomorfologia: Zona aplanada com vale estendido a Este. Excelente visibilidade para qualquer quadrante, mas sobretudo para Este e para Sul.		
Hidrografia: A poucos metros da Ribeira da Ribeira de Santa Luzia, afluente da Ribeira da Farragela.		
Ocupação dos solos: Zona de vegetação densa com zonas afetadas pela atividade agrícola.		
Aptidão dos solos: B e C		
Descrição: Foi identificada uma extensa mancha de materiais caracterizada pela presença de inúmeros fragmentos de cerâmica de construção (<i>tegulae</i> , <i>imbrices</i> e tijolos), cerâmica comum e <i>opus signinum</i> . Nos arredores do <i>monte</i> do Paço foram identificados vários silhares e, em moroiços, algumas rochas talhadas. Na extensão do território para Oeste, em direção à malhada, os socalcos e as fileiras de rochas, assim como os moroiços, deixam em aberto a presença de estruturas. Todavia, a relativa proximidade deste sítio à ponte da Fargelinha e a, possível, passagem de uma via nas imediações (Carneiro, 2008), levanta a hipótese do estabelecimento de funções nesses domínios.		
Bibliografia: Inédito.		

Nº: 28 Montinho da Farragela		
Freguesia; Concelho: São Gregório e Santa Justa, Arraiolos	C.M.P: 438	
UTM M: 604159	UTM P: 4291523	Altitude (m): 250
Cronologia: Romano		
Tipologia: Pequeno sítio		
Área de dispersão: 460 m ²		
Geomorfologia: Situa-se numa suave encosta virada a Sul com boa visibilidade sobre o quadrante.		
Hidrografia: Nos arredores da Ribeira da Farragela e da Barragem homónima.		
Ocupação dos solos: Zona de mato denso que prejudica a análise dos vestígios.		
Aptidão dos solos: C		
Descrição: Pequena zona de dispersão material onde foram identificadas algumas <i>tegulae</i> e <i>imbrices</i> . A avaliar pela posição do local parece que este sítio poderia, eventualmente, estar relacionado à granja da Farragela.		
Bibliografia: Inédito.		

Nº: 29 Comenda do Meio		
Freguesia; Concelho: São Gregório e Santa Justa, Arraiolos	C.M.P: 438	
UTM M: 599566	UTM P: 4289165	Altitude (m): 296
Cronologia: Romano		
Tipologia: Pequeno sítio		
Área de dispersão: 431 m ²		
Geomorfologia: Planície com boa visibilidade sobre o território envolvente.		
Hidrografia: Nas proximidade da Ribeira de Mendo Marques.		
Ocupação dos solos: Zona de mato muito denso e de grande atividade agrícola.		
Aptidão dos solos: B		
Descrição: Foi identificada uma mancha de dispersão de material de construção de época romana (<i>tegulae</i> , <i>imbrices</i> e tijolos). Dada a proximidade a Santa Justa 3, é possível que haja relação entre ambos sítios.		
Bibliografia: Inédito.		

Nº: 30	Santa Luzia	
Freguesia; Concelho: São Gregório e Santa Justa, Arraiolos	C.M.P: 438	
UTM M: 601326	UTM P: 4292146	Altitude (m): 247
Cronologia: Romano (?)/Moderno		
Tipologia: Ponte		
Comprimento: 53m		
Geomorfologia: Zona de paisagem ondulada.		
Hidrografia: Sobre a Ribeira de Santa Luzia.		
Ocupação dos solos: Zona ondulada com imediações arbustivas.		
Aptidão dos solos: C		
Descrição: Segundo a <i>vox populi</i> esta ponte remete-nos para a época romana. Todavia, o aparelho construtivo não aufere essa realidade, caraterizado pela utilização de pedra miúda ligada aleatoriamente. No entanto é de levantar a hipótese desta estrutura ter sofrido alguma reestruturação em épocas posteriores e, no local, ter existido, realmente, outro tipo de passagem nesta zona da Ribeira de Santa Luzia em época romana.		
Bibliografia: Inédito. Este sítio foi identificado no seguimento de dados auferidos pela população.		

Nº: 31	Cortiçal 1	
Freguesia; Concelho: Igreja, Arraiolos	C.M.P: 438	
UTM M: Indeterminado	UTM P: Indeterminado	Altitude (m): Ind.
Cronologia: Romano		
Tipologia: Necrópole		
Área de dispersão: Não localizado		
Geomorfologia: Não localizado		
Hidrografia: Não localizado		
Ocupação dos solos: Não localizado		
Aptidão dos solos: Não localizado		
Descrição: Tratar-se-á do exemplo mais antigo em relação à investigação na região. A escavação desta necrópole, descrita por José Leite de Vasconcelos (1913; 1938) ou Manuel Heleno (1956), fundamentou a recuperação de um prato de cerâmica comum com grafito – CALANTANI (Museu Nacional de Arqueologia: 2010.22.1) – e de vários elementos vítreos, devidamente estudados (Alarcão, 1978; Museu Nacional de Arqueologia: 2010.21.1 e 2010.21.2). Todavia, não foi possível detetar quaisquer vestígios durante as saídas de campo.		
Bibliografia: Vasconcelos, 1913; Vasconcelos, 1938; Heleno, 1956; Alarcão, 1978; Portal do Arqueólogo (DGPC); MatrizNet (DGPC).		

Nº: 32	Cortiçal 2	
Freguesia; Concelho: Igrejinha, Arraiolos	C.M.P: 438	
UTM M: 598930	UTM P: 4285623	Altitude (m): 290
Cronologia: Antiguidade Tardia/Medieval		
Tipologia: Necrópole		
Área de dispersão: Não localizado		
Geomorfologia: Situa-se no topo aplanado de um pequeno outeiro, junto à parede Norte do <i>monte</i> do Cortiçal (atualmente Codeçal de Baixo).		
Hidrografia: Nas imediações da Ribeira da Anta e da Ribeira da Vala do Brejo.		
Ocupação dos solos: Grande concentração de pasto que dificulta a interpretação do sítio.		
Aptidão dos solos: B		
<p>Descrição: Foram identificadas seis sepulturas escavadas na rocha com orientação Noroeste-Sudeste. Poderia estar relacionada com o, possível, <i>vicus</i> do Cortiçal, embora apontem para uma fase posterior à <i>romanização</i>, demonstrando uma continuidade no povoamento da área. Apesar de José Leite de Vasconcelos descrever a escavação numa necrópole da área, em que foi recuperado um prato com grafito (Vasconcelos, 1913: 378) e algum espólio vítreo, devidamente estudado (Alarcão, 1978), não me parece que o arqueólogo se referisse a este caso, pelas características apresentadas.</p>		
Bibliografia: Inédito. Este sítio foi identificado no seguimento de dados auferidos pela população		

Nº: 33	Cortiçal 3	CNS: 5173
Freguesia; Concelho: Igrejinha, Arraiolos		C.M.P: 438
UTM M: 598518	UTM P: 4285616	Altitude (m): 278
Cronologia: Imperial		
Tipologia: <i>Vicus</i>		
Área de dispersão: 39 168 m ²		
Geomorfologia: Zona plana com boa visibilidade sobre a envolvência.		
Hidrografia: Próximo da ribeira da Anta e da ribeira da Vala do Brejo.		
Ocupação dos solos: Zona de gado bravo e de exploração agrícola. Revolvimento de terras em determinadas zonas. A Sul entramos numa zona de montado de sobre.		
Aptidão dos solos: B e C		
<p>Descrição: Apesar de ter sido identificado como <i>villa</i> (Mataloto, 2002: 203) este sítio parece corresponder a um <i>vicus</i>. Não tanto pela qualidade material identificada, ou pela própria dispersão, mas pelo facto de ter sido localizado um, eventual, <i>podium</i> e diversas bases de coluna, que atestam a presença de um santuário. Os socalcos patentes na área corroboram a existência de estruturas. Foram identificados inúmeros fragmentos de cerâmica comum, de produção regional e importada, e <i>terra sigillata</i> hispânica. José Leite de Vasconcelos descreve uma necrópole situada nas imediações, que, infelizmente, não foi identificada, da qual foi recuperado um prato com a palavra “CALANTANI” (Vasconcelos, 1913), que demonstra uma certa correlação com o <i>vicus</i> de Calantica, que tem sido, frequentemente, atribuído a Santana do Campo.</p>		
Bibliografia: Alarcão, 1988b; Mataloto, 2002; Rocha, Santos, Branco, 2013; Portal do Arqueólogo (DGPC).		

Nº: 34	Castelo do Mau Vizinho	CNS: 3946
Freguesia; Concelho: Igrejinha, Arraiolos		C.M.P: 438
UTM M: 598555	UTM P: 4285430	Altitude (m): 293
Cronologia: Imperial (?)		
Tipologia: Fortificação		
Área de dispersão: Não localizado		
Geomorfologia: Elevação com excelente domínio visual sobre a envolvência, sobretudo para Norte.		
Hidrografia: Nas imediações da ribeira da Anta e da ribeira da Vala do Brejo.		
Ocupação dos solos: Zona adaptada à criação de gado bravo, com montado de sobro na vertente Sul.		
Aptidão dos solos: C		
<p>Descrição: Construção de planta quadrangular, ainda com os muros Norte e Oeste <i>in situ</i>. O aparelho construtivo caracteriza-se por grandes blocos graníticos aparelhados, com alguns encaixes. Segundo consta no Portal do Arqueólogo, a estrutura deveria ter 16,50 m x 14 m, tendo os muros cerca de 1,60 metros de espessura. No centro do recinto, e na plataforma onde se insere, foram identificados inúmeros fragmentos de cerâmica de construção (<i>tegulae</i>, <i>imbrices</i> e tijolos), assim como cerâmica comum e <i>terra sigillata</i> hispânica. É possível que esta fortificação tenha mantido funções já durante a época imperial, visto que faria parte do hipotético <i>vicus</i> do Cortiçal.</p>		
<p>Bibliografia: Heleno, 1956; Alarcão, 1988; Calado, 1994; Mataloto, 2002; Rocha, Santos, Branco, 2013; Portal do Arqueólogo (DGPC).</p>		

Nº: 35	Zambujal	
Freguesia; Concelho: S. Bento do Mato, Évora	C.M.P: 449	
UTM M: 605439	UTM P: 4281276	Altitude (m): 298
Cronologia: Romano (?)/Antiguidade Tardia		
Tipologia: Povoado fortificado		
Área de dispersão: 16 850 m ²		
Geomorfologia: Topo aplanado de um cerro com excelente visibilidade para o território a Sul.		
Hidrografia: Nas imediações de afluentes da ribeira de Machede.		
Ocupação dos solos: Solos de mato rasteiro, por vezes com ausência, devido à constante atividade à volta do <i>monte</i> do Zambujeiro.		
Aptidão dos solos: B e D		
<p>Descrição: Foi identificada uma extensa mancha de dispersão material, formada por cerâmica de construção (<i>tegulae</i>, <i>imbrices</i> e tijolos), cerâmica comum, dispersa pela encosta, e escória de ferro, numa área ladeada pelo que parece ser uma pequena muralha. Junto ao <i>monte</i>, ou mesmo na sua estrutura, está patente a reutilização de silhares. Através das características de alguns dos fragmentos de cerâmica encontrados – pasta grosseira com elementos não plásticos bem visíveis – poderemos, eventualmente, afirmar que o sítio nos remete para época tardia ou que houve uma continuidade habitacional na transição de períodos, uma vez que nas suas imediações foi identificado um outro sítio, de época romana, que parece corresponder a uma granja.</p>		
Bibliografia: Inédito.		

Nº: 36	Malhada	
Freguesia; Concelho: Igrejinha, Arraiolos	C.M.P: 438	
UTM M: 596794	UTM P: 4283371	Altitude (m): 310
Cronologia: Romano		
Tipologia: Pedreira		
Área de dispersão: Não localizado		
Geomorfologia: Situa-se numa zona de paisagem ondulada, nas proximidades do <i>monte</i> da Malhada, com boa visibilidade sobre o terreno envolvente.		
Hidrografia: Nas imediações de pequenos afluentes da ribeira das Fontainhas e da ribeira da Cruz.		
Ocupação dos solos: Zona de mato rasteiro que não interfere na visibilidade dos vestígios.		
Aptidão dos solos: B		
Descrição: Foi identificada uma zona de extração de granito, bem patente nas marcas de escalonamento das rochas. Foram, também, identificados vários fragmentos de cerâmica de construção, nomeadamente tijolos, <i>imbrices</i> e <i>tegulae</i> . Possivelmente, este sítio estaria relacionado com a granja do Almo, que não se situa a grande distância.		
Bibliografia: Inédito.		

Nº: 37	Parroxa 1	
Freguesia; Concelho: S. Bento do Mato, Évora	C.M.P: 438	
UTM M: Indeterminado	UTM P: Indeterminado	Altitude (m): Ind.
Cronologia: Romano		
Tipologia: Indeterminado		
Área de dispersão: Não localizado		
Geomorfologia: Não localizado.		
Hidrografia: Não localizado.		
Ocupação dos solos: Não localizado.		
Aptidão dos solos: Não localizado.		
Descrição: Segundo consta, no PDM de Évora, foi identificada cerâmica de construção e comum.		
Bibliografia: PDM de Évora.		

Nº: 38	Parroxa 2	
Freguesia; Concelho: S. Bento do Mato, Évora	C.M.P: 438	
UTM M: 606335	UTM P: 4287417	Altitude (m): 291
Cronologia: Antiguidade Tardia		
Tipologia: Sepultura (?)		
Área de dispersão: Não localizado		
Geomorfologia: Situa-se no sopé de um pequeno cerro, característico da paisagem ondulada, sem grande visibilidade para qualquer quadrante.		
Hidrografia: Junto a um pequeno afluente da ribeira do Pinheiro.		
Ocupação dos solos: Zona de mato denso e de grande atividade agrícola.		
Aptidão dos solos: B		
Descrição: Foi identificada uma possível sepultura direcionada Noroeste-Sudeste, ladeada por lajes de granito.		
Bibliografia: Inédito.		

Nº: 39	Passinho	
Freguesia; Concelho: S. Bento do Mato, Évora	C.M.P: 438	
UTM M: 603390	UTM P: 4286530	Altitude (m): 320
Cronologia: Proto-História (?)/ Romano (?)/ Antiguidade Tardia		
Tipologia: Casal (?)		
Área de dispersão: 542 m ²		
Geomorfologia: Situa-se numa pequena encosta virada a Sudoeste com excelente visibilidade sobre esse quadrante.		
Hidrografia: Nas proximidades de afluentes da ribeira da Fonte Boa.		
Ocupação dos solos: Zona de olival e sementeira de trigo que dificulta a análise dos vestígios.		
Aptidão dos solos: B		
Descrição: Foi identificada uma mancha de dispersão de material de construção (tijolos e <i>imbrices</i> (?)), assim como vários fragmentos de cerâmica comum tardia e um percutor de quartzo. Na vertente Sul encontra-se uma mó de granito (diâmetro: 36cm). É possível que o silhar identificado junto ao <i>monte</i> do Passinho tenha sido transferido deste local.		
Bibliografia: Inédito.		

Nº: 40	Almo	
Freguesia; Concelho: Igrejinha, Arraiolos	C.M.P: 438	
UTM M: 596713	UTM P: 4282985	Altitude (m): 329
Cronologia: Romano		
Tipologia: Granja		
Área de dispersão: 4 580 m ²		
Geomorfologia: Topo e encosta de um pequeno cerro, com excelente visibilidade sobre o terreno envolvente.		
Hidrografia: Nas proximidades de pequenos afluentes da ribeira da Cruz.		
Ocupação dos solos: Zona de mato denso que dificulta a análise dos vestígios.		
Aptidão dos solos: B		
Descrição: Foi identificada uma mancha de materiais de construção, assim como de cerâmica comum, de cronologia romana na encosta e no topo de uma elevação, com grande concentração em moroiços. As rochas de grande dimensão amontoadas indiciam restos de estruturas.		
Bibliografia: Rocha, Santos, Branco, 2013.		

Nº: 41	Vale de Melão	
Freguesia; Concelho: Igrejinha, Arraiolos	C.M.P: 438	
UTM M: 593453	UTM P: 4284199	Altitude (m): 292
Cronologia: Romano		
Tipologia: <i>Villa</i>		
Área de dispersão: 11 278 m ²		
Geomorfologia: Zona de paisagem ondulada com boa visibilidade sobre o quadrante Sul.		
Hidrografia: Nas imediações da Barragem do Divor.		
Ocupação dos solos: Zona de mato denso com montado de sobre e azinho. A Este estende-se um pequeno pinhal cuja plantação dispôs alguns elementos à superfície.		
Aptidão dos solos: B e C		
Descrição: Extensa área de dispersão onde foram encontrados fragmentos de cerâmica de construção (numa estrada de terra batida), um silhar (maioritariamente soterrado), cerâmica comum de produção local e um fragmento de estuque com revestimento parietal vermelho. No <i>monte</i> de Vale de Melão foram identificados vários silhares e algumas <i>molae</i> possivelmente provenientes deste local.		
Bibliografia: Rocha, Santos, Branco, 2013.		

Nº: 42	Carrascal	CNS: 29775
Freguesia; Concelho: Redondo, Redondo		C.M.P: 439
UTM M: 613787	UTM P: 4284796	Altitude (m): 291
Cronologia: Romano		
Tipologia: Casal		
Área de dispersão: 1 413 m ²		
Geomorfologia: Topo de um pequeno outeiro com razoável visibilidade sobre o terreno envolvente.		
Hidrografia: Próximo da ribeira do Zambujo.		
Ocupação dos solos: Zona de revolvimento de terras com montado de sobro e azinho que favorece a análise do local.		
Aptidão dos solos: C e D		
Descrição: Sítio identificado no decorrer do estudo da Carta Arqueológica de Redondo (Calado, Mataloto, 2001). No local foram identificados vários fragmentos de cerâmica de construção (<i>tegulae</i> , <i>imbrices</i> e tijolos), assim como alguma cerâmica comum clara.		
Bibliografia: Calado, Mataloto, 2001		

Nº: 43	S. Marcos	
Freguesia; Concelho: Santa Maria (Evoramonte), Estremoz		C.M.P: 425
UTM M: 610354	UTM P: 4292551	Altitude (m): 275
Cronologia: Romano		
Tipologia: <i>Mansio</i> (?)/ <i>Villa</i> (?)		
Área de dispersão: 3 962 m ²		
Geomorfologia: No sopé da colina de Evoramonte, a Oeste, em terrenos ondulados.		
Hidrografia: Próximo de afluentes da ribeira de Têra e do ribeiro do Lagar das Belas.		
Ocupação dos solos: Zona de olival com vegetação rasteira que permite uma boa análise dos vestígios. Em algumas zonas a terra encontra-se agricultada.		
Aptidão dos solos: B e C		
Descrição: Este sítio já havia sido identificado em estudos anteriores (Carneiro, vol.II, 2014). No local foram identificados inúmeros fragmentos de cerâmica de construção (<i>tegulae</i> , <i>imbrices</i> e tijolos), vestígios de <i>opus signinum</i> e um fragmento de <i>terra sigillata</i> hispânica. É possível que este local esteja correlacionado com a via XII do Itinerário de Antonino, que passaria nas imediações de Evoramonte, onde se encontra um marco miliário (Bilou, 2005).		
Bibliografia: Carneiro, 2008; Carneiro, vol. II, 2014.		

Nº: 44	Pedregosa 1	
Freguesia; Concelho: S. Bento do Mato, Évora	C.M.P: 438	
UTM M: 604975	UTM P: 4285551	Altitude (m): 321
Cronologia: Romano		
Tipologia: Pequeno sítio		
Área de dispersão: 103 m ²		
Geomorfologia: Zona plana com boa visibilidade sobre o terreno envolvente.		
Hidrografia: Próximo de um afluente da ribeira da Grosseira.		
Ocupação dos solos: Zona de mato denso com montado de sobre e azinho, por vezes disperso.		
Aptidão dos solos: C		
Descrição: Pequena mancha de dispersão material com vestígios de <i>tegulae</i> e cerâmica comum.		
Bibliografia: Inédito.		

Nº: 45	Pedregosa 2	
Freguesia; Concelho: S. Bento do Mato, Évora	C.M.P: 438	
UTM M: 604596	UTM P: 4285310	Altitude (m): 317
Cronologia: Romano		
Tipologia: Casal		
Área de dispersão: 430 m ²		
Geomorfologia: Encosta suave virada a Sul, com boa visibilidade sobre o quadrante.		
Hidrografia: Junto a afluentes da ribeira da Grosseira.		
Ocupação dos solos: Vegetação rasteira que permite analisar o terreno sem qualquer problema.		
Aptidão dos solos: B e C		
Descrição: Foram identificados fragmentos de cerâmica de construção (<i>Tegulae</i> , <i>imbrices</i> e tijolos) e fragmentos de <i>dollia</i> (maioritariamente bordos).		
Bibliografia: PDM de Évora.		

Nº: 46	Juncal	CNS: 31682
Freguesia; Concelho: S. Bento do Mato, Évora		C.M.P: 438
UTM M: Indeterminado	UTM P: Indeterminado	Altitude (m): Ind.
Cronologia: Romano		
Tipologia: Indeterminado		
Área de dispersão: Não localizado		
Geomorfologia: Não localizado.		
Hidrografia: Não localizado.		
Ocupação dos solos: Não localizado.		
Aptidão dos solos: Não localizado.		
Descrição: Segundo consta no Portal do Arqueólogo (DGPC), foram identificados fragmentos de cerâmica de construção e comum de época romana, tal como podemos atestar pelo Plano Diretor Municipal de Évora.		
Bibliografia: Portal do Arqueólogo (DGPC); PDM de Évora.		

Nº: 47	Sobral	CNS: 4803
Freguesia; Concelho: Igrejinha, Arraiolos		C.M.P: 438
UTM M: Indeterminado	UTM P: Indeterminado	Altitude (m): Ind.
Cronologia: Romano		
Tipologia: Indeterminado		
Área de dispersão: Não localizado		
Geomorfologia: Não localizado.		
Hidrografia: Não localizado.		
Ocupação dos solos: Não localizado.		
Aptidão dos solos: Não localizado.		
Descrição: Segundo consta no Portal do Arqueólogo (DGPC), foram recolhidos materiais cerâmicos à superfícies.		
Bibliografia: Portal do Arqueólogo (DGPC).		

Nº: 48	Paço da Quinta	CNS: 33423
Freguesia; Concelho: S. Miguel de Machede, Évora		C.M.P: 439
UTM M: 608309	UTM P: 4281731	Altitude (m): Ind.
Cronologia: Romano		
Tipologia: Indeterminado		
Área de dispersão: Não localizado		
Geomorfologia: Não localizado.		
Hidrografia: Não localizado.		
Ocupação dos solos: Não localizado.		
Aptidão dos solos: Não localizado.		
Descrição: Pelo que consta no Portal do Arqueólogo foram identificado vestígios superficiais que não permitem definir tipologia ou funcionalidades, nomeadamente <i>tegulae</i> e alguma cerâmica comum.		
Bibliografia: Portal do Arqueólogo (DGPC); PDM de Évora.		

Nº: 49	Carrascal 1	CNS: 26047
Freguesia; Concelho: S. Bento do Mato, Évora		C.M.P: 438
UTM M: 601008	UTM P: 4280482	Altitude (m): Ind.
Cronologia: Romano		
Tipologia: Indeterminado		
Área de dispersão: Não localizado		
Geomorfologia: Não localizado.		
Hidrografia: Não localizado.		
Ocupação dos solos: Não localizado.		
Aptidão dos solos: Não localizado.		
Descrição: Segundo consta foi identificada uma mancha de dispersão material (cerâmica de construção e comum) que corresponde a um <i>habitat</i> .		
Bibliografia: Portal do Arqueólogo (DGPC); PDM de Évora.		

Nº: 50	Carrascal 2	CNS: 26056
Freguesia; Concelho: S. Bento do Mato, Évora		C.M.P: 438
UTM M: 600426	UTM P: 4279387	Altitude (m): Ind.
Cronologia: Romano		
Tipologia: Não localizado		
Área de dispersão: Não localizado		
Geomorfologia: Não localizado.		
Hidrografia: Não localizado.		
Ocupação dos solos: Não localizado.		
Aptidão dos solos: Não localizado.		
Descrição: Segundo o Portal do Arqueólogo foram identificados materiais de construção e cerâmica comum à superfície.		
Bibliografia: Portal do Arqueólogo (DGPC); PDM de Évora.		

Nº: 51	Algraveos	CNS: 17696
Freguesia; Concelho: Igrejinha, Arraiolos		C.M.P: 449
UTM M: Indeterminado	UTM P: Indeterminado	Altitude (m): Ind.
Cronologia: Romano / Medieval (?)		
Tipologia: Não localizado		
Área de dispersão: Não localizado		
Geomorfologia: Não localizado.		
Hidrografia: Não localizado.		
Ocupação dos solos: Não localizado.		
Aptidão dos solos: Não localizado.		
Descrição: Segundo o Portal do Arqueólogo, foram identificados fragmentos de cerâmica de construção (<i>tegulae</i> e <i>imbrices</i>), cerâmica comum de uso doméstico e elementos pétreos (possivelmente arrastados pela lavoura).		
Bibliografia: Portal do Arqueólogo (DGPC).		

Nº: 52		Chafariz	
Freguesia; Concelho: Santa Maria (Evoramonte), Estremoz		C.M.P: 425	
UTM M: Indeterminado	UTM P: Indeterminado	Altitude (m): Ind.	
Cronologia: Romano			
Tipologia: Não localizado			
Área de dispersão: Não localizado			
Geomorfologia: Não localizado.			
Hidrografia: Não localizado.			
Ocupação dos solos: Não localizado.			
Aptidão dos solos: Não localizado.			
Descrição: Segundo as informações de M. Justino Maciel este sítio corresponde a uma <i>villa</i> ou outro tipo de estabelecimento dedicado à exploração do terreno.			
Bibliografia: Maciel, 1998			

Nº: 53		Santo Estevão	
Freguesia; Concelho: Santa Maria (Evoramonte), Estremoz		C.M.P: 438	
UTM M: 611260	UTM P: 4292121	Altitude (m): 371	
Cronologia: Romano			
Tipologia: <i>Villa</i>			
Área de dispersão: 9 985 m ²			
Geomorfologia: Encosta suave, virada a Este, sem grande visibilidade sobre o quadrante, devido às colinas de Evoramonte. Bom domínio visual sobre o território a Oeste e a Norte			
Hidrografia: Próximo de afluentes da ribeira de Têra.			
Ocupação dos solos: Zona de mato médio. A Norte da ermida os trabalhos agrícolas fundamentaram a identificação de alguns vestígios.			
Aptidão dos solos: B			
Descrição: Sítio identificado por M. Justino Maciel. Foram identificados vários indicadores construtivos, nomeadamente <i>tegulae</i> , <i>imbrices</i> , cantaria (reutilizada nas paredes da ermida e no muro a Norte do santuário) e <i>opus signinum</i> , assim como vários fragmentos de cerâmica comum. Na vertente Norte observa-se um pequeno talude. Na área sobranceira à estrada regional foram identificados fragmentos de cerâmica tardia.			
Bibliografia: Maciel, 1998			

Nº: 54	Santa Rita	
Freguesia; Concelho: Igrejinha, Arraiolos	C.M.P: 438	
UTM M: Indeterminado	UTM P: Indeterminado	Altitude (m): Ind.
Cronologia: Romano		
Tipologia: Não localizado		
Área de dispersão: Não localizado		
Geomorfologia: Não localizado.		
Hidrografia: Não localizado.		
Ocupação dos solos: Não localizado.		
Aptidão dos solos: Não localizado.		
Descrição: Segundo as informações de M. Justino Maciel foram identificados vestígios que permitem atribuir a funcionalidade rústica a este estabelecimento, podendo mesmo corresponder a uma <i>villa</i> .		
Bibliografia: Maciel, 1998		

Nº: 55	Castelo Ventoso	
Freguesia; Concelho: S. Bento do Mato, Évora	C.M.P: 438	
UTM M: Indeterminado	UTM P: Indeterminado	Altitude (m): Ind.
Cronologia: Romano		
Tipologia: Via		
Comprimento: Não localizado		
Geomorfologia: Não localizado.		
Hidrografia: Não localizado.		
Ocupação dos solos: Não localizado.		
Aptidão dos solos: Não localizado.		
Descrição: Segundo estudos anteriores, foi identificado um troço de via.		
Bibliografia: Bilou, 2005; Carneiro, 2008.		

Nº: 56	Hortas	
Freguesia; Concelho: S. Bento do Mato, Évora	C.M.P: 425	
UTM M: Indeterminado	UTM P: Indeterminado	Altitude (m): Ind.
Cronologia: Romano		
Tipologia: Indeterminado		
Área de dispersão: Não localizado		
Geomorfologia: Não localizado.		
Hidrografia: Não localizado.		
Ocupação dos solos: Não localizado.		
Aptidão dos solos: Não localizado.		
Descrição: Segundo consta no local foram identificados vestígios de uma <i>villa</i> ou de outro estabelecimento romano.		
Bibliografia: Maciel, 1998		

1.2. Fichas de Achado(s) Isolado(s) (FAI)

Nº: 1	Comenda Grande	
Freguesia; Concelho: São Gregório e Santa Justa, Arraiolos	C.M.P: 438	
UTM M: 598181	UTM P: 4290307	Altitude (m): 279
Cronologia: Romano		
Descrição: No <i>monte</i> da Comenda Grande foi identificado um peso de lagar em mármore (altura: 131cm; diâmetro: 104cm). Na zona encontram-se alguns silhares dispersos.		
Bibliografia: Inédito.		

Nº: 2	Sant’Ana	
Freguesia; Concelho: São Gregório e Santa Justa, Arraiolos	C.M.P: 424	
UTM M: 600200	UTM P: 4294755	Altitude (m): 266
Cronologia: Romano		
Descrição: Na antiga ermida de Sant’Ana encontra-se, num dos contrafortes virados a Norte, um, possível, marco miliário granítico (altura: 115cm; diâmetro da base: 35cm; diâmetro de topo: 28cm).		
Bibliografia: Rocha, Santos, Branco, 2013.		

Nº: 3	7 Chaminés	
Freguesia; Concelho: Igrejinha, Arraiolos	C.M.P: 438	
UTM M: 596837	UTM P: 4280198	Altitude (m): 287
Cronologia: Romano		
Descrição: Junto ao atual <i>monte</i> das 7 Chaminés foram identificados dois possíveis marcos miliários de granito, à primeira vista anepígrafos (1º - altura: 162cm; diâmetro: 35cm; 2º - altura: 125cm; diâmetro: 42cm)		
Bibliografia: Inédito.		

Nº: 4	Monte da Venda	
Freguesia; Concelho: S. Bento do Mato, Évora	C.M.P: 438	
UTM M: 605780	UTM P: 4285805	Altitude (m): 292
Cronologia: Romano		
Descrição: Junto ao <i>monte</i> da Venda encontram-se três fragmentos de marcos miliários, devidamente descritos por Francisco Bilou (2005: 54), quatro mós e duas <i>molae</i> , para além dos silhares espalhados em redor.		
Bibliografia: Bilou, 2005		

Nº: 5	Igrejinha	CNS: 7286
Freguesia; Concelho: Igrejinha, Arraiolos	C.M.P: 438	
UTM M: Indeterminado	UTM P: Indeterminado	Altitude (m): Ind.
Cronologia: Romano		
Descrição: Foi encontrado um anel de sinete em ouro, de época romana (Museu Nacional de Arqueologia: Au 148). Segundo consta o objeto é constituído por um “(...) <i>aro sub-circular, maciço e liso de secção biconvexa na parte inferior, alargando e espessando progressivamente para a parte superior até formar uma mesa oval plana, na qual se encontra incrustada uma pedra, incolor e deteriorada, com lacunas</i> ” (Informação: MatrizNet).		
Bibliografia: Rocha, Santos, Branco, 2013; Portal do Arqueólogo (DGPC); MatrizNet (DGPC).		

Nº: 6	Torre	CNS: 5838
Freguesia; Concelho: Santa Maria (Evoramonte), Estremoz		C.M.P: 425
UTM M: Indeterminado	UTM P: Indeterminado	Altitude (m): Ind.
Cronologia: Romano		
Descrição: Segundo informações foi recolhida uma moeda de época romana. Todavia é possível que este numisma faça parte da coleção descrita por Leite de Vasconcelos (Vasconcelos, 1918).		
Bibliografia: Vasconcelos, 1918; Vasconcelos, 1921-1922; Portal do Arqueólogo (DGPC).		

Nº: 7	Paço de Camões	
Freguesia; Concelho: S. Bento do Mato, Évora		C.M.P: 438
UTM M: 603599	UTM P: 4286028	Altitude (m): 310
Cronologia: Romano		
Descrição: Junto ao <i>monte</i> do Paço de Camões foram identificados vários silhares.		
Bibliografia: Inédito.		

Nº: 8	Vale de Melão	
Freguesia; Concelho: Igreja, Arraiolos		C.M.P: 438
UTM M: 592086	UTM P: 4285524	Altitude (m): 258
Cronologia: Romano		
Descrição: No <i>monte</i> de Vale de Melão encontram-se vários silhares e algumas <i>molae</i> espalhadas pelo recinto, em grande parte reutilizados.		
Bibliografia: Inédito.		

Nº: 9	Chafariz	
Freguesia; Concelho: Santa Maria (Evoramonte), Estremoz		C.M.P: 425
UTM M: 611260	UTM P: 4292122	Altitude (m): 371
Cronologia: Romano		
Descrição: No topo do chafariz de Santo Estevão, junto ao <i>monte</i> do Chafariz, encontra-se uma ara em granito, à primeira vista anepígrafa (altura: 74cm).		
Bibliografia: Inédito.		

Nº: 10	Borrazeiro de S. Bento	
Freguesia; Concelho: S. Bento do Mato, Évora	C.M.P: 438	
UTM M: 600706	UTM P: 4283789	Altitude (m): 281
Cronologia: Romano		
Descrição: À entrada do <i>monte</i> do Borrazeiro foram localizados dois silhares de granito.		
Bibliografia: Inédito.		

Nº: 11	Paço da Quinta		CNS: 6516
Freguesia; Concelho: S. Miguel de Machede, Évora			C.M.P: 439
UTM M: 607724	UTM P: 4281603	Altitude (m): 265	
Cronologia: Romano			
Descrição: No jardim do Paço da Quinta encontra-se um sarcófago possivelmente romano, devidamente identificado (CNS: 6516). Nas imediações do atual <i>monte</i> foram identificados vários silhares graníticos.			
Bibliografia: PDM de Évora; Portal do Arqueólogo (DGPC).			

Nº: 12	Botaréus	
Freguesia; Concelho: S. Bento do Mato, Évora	C.M.P: 438	
UTM M: 602849	UTM P: 4287128	Altitude (m): 317
Cronologia: Romano		
Descrição: Nas imediações da malhada do <i>monte</i> dos Botaréus foi identificado um silhar reutilizado como bebedouro para animais.		
Bibliografia: Inédito.		

Nº: 13	Santa Rita	
Freguesia; Concelho: Santa Maria (Evoramonte), Estremoz	C.M.P: 425	
UTM M: 610715	UTM P: 4292404	Altitude (m): 301
Cronologia: Romano		
Descrição: Junto à ermida de Santa Rita encontram-se uma <i>molae</i> (diâmetro: 86cm) e nas imediações foi identificado um peso de lagar em granito (diâmetro: 71cm) reutilizado como bebedouro. A primeira encontra-se junto à parede do <i>monte</i> e o segundo situa-se debaixo de uma oliveira.		
Bibliografia: Inédito.		

1.3. Fichas Epigráficas (FE)

Nº: 1	Comenda Grande
Freguesia; Concelho: São Gregório e Santa Justa, Arraiolos	
Local de depósito: <i>Monte</i> da Comenda Grande	
Tipo: Lápide funerária	
Suporte: Mármore	
Cronologia: Séc. I d.C.	
Epígrafe: IVLIA Q(uinti) F(ilia) AMOENA / ANN(orum) XX (viginti) H(ic) S(ita) E(st) S(it) T(ibi) T(erra) [L(evis)] / TARENTIA P(ublili) F(ilia) AVNIA / MATER F(aciendum) C(uravit)	
Tradução: “Aqui jaz Júlia Amena, filha de Quinto, de 20 anos. Que a terra te seja leve. A mãe, Terência Áunia, filha de Públio, mandou fazer” (Barbosa e Encarnação, 2014).	
Bibliografia: Barbosa e Encarnação, 2014.	

Nº: 2	Calada
Freguesia; Concelho: Igreja, Arraiolos	
Local de depósito: <i>Monte</i> da Calada	
Tipo: Lápide funerária	
Suporte: Granito	
Cronologia: Inícios do Império	
Epígrafe: APANO / CILEI F(ilius) / HIC SITVS E<S>T / STATVERVNT / SERORES ET VIDVA	
Tradução: “Aqui jaz Apanão, filho de Cileu. Erigiram as irmãs e a viúva” (Encarnação, 1984: 495).	
Bibliografia: Encarnação, 1984.	

Nº: 3	S. Bento do Mato
Freguesia; Concelho: S. Bento do Mato, Évora	
Local de depósito: Museu de Vila Viçosa	
Tipo: Lápide funerária	
Suporte: Granito	
Cronologia: Séc. II-III d.C.	
Epígrafe: SALVTI / PRO SALV/TE ACILI RV/FINI CANID/IVS M(erito) A(nimo) L(ibens) / V(otum) S(olvit)	
Tradução: “À Saúde. Pela saúde de Acílio Rufino, Canídio de boa vontade cumpriu o voto, merecidamente” (Encarnação, 1984: 448).	
Bibliografia: Encarnação, 1984.	

Nº: 4	Santa Justa
Freguesia; Concelho: São Gregório e Santa Justa, Arraiolos	
Local de depósito: Seminário Maior de Évora	
Tipo: Ara votiva	
Suporte: Mármore	
Cronologia: Séc. II d.C.	
Epígrafe: [C(arneo)?] C(alanticensi?) S(acrum) / [V]OTO PA[N?] / S TALONT(i) (filius) / A(nimo) L(ibens) V(otum) S(olvit)	
Tradução: “Consagrado a Carneu Calanticense (?). Por voto, ..., filho de Tolonto, cumpriu de boa vontade a sua promessa” (Encarnação, 1984: 491).	
Bibliografia: Encarnação, 1984.	

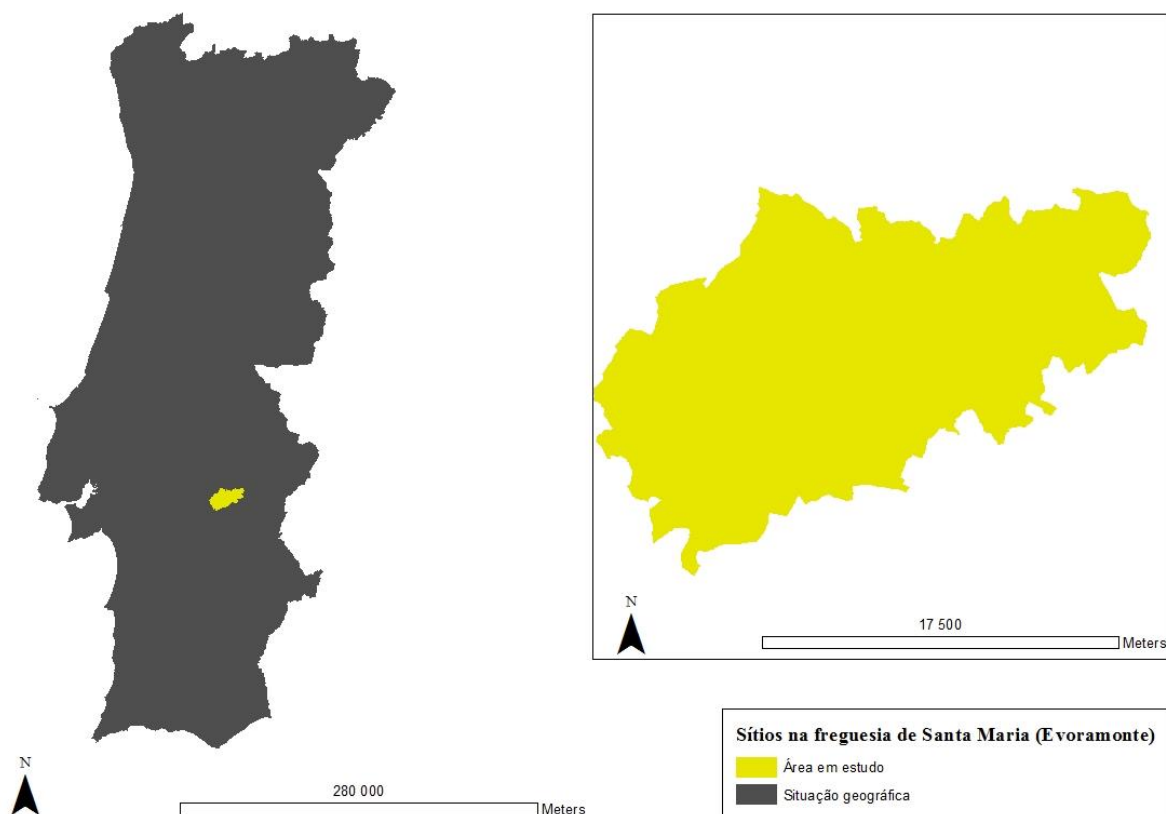
Nº: 5	Evoramonte
Freguesia; Concelho: Santa Maria (Evoramonte), Estremoz	
Local de depósito: Igreja da Nossa Senhora da Conceição, Evoramonte	
Tipo: Miliário	
Suporte: Mármore	
Cronologia: 320 d.C.	
Epígrafe: D(<i>ominis</i>) N(<i>ostris</i>) FLAVIO IVL(?)IO / [VALE]RIO LICINIO IVN(<i>iori</i>) / [ET?] FLAVIO <C>LAVDIO / [CONSTA]NTINO CONSVL(<i>i</i>) / NOB(<i>ilissimis</i>) CAES(<i>aribus</i>)	
Tradução: “Aos nossos senhores, Flávio Júlio Valério, Licínio Júnior e Flávio Cláudio Constantino, cônsul, mui nobres Césares” (Encarnação, 1984: 732).	
Bibliografia: Encarnação, 1984; Carneiro, 2008; Bilou, 2005.	

Nº: 6	Monte da Venda
Freguesia; Concelho: S. Bento do Mato, Évora	
Local de depósito: Museu de Évora	
Tipo: Lápide funerária	
Suporte: Mármore	
Cronologia: Séc. I d.C.	
Epígrafe: Q(<i>uintus</i>) TVLLIVS HABITI / F(<i>ilius</i>) GAL(<i>eria tribu</i>) MODESTVS / AN(<i>norum</i>) XX (<i>viginti</i>) TVLLIA HABITI / F(<i>ilia</i>) TVSCA NA(<i>norum</i>) V (<i>quinque</i>) Q(<i>uintus</i>) ALFIVS / MODESTVS H(<i>ic</i>) S(<i>iti</i>) S(<i>unt</i>) S(<i>it</i>) V(<i>obis</i>) T(<i>erra</i>) L(<i>ewis</i>) / MATER F(<i>aciendum</i>) C(<i>uravit</i>)	
Tradução: “Aqui jazem Quinto Túlio Modesto, filho de Hábito, da tribo Galéria, de 20 anos, Túlia Tusca, filha de Hábito, de 5 anos, Quinto Álfio Modesto. Que a terra vos seja leve. A mãe mandou fazer” (Encarnação, 1984: 486).	
Bibliografia: Encarnação, 1984.	

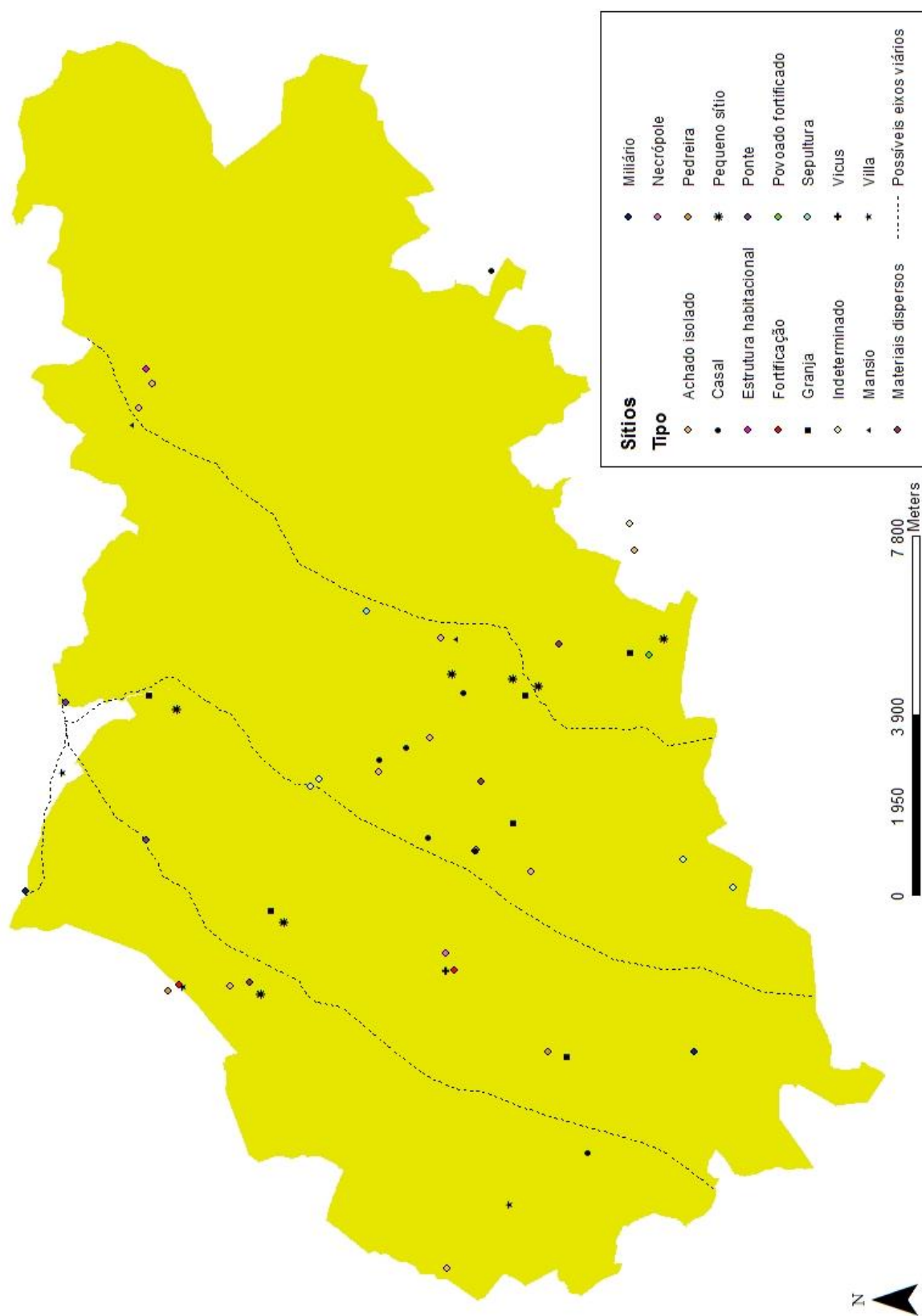
Nº: 7	Cháinha 1
Freguesia; Concelho: Igrejinha, Arraiolos	
Local de depósito: Museu de Arqueologia de Montemor-o-Novo	
Tipo: Lápide funerária	
Suporte: Calcário	
Cronologia: Séc. I-II d.C.	
Epígrafe: D(is) M(anibus) CORNELIAE / L(ucii) F(iliae) MAXVMAE / CORNELIVS VALENS / MARITVS VALERIA / AMOENA SOROR F(aciendum) C(uraverunt)	
Tradução: “Aos deuses Manes. A Cornélia Máxima, filha de Lúcio, o marido, Cornélio Valente, e a irmã, Valéria Amena, mandaram fazer (este monumento)” (Encarnação, 1984: 471).	
Bibliografia: Barbosa e Encarnação, 2014.	

Nº: 8	Cortiçal
Freguesia; Concelho: Igrejinha, Arraiolos	
Local de depósito: Museu Nacional de Arqueologia	
Tipo: Prato	
Suporte: Cerâmica	
Cronologia: Indeterminado	
Epígrafe: CALANTANI	
Tradução: Indeterminado	
Bibliografia: Vasconcelos, 1913; Vasconcelos, 1938; Heleno, 1956	

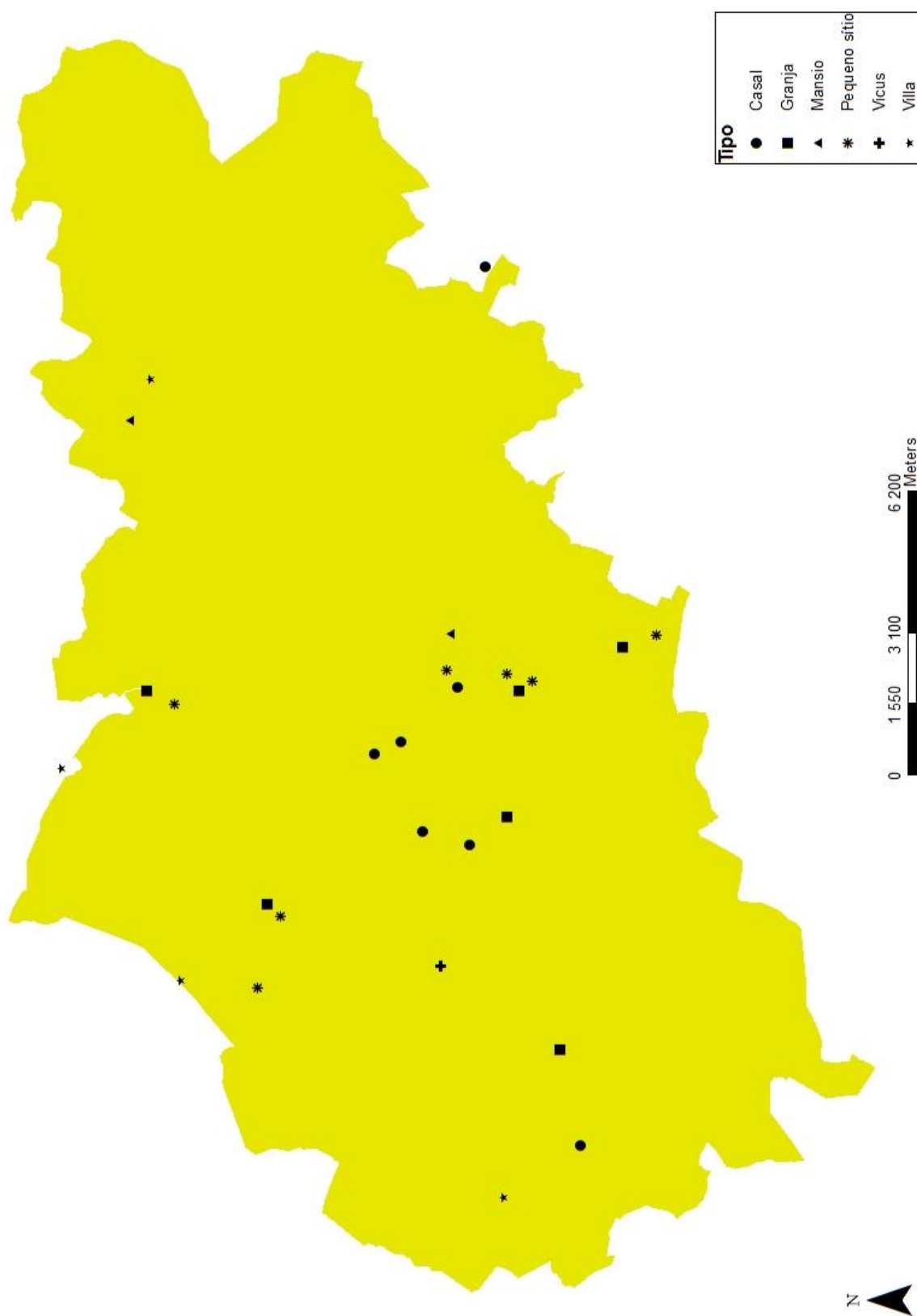
2. Mapas



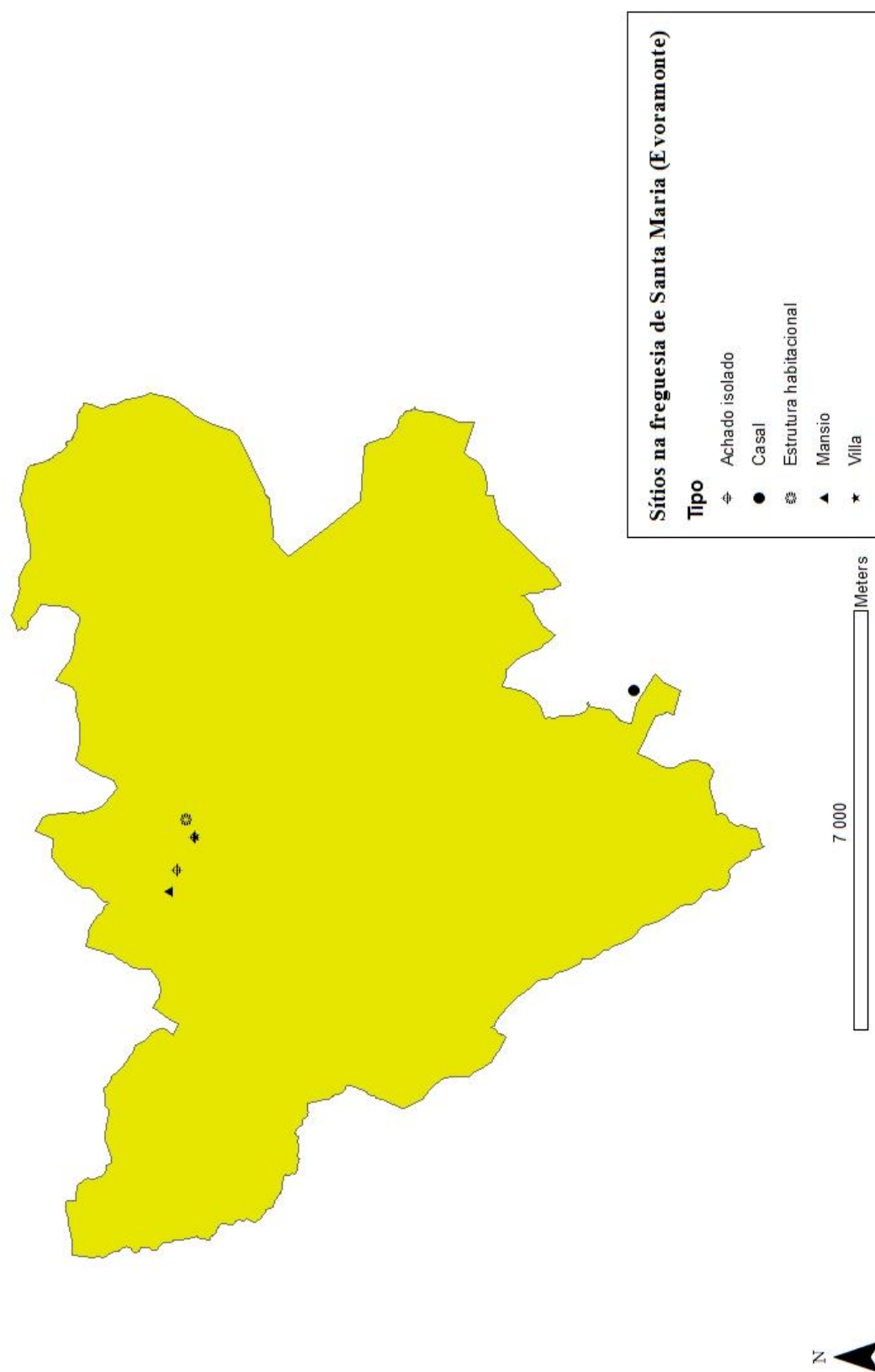
Mapa I – Área de incidência do estudo.



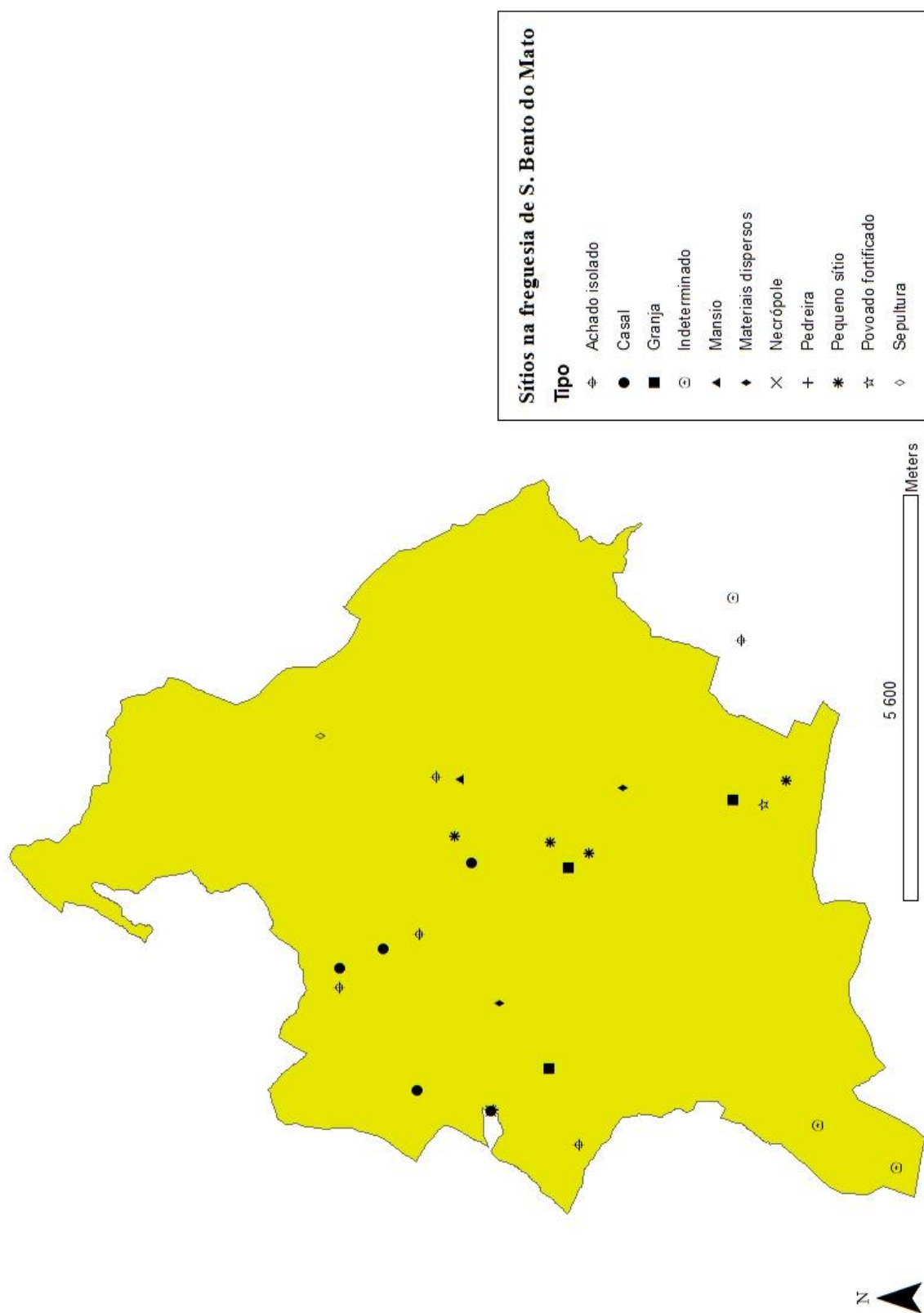
Mapa II – Total de sítios identificados na área proposta.



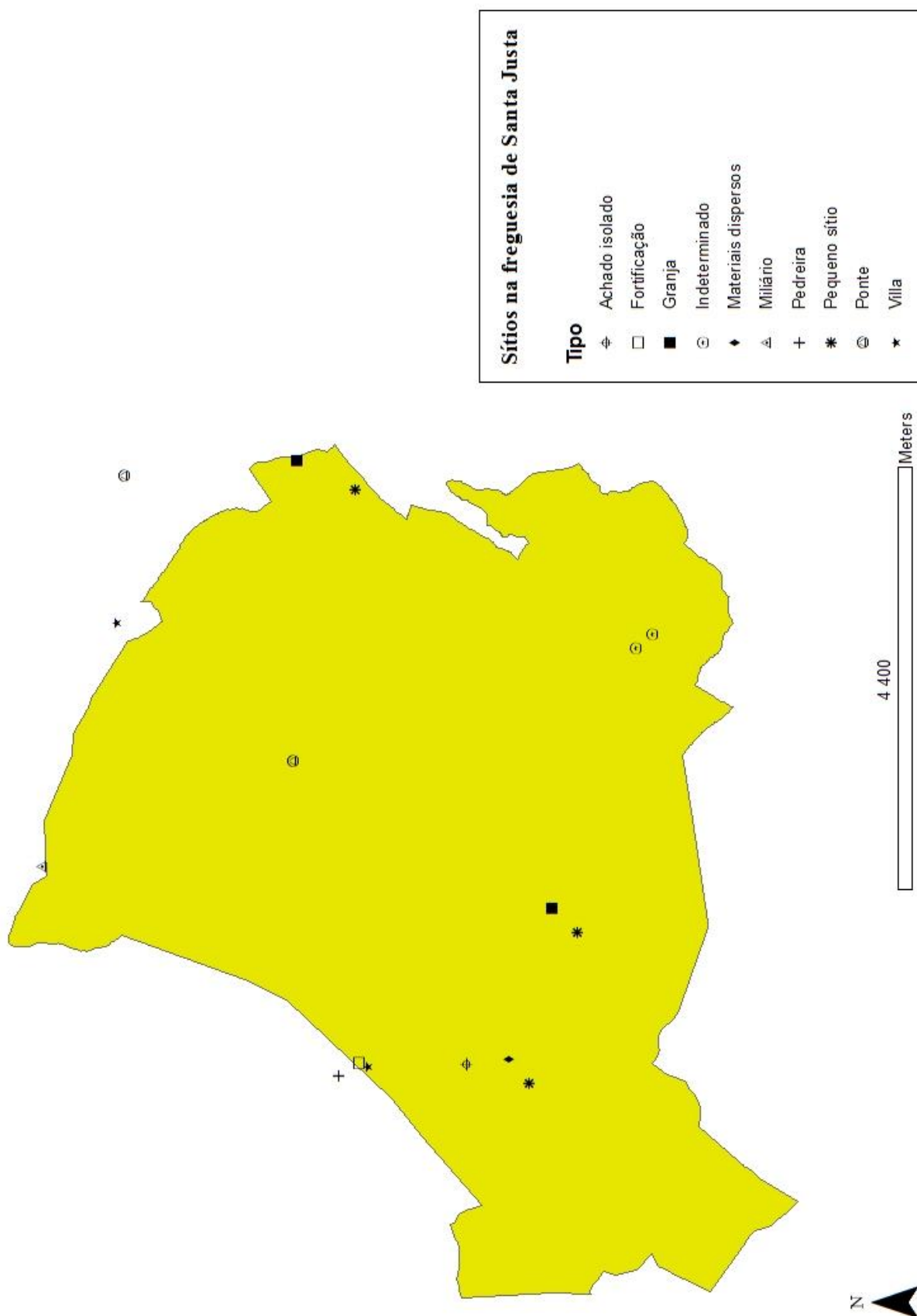
Mapa III – Sítios dedicados à exploração do terreno em época romana.



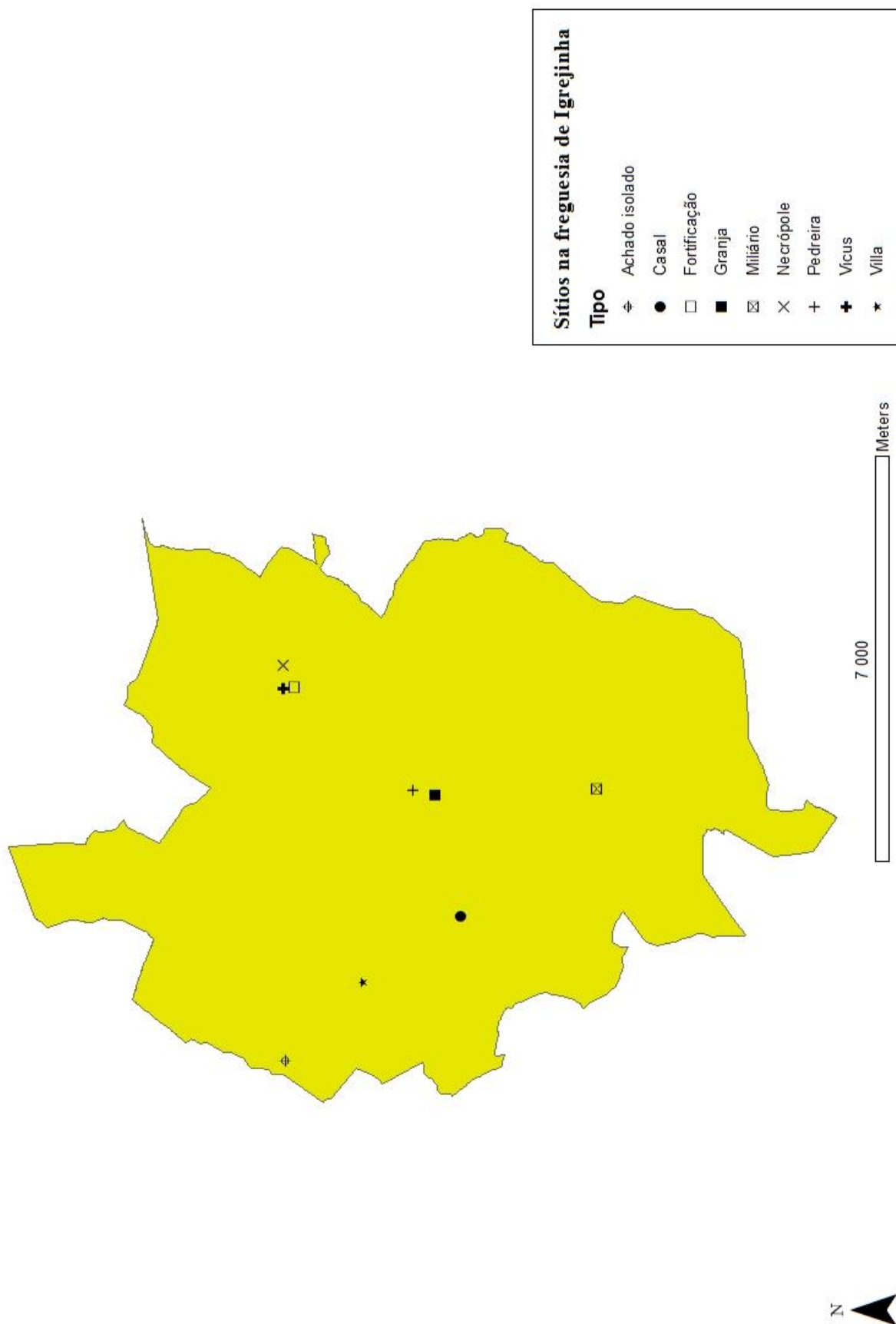
Mapa IV – Sítios identificados na atual freguesia de Santa Maria (Evoramonte).



Mapa V - Sítios identificados na atual freguesia de S. Bento do Mato.



Mapa VI - Sítios identificados na atual freguesia de Santa Justa.



Mapa VII - Sítios identificados na atual freguesia de Igreja Nova.

3. Imagens



Figura I – Moroços com pedra talhada e cerâmica de construção em Santa Justa 1.



Figura II – Contrapeso de lagar (?) em Santa Justa 1.



Figura III – Fuste de coluna em granito (Santa Justa 1).



Figura IV – Peso de lagar em granito (Santa Justa 1).



Figura V – Restos de *opus signinum* agrupado em moroiços (Santa Justa 1).



Figura VI – Fortificação de Santa Justa (Santa Justa 2).



Figura VII – Vista geral de Santa Justa 3.



Figura VIII – Mancha de material em Santa Justa 3.



Figura IX – Peso de lagar em mármore localizado no *monte* da Comenda Grande. Segundo as informações terá sido recuperado do sítio de Santa Justa 3.



Figura X – Vista geral sobre o sítio de Comenda Grande 1.



Figura XI – Alinhamento de pedras em Chaínha, com silhar em primeiro plano.



Figura XII – Rocha esquadriada em Monte Novo.



Figura XIII – Vista geral sobre o sítio de Borrazeiro de S. Bento.



Figura XIV – Silhar junto ao portão do monte do Borrazeiro.



Figura XV – Vista geral sobre o sítio do Almo 1.



Figura XVI – Pormenor de alguns materiais identificados em Almo 1.



Figura XVII – Vista geral sobre o sítio de Almo 2.



Figura XVIII – Possível sepultura em Almo 2.



Figura XIX – Pormenor do peso de lagar identificado junto ao *monte* do Almo (Almo 3).



Figura XX – Vista geral sobre o sítio de Alpendres 2, com o *monte* dos Alpendres em segundo plano.



Figura XXI – Vista geral da mancha de dispersão em Botaréus.



Figura XXII – Peso de lagar no sítio dos Botaréus.



Figura XXIII – Vista geral do sítio da Farragela.



Figura XXIV – Pormenor do silhar identificado em Farragela.



Figura XXV – Moriços com cerâmica de construção em Farragela.



Figura XXVI – Vista geral sobre o sítio de Guisada 1.



Figura XXVII - Vista geral sobre o sítio de Guisada 2.



Figura XXVIII – Possível sepultura em Cabidinha 1.



Figura XXIX – Pormenor da possível zona de extração de cantaria da Cabidinha 2.



Figura XXX – Concentração de materiais de construção em Cabidinha 4.



Figura XXXI – Miliário no *monte* da Venda.



Figura XXXII – *Molae* junto ao *monte* da Venda.



Figura XXXIII – Mós no monte da Venda.



Figura XXXIV – Monte da Venda: moroiços com restos de dollium e cerâmica de construção.



Figura XXXV – Ponte da Fargelinha.



Figura XXXVI – Moroços no monte do Paço com vários fragmentos de cerâmica de construção.



Figura XXXVII – Cerâmica de construção sob os alicerces do *monte* do Paço.



Figura XXXVIII – Silharia reaproveitada no *monte* do Paço



Figura XXXIX – Mancha de dispersão em Comenda do Meio.



Figura XL – Vista do arco da ponte de Santa Luzia.



Figura XLI – Sepultura tardia do Cortiçal (Cortiçal 2).



Figura XLII – Vista geral do terreno por onde se estende a mancha de dispersão de Cortiçal 3.



Figura XLIII – Possível pódium de um santuário rural em Cortiçal 3.



Figura XLIV – Materiais de construção agrupados em moroiços (Cortiçal 3).



Figura XLV – Coluna em granito (Cortiçal 3).



Figura XLVI – Base de coluna (Cortiçal 3).

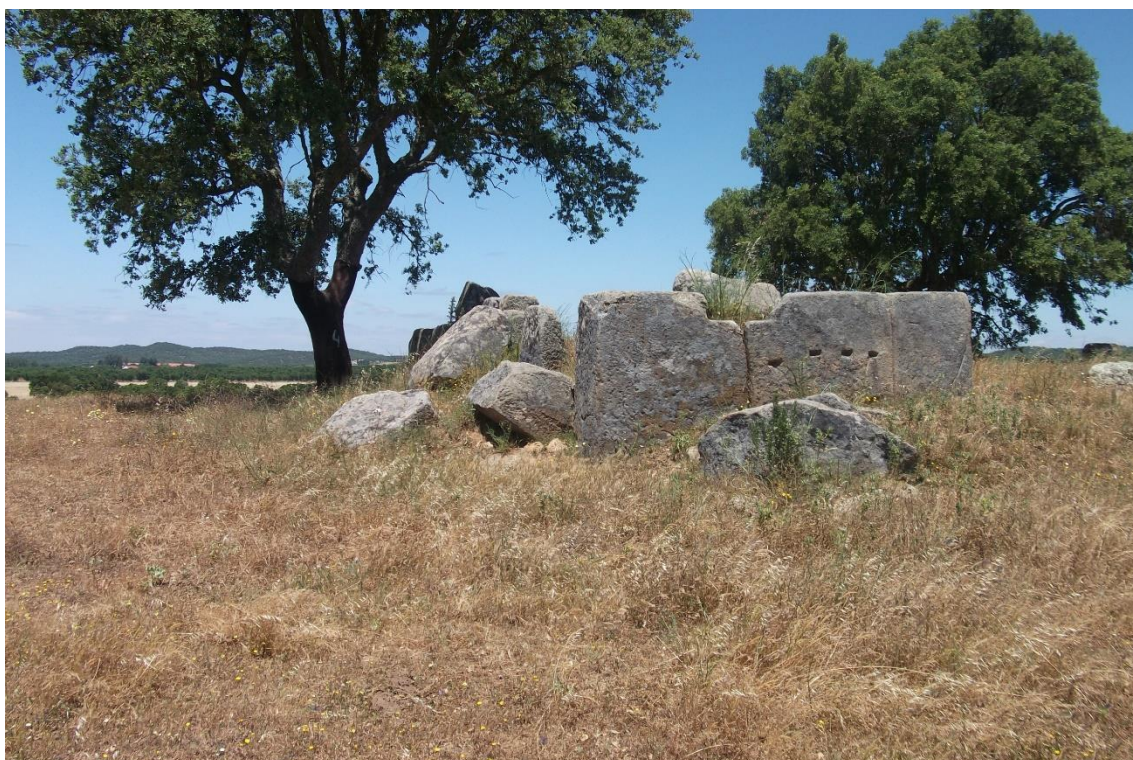


Figura XLVII – Castelo do Mau Vizinho: vista da parede virada a Oeste.



Figura XLVIII – Castelo do Mau Vizinho: parede Norte, ainda *in situ*.



Figura XLIX – Vista sobre o sítio do Zambujal.



Figura L – Cerâmica de construção no sítio da Malhada.



Figura LI – Vista geral sobre o sítio do Almo (Igrejinha).



Figura LII – Vista geral sobre o sítio de Vale de Melão.



Figura LIII – Conjunto de pedras que fazem supor a existência de estruturas.



Figura LIV – Restos de cerâmica de construção nas estradas de terra batida (Vale de Melão).



Figura LV – Silhar meio soterrado no sítio de Vale de Melão.



Figura LVI – Silharia reutilizada junto ao *monte* de Vale de Melão.



Figura LVII – *Mola* presente no Monte de Vale de Melão.



Figura LVIII – Vestígios no sítio do Carrascal.



Figura LIX – Vista geral sobre o sítio de S. Marcos, com Evoramonte em segundo plano.



Figura LX – Mancha de dispersão em Pedregosa 2.



Figura LXI – Ara de granito junto no topo do chafariz de Santo Estevão (Evoramonte).



Figura LXII – Silhares reutilizados na construção da ermida de Santo Estevão.



Figura LXIII – *Mola* de granito junto à ermida de Santa Rita.



Figura LXIV – *Peso* de lagar em granito junto à ermida de Santa Rita.



Figura LXV – Marco miliário (?) de Sant' Ana.



Figura LXVII – 1º miliário das 7 Chaminés.



Figura LXVIII – 2º miliário das 7 Chaminés.